

COLEÇÃO

**Carlos
Nelson**

COUTINHO,

VOLUME

II

Lutas e Resistências ao conservadorismo reacionário

Jornada Internacional de Pesquisadores

Rosana Morgado

(ORG.)

COLEÇÃO

**Carlos
Nelson**

COUTINHO,

VOLUME

II



COLEÇÃO

**Carlos
Nelson**

COUTINHO,

VOLUME

II

Lutas e Resistências ao conservadorismo reacionário

Jornada Internacional de Pesquisadores

Rosana Morgado
(ORG.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto Leher

REITOR

Leila Rodrigues da Silva

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Andréa Teixeira

DIRETORA

Sheila Backx

VICE-DIRETORA

Rosana Morgado

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

COLEÇÃO CARLOS NELSON COUTINHO - volume II

Rosana Morgado

ORGANIZADORA

Fábio Marinho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Andréa Garcia Tippi

REVISÃO DA APRESENTAÇÃO

Edições Urbanas - Rio de Janeiro

TRANSCRIÇÕES DAS CONFERÊNCIAS

Esta obra pode ser copiada e redistribuída em qualquer suporte ou formato, respeitados os termos da licença CC BY-NC-ND 4.0



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- L973 Lutas e resistências ao conservadorismo reacionário: Jornada Internacional de Pesquisadores / Rosana Morgado (org.). — Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.
282 p. — (Coleção Carlos Nelson Coutinho ; v.2)

ISBN (Coleção) 978-85-7108-460-5 (on-line)

ISBN 978-85-7108-462-9 (on-line)

Edição impressa publicada em 2018.

1. Ciências políticas e sociais. 2. Movimentos sociais. 3. Classes sociais. 4. Feminismo. I. Morgado, Rosana. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. III. Série.

CDD: 320

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

Sumário

Apresentação 11

O AVANÇO DO CONSERVADORISMO REACIONÁRIO

A constituição do neoliberalismo
como conservadorismo ofensivo

Francisco Louçã 19

Conferência de Oscar Guardiola-Rivera 39

CONDIÇÕES ATUAIS DAS LUTAS DE CLASSE NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Conferência de Javier Calderón Castillo 57

Conferência de José Paulo Netto 75

AMÉRICA LATINA: LUTAS SOCIAIS E (DES) INTEGRAÇÃO REGIONAL

Resistencia, lucha de clases y movimientos sociales
en América Latina: dinámica contemporánea
del desarrollo capitalista

Henry Veltmeyer 95

Sobre violência, política e memória
na ditadura militar brasileira – Uma introdução

José María Gómez 107

VIOLÊNCIA E CENÁRIOS URBANOS

Estado, crime e a democracia brasileira

Angelina Peralva 135

MARXISMO, FEMINISMO E LUTAS SOCIAIS

Marxismo e Feminismo: Casamento Infeliz? <i>Qelli Viviane Dias Rocha</i>	153
Conferência de Kelli Mafort	177

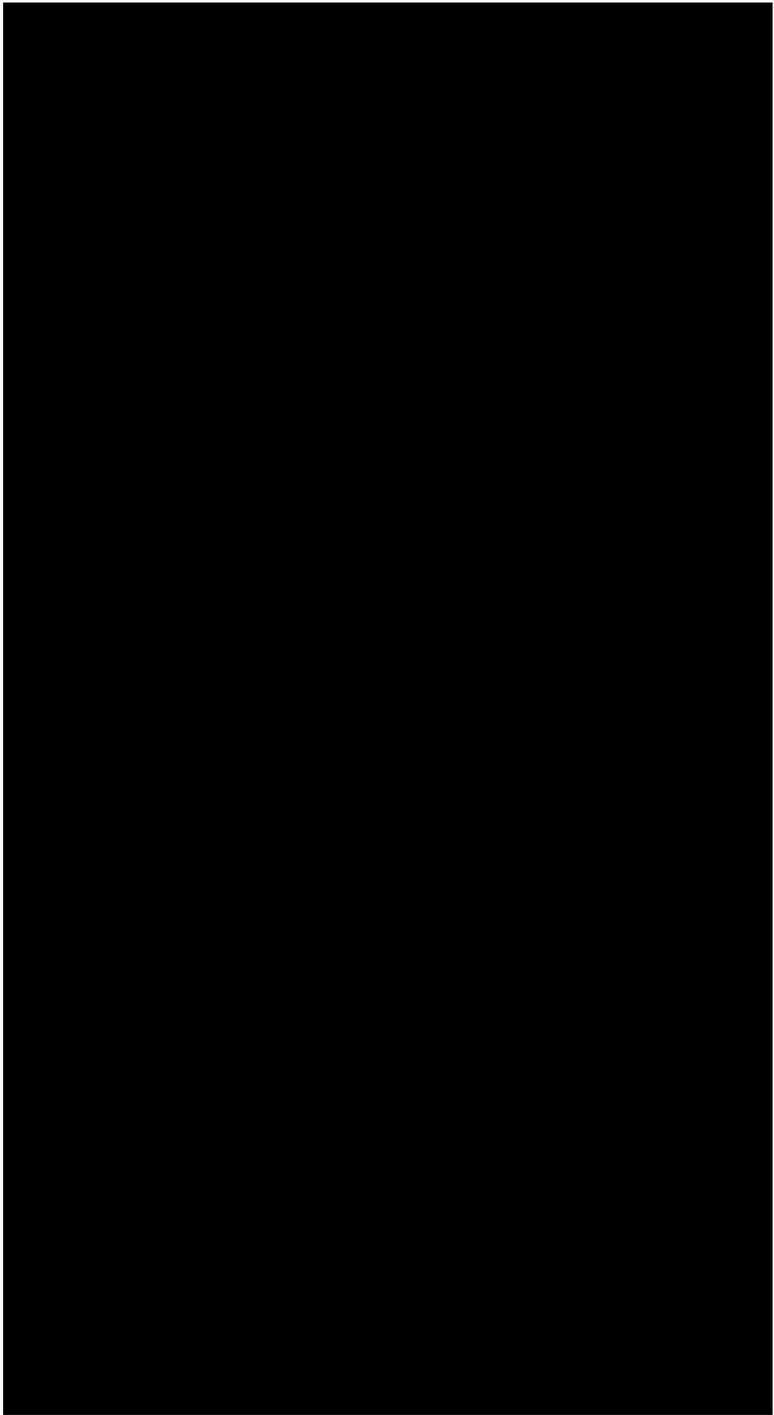
GÊNERO, RELIGIÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Conferência de Juan Marco Vaggione	193
Conferência de Flávia Biroli	207

**PERSPECTIVAS CRÍTICAS NO SERVIÇO SOCIAL:
BALANÇO INTERNACIONAL EUROPA E AMÉRICA LATINA**

Perspectivas críticas no Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais <i>Marilda Villela Iamamoto</i>	225
Conferência de Andrea Oliva	257

Apresentação



A Jornada Internacional de Pesquisadores (JIPA) intitulada: “Lutas e Resistências ao Conservadorismo Reacionário”, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ e realizada entre os dias 26 e 28 de março de 2018, teve como objetivo principal debater, no cenário nacional e internacional, o processo de organização e resistência frente aos sistemáticos ataques a direitos sociais e políticos conquistados nas últimas décadas. A JIPA contou com a participação de pesquisadores nacionais e estrangeiros, de consolidada trajetória acadêmica na produção de conhecimento com interface de articulação com diferentes movimentos sociais e populares.

A Mesa de Abertura foi composta pela Profa. Leila Rodrigues – Pró-Reitora de Pós-Graduação/UFRJ, pela Profa. Lília Pougy – Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ e pela Profa. Andréa Teixeira – Diretora da Escola de Serviço Social/UFRJ, que ressaltaram não só a importância do tema escolhido para a JIPA, como também o protagonismo do Programa no cenário nacional e latino-americano.

As sete mesas que compuseram a Jornada contaram com a participação de 26 pesquisadores, entre conferencistas, coordenadores e debatedores, revelando a abrangência e a diversidade de temas transversais ao tema central.

Cada uma das mesas está relacionada mais diretamente a uma das três áreas de concentração do Programa, conforme descritas abaixo, com suas respectivas ementas:

Teoria Social, Formação Social e Serviço Social: Teoria social como fundamento metodológico, político e teórico para pensar a formação social brasileira e latino-americana; o Serviço Social e as distintas dimensões da produção teórica e política a respeito do Modo de Produção Capitalista das classes sociais, Estado e Políticas Públicas na sua contemporaneidade.

Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social: Estudos na perspectiva histórico-crítica sobre o desenvolvimento do capitalismo e suas determinações contemporâneas. Trabalho na sua concepção ontológica e na forma social capitalista. Estado, sociedade e classes sociais. A questão social e suas expressões. Política Social: fundamentos e conformações históricas. Proteção social no Brasil, na América Latina e no mundo. Projetos societários e profissionais: seus fundamentos e estratégias programáticas. O Serviço Social na história, cultura profissional e projeto ético-político. Inserção socioprofissional e política dos assistentes sociais.

Cultura e Serviço Social: A dimensão cultural dos processos de construção de identidades coletivas; os movimentos sociais - urbanos e rurais - e suas relações com o Estado e o mercado; a cultura política, as ações coletivas e as instituições; a participação, as relações de poder e a cidadania; as relações de gênero, intergeracionais e interétnicas nos espaços públicos e privados; e a interface destas temáticas com o Serviço Social.

Deste modo, apresentamos a seguir os temas de cada mesa de trabalho.

Mesa 1: “O Avanço do Conservadorismo Reacionário”, com Francisco Louçã e Oscar Guardiola-Rivera. Teve como eixo de debate abordar, no campo das ciências sociais, em diferentes períodos históricos, sua interlocução com movimentos sociais, populares e de partidos políticos, as expressões conservadoras e de perspectivas de resistência e de garantias e consolidação de direitos.

Mesa 2: “Condições Atuais das Lutas de Classe no Brasil e na América Latina”, com Javier Calderón Castillo e José Paulo Netto. Considerou a problemática referente às particularidades da América Latina e em especial da conjuntura brasileira, face a acontecimentos recentes de graves ataques a direitos sociais e políticos, enunciando possibilidades para seu enfrentamento.

Mesa 3: “América Latina: Lutas Sociais e (des) Integração Regional”, com Henry Veltmeyer e José María Gómez. Teve como objetivo “contribuir para o debate sobre as transformações sociais e políticas presentes na América Latina em um contexto de crise do capital e de mudanças dentro e fora do continente, assim como problematizar as mudanças que vêm acontecendo nas relações entre Estado e sociedade e os desafios para compreender as dinâmicas institucionais, a legitimidade da própria democracia e o papel dos movimentos sociais.” *

Mesa 4: “Violência e Cenários Urbanos”, com Angelina Peralva e Sérgio Adorno. Problematizou como “a violência e a criminalidade têm marcado as relações sociais em várias partes do mundo, repercutindo especialmente entre os segmentos juvenis, mulheres, minorias étnicas e migrantes, propiciando o debate sobre os principais processos sociais que constituem fenômenos de violência nos cenários das grandes cidades e tendo como meta indicar possíveis formas de enfrentamento.” *

Mesa 5: “Marxismo, Feminismo e Lutas Sociais”, com Kelly Viviane Dias Rocha e Kelli Mafort. Teve como eixo central de análise a interlocução do marxismo com suas expressões nos movimentos feministas e demais movimentos sociais e populares, com particular destaque para a violência de gênero.

Mesa 6: “Gênero, Religião e Movimentos Sociais”, com Juan Vaggione e Flávia Biroli. Debateu a “ofensiva conservadora que corresponde a ações nos âmbitos transnacional e nacional, contra a igualdade de gênero. A crítica profunda das relações de poder que foi produzida nas últimas décadas pelas teorias e pelo ativismo feminista, em suas diversas vertentes, vem sendo colocada em xeque sob o rótulo “ideologia de gênero”. Reunindo pesquisadores

da Argentina e Brasil, a mesa analisou essa ofensiva, caracterizando seus principais atores, estratégias e objetivos, mas também as resistências em curso.” *

Mesa 7, de encerramento da JIPA: “Perspectivas Críticas no Serviço Social: Balanço Internacional Europa e América Latina”, com Vasílios Ioakimidis, Marilda Iamamoto e Andrea Antonia Oliva. Teve como problemática central o “Serviço Social Crítico na América Latina e o Serviço Social Radical na Europa, suas fundamentações teóricas, seu protagonismo no campo profissional e sua presença nas lutas sociais. Além disso, discutiu os fundamentos do Serviço Social Crítico ou Radical, as diferentes formas de conceber a “crítica” e o “radical” e a presença do pensamento marxista e outras correntes na América Latina e na Europa.”

O leitor identificará que este volume contém duas formas distintas de apresentação dos artigos. Alguns conferencistas encaminharam seus textos redigidos com subtítulos e referências bibliográficas. Outros fizeram uso da transcrição de suas intervenções, podendo ser reconhecidos através da identificação de seus nomes precedidos da expressão “conferência de”.

A dinâmica da Jornada contou também com o lançamento de livros, a apresentação artística *Jongo Caxambu* da Cia. Folclórica do Rio - UFRJ e as exposições *Lutas e Resistências* (com fotografias de Pablo Vergara, documentarista e integrante do MST/RJ) e *A Revolução em Imagens* (realização do Espaço Memória, Arte e Sociedade da Decania do CFCH-UFRJ, com cartazes e imagens comemorativas aos 100 anos da Revolução Russa).

Dentre os apoios recebidos para a organização da JIPA, é importante registrar a própria UFRJ e a CAPES (que financiou o evento, bem como este volume que integra a Coleção Carlos Nelson Coutinho). A equipe completa que trabalhou para a realização da Jornada pode ser vista na ficha técnica publicada neste volume.

A íntegra da JIPA está disponível no *YouTube*, acessível no link <bit.ly/jipa2018>.

Rosana Morgado
(ORGANIZADORA)

* Apresentações elaboradas pelos organizadores das mesas.

~~sob tutela, sem governo
próprio, quer sujeito a
qualquer outra limitação
de soberania.~~

(3) Todo ser humano
tem direito à vida, à
liberdade e à segurança
pessoal.

(4) Ninguém será mantido
em escravidão ou
servidão; a escravidão
e o tráfico de escravos
serão proibidos em
todas as suas formas.

(5) Ninguém será
submetido à tortura,
nem a tratamento ou
castigo cruel, desumano
ou degradante.

(6) Todo ser humano
tem o direito de ser,
em todos os lugares,
reconhecido como pessoa
perante a lei.

(7) Todos são iguais
perante a lei e têm
direito, sem qualquer
distinção, a igual
proteção da lei.

~~Todos têm direito a~~

**JORNADA INTERNACIONAL
DE PESQUISADORES
VI JIPA**



**LUTAS E RESISTÊNCIAS
AO CONSERVADORISMO REACIONÁRIO**



**RIO DE JANEIRO
26 A 28 DE MARÇO DE 2018**

MAIS INFORMAÇÕES
facebook.com/revistapraiavermelha

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO PARCELA:
ESCOLA DE
ESTUDOS SOCIAIS
UFRJ

ESS
ESCOLA DE
ESTUDOS SOCIAIS
UFRJ

PPGSS
UFRJ

APOIO



PRAIavermelha



JORNADA INTERNACIONAL DE PESQUISADORES (VI JIPA)

INTERLOCUTORES DE ÁREA

Área 1 - Teoria Social, Formação Social e Serviço Social

Luis Acosta

Marcelo Braz

Marilene Coelho

Sara Granneman

Área 2 - Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social

Alejandra Pastorini

Carlos Montaña

Cecília Cavalcanti

Fátima Grave Ortiz

Gabriela Maria Lema Icasuriaga

Rita Cavalcante

Yolanda Guerra

Área 3 - Cultura e Serviço Social

Maria das Dores Campos Machado

Miriam Guindani

Rosana Morgado

Rosemere Maia

DIREÇÃO DE PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Maria do Amparo Miranda Dias Wery

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Luciana Lombardo

Márcia Rocha

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Clécia Oliveira

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PESQUISA DE CONTEÚDO

Luciana Lombardo

REVISÃO

Clécia Oliveira

DESIGN

Fábio Marinho

REALIZAÇÃO

PPGSS - ESS - UFRJ

APOIO

CAPES

Revista Praia Vermelha

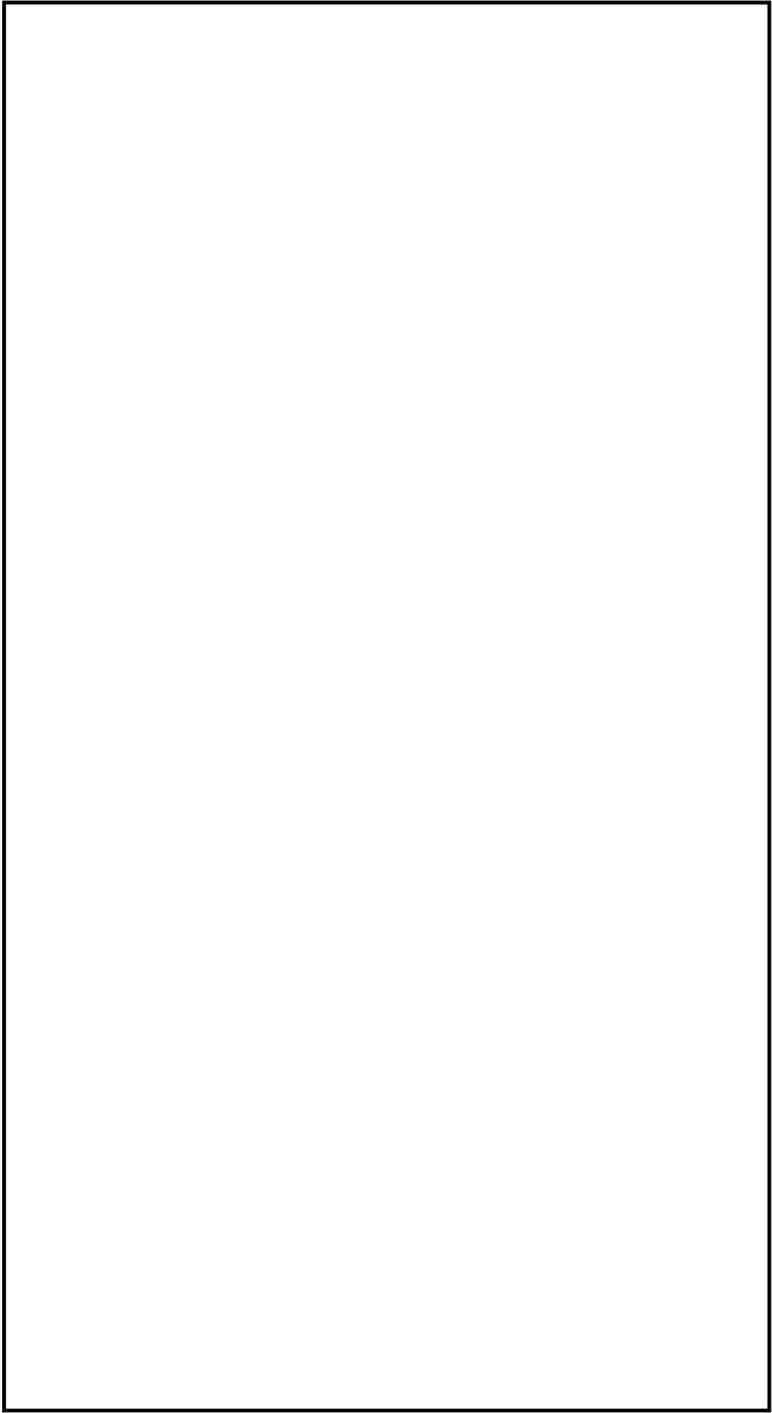
FCC

CBAE

CFCH-UFRJ

S.U.A.T. – DT/ECO/UFRJ

**O Avanço do
Conservadorismo
Reacionário**



A constituição do neoliberalismo como conservadorismo ofensivo ¹

Francisco Louçã

Em agosto de 1938, um colóquio em Paris reuniu académicos, jornalistas e empresários, 26 pessoas no total. No ano anterior, um conhecido publicista, Walter Lippmann, tinha escrito e publicado com grande sucesso um livro – *The Good Society* –, e a sua tradução francesa fora o pretexto para a reunião. Além do autor e do organizador, Louis Rougier, do livro, estavam presentes outros conhecidos liberais e conservadores europeus e norte-americanos, como Hayek, Raymond Aron, Ludwig von Mises, Michael Polanyi, Wilhelm Ropke, Jacques Rueff, entre outros.

Lippmann era um jornalista famoso e a sua coluna de opinião era reproduzida em alguns dos mais influentes jornais norte-americanos. Não era suspeito de neoliberalismo; manteve uma relação de amizade e correspondência com Keynes, antes e depois da publicação do livro, mas neste caso tinha sido influenciado pela leitura de Hayek, o principal adversário de Keynes na controvérsia Londres-Cambridge sobre economia, filosofia e política. O livro, escrito para o grande público, escarnecia do liberalismo clássico do século XIX e apresentava uma versão da visão de Hayek, que aliás subscreveu entusiasticamente o texto, sobre o mundo pós-1917 ².

1 O texto presente serviu de base para a intervenção no colóquio e é extraído do livro *Sombras*, que escrevi com Michael Ash (2018, Bertrand).

2 O filósofo norte-americano John Dewey criticou o livro como um “encorajamento

Rougier, o organizador, era por sua vez uma personagem estranha. Entusiasta do livro de Lippmann e promotor do colóquio, viria a desaparecer rapidamente nos escombros da Segunda Guerra: tinha apoiado o regime colaboracionista de Vichy e foi mesmo enviado a Londres como seu representante para negociações secretas com Churchill; depois da Guerra, as autoridades britânicas negaram estas conversações, se bem que a evidência indique que se realizaram de facto, embora sem consequências. Terminada a Guerra, Rougier foi demitido da Universidade (foi então para os Estados Unidos e Canadá e, quanto regressou a França, aproximou-se de forças de extrema-direita) e foi mesmo impedido de se inscrever na Sociedade de Monte Peregrino até ao fim dos anos 1950³.

Em todo o caso, depois a publicação e tradução do livro, Hayek, Ropke (o representante alemão dos ordoliberais, cuja influência relevante na definição da futura União Europeia é discutida noutro capítulo) e Lippmann corresponderam-se e definiram um processo de cooperação intelectual, que acabou por conduzir à expedição e colóquio em Paris. Esta reunião veio a ser a primeira de muitas, na medida em que os participantes decidiram criar uma nova associação para promover os seus pontos de vista⁴.

Depois do fim da Guerra, a convite de Hayek, este movimento organizou uma nova conferência que se realizou em abril de 1947 num hotel no Monte Peregrino, na Suíça. Hayek era então o epicentro do que veio a designar-se Sociedade de Monte Peregrino, lembrando essa reunião fundadora (o nome alternativo, Sociedade Acton-Tocqueville, não foi aceite, dado que se referia a dois europeus, que professavam a mesma religião, uma escolha que poderia eventualmente alienar outros participantes). Estabelecido em Londres desde 1931, Hayek tinha então 48 anos e era o ideólogo dos neoliberais europeus. Um par de anos antes, o seu livro *O Caminho da Servidão*, originalmente publicado em

e apoio prático aos reacionários” (Burgin, 2012, 58, 61).

3 Ibidem, 77.

4 No entanto, depois do colóquio, Lippmann preferiu não voltar a ter nenhuma relação direta com as atividades do grupo (ibidem, 85).

1944, tinha sido resumido numa versão popular pelo *Reader's Digest* nos Estados Unidos, o que definiria a imagem pública do autor. Foi um sucesso esmagador, na medida em que algumas grandes empresas encomendaram milhares de cópias do texto para as distribuírem pelos seus empregados. Todavia, isto teve um preço: criou a reputação de “agitador reacionário” a Hayek, o que viria a fazer por merecer plenamente durante a sua carreira, como foi descrito neste capítulo. Isso incomodou-o, dado que aceitava alguma forma de intervenção pública, por exemplo na limitação do horário de trabalho, e usava mesmo o conceito de “planeamento para a concorrência”, em vez de uma simples narrativa da Guerra Fria⁵.

A Sociedade juntava neoclássicos de Chicago, austríacos hayekianos e uma espécie de liberais de uma escola alemã muito partidular, os ordoliberalis⁶, os quais, apesar das suas diferenças, partilhavam uma visão comum sobre como transformar a economia e a política. Da Alemanha foram convocados Walter Eucken, Wilhelm Ropke e Ludwig Erhard; de França Maurice Allais, Jacques Rueff e Bertrand de Jouvenel; dos EUA Friedman, Gottfried Haberler, George Stigler e Frank Knight; da Áustria Ludwig von Mises e Fritz Machlup, a par de Hayek e Popper; da Grã-Bretanha Lionel Robbins. Eles foram o núcleo daquilo que viria a ficar conhecido, graças aos seus esforços conjuntos, como economia e filosofia neoliberais. Hayek presidiu às sessões com a deferência de um aristocrata que pastoreava os seus convidados pelo caminho da virtude. Foi nomeado, sem surpresa, presidente da SMP.

A Sociedade era, no seu início, nos anos 1940, um movimento reduzido e ainda assim muito contraditório. Representava somente um pequeno número de académicos. Muitos estavam na fase inicial das suas carreiras e mesmo os liberais mais velhos manifestavam alguma relutância. Alguns dos participantes eram fervorosos entusiastas: Friedman, então com 35 anos, fazia a

5 Ibidem, 88-9, 112.

6 Mirowski (2013, p. 42) dá-nos o relato mais pormenorizado sobre a emergência da Sociedade Monte Peregrino enquanto império ideológico nos tempos modernos.

sua primeira viagem ao estrangeiro e conta que achou que Karl Popper, que encontrou pela primeira vez, era a sua “alma gémea”; mas Popper, já então um filósofo influente, não estava confortável e temia a estreiteza do culto⁷. Outros abandonaram-no assim que a conferência terminou (Michael Polanyi, Allais, Jouvenel, Raymond Aron, por exemplo)⁸.

Em consequência, a Sociedade era «muito menos doutrinária do que a narrativa convencional indicaria»⁹ e dividia-se entre diferentes visões sociais e filosóficas: rejeitava o termo “conservadorismo”, associado ao *status quo*, mas não apresentava uma alternativa; glorificava o capitalismo, mas não os seus traços culturais; elogiava o individualismo, mas suspeitava da democracia.

Ao tempo da sua fundação, a Sociedade representava ideias e profetas que eram ainda muito marginais. Só a LSE, com Robbins, a Universidade de Chicago e o Instituto de Estudos Internacionais em Genebra podiam ser classificados como bastiões da doutrina. Mas mesmo Chicago não era exatamente hayekiana (nem friedmanista): na vaga da Grande Depressão, e enquanto os neoliberais defendiam uma atitude “quietista”, ou de deixar correr a Depressão, os mais influentes professores de Chicago, Frank Knight, Jacob Viner e Henry Simons, tomaram uma posição mais moderada e tentaram dissociar-se das opiniões radicais por serem, como Simons argumentou, «muitas vezes extremamente fanáticas» (no seu caso, chegou a defender a nacionalização contra os monopólios). De facto, «os economistas de Chicago neste período não se viam a si mesmos como parte de um grupo coerente que concordasse com alguma agenda particular»¹⁰.

Não terá ajudado que alguns dos fundadores da Sociedade se manifestassem em linguagem estrita da Guerra Fria: Lionel

7 Popper escreveu a Hayek criticando o perigo de uma organização ideologicamente fechada, o que estaria em contradição com a sua visão de uma ciência aberta à discussão e eventual refutação. Mises defendeu o contrário, que a política de admissão da Sociedade não era suficientemente rígida (Ibidem, 95).

8 Ibidem, 107, 116.

9 Ibidem, 9.

10 Ibidem, 15, 33, 43, 54. Viner tinha-se oposto repetidamente às sugestões de Hayek de criar movimentos e instituições para a defesa das ideias do mercado livre.

Robbins, por exemplo, dizia que as sociedades ocidentais deviam tratar os russos «como se não fossem seres humanos»¹¹. Em todo o caso, os anos 1950 foram um período difícil e pouco promissor para a SMP. As suas divisões agravaram-se com conflitos internos acerca da gestão e de questões financeiras. No seu décimo aniversário, Hayek sugeriu mesmo que a Sociedade fechasse portas. Se bem que essa decisão fosse evitada, os conflitos ampliaram-se e, no final da década e no início dos anos 1960, Friedman e os homens de Chicago, como Stigler e Machlup, ameaçaram demitir-se se o secretário da Sociedade não fosse afastado; o conflito foi arbitrado por Ludwig Erhard, então o vice-chanceler da República Federal da Alemanha, a personalidade com mais poder efetivo entre os membros¹². A conclusão foi dar mais poder ao grupo de Friedman, que, em 1970, foi entronizado como novo presidente. Estava virada uma página.

A SMP ainda era um grupo pequeno¹³. Não era uma importante escola de pensamento. Só em alguns casos raros tinha real influência (com a exceção dos ordoliberais alemães, não contava em termos políticos em nenhum outro país). O próprio Friedman era a expressão desse isolamento, mas estava então próximo de uma viragem decisiva: tornou-se o principal conselheiro económico da campanha presidencial de Goldwater em 1964 – que foi eleitoralmente esmagado por Lyndon Johnson, mas os acontecimentos posteriores provaram que as novas ideias liberais se implantaram no quartel-general dos Republicanos e chegariam ao poder com Ronald Reagan e, no Reino Unido, com Margaret

11 Ibidem, 105. Uma interpretação possível é que o contexto da Guerra Fria cimentou a Sociedade e salvou a sua agenda política das divisões internas. Para mais, ao tempo da fundação da Sociedade, esta estava muito isolada na academia, para nem mencionar que os seus tenores não estavam no auge do seu entusiasmo: Frank Knight estava deprimido; Robbins proclamava que o entendimento da economia pelos plebeus estava condenado (Robbins chegou depois a deslocar-se para uma posição semikeynesiana, como ficou evidente nos seus seminários ao longo do ano de 1947, tendo mesmo declarado que o seu debate contra Keynes tinha sido «o maior erro da minha carreira profissional», Ibidem, 29, 30); e Ropke rendia-se à ideia de que o liberalismo e o capitalismo estariam condenados. A confiança não abundava.

12 Ibidem, 124, 134.

13 Em 1947 tinha 39 membros, em 1961 tinha crescido para 258 (ibid, 127).

Thatcher. A Sociedade tornou-se, a partir de então, uma rede de influência que marcou a academia e sobretudo a estratégia liberalizadora que foi impulsionada a partir das economias e dos governos mais poderosos.

Capitalismo e Liberdade, o livro-panfleto de Friedman, tinha sido publicado dois anos antes e já era um sucesso propagandístico. O livro tornou-se o manifesto das ideias neoliberais renascidas, que eram apresentadas de forma crua: nesse momento, Friedman já tinha abandonado a sua simpatia por programas de ajuda aos pobres e passara a defender um programa radical de eliminação dos subsídios à agricultura, do salário mínimo, do serviço militar obrigatório, dos parques nacionais, dos programas de habitação social e mesmo da segurança social pública e outras formas de regulamentação. Defendeu a abertura das fronteiras aos imigrantes, se bem que não pudessem receber apoios sociais, e opôs-se firmemente à legislação sobre direitos civis para os negros¹⁴. Era um ponto de vista reaccionário, mais do que noções conservadoras, mas articulava-se com uma confiança total nos mercados (no que então já não era acompanhado pelo ceticismo de Hayek), e o poder de atração das suas ideias e da sua pregação resultava dessa combinação.

Combater o socialismo e difundir o monetarismo e o neoliberalismo tornou-se a razão de ser de Friedman. O próprio Friedman duvidaria por vezes dos seus resultados, mas nunca abandonaria a cruzada: «Depois da Segunda Guerra Mundial, a opinião pública era socialista, mas a prática era mercado livre; agora, a opinião é mercado livre, mas a prática é pesadamente socialista. Ganhámos em grande medida a batalha das ideias (se bem que isso nunca seja ganho para sempre); conseguimos atrasar o progresso do socialismo, mas não conseguimos inverter o seu curso. Ainda estamos longe de impor uma prática em conformidade com a opinião pública»¹⁵.

14 Ibid, 182, 202.

15 *The Wall Street Journal*, 9 de dezembro de 2004.

Escrito depois de Reagan e quando Bush tinha ganho a presidência dos EUA, este apelo era o de um homem que já tinha recebido o Nobel da Economia, estava próximo do poder, tinha amigos nas instituições, nos governos e nos bancos centrais, vivia um tempo de desregulamentação e liberalização e, portanto, podia considerar que tinha feito nascer uma “era” sob o seu nome.

Os liberalizadores...

Milton Friedman (1912-2006), o economista que tão orgulhosamente explicou a virtude da ganância, tal como recordámos na introdução deste livro, foi, para George Will do *Boston Globe*, o «mais relevante intelectual da esfera pública do século xx»¹⁶. Muitos consideraram que as décadas finais do século passado deviam ser consideradas a Era de Friedman¹⁷.

Pai da moderna escola de Chicago, Friedman é uma exceção curiosa na história da ortodoxia económica norte-americana. Apesar da veneração que rodeia Friedman e Hayek¹⁸, os fundadores do neoliberalismo, Friedman foi bastante mais bem-sucedido a treinar grupos de discípulos e a moldar a paisagem intelectual da sua altura, tendo dedicado a vida a isso. Alheio às abordagens científicas dominantes das décadas de 1960 e 1970, rejeitava o keynesianismo e as políticas redistributivas, mas também não tinha nenhuma simpatia pela formulação matemática de modelos. As suas ideias eram diferentes, defendendo uma economia histórica, empírica e, sobretudo, ideológica: era uma cruzada.

As lapidares observações de Friedman são reverenciadas pelos seus seguidores, como, por exemplo, quando critica o conceito de «responsabilidade social das empresas» classificando-o como uma «ideia idiota». Segundo Friedman, quaisquer executivos que

16 Tal como citado na *Forbes*: <http://www.forbes.com/sites/stevedenning/2013/06/26/the-origin-of-the-worlds-dumbest-idea-milton-friedman/>.

17 Shleifer, 2009.

18 Friedrich Hayek (1899-1992) nasceu em Viena e lecionou na London School of Economics e, depois, em Chicago. Recebeu o Prémio Nobel da Economia em 1974 e distinguiu-se como adversário de Keynes.

perseguissem um objetivo que não fosse ganhar dinheiro eram «fantoques das forças intelectuais que nestas últimas décadas têm vindo a minar as bases de uma sociedade livre». Arrasou «a doutrina da “responsabilidade social”» por «aceitar a ideia socialista de que são os mecanismos políticos, e não os mecanismos do mercado, a forma adequada de determinar a alocação de recursos escassos para usos alternativos»¹⁹. O mercado devia estar acima de tudo.

Tanto relativamente a estas questões como a outras, o objetivo de Friedman era a doutrinação pública. A partir de 1966 publicou com êxito uma coluna de opinião no *Wall Street Journal* e em 1980 animou uma série de televisão em dez episódios, sob o título Liberdade para Escolher, transmitida no canal público norte-americano. Talvez devido ao interesse comum na política económica latino-americana, o Citibank recrutou Friedman como perito durante algum tempo²⁰. (No capítulo 6 regressaremos às aventuras latino-americanas de Friedman.) Deu início à luta pela liberalização, pelo controlo do mundo por parte dos mercados livres, certo de que a ganância incita as pessoas a satisfazerem a sua natureza interna.

A inflexão política da década de 1980 foi um maná para ele. Friedman era o homem certo no momento certo, e quando Thatcher, Reagan e Deng Xiaoping chegaram ao poder, o seu movimento intelectual estava em marcha, a *academia* tinha sido recrutada e os seus alunos já haviam ascendido a cargos influentes. O dogma estava estabelecido e foi batizado como «consenso».

... e os seus clubes

A vitória das ideias de Milton Friedman surpreendeu quem assistiu à sua longa marginalização académica antes da década de 1970. No entanto, como vimos, a sua ascensão foi preparada por uma poderosa máquina ideológica que organizou as tropas do persistente ataque neoclássico contra as ideias keynesianas: a So-

19 *The New York Times*, 13 de setembro de 1970, disponível em: <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>

20 Dezalay e Bryant, 2002, p. 89.

cidade Monte Peregrino, fundada na Suíça, em 1947, em torno de Friedrich Hayek e Karl Popper, por uma elite de resistentes.

Uma vez que as personagens centrais deste movimento são todas bem conhecidas, não iremos descrever os seus percursos. Registamos apenas alguns apontamentos em relação aos ordoliberais alemães, muito bem-sucedidos à sua maneira. Logo após o encontro de Mont Pelerin, em 1948, criaram o jornal *Ordo*, de onde retiraram o nome ordoliberalismo. Dois economistas da universidade de Freiburg, Walter Eucken e Franz Böhm, desenvolveram o trabalho de Ropke e deram corpo ao seu desprezo pelo antigo liberalismo, ideologia acusada de ser a fraqueza que levava ao colapso da República de Weimar. No seu lugar, optaram por um Estado forte capaz de impor regras organizadas ao mercado, mas que prosseguisse objetivos de liberalização económica, como os sugeridos pelo monetarismo. Assente nas mais poderosas instituições alemãs — Ludwig Erhard, o segundo chanceler do período pós-guerra, era um dos elementos do grupo e a influência da corrente sobre o Bundesbank era notória — o ordoliberalismo determinou os tratados constitutivos da União Europeia e da Zona Euro, sendo, desde então, o mais influente tipo de neoliberalismo na Europa²¹.

Na Europa, nos EUA e noutros locais, a Sociedade Monte Peregrino desenvolveu uma ação estratégica para a criação de uma série de instituições educativas, influenciando universidades e grupos de reflexão no sentido de promoverem as suas ideias sobre os sistemas de governação. Algumas dessas influentes fundações para a educação são o Volcker Fund, a Relm Foundation, o Lilly Endowment, a Olin Foundation, a Scaife Foundation, a Bradley

21 Mirowski, 2013, pp. 43, 53. Outros investigadores dedicaram-se ao estudo de outro clube, o Grupo dos Trinta, que emergiu nas décadas de 1980 e 1990. Trata-se de um grupo de reflexão e de defesa de propostas legislativas, que conta sempre com trinta elementos, mas de composição variada (a dada altura contou com Paul Volcker, Kenneth Rogoff, Raghuram Rajan, Jacques de la Rosière, que liderou o FMI, Jean Claude Trichet e Mario Draghi, do BCE, Pedro Aspe e Ernesto Zedillo, do México, Domingos Cavallo, da Argentina — estes três serão protagonistas de outro capítulo —, Mark Carney, agora no Banco de Inglaterra, Martin Feldstein, da Agência Nacional de Investigação Económica, Stanley Fischer, do FMI, Timothy Geithner, mas, também, Paul Krugman e Lawrence Summers). Este G30 foi responsável por um famoso relatório de 1993 que recomendava a proteção de derivados *over-the-counter* (Tsingou, 2015).

Foundation e a Foundation for Economic Education. Graças a esse esforço e à sua presença anterior, os promotores da Sociedade Monte Peregrino dominaram, desde antes da década de 1980, a formação em economia em Chicago (e na Faculdade de Direito de Chicago), na London School of Economics, no Institut Universitaire des Hautes Études Internationales de Genebra, no St. Andrews, na Escócia, na Universidade de Freiburg, na Alemanha e na George Mason University e fundaram, a partir da Universidade da Virgínia, a corrente de pensamento económico que adotou o nome da sua *alma mater* («Virginia school») e que defendia a teoria da escolha pública.

O sucesso foi notável e, até hoje, há oito laureados com o Prémio Nobel da Economia que fazem parte da história da Sociedade Monte Peregrino: Gary Becker, Ronald Coase, James Buchanan, Vernon Smith, Douglass North, Milton Friedman, George Stigler e Friedrich Hayek²².

Vários grupos de reflexão completam este mapa: o Institute for Economic Affairs, na Grã-Bretanha, o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation e a Hoover Institution de Stanford, nos Estados Unidos, o Schweizerisches Institut für Auslandsforschung, na Suíça, e, mais recentemente, o Fraser Institute, no Canadá, o Centro de Divulgación del Conocimiento Económico, na Venezuela, o Free Market Center, em Belgrado, o Liberty Institute, na Roménia, e a Unirule, em Pequim. A Koch Foundation norte-americana, liderada pelos irmãos Koch a que os leitores foram apresentados no capítulo anterior, também faz parte da rede, a qual envolve ainda o Mercatus Center e o Manhattan Institute, nos EUA, o Centre for the New Europe, na Bélgica, e o Stiftung Marktwirtschaft, na Alemanha²³.

22 A Sociedade Monte Peregrino também conta com outras personalidades, entre eles publicistas, como Niall Ferguson. Em tempos mais recentes, dedicou-se à gestão da sequência da crise económica e, curiosamente, numa conferência da Sociedade em Nova Iorque, em março de 2009, a comunicação de Deepak Lal levantou a questão reveladora, embora incómoda: porque houve uma crise quando tantos elementos da Sociedade Monte Peregrino dominavam o mundo? (Mirowski, 2014, pp. 6-7). Uma tragédia shakesperiana no mundo real.

23 Mirowski, 2014, p. 44.

Alegria eterna

Robert Lucas, que teve Friedman como mentor e, mais tarde, foi um professor distinto da Universidade de Chicago e um dos seus muitos laureados com um Prémio Nobel²⁴, estava certo de que a Grande Moderação se tornara o estado permanente das economias avançadas bem geridas. Logo no início do século XXI, no seu discurso presidencial na American Economic Association, Lucas afirmava com alguma pompa: «A minha tese nesta comunicação é a de que a macroeconomia, neste sentido original, foi bem-sucedida: para todos os efeitos, o seu problema central de prevenção de depressões foi resolvido, e há já muitas décadas»²⁵. Ou seja, com a liberalização a simplificar o mundo, a perene adversidade dos ciclos económicos chegou ao fim.

Décadas antes, no início dos anos 1970, o consenso era o oposto. A regulamentação macroeconómica foi reforçada por um Congresso democrata e aceite por um presidente republicano, Nixon, que proclamou que «agora somos todos keynesianos»²⁶. Após esta conjuntura, as diferentes teorias divergiram e Friedman começou a ganhar espaço e notoriedade, o suficiente para apresentar a sua refutação das receitas tradicionais para as recessões, afirmando, ao invés, que o essencial seria a desregulamentação. A «responsabilidade social» dos gestores e dos empresários é ganhar dinheiro, liberalizar o mercado e elogiar a livre concorrência, não é preocuparem-se com o emprego ou com o bem-estar. Depois chegou Lucas, tão confiante que anunciava que «o problema da prevenção de depressões foi resolvido» e «há muitas décadas».

Nos seus discursos celebratórios, Lucas não afixava que a teoria se adequasse a todos os domínios e, em geral, receava que os Bancos Centrais não conseguissem prever as grandes perturbações²⁷; não obstante, afirmava que era impossível não ver o quadro geral: o problema estaria resolvido há muito tempo.

24 A Faculdade de Economia de Chicago recebeu cerca de um terço dos Prémios Nobel da Economia atribuídos pelo Banco Central Sueco desde 1969.

25 Lucas, 2003, p. 1703.

26 Harvey, 2005, pp. 12-13.

27 Lucas acrescentou pouco depois que «há coisas em que eles [os modelos EGED

Meros quatro anos depois, este economista veterano ficou chocado com as provas de que a (des)regulamentação inadequada alimentara um grave erro sistémico. «Todas as semanas mudo de opinião quanto à regulamentação bancária», confessou então Lucas. «Era uma área que me parecia controlada. Já não acredito nisso», acrescentou²⁸. A surpresa de Lucas não é surpreendente. Os modelos de Lucas eram estilizados e não incluíam quaisquer pormenores institucionais, representando um capitalismo virtual sem capitalistas reais. Nada podia correr mal nesses modelos e nunca correu, mas a realidade é menos amável.

Pese embora esse seu confronto com a realidade durante a recessão, Lucas não tardou a voltar à anterior confiança nas virtudes da desregulamentação. Uma coisa é mudar de opinião «todas as semanas» quanto ao fracasso da regulamentação quando o mercado se encontra perturbado, outra coisa completamente diferente é pôr em causa as virtudes do mercado propriamente dito²⁹.

Foi por isso que, em 2013, Lucas elogiou as alterações essenciais na regulação, ao mesmo tempo que se limitava a evocar as

dos Bancos Centrais] não nos deixam pensar. Não nos deixam pensar na experiência americana na década de 1930, nem nas crises financeiras e suas reais consequências na Ásia e na América Latina; não nos deixam pensar muito bem no Japão da década de 1990» (Lucas, 2004). Em resumo, trata-se de uma confissão, pois sempre que as coisas correm mal, o modelo é considerado irrelevante: não nos permite pensar no problema sempre que o problema surge.

28 Irish Times, 2 fevereiro 2009.

29 Esta foi apenas uma pequena viragem nas opiniões de Lucas ao longo da vida. Quando deu os primeiros passos na disciplina, estava apaixonado pelo marxismo: «Li o [ao *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels] na licenciatura e gostei da [sua] ideia de que a teoria económica nos podia dar um modo unificado de pensar sobre todas as sociedades conhecidas. Pareceu-me uma ambição nobre, e correta, e segui-a. A economia é um modo extremamente poderoso de ver as forças que moldam qualquer sociedade. Nesse sentido, todos os economistas são marxistas» (Lucas, 2008, p. 3). Depois ficou impressionado com a revelação de Friedman, o seu guia na Universidade de Chicago: «Para muitos de nós, a onda de choque das ideias libertárias-conservadoras de Friedman obrigaram a um repensar de toda a nossa filosofia social», explicou na sua autobiografia publicada pelo comité Nobel (Lucas, 1996). Finalmente, foi uma «espécie de austríaco», referência que rapidamente abandonou depois de ter lido um livro sobre o assunto (Lucas, 1998, p. 121). Na política, votava sobretudo nos Republicanos, mesmo incomodado pelas tendências keynesianas de Reagan, salvo em 2008, quando votou em Obama, influenciado pela irmã (Lucas, 2011).

características do anterior sistema Glass Steagall. No seu artigo «*Requiem* pela lei Glass-Steagall», Lucas assegurou que «já não é possível termos um sistema que diferencia bancos de investimento de bancos comerciais. A anulação, em 1999, da Glass-Steagall sugere que essa é uma crença generalizada». Foi a rigidez das regras que «dispersou os depósitos à ordem pelo mundo da banca-sombra e, em grande medida, que acabou com as limitações impostas pela Glass-Steagall. A revogação da lei em 1999 foi uma mera formalidade»³⁰. As coisas passaram a ser como deviam.

Mas até os macroeconomistas que não partilhavam a opinião otimista de Lucas quanto à Grande Moderação limitaram os seus modelos a um mundo sem crises. Na sua fervorosa denúncia do estado à data da «macro moderna», Robert Solow também Prémio Nobel, rejeitou a pretensão de um comportamento racional dos agentes e dos mercados, contrariando os seguidores da escola de Chicago. No seu próprio trabalho, explica Solow, evitava «deliberadamente o recurso ao conceito de agente otimizador, usando como pilares apenas as variáveis agregadas que são, em princípio, observáveis». Contudo, Solow reconhecia que a sua teoria alternativa ainda assim «limitava a aplicabilidade do modelo a trajetórias tranquilas sem períodos conturbados», alertando o leitor para «a possibilidade de desequilíbrios agregados que não se enquadrariam no modelo»³¹.

Solow distancia-se da linhagem de Lucas. «Sinto-me culpado com algumas coisas, mas não quanto à “macro moderna”, comenta, não poupando os seus colegas e certamente Lucas³². Mas mesmo rejeitando a pressuposição de agentes omniscientes, a sua teoria não explica “intervalos tempestuosos”, como a longa imoderação de 2008-2015 e tudo o que ocorreu desde então.

30 Lucas, 2013, pp. 43, 46. Outros académicos puseram esta ideia em causa. O juiz federal e professor na Universidade de Chicago Richard Posner, conhecido pela sua integração de economia e direito, publicou um livro em que apelava à aprovação de uma nova lei Glass-Steagall que respondesse à «crise da democracia capitalista» (Posner, 2010).

31 Solow, 2008.

32 Solow, 2008. Disponível em: <http://pubs:aeaweb.org/doi/pdfplus/10:1257/jep:22:1:243>.

Fama e a nova cruzada de Chicago

Lucas e Solow são dois gigantes da economia moderna, veementemente em desacordo. Em ambos os casos dedicaram a sua energia à teoria e a modelos macroeconómicos abstratos. Eugene Fama é, pelo menos, igualmente influente na economia financeira, tendo partilhado o Prémio Nobel de 2013 com Robert Shiller, de Yale (e com Lars Peter Hansen, de Chicago, outro friedmanista). Fama, a par de Fisher Black, Robert Merton, Myron Scholes, William Sharpe, Merton Miller e Harry Markowitz, faz parte de um poderoso movimento intelectual que procura estabelecer um admirável mundo novo para a finança. O seu êxito foi imenso, e Fama pode ser destacado como o mais influente criador dessa mudança nos nossos dias: a Universidade de Chicago apresenta-o orgulhosamente como o «pai da finança moderna».

O Comité Nobel do Banco Central da Suécia apresentou o seu feito nos seguintes termos: «Para muitos de nós, a subida e a descida do preço das ações simbolizam o desenvolvimento económico. Na década de 1960, Eugene Fama mostrou que é impossível prever a curto prazo os movimentos dos preços das ações e que nova informação afeta os preços quase imediatamente, o que significa que o mercado é eficiente»³³. A eficiência é de suma importância e todos os movimentos financeiros típicos são eficientes.

Profeta assumido da hipótese dos mercados eficientes, com o corolário essencial de que os mercados financeiros funcionam melhor quando deixados em paz pelos reguladores, Fama foi entrevistado por John Cassidy para a *New Yorker* depois de receber o Nobel em 2013 — mais de cinco anos depois do início da Grande Recessão. Cassidy pediu a Fama que avaliasse se a hipótese do mercado eficiente se aguentara durante e depois do *crash*. Fama respondeu: «Acho que se aguentou muito bem durante este episódio. Os preços começaram a declinar antes de as pessoas reconhecerem que se tratava de uma recessão, e depois continuaram a descer. Não houve nada de invulgar nisso.

33 Justificação do Comité do Nobel para a atribuição do prémio a Fama disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobelprizes/economic-sciences/laureates/2013/fama-facts.html>.

Foi exatamente o que se esperaria se os mercados fossem eficientes». Cassidy insistiu na questão, frisando que a bolha do crédito no mercado hipotecário não podia ser eficiente. Fama respondeu: «Nem sequer sei o que isso quer dizer. Quem obtém um crédito tem de o conseguir algures. Será que uma bolha de crédito significa que as pessoas pouparam demasiado durante esse período? Não sei o que é uma bolha de crédito. Nem sequer sei o que é uma bolha. Esses termos ganharam popularidade, mas não me parece que tenham qualquer significado.»³⁴

A filha de Dimon ficaria consternada: afinal de contas, o *crash* aconteceu em 2007 por causa da bolha imobiliária. Fama, no entanto, o principal economista financeiro da época, insiste que uma bolha não significa nada: «Nem sequer sei o que isso quer dizer.» E Fama insistiu: «Não sabemos o que causa as recessões (...). Nunca soubemos.»³⁵ A ignorância permite tudo.

O modo como Fama chegou a esta conclusão é uma história bizarra e subvalorizada. Na verdade, no início da sua carreira, Fama defendia a visão oposta. O seu primeiro artigo, publicado em início de 1963, resumia a sua dissertação de doutoramento e analisava o trabalho de um matemático de origem polaca, mais tarde naturalizado franco-americano, Benoit Mandelbrot, que passara algum tempo em Chicago, a *alma mater* de Fama, e que o jovem doutorando conhecera então. O artigo desenvolvia o trabalho de Mandelbrot sobre a identificação das principais características dos mercados especulativos, e Fama não poupou em palavras quanto às implicações dessas teorias. Afirmava ele: «Depois veremos que, se a hipótese de Mandelbrot se concretizar, isso vai alterar radicalmente a nossa opinião tanto quanto à natureza dos mercados especulativos, como quanto às ferramentas estatísticas a serem usadas ao lidar com preços especulativos.» Dizia ainda que «Mandelbrot acha que estes afastamentos da normalidade bastam para exigir uma nova abordagem à teoria do passeio aleatório nos preços especulativos»³⁶. Deveras radical.

34 Cassidy, 2010.

35 Cassidy, 2010.

36 Fama, 1963, p. 420.

Fama frisava a importância do desafio de Mandelbrot: «A hipótese implica que há mais alterações abruptas nas variáveis económicas que determinam o equilíbrio dos preços nos mercados especulativos do que aconteceria segundo uma hipótese gaussiana [ou distribuição normal]». Isto confirmava a pesquisa de Fama, pois «a conclusão da dissertação é que, no caso relevante dos preços das ações, a hipótese estável de Pareto [que admite acontecimentos e perturbações radicais] é mais consistente com os dados do que a hipótese gaussiana»³⁷.

O argumento de Fama é radical porque implica aquilo a que os estatísticos chamam de «abas largas» (*fat tails*) na estatística da rentabilidade financeira. Ao passo que movimentações nos preços imprevisíveis e de grande magnitude são extremamente raras no prudente passeio aleatório gaussiano presumido na literatura corrente, elas são de uma frequência chocante na alternativa de Mandelbrot³⁸. O jovem Fama saberia, portanto, «o que é uma bolha». A rebelião de Mandelbrot e do jovem Fama poderia ter aberto caminho a uma abordagem mais sensata às dinâmicas — e também à regulamentação — dos bens e dos mercados financeiros, prevenindo as perturbações que anunciavam.

No entanto, Fama rapidamente esqueceu a sua juventude rebelde. Pouco depois desse artigo heterodoxo, Fama publicou o seu icónico artigo de janeiro de 1965 «O Comportamento dos Preços do Mercado Bolsista», adotando um ponto de vista diferente e desenvolvendo a hipótese do mercado eficiente baseada na ideia de que o mercado bolsista seguiria um passeio aleatório.

Esta teoria foi desenvolvida ao longo da sua carreira. Em 1970, Fama refinou a ideia, distinguindo três graus de potencial eficiência de mercado: a forma fraca (o passado não prevê o futuro); a forma semiforte (os preços ajustam-se rapidamente à informação disponível) e a forma forte (os preços do mercado estão sempre certos e ninguém dispõe de informação relevante para prever pre-

37 Fama, 1963, p. 429.

38 Nassim Nicholas Taleb tem desenvolvido incessantemente esta hipótese do «cisne negro», referenciando Mandelbrot, ao defender que um acontecimento importante e imprevisível pode alterar o jogo (Taleb, 2007).

ços futuros). Os estudos empíricos de Fama apoiaram as formas semiforte e forte. Todas as (três) formas apoiam implicitamente a ideia de que a desregulamentação otimiza os resultados: os títulos e seus derivados devem ser comercializados com interferência nula ou supervisão mínima, para que a nova informação possa ser integrada nos preços sem atrasos.

Neste contexto, Fama adapta à finança a doutrina de Milton Friedman, que influenciou o seu trabalho: libertar o mercado e desconfiar do governo³⁹. A sua elegância matemática e implicações claras tornaram o trabalho de Fama muito apreciado no campo da economia, na esteira de Bachelier (a expectativa matemática do especulador é zero) e de Samuelson (os rendimentos do mercado especulativo são gerados por um passeio aleatório). Teve ainda outra repercussão, com maior relevância a longo prazo: a hipótese dos mercados eficientes orientou as opções políticas e inspirou o esforço de décadas para alterar a estrutura, as leis e as práticas que regem os mercados financeiros.

Tal como se recearia, os seus seguidores levaram a doutrina a extremos. A Bloomberg News relata que John Cochrane, outro professor de Chicago (e genro de Fama), liderou a revolta de finais de setembro de 2008 contra a tentativa inicial de Paulson, o Secretário do Tesouro, de comprar hipotecas titularizadas e injetar liquidez no sistema financeiro à medida que a crise do *subprime* se agravava. Muitos professores de Chicago assinaram a petição de Cochrane e este felicitou a Câmara dos Representantes por ter rejeitado o plano de Paulson. A ideia de Cochrane era simples: deixem a crise fazer o seu trabalho (Para pesar dos subscritores da petição, um segundo plano, mais abrangente, seria aprovado dias depois.)

39 Kevin Young e seus coautores investigaram um ponto curioso desta desconfiança do governo. Ao acompanharem a evolução e a influência dos discípulos de Friedman, Stigler, Sargent, Lucas, Wallace, Kydland, Prescott, Plosser, Long e outros tais liberalizadores, ou os elementos de Monte Peregrino e seus pares no mundo académico, descobriram que a primeira geração de «descendentes» (ou discípulos) tinha maior probabilidade de chegar ao topo da profissão do que outros economistas, mas que as gerações posteriores, os «netos», não conseguiam alcançar o mesmo estatuto académico. A explicação adiantada foi a de que a primeira geração estava «marcadamente próxima do poder» e que «a sua ascendência tinha o apoio das agências do governo» (Henriksen *et al.*, 2016). Afinal, o governo era importante para os pregadores antigoverno.

Numa espécie de eco do infame mandamento de «liquide-se o trabalho, liquidem-se as ações, liquidem-se os agricultores, liquide-se o imobiliário...» de Mellon⁴⁰, Cochrane é citado como tendo dito que «devíamos ter uma recessão. Quem passa a vida a martelar pregos no Nevada precisa de saber fazer mais alguma coisa». A recessão, algo que, supostamente, nunca deveria ter acontecido, foi saudada como uma purga para os desajustes da sociedade⁴¹. No início de 2010, Cochrane acrescentou, no mesmo tom, que «a economia pode recuperar rapidamente de uma contração do crédito se for deixada em paz»⁴². Isto fazia eco da inspiração de Fama, que aventou, ousadamente, que «a experiência que nunca fizemos foi esta: imaginemos que o governo se afastava e permitia que estas instituições falissem. Quanto tempo demoraria para que se resolvesse tudo? Imagino que estejamos a falar de uma semana ou duas»⁴³. A desregulamentação total, uma crise purgativa e uma semana ou duas resolveriam a questão⁴⁴.

Além disso, tal como Fama concluiria mais tarde, num artigo revisionista de 1992, os padrões históricos da rendibilidade das ações são misteriosos, pois, se os dividendos forem baixos, elas tendem a sair das marcas nos anos seguintes, o que seria impossível caso o ajustamento fosse completo e instantâneo⁴⁵. Não

40 Ver, por exemplo, o artigo de Paul Krugman sobre a doutrina Mellon, de 31 de março de 2011, no *New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/04/01/opinion/01krugman.html>.

41 Declaração a Bloomberg, 28 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=a3GVhIHGyWRM>.

42 Declaração à PBS, 17 de fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.pbs.org/newshour/bb/business-jan-june10-stimulus_02-17/.

43 Cassidy, 2010.

44 Em 2010, Ramin Toloui, na altura a trabalhar na Pimco, provou que a produção global da economia é um melhor guia para o valor das obrigações do governo do que os cálculos sofisticados quanto ao seu valor de mercado baseados nestas teorias. Na verdade, mostrou que os índices de obrigações do governo garantidos pelo PIB superam os garantidos pelo valor dos últimos vinte anos e com menos volatilidade. Em 2014, Toloui foi nomeado Secretário-Adjunto do Tesouro dos EUA para as Finanças Internacionais, representando, assim, o Tesouro nas negociações monetárias internacionais (ver: <https://www.treasury.gov/about/organizational-structure/Pages/toloui-r.aspx>).

45 Fama e French, 1992. Um desenvolvimento por outros autores sobre a teoria de

obstante, Fama não teve problemas em acreditar no mercado e na sua perfeição, pois, entretanto, entrou para uma empresa que geria fundos indexados, a Dimensional Funds Advisors⁴⁶.

No entanto, Fama, o criador desta teoria dos mercados eficientes, foi alvo de três vagas de críticas, dois no seio da sua disciplina e um entre os financeiros praticantes. A primeira afirmava que a mais leve das aproximações à realidade arrumaria com o modelo da eficácia dos mercados financeiros. Num artigo de 1990, Lawrence Summers, a par de outros académicos distintos, mostrou que modestas perturbações nos valores do mercado poderiam atrair especuladores atentos às tendências de evolução, cujas operações criariam uma divergência significativa e duradoura entre os preços especulativos e o preço ideal - uma divergência excluída pela religião dos mercados eficientes⁴⁷. Fisher Black, outro dos «pais da finança moderna», aventara o mesmo resultado anos antes⁴⁸.

A segunda onda de críticas partiu de Robert Shiller, laureado com o Prémio Nobel que partilhou a cerimónia de Oslo com Fama. Shiller foi brutal, pondo em causa a contradição entre o discurso de Fama acerca do modelo e a sua perceção da realidade, tanto mais que as suas próprias investigações empíricas tinham revelado as imperfeições e a ineficiência do mercado. Estava, portanto, atento aos riscos de um colapso. Além do mais, considerava que a experiência da vida real, nomeadamente da bolha especulativa no imobiliário, que detetou anos antes do início da crise do *subprime*, condenava o ponto de vista de Chicago quanto à

Fama foi ainda mais longe, indagando «num mundo com atores totalmente racionais, como podem existir erros de preço relativos ao *tail risk*?» e respondendo que os compromissos de empréstimo são ótimos exatamente por criarem opacidade. A ideia é que a opacidade minimiza os incentivos para se obterem novas informações e que, às cegas, todos tendem a ter a mesma perceção do mercado. Todavia, a probabilidade de choques aumenta o incentivo, por parte de alguns especuladores, de recolher informação, podendo exacerbar a seleção adversa. A incorporação desta informação nos preços de mercado amplifica os efeitos negativos. Portanto, mercados livres não significam, necessariamente, transparência; pelo contrário, mercados livres significam opacidade e ignorância distribuídas equitativamente (Dang *et al.*, 2009).

46 Cassidy, 2009, p. 91.

47 DeLong *et al.*, 1990.

48 Black, 1986.

perfeição da desregulamentação: «Terá, de algum modo, de afetar o nosso pensamento saber que eles [a escola de Chicago] acreditam mesmo nos mercados. Acho que talvez [Fama] tenha uma dissonância cognitiva. A pesquisa dele mostra que os mercados não são eficientes. Assim sendo, o que faremos se vivermos na Universidade de Chicago? É mais ou menos como se fosse um padre católico que descobrisse que Deus não existe, ou algo do género, não se consegue lidar com isso, portanto é preciso racionalizar a ideia.»⁴⁹

Finalmente, o último corpo de críticas vem de investidores e financeiros profissionais. Charlie Munger, sócio de Warren Buffett na Berkshire Hathaway, afirmou, em 2003, que «o percurso da Berkshire foi conseguido sem prestar qualquer atenção à teoria do mercado eficiente na sua forma mais dura», acrescentando que as ideias dessa doutrina do mercado eficiente na finança «tornam-se ainda mais tolas do que na economia»⁵⁰.

Os bastidores desse jantar de gala do Nobel devem ter sido palco de situações tão divertidas como em 1974, quando Hayek e Gunnar Myrdal receberam o Nobel ao mesmo tempo e se opunham em todos os conceitos económicos e sociais.

49 *The Guardian*, 10 de dezembro de 2013, disponível em: <http://www.theguardian.com/business/2013/dec/10/nobel-prize-economists-robert-shiller-eugene-fama>.

50 Declaração ao *The Guardian*, 5 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2016/feb/05/economics-global-crash-human-behaviour>. O discurso está disponível, na sua totalidade, em: <http://www.tilsonfunds.com/MungerUCSBspeech.pdf>.

Conferência de Oscar Guardiola-Rivera

Y es exactamente el mismo discurso que llevó Donald Trump por esa parte del sur y centro de los Estados Unidos que llaman el *Bible Belt*.

Y es exactamente el discurso de los *brexeters* británicos, para quienes el culpable no es el capitalismo, sino Bruselas, la Unión Europea, que los habría colonizado. Y por ello, y esto resulta casi paradójico, ustedes oyen hablar a un Boris Johnson, el secretario de relaciones exteriores británico, o a Jean-Marie Le Pen, y pareciera que su vocabulario fuese el de un miembro de un movimiento de liberación descolonizante de los setentas.

Tenemos que liberarnos de Bruselas, tenemos que independizarnos de la globalización. Y luego viene la coda final. Porque hay un enemigo externo que nos está ocupando y nos quita los puestos de trabajo.

Ese enemigo externo, en el caso europeo es fácil pintarlo, es el inmigrante, lo mismo en el caso norteamericano, lo mismo en el caso colombiano. Tengan mucha, presten mucha atención a lo que está sucediendo con la inmigración de venezolanos en Colombia, y cómo se la está empezando a invertir, de manera que la retórica adquiere características racializantes.

Los ministros colombianos ya están diciendo que no van a poder sostener la inmigración de venezolanos, aun cuando, en términos de números, el número de colombianos que aún viven en Venezuela, sea muchísimo mayor que el de todos los venezolanos que se han movido... que han pasado la frontera.

Esta pretensión es el núcleo duro del conservadurismo reaccionario, hoy. Y lo que hace el conservadurismo reaccionario es disimular, pretender; se presenta como abierto a escuchar los clamores de las masas, los clamores antiglobalización; pretende llevarlos a la calle y los lleva a la calle, de manera que le quita el espacio del campo de batalla a la izquierda.

Y es por ello mismo que también ocupa todos los otros campos de batalla, el de la música y el de la literatura. No es, no puede ser ninguna coincidencia, que la literatura de las Américas de hoy esté encarnada, simbolizada por Mario Vargas Llosa. En vez de Chico Buarque o en vez de Gabriel García Márquez. De hecho, al propio Gabriel García Márquez también lo cooptaron.

Entonces es necesario... y este es mi segundo punto. Ya presenté mis confesiones, ahora he presentado mi argumento, voy a tratar de desarrollarlo.

En este mismo sentido, cabe distinguir entre dos épocas de golpe. Una primera época se caracterizaría por lo que podríamos llamar golpes abiertos, visibles, espectaculares; los Hawker Hunter Jets bombardeando el Palacio de La Moneda. Más o menos entre 1964, en Brasil, luego Chile, luego Argentina.

Y cabe distinguir ese período de un segundo período, que podríamos llamar el golpe encubierto; seguimos con el tema de la pretensión, del encubrir; el golpe encubierto o disimulado, el mal llamado golpe suave, que de suave no tiene nada.

Comienza en 2002, en Venezuela, de donde no se ha ido, ahí sigue; 2009, en Honduras: la Corte Suprema ordena la captura de Manuel Zelaya; 2012, Paraguay: el Congreso expide un libelo acusatorio en contra del presidente Fernando Lugo; 2015-2016, en Brasil; con un antecedente, el de Fernando Collor de Mello; 2014, Venezuela, aplicación de la Carta Democrática de la OEA.

Fíjense ustedes, cómo lo que es común a la segunda época es el reemplazo de los Hawker Hunter *jets* por lo que podríamos llamar el abuso del derecho o *lawfare*. El término en inglés es muy fuerte, porque resuena enseguida con *warfare*, o sea, es guerra, la misma guerra, el mantener la misma violencia, pero por otros medios, medios que pretendan ser no violentos. La constitución utilizada contra sí misma o, para decirlo en términos del mayor teórico del siglo XX en estos aspectos, la defensa de la constitución.

El teórico al que me refero, no es otro, que el muy conocido jurista del tercer Reich, Carl Schmitt, quien precisamente, a la vista de la posibilidad de una organización política utópica y práctica de las masas, desarrolló la vieja idea romana – ojo -- Esparta y Roma, Esparta y Roma; guerra, imperio. De acuerdo con la cual, es posible entregarle el gobierno al uno solo, a un hombre, a un hombre blanco, a un hombre blanco, a un hombre blanco viejo, a un hombre blanco viejo rico racista, para que conjure la amenaza.

A ese puesto le llamaban los romanos *dictator*, pero su característica fundamental era la temporalidad, tenía que ser temporáneo, temporal, excepcional. Cuando Julio Cesar, su mito, cruza el Rubicon, entra a Roma con los ejércitos, es nombrado *dictator* para conjurar una amenaza excepcional, temporal. Lo que hace Julio Cesar es pedir que se posponga el fin de la excepcionalidad, diez años más, primero, y luego a perpetuidad; y Julio Cesar se convierte en *dictator* perpetuo.

En términos de la política reaccionaria conservadurista de los siglos XX y XXI, la mejor destilación de esa figura, está en una frase de Walter Benjamin, el crítico literario y teórico crítico. Nuestra temporalidad de agotamiento tiene la característica de ser un estado de excepción, un estado de emergencia, pero, un estado de emergencia que se vuelve la regla, la crisis nunca termina, el estado de excepción se vuelve la regla. El estado de excepción es una posibilidad interior a la constitución, no le pone fin a la constitución, solo la deja en suspenso. Es decir, la constitución no deja de existir, se la deja en suspenso, pero eso suspenso puede extenderse hasta el infinito.

Es eso lo que quiere decir el inefable Mario Vargas Llosa, cuando dice que en Colombia siempre han funcionado las instituciones democráticas, así haya algunos problemitas.

Si ese es el caso, y por supuesto, cuando Schmitt desarrolló la idea del dictador, la pone en la constitución, y es con base en ese aparato constitucional que se facilita el ascenso del Partido Nacional Socialista, el ascenso de Adolf Hitler. De hecho, el término alemán para canciller es una aliteración de César, es el mismo, el tema es defender la constitución, pero, ¿defenderla de qué? Defenderla de la posibilidad autoorganizativa de las masas excluidas. Es esa la amenaza que hay que conjurar, pero como no se puede decir eso de manera abierta, hay que pretender que las amenazas son otras.

Y si ustedes leen el libelo del congreso paraguayo contra Lugo o los términos del *impeachment* contra Dilma Rousseff o el libelo acusatorio contra Lula Da Silva. Y, ojo, Lula no es un héroe, y disto mucho de considerarlo un héroe, pero si los leen, notan la misma, el mismo punto repetido una y otra vez: Hay que hacer esto, nos vemos obligados a hacer esto, a suspender, para evitar otras calamidades, otras catástrofes.

En el caso paraguayo se apeló a una supuesta masacre, se apeló a la malversación y mala administración económica, y por supuesto, lo que estoy diciendo es que estas prácticas no son nuevas.

Ya dije que Colombia era un modelo, pero, por supuesto, el modelo detrás de ese modelo es Chile en los setentas. Porque lo que cabe notar acerca de esta distinción que he hecho entre dos épocas, es que las estrategias de ambas épocas son complementarias, no son excluyentes, y el Chile del 73 es el mejor ejemplo de ello. Claro, todo mundo recuerda a Pinochet. Es fácil demonizar a un tipo con fatigas verdes y gafitas oscuras, que además se sienta así. Parece un monstruo, estaba diseñado para parecer un monstruo, aunque, por supuesto, él no era, él no fue el que diseñó el golpe, entre otras cosas; pero todo mundo olvida a Jaime Guzmán.

Jaime Guzmán, un estudiante de derecho de la Universidad de Chile y de la Universidad Católica, un civil, termina siendo el

más influyente de los Chicago Boys. Los Chicago Boys de Chile no necesitaron esperar a que llegaran de la Universidad de Chicago, Harberger y Milton Friedman, para haber concluido que cualquier intervención política en las libertades personales, que ellos consideraban prepolíticas, legitimaba una acción violenta para derrocar el gobierno que estaba intentando poner en práctica políticas progresistas; el de Salvador Allende.

Y no necesitaban esperarlo, porque Jaime Guzmán y otros, de Castro y otros miembros de los hoy llamados Chicago Boys, se inspiraron de uno de sus maestros, un sacerdote jesuita llamado Osvaldo Lira, quien a su vez había sido influido por una serie de intelectuales españoles del falangismo, a los que el historiador Paul Preston llama “los intelectuales del genocidio”. Primo de Rivera, más conocido, Vázquez de Mella, menos conocido, más influyente, y tres economistas catalanes que en los medianos cuarentas se habían reunido con Hayek, y le habían recordado a Hayek que habían sido los teólogos juristas del siglo XVI, Luis de Molina, Francisco de Victoria, y otros, quienes ya habían hecho una distinción crucial entre libertades prepolíticas y libertades políticas; y la propiedad era una libertad prepolítica y, por lo tanto, ninguna organización política podría intervenir el derecho a acumular propiedad, sin con ello deslegitimarse a sí misma.

Hay antecedentes de lo que hoy llamamos neoliberalismo que van mucho más atrás, que van hasta la época colonial. Y quizás sea eso a lo que Marx se refería cuando hablaba de acumulación primitiva. El nunca entendió que se tratase de algo que pasó primero en la prehistoria. La acumulación primitiva es constitutiva y contemporánea, se repite una y otra vez, cada vez que hay crisis, el capitalismo entra en un proceso de acumulación y esa acumulación siempre implica expansión, y esa expansión siempre es violenta, pero tiene que disfrazarla como si no lo fuese.

Me interesa mucho la obra de un politólogo contemporáneo llamado Gene Sharp, uno de estos personajes desconocidos, pero terriblemente influyentes en los Estados Unidos, de los que nos han hablado. Sharp ha sintetizado la metodología de la *no batalla*, de la

no violencia del conservadurismo reaccionario de hoy, y lo ha hecho dibujando una lista. Es una lista de lo que hacen los conservadores, de cómo opera en la práctica el conservadurismo reaccionario.

El manualito, porque es un manualito, se titula, *Métodos de la acción no violenta*: A. Métodos no violentos de protesta y persuasión; Declaraciones formales: 1. Alocuciones públicas, 2. Cartas de rechazo o de apoyo, 3. Declaraciones por parte de organizaciones e instituciones, 4. Declaraciones públicas firmadas, 5. Peticiones en grupo o en masa; Comunicación dirigida a públicos más amplios, 6. Esloganes, caricaturas y símbolos, 7. Banderas, carteles y otros medios de comunicación. Y continúa la lista: delegaciones, premios satíricos, montar guardias con piquetes, exhibición de banderas y de colores simbólicos, oración y ritos, desnudos de protesta, gestos groseros, perseguir a las "autoridades", entre comillas; burlarse de las autoridades, bromas y *sketches* satíricos, marchas, desfiles, procesiones religiosas.

Parecería una lista de cómo hacer la revolución y es exactamente lo contrario; pero, fíjense ustedes que, en la práctica, lo que trata de hacer el conservadurismo reaccionario es precisamente ocupar esos espacios en donde la colectividad puede reunirse e imaginar un futuro diferente para luego realizarlo. Se trata de ocupar esos espacios, de cerrarle esos espacios, y si ese es el caso, entonces hay que contraponer, hay que saber cómo el conservadurismo contrapone la desobediencia civil de los golpistas a la necesidad de mantener causas de negociación, cómo cierra las puertas de la resolución democrática, cómo ayuda a la oposición a pasar a la ofensiva, a imponer su agenda, a declararse la víctima, cómo impone la división entre amigo y enemigo.

El objetivo del conservadurismo reaccionario de hoy es minar el hábito de obediencia, pero, ojo, el hábito de obediencia cuando nos autoorganizamos y decidimos juntos que nos vamos a obedecer a nosotros mismos. Es ese hábito el que quiere minar el conservadurismo reaccionario de hoy. Y como ese hábito de obediencia siempre está fundado sobre un mito colectivo, lo que trata de hacer el conservadurismo reaccionario es que la obediencia

cia a la auto legislación colectiva se haga consciente, en vez de ser un hábito entre todos, un hábito colectivo.

Y así, se le niega obediencia al gobernante, se le retira el consenso, y se hace posible derrotarlo, al gobernante progresista, quiero decir.

Es exactamente lo que hicieron Jaime Guzmán y los jóvenes gremialistas en el Chile de los setentas. Ellos llamaron a la movilización de una nueva derecha, que incluía, eso es importante, un sector femenino considerable, para disputarle, con toda capacidad, la calle y el imaginario a la izquierda.

Recuerden ustedes que, en los setentas, como hoy, las fuerzas progresistas del frente popular de Allende no tenían acceso a los medios de comunicación, no tenían acceso al Mercurio. El Mercurio, de la familia inglesa Edwards, era lo mismo que *O Globo*, aquí en Brasil, el órgano de propaganda de una élite, y un arma de guerra. Así que, para intentar comunicarse y generar organización colectiva, los miembros del frente popular, y en particular, los artistas del Frente Popular, empezaron a usar creatividad artística, a poner murales, a pintar murales en las calles de Santiago, a poner recortes de periódicos de manera azarosa; de allí sale la poesía concreta latinoamericana; Alejandro Jodorowsky y muchos otros.

Es exactamente a lo que estaba aludiendo Francisco, creo, cuando habló de Chico Buarque. Así que se trata de cerrarles esos espacios a los progresistas, de minar esas posibilidades. Y ustedes lo saben bien, porque eso ya ocurrió aquí en Brasil, una vez.

Uno de mis textos favoritos... Yo soy un poquito anticuadillo, entonces me encantan esos textos de los sesentas y setentas. No había nacido todavía, pero me encantan. Uno de mis textos favoritos es un texto que escribieron los miembros del movimiento *Tropicália* en esa época, y que sigue, ese texto sigue a la declaración de la Junta Militar, que prohibió una serie de prácticas artísticas, entre ellas la canción popular. Y en respuesta a esa prohibición nace el tercer cine latinoamericano. En respuesta a esa prohibición, Glauber Rocha escribe los manifiestos del Hambre y luego el manifiesto de la *Estética del sueño*.

Allí se empiezan a producir otras formas de mito, de ritual colectivo. Y quiero terminar, recuperando esa idea del ritual colectivo y de la imaginación colectiva, a manera de conclusión, cómo resistir, cómo resistir el avance del conservadurismo reaccionario de hoy.

Voy a decir primero, que las mejores y más justas formas de resistir y confrontar el conservadurismo reaccionario, son aquellas que pasan por la simbolización; que, pasando por la simbolización y el arte, logran con éxito, convertirnos en testigos de la manera cómo el mundo social concreto en el que vivimos ha llegado a ser como es. Me refiero, entonces, a formas simbólicas, imaginarias y artísticas, en el entendido de que, precisamente, porque somos materialistas, reconocemos que no hay política, sin apelación al plano simbólico.

Obsérvese, por ejemplo, cómo la violencia ha adquirido en Latinoamérica, un tono, un talante, una característica expresiva. Se asesina, ya lo dije antes, o se expone a la mujer por ser mujer, por ser negra, por ser bisexual u homosexual, por ser activista, por ser de izquierda; y si es todas las anteriores, entonces se la presenta como un cuerpo contaminante y poseído, endemoniado, como una bruja. Y hay una larguísima tradición, en particular en Brasil, de intersección entre la literatura, la escritura y la demonización del cuerpo femenino como voraz, sexual y políticamente.

Esa tradición literaria comienza con las crónicas de los jesuitas del siglo XVI; con Gândavo, por ejemplo, con Anchieta. Ustedes la ven reaparecer en las crónicas que luego van a convertirse en el prolegómeno de la antropología, Jean de Léry, quien de hecho...

Estas formas simbólicas y artísticas a las que me refiero pueden ser concebidas como, llamadas, utópicas, simbólicas, hasta míticas, sin que, al hacerlo, abandonemos el énfasis en los problemas de la alienación y división social, toda vez que tomemos en cuenta su poder para hacernos presente la relación entre las leyes e instituciones que una sociedad civil moderna, cuya experiencia tiene lugar en el consumo, en el espectáculo, en lo que Hegel llamaba “el sistema de las necesidades”, de una parte, y el pensamiento y la acción que no es absorbida o determinada por dichas instituciones.

Es decir, la resistencia efectiva en contra del avance del con-

servadurismo reaccionario, tiene que situarse en ese intersticio, ese intervalo abierto; concretamente, existente en todas las sociedades de mercado modernas, entre, de una parte, las leyes y las instituciones del mercado que determinan nuestra vida cotidiana.

A nosotros nos gustaría pensar que somos libres, y los liberales y los neoconservadores más o menos liberales, viven hablando de libertad de opción, ¿no?, *Freedom of choice*.

Pero, por supuesto, todos sabemos que no somos libres, mi libertad depende de cuánto dinero tenga en la cuenta, y si no lo tengo, me jodí, como decimos en Colombia, *I'm fucked*, como dicen en Inglaterra.

Eres excluido, no solo porque no tengas medios de vida, medios de manutención, sino porque no tienes ningún espacio para participar en la vida política y por lo tanto no puedes desarrollar tu identidad.

El problema de la izquierda no son las políticas identitarias, entre otras cosas, porque el modo capitalista de la vida cotidiana no nos permite tener identidad. Nos pone en crisis identitaria todo el tiempo: ¿Quién soy? ¿Qué soy? ¿Ahora soy gay o mañana soy LGTB? ¿Qué otra palabrita le pongo? ¿Cómo hago para que esa lucha termine? Hoy me declaro mujer, mañana no. ¿Cómo tengo que aparecer en Facebook?, ¿feliz, menos feliz?

Ustedes se han dado cuenta que en Facebook todo el mundo es feliz. Y esa preocupación constante, lo que nos está produciendo es una ansiedad enorme, que concretamente está apareciendo en la forma de enfermedades mentales.

La crisis de opiáceos en los Estados Unidos no cayó del cielo. Todos estamos exhaustos, ustedes lo saben bien. Hay que levantarse a las seis de la mañana o a las cuatro de la mañana para subir al bus, dos horas al lugar de trabajo, llegar al lugar de trabajo, trabajar como un robot hasta el medio día; no almorzar porque no hay con qué almorzar, salir del lugar de trabajo, regresar otras dos horas a la casa, tratar de escapar dos horas en la televisión, si la tienes; dormir, para qué, para volver a repetir el mismo día una y otra y otra y otra vez.

Eso es alienación, y no es suficiente con implementar políticas sociales que le garantizan a los más pobres un mínimo de ingreso; porque aún si eso se hace, ello no resuelve el otro problema que es el de la alienación, el de la división social, el del hecho de que, si yo estoy excluido y tratando simplemente de sobrevivir, de llegar al final del mes, nunca voy a tener tiempo de ponerme a pensar en política, en organizarme con mis comunidades.

Y por eso es que la gente, sobre todo entre las clases medias, ha hecho uno de sus hábitos, el decir, "No, a mí no me interesa la política. La política, es que es fea, es corrupta, divide. No, no, a mí eso no me interesa, yo hago mi trabajo, eso no."

Es ahí donde gana el conservatismo reaccionario, y es ahí donde hay que resistirse a él.

Y es, y aquí voy terminando, regresando al principio, es precisamente en ese sentido, en el que los análisis de Georg Lukács sobre la novela, y en particular sobre las novelas de Balzac, son tan importantes. Si ustedes leen las novelas de Balzac, se encuentran, precisamente, con unos personajes que están siempre en ese intersticio; a punto de caer al abismo.

Un campesino del sur de Francia que emigra a los centros urbanos porque quiere convertirse en poeta, para luego quedar defraudado, cuando se da cuenta que la literatura ya es simplemente otra industria, y sus poemas, simplemente, otro objeto mercantil más. Y tienen que luchar internamente, como lo hacemos todos los que escribimos; es una lucha, estamos divididos internamente. Escribo, pero si escribo lo que me gusta, no vendo, y mi editor se pone furioso, y no me publican. Pero si publico y vendo, no digo lo que quiero decir, y es por eso, que la mejor manera de ser escritor de éxito latinoamericano, en este momento, es asumir la posición política de los editorialistas del diario El País en España.

Y es por eso, que, en cada festival literario, créanmelo, porque asisto a todos, hay que rendirle pleitesía y corte a su majestad Mario. Quieres ser un escritor de éxito, has eso.

Y así como lo que Georg Lukács dijo de la novelística de Balzac, es exactamente la razón por la cual Thomas Piketty, el economista

analista de la desigualdad en el siglo XXI, utiliza, precisamente, la novelística de Balzac, para mostrar e ilustrar sus cuantificaciones en su muy importante libro sobre *El capital en el siglo XXI*.

Y, qué lástima que nosotros los maestros hemos perdido la capacidad de hablar de literatura, precisamente cuando estamos hablando de economía; y de hablar de economía y de números, precisamente cuando estamos hablando de moda; y de hablar de moda, precisamente cuando estamos hablando de política dura, concreta y pura.

Podría ser la novelística de Balzac, pero, también podría ser la novelística de Chico Buarque, *Leche derramada*, cuyo tema es la soledad, la atomización del individuo en la sociedad actual.

Todos vivimos solos, todos vivimos exhaustos, y por eso vivimos pegados de Facebook y de Instagram y de Internet, para tratar de conectarnos, así esa conexión sea disimulada, pura pretensión.

Para comenzar, entonces, estas formas que he llamado utópicas, deben estar en capacidad de permitirnos ser testigos de la manera cómo el conservadurismo reaccionario contemporáneo aún está determinado por las fuerzas del capitalismo, así pretenda rechazarlas o disimule hacerlo.

Pero también voy a decir que esas formas simbólicas y el arte, no son suficientes; porque su capacidad... Si bien pueden, a veces, estimular el pensamiento y la acción crítica, dados los límites de su acción en la sociedad moderna, no basta, hay que, sí, identificar, inventar y movilizar los equivalentes contemporáneos al mito de la huelga general del que hablase el socialista francés Georges Sorel; no solo porque se trata de tecnologías imaginarias de anticipación, de imaginarse un mundo alternativo y, en verdad, diferente. Y, además, son motivaciones no discursivas para la acción, este es otro problema de la izquierda, la izquierda tiene muy buenas teorías y muy buen lenguaje analítico, pero tiene muy mal lenguaje imaginario, no motiva.

Esta es otra tarea que tenemos en frente, pero digo, no solo por eso, sino, también y, sobre todo, en el sentido del ritual, que magnetiza afectos, que presenta los supuestos fracasos de los

revolucionarios del pasado como procesos exitosos, que fueron interrumpidos de manera violenta, arbitraria, precisamente porque fueron exitosos.

Es mi argumento acerca de Chile, del Chile de Allende. El Chile de Allende no cayó porque hubiese manejado mal la economía, no, es exactamente todo lo contrario; es porque fue tan exitoso que se requirió tal grado de violencia para acabarlo. Porque como nos lo dijeron antes, una vez los trabajadores se dan cuenta que pueden ir a las empresas y empezar a funcionar sin la necesidad de sus gerentes, lo lógico se hace evidente, ¿para qué los necesito? y no los necesitaron.

Les recomiendo la historia del proyecto Cybersyn en el Chile de los setentas; a ustedes y a mí, que nos encanta vivir conectados de las redes sociales y las computadoras. Pues, una de las primeras se inventó en Chile, y se inventó, precisamente para conectar los grupos de trabajadores autónomos en las fábricas, y funcionó; y funcionó tan bien que una de las primeras cosas que hizo el ejercito tras haber asesinado a Allende fue destruir todo el aparataje de Cybersin.

Esa historia, que es nuestra historia inmediata, está aún por contar, es otra de las maneras prácticas como ha avanzado el conservadurismo reaccionario hoy; no nos han contado la historia inmediata, no la sabemos.

El revisionismo histórico ha hecho de las suyas con la historia del siglo XX, la ha borrado, al punto de hacer equivalentes, la resistencia antifascista con el fascismo, como lo hizo la semana pasada el secretario de relaciones exteriores británico al proponer una analogía entre la copa mundial rusa y los juegos olímpicos del nazismo alemán. Ojo, que ese argumento está por todas partes. Ese también es el argumento de Vargas Llosa, ese es el argumento de Hayek.

¿Era Hayek un liberal? Voy a decir no, no. Por supuesto, que, si uno está enseñando economía en la London School of Economics en 1944, habría sido muy difícil escribir un elogio de Adolfo Hitler. Así que había que inventar otras maneras, un poco más

sofisticadas, para alcanzar el mismo resultado. Hayek propuso que toda imaginación colectiva, utópica, que pretendiese dirigir políticamente o decidir políticamente la economía, tendría como resultado, inevitablemente, la aparición de un régimen totalitario; al hacerlo, puso en el mismo saco la revolución rusa de octubre y el ascenso del nazismo alemán en Alemania y en Austria.

Así, que lo que está haciendo Hayek es, precisamente, argumentar que todo viaje a la utopía conduce al mismo totalitarismo fascista y que el comunismo no es otra cosa, sino otra forma de totalitarismo. La noche proverbial en la que todos los gatos son grises, y en esa confusión, en esa desorientación, nos tienen atrapados.

Termino con lo siguiente: El mito de la huelga general implica un principio cuya validación, encarnada en las voces de los silenciados y los cuerpos de los desaparecidos y de las asesinadas, no puede ser objeto de compromiso. Así, se trata de la verificación universalizable de la validez absoluta, encarnada en los que son la parte de ninguna parte, como dicen dos de mis colegas en la Universidad de Londres.

He allí la búsqueda de un criterio normativo que nos permita distinguir las luchas emancipatorias de las que no lo son. Las luchas emancipatorias, para distinguir, no le rinden culto a la supuesta autonomía y neutralidad del derecho. Las luchas del conservatismo reaccionario siempre comienzan por rendir culto a la supuesta autonomía y neutralidad del derecho.

La frase que más repitió Donald Trump durante su campaña electoral, no fue *pussy*, aunque seguro es la que más le habría gustado pronunciar, no sé cómo lo va a traducir. La que más, estadísticamente la que más veces repitió fue *Law and order*, *Law and Order*; háganle el mismo análisis a los discursos de Michel Temer, *pussy*.

Las luchas emancipatorias se encarnan en los sectores alienados y pobres, cuando estos se oponen al sector de los Súper Ricos, que también están alienados, ojo, también están alienados. Los Súper Ricos creen que su dinero se lo han ganado ellos por su talento, eso es lo más paradójico del capitalismo contemporáneo.

El sueño del capitalismo contemporáneo es la extinción del ser humano; ¿Por qué? Porque si no tienes trabajadores no tienes problemas en la fábrica; entre menos trabajadores, entre más automatización tengas, mejor. Eso es una fantasía, porque por supuesto no va a haber valor si no hay trabajador; pero esa es la fantasía que les está moviendo, y es por eso que ellos no le temen a la extinción ecológica, para nada. No es que no crean en ella, es que la buscan.

Así, que las luchas emancipatorias se encarnan en los sectores alienados y pobres, cuando se oponen al sector de los Súper Ricos, y buscan sus propias formas de organización. Esta última pregunta es la que voy a dejar, si tenemos tiempo, para la conversación: ¿Cuál modelo de organización?

Y aquí, para comenzar la conversación, cabe decir que no existe uno solo, no existe un solo modelo de organización progresista de la izquierda. Muchos de mis amigos brasileros, y los adoro y los quiero y los respeto mucho, están pensando que lo que hay que hacer en Brasil es repetir el modelo español, fundar un Podemos.

Habría que ver qué tanto está funcionando en España, pero además y más importante, es que allí emerge este modelo por unas condiciones muy muy concretas. Dos partidos existentes, el PP, que es otro partido fascista con otro nombre, como todos los partidos fascistas; también se han dado cuenta que han aparecido nuevas palabras para no decir fascista: Alt-right, Neo Right, Neo conservatism; todos son fascistas, cualquiera sea el nombre.

Con esos dos partidos en España, muy difícil intentar ocupar el espacio, ¿organizar a otro tiene sentido? No así en Gran Bretaña, en Gran Bretaña tiene sentido y este es otro modelo y está funcionando.

Fue tomarse el partido desde dentro. El partido de la izquierda que es el mismo partido, dividido, profundamente dividido entre una derecha y una izquierda.

La organización social se ha formado paralelamente al partido, se llama Momentum, pero ha introducido desde la política local hacia arriba, hasta que lograron sorprender a todo el mundo al

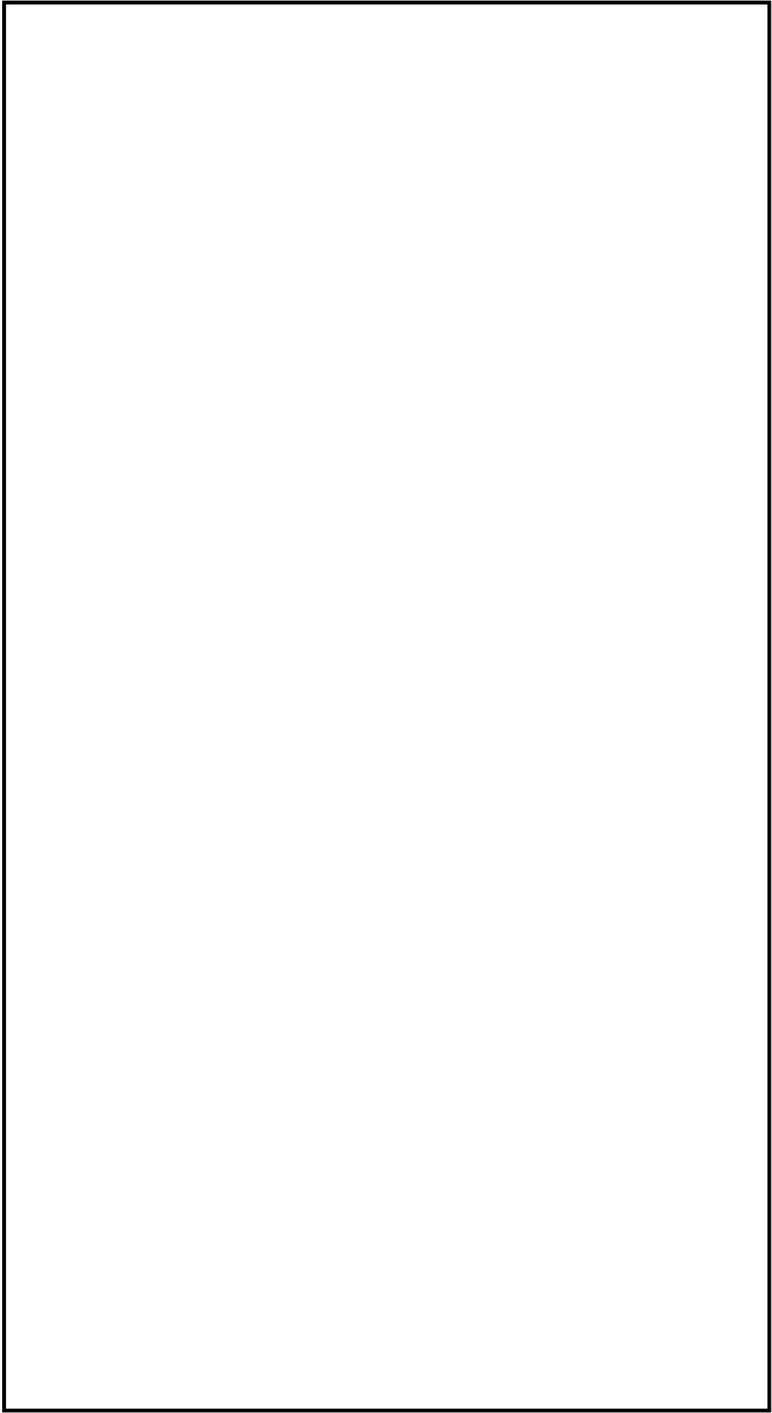
elegir a alguien que no era para nada un héroe; nadie sabía quién era Jeremy Corbyn antes de que ganase las elecciones del liderazgo del Partido Laborista; los únicos que sabíamos éramos los latinos que vivimos en Londres, porque él es el representante de la constituyencia donde vivimos la mayoría de los latinos, y llevamos 37 años eligiéndolo. Su esposa es mexicana, habla perfecto español, conoce a Latinoamérica mejor que muchos latinoamericanos; pero lo que se produjo allí fue un muy interesante contacto entre el movimiento social Podemos, que en su mayoría es muy joven y una figura del pasado, que en alguna medida les podía contar la historia que nadie les había contado.

Esas alianzas son muy interesantes. Uno podría decir que en el caso de Bernie Sanders, en Estados Unidos, también se produjo un fenómeno similar, una especie de intercambio de historias.

Podemos, el laborismo de Corbyn, la Revolución Indigenista de Bolivia, o ese otro experimento, muy, muy exitoso, del que ya nadie habla, los zapatistas en Chiapas, bueno, las zapatistas en Chiapas; muy exitoso, en un México que se hunde.

Quiero dejar allí, entonces, para que iniciemos la conversación, quiero agradecerles por su paciencia, estas son jornadas larguísimas, los hombres ya hemos hablado demasiado, les prometo no hablar más el resto de estos días, quiero agradecerle a las organizadoras y a Netto por las lecciones que nos has dado, muchas gracias a ustedes.

**Condições Atuais
das Lutas de Classe
no Brasil e na
América Latina**



Conferência de Javier Calderón Castillo

A los líderes y las líderes sociales asesinadas en Colombia

Agradezco a la Facultad de Servicio Social de la Universidad Federal de Río de Janeiro por esta invitación. Para nosotros, para el pueblo colombiano, para el pensamiento crítico colombiano, es muy importante tener estos espacios de discusión, de socialización y de disputa intelectual, sobre lo que está pasando en nuestro país.

Debo confesar que cuando me invitaron a participar, no me resultó fácil decidir por dónde orientar esta conversación, porque la situación latinoamericana y la lucha de clases en nuestro continente tienen muchos tópicos para ser abordada, y siempre quedarán variables por analizar.

Presento esta mirada de Latinoamérica, pensando en Colombia, desde Colombia y con un marcado sesgo de análisis local. No por provincialismo, sino porque considero relevante analizar las perspectivas de la lucha de clases, y sus variadas formas de expresión, desde la interpretación de la realidad de un país que ha vivido con una particular intensidad, con mucha dureza y porque no, con crueldad la implementación del modelo capitalista. Un proceso de disputa que estuvo tallado por nueve (9) guerras civiles en el siglo XIX (Zambrano, 1998) y por dos conflictos armados internos en el siglo XX, uno que está agonizando, pero que no termina de morir.

Rastros de la guerra: imperialismo y degradación de la democracia

La sociedad colombiana puede definirse como una comunidad curtida por el miedo, desesperanzada y aferrada al individualismo, resultante de las pautas culturales, económicas y políticas aplicadas por los agentes del modelo neoliberal (Borón et.al, 1999: 144). Tras cuatro décadas del “giro” neoliberal y más de 53 años de guerra, el país vive una cotidianidad asfixiante, donde las formas de intercambio social son débiles, basadas en la desconfianza del otro o la otra, sin un proyecto nacional de los sectores populares que genere identidades políticas transformadoras o democratizadoras, tal y como lo indican las encuestas que miden tendencias políticas de la ciudadanía: el descontento por el precario sistema de salud, por el desempleo, o por la corrupción no se convierten en opinión o acción política contra-hegemónica, más bien refuerzan la desconexión ciudadana con los partidos políticos y con la política en general.

El neoliberalismo se instaló en el país anclándose en la cultura, en especial con el intenso apoyo de los medios masivos o hegemónicos de comunicación, que en palabras de Noam Chomsky facilitan “la fabricación de un consenso dominante” (2004), cuya expresión en el país ha sido maquetado con exclusión y construido sobre la base de al menos tres postulados principales:

- + La construcción de la figura del enemigo interno, que en el siglo XX fue el comunismo, en el siglo XXI el progresismo latinoamericano y en lo local las FARC, con resultados exitosos para los sectores dominantes: pues generaron un sentido común contrario al cambio del orden social, desligando a las administraciones neoliberales de su responsabilidad sobre la pobreza y los demás problemas del país. Se instaló el sentido común de que las guerrillas son el problema y no el excluyente modelo neoliberal.
- + El desarrollo de acciones políticas, culturales y militares de los EEUU en territorio colombiano con el acuerdo de los poderes económicos y políticos.
- + La desigualdad como principio de competencia para generar las

condiciones de reproducción de la vida neoliberal, organizado a partir del emprendedurismo, el rechazo a cualquier subsidio estatal, y en general a la renuncia sistemática a tener y a exigir derechos sociales.

Temas que pretendieron resolver las guerrillas y los sectores del campo popular con el proceso de paz de la Habana, basados en el planteo de solución política del conflicto social y armado (ver texto del acuerdo de paz, 2016), que significaba acordar un nuevo pacto social democrático con apertura a la participación de los sectores subalternos y con garantías fácticas constitucionales para la oposición política, al tiempo de conseguir algunos avances en materia de derechos para los sectores de la ruralidad colombiana, la más castigada por el modelo neoliberal y la guerra (Censo Agrario 2015).

Colombia en disputa

El proceso de disputa en Colombia comenzó al igual que la mayoría de países de nuestro continente. No es distinto al de Venezuela, al de Ecuador, al de Chile, bueno, a todos los procesos que en el siglo XIX se dieron una independencia del dominio europeo. Y en el desarrollo del proceso capitalista, la inclinación por la acumulación originaria violenta orientada a la organización de la ruralidad tipo Junker (Fajardo, 2015: pág.13), es decir, con grandes latifundios y sin campesinado en un país con una amplia vocación agrícola y con muchos habitantes en la ruralidad -55% en la mitad del siglo XX, 27 % en la actualidad- (Censo agrario, 2015).

Ese proceso de acumulación capitalista en Colombia se fue configurando a partir de guerras que pretendían vaciar el campo de campesinos y ampliar los latifundios para los grandes hacendados, en ese orden se explican en parte las numerosas guerras del siglo XIX y generan una importante causalidad para el extenso conflicto armado en el siglo XX y XXI. La primera de las guerras del siglo XX se ha llamado guerra, bipartidista, porque, polarizó al país entre liberales y conservadores, que tenían matices sobre

ese desarrollo del capitalismo y de los valores (modernizadores o no) de la cultura del capital. De acuerdo a cálculos de algunos intelectuales como Orlando Fals Borda - quien estuvo exiliado en la UFRJ-, Germán Guzmán y Eduardo Umaña, para 1960 ya habían 300.000 muertos producto de esa guerra civil bipartidista y una configuración distinta del ordenamiento territorial, el país había perdido miles de sus habitantes, y el capital había ganado en su orden de acumulación basado en la primarización económica.

Tan sólo siete años después de finalizada esa guerra bipartidista (en 1964), los acuerdos entre liberales y conservadores para el despojo de tierras y la distribución del poder político con la creación de un Frente Nacional bipartidista, que negaba el acceso a cualquier otra fuerza política al sistema electoral, se generan un clima de hostilidad en contra de la clase trabajadora (rural y urbana) que coincide con el clima de época fundacional de las luchas por el socialismo en todo el continente; condiciones que están en la base de la guerra que está tratando de terminar.

La disputa actual de las clases en Colombia está anclada en ese pasado conflictivo, es parte del mismo proceso histórico nacional moldeado por esa última larga guerra de más de 60 años. Un proceso particular de larga duración de la conflictividad colombiana en su consolidación capitalista, que puede aportar a la comprensión general de la situación latinoamericana, a partir del análisis de algunos rasgos característicos de las clases dominantes en Colombia, que hicieron de la guerra un modo de blindaje y reproducción del gobierno (crearon una tecnología de gobierno a partir del conflicto armado interno). Aprendieron de la guerra y canalizaron toda su fuerza para mantenerse en el poder. Esos rasgos de la clase dominante colombiana, han sido transmitidos para estar al servicio de la ofensiva conservadora en toda la región.

Un proceso que generó también algunas características particulares de la clase trabajadora –que en Colombia se compone también por una base, campesina, afro, indígena, antipatriarcal y popular- cuyo mayor éxito ha sido persistir, sin descanso, en el cambio del orden social vigente. Se desarrollará entonces, una

mirada de la lucha de clases en el continente, a partir de algunas características del llamado: conflicto armado interno colombiano.

La primera característica es que hay una subordinación estratégica de la clase dominante colombiana a los Estados Unidos.

El exrector de la Universidad Nacional, Víctor Manuel Moncayo, afirma que la injerencia norteamericana en el conflicto colombiano es parte esencial del proceso contrainsurgente, consustancial al capitalismo, que no es en realidad exclusivamente nacional, sino que trasciende, y debe leerse como la participación directa y expresa de Estados Unidos en América, tanto en la época de conformación del Estado nacional, como a lo largo del siglo XX en los diferentes momentos de instauración y desarrollo del sistema capitalista; hasta los años recientes de este siglo. (Moncayo, 2015: pág. 74)

Ese papel de los EEUU en la constitución del capitalismo en Colombia y de su papel en el conflicto armado interno (y sus formas de expresión) no es sólo una injerencia unilateral de los EEUU, significan una relación simbiótica entre clase dominante rentista colombiana (incapaz por sí misma), una voracidad del capital transnacional y las ansias de dominio de los Estados Unidos. El interés de empresarios rentistas y especuladores y la intromisión extranjera en la configuración de un capitalismo violento, antidemocrático y mafioso.

Durante todo el siglo XIX hasta 1930, Estados Unidos asedió a nuestro país; hizo catorce (14) intervenciones sobre el canal de Panamá, hasta que doblegó tanto a los sectores independentistas panameños como al áulico gobierno colombiano, con la captura norteamericana del canal de Panamá se consolida la acción imperialista de los EEUU sobre Colombia (Berguist, s.f. págs. 291-295) iniciada desde el mismo momento cuando el libertador Simón Bolívar salía expulsado y traicionado por el gobierno de Colombia, pues una fragata de los EEUU le esperaba acantonada en la bahía de Santa Marta (en el Caribe colombiano), para impedir que Bolívar saliera hacia Caracas para reorganizar al ejército libertador (Herrera, 1997: pág. 398).

De esa dimensión nos cuenta el historiador colombiano, Renán Vega que es la primera injerencia norteamericana en el desarrollo capitalista en Colombia, en el desarrollo como nación (Vega, 2015, págs. 8-10). Una injerencia que no sólo fue militar. Nos impuso el monocultivo del café como forma de satisfacción de necesidades agroalimentarias y de consumo de los Estados Unidos. El café en Colombia, dicen todos los estudios de los marxistas colombianos, fue el elemento central del desarrollo capitalista en Colombia; pero un desarrollo precario, un desarrollo rentista, un desarrollo atrasado y no industrial (Nieto. 1958).

De hecho —y aquí abro un paréntesis— el presidente de Colombia, Juan Manuel Santos viene, y es, de la Federación de Cafeteros, fue presidente de la Federación de Cafeteros, la clase dominante colombiana está íntimamente relacionada con la economía del café como parte de ese proceso de acumulación y primarización de la economía, tienen relación con la Federación de Cafeteros, porque allí está aún, centrada, buena parte del poder hacendatario, del poder rentista en Colombia.

La segunda fase de esa injerencia, asegura Renán Vega, coincide con un breve periodo que tuvo Colombia, que se llamó la Hegemonía Liberal, que fue el comienzo de un proyecto de sustitución de importaciones, de construcción del Estado-nación en Colombia. Allí intervino Estados Unidos con toda su fuerza. Era la época de la guerra contra Alemania, de la Segunda Guerra Mundial, y sobre todo, de la Guerra Civil Española, que tuvo impactos importantes en nuestro país; sobre todo, impactos ideológicos y políticos; toda la tensión que se desarrollaba en la Guerra Civil Española, entre republicanos y fascistas se expresó en Colombia en el Partido Conservador y en el Partido Liberal, al punto, que es el comienzo, el origen de la violencia bipartidista, de la primera guerra civil del siglo XX que tuvo Colombia.

Y ahí estuvieron los Estados Unidos inoculando la concepción panamericanista, tanto que Colombia tuvo el primer secretario general de la OEA; y fue en la Convención Panamericana de 1948 cuando se decidió la creación de la OEA. Una reunión que “coincidió” con el asesinato del líder popular Jorge Eliécer Gaitán

en Bogotá, que originó el estallido popular más importante que ha tenido Colombia en toda su historia, digamos, republicana conocido como el Bogotazo.

La tercera fase que propone el historiador colombiano, va desde 1.962 hasta el inicio del Plan Colombia en 1.999. Ya es una injerencia más directa en la configuración de la estrategia contrainsurgente; hace parte de la configuración del tratado interamericano de asistencia recíproca TIAR de 1947, que se firmó acá en Río de Janeiro, redactado por el colombiano Alberto Lleras Restrepo, donde se generó una doctrina de relacionamientos y de formación técnica y militar de todas las fuerzas armadas de todo el continente, por parte de los Estados Unidos, orientada por la doctrina Monroe. Colombia, en el marco de esa doctrina, participa en la Guerra de Corea, acompañando a los Estados Unidos, y empieza a ser, digamos, calco y copia de la mentalidad y de la acción militar de los Estados Unidos.

La cuarta fase, tiene que ver con el inicio del Plan Colombia (1999), muy mencionado pero poco conocido. El papel de Estados Unidos en el Plan Colombia, no solamente fue fundamental por la asistencia técnica, y porque fue allí donde se diseñó el plan, sino porque Estados Unidos ha sido el principal beneficiado con ese tratado.

Colombia, en el 2017, finalizada la guerra principalmente con las FARC, mantuvo el 13.1 por ciento del presupuesto militar; de esta manera, Colombia es el cuarto país de América que más invierte en gasto militar, superado solo por Estados Unidos, Canadá y Brasil; Colombia tiene un ejército del tamaño del ejército brasilero, y nuestro país es seis veces más pequeño que Brasil; en contraste - para que tengamos una idea de la importancia del gasto militar y de esa relación con los Estados Unidos -, Colombia solo dedica el 9% de su presupuesto para salud y protección social, casi 5 puntos menos del presupuesto nacional.

Por otro lado, vale la pena aclarar que los dineros del presupuesto nacional y los dineros del Plan Colombia, fundamentalmente, terminaron en las arcas de los Estados Unidos.

Estados Unidos invirtió diez mil millones de dólares para el Plan Colombia, en equipos y asistencia técnica, y Colombia destinó 120.000 millones de dólares del presupuesto nacional para comprarle a los Estados Unidos los helicópteros que utilizó en Vietnam, las bombas que arrojó sobre la guerrilla colombiana, en minas antipersona, en inteligencia militar y en asistencia técnica.

Esa sociedad entre ambos países es desigual e inconveniente para Colombia, y es el pueblo colombiano quien paga las consecuencias de ese trato injusto, pero no con la clase dominante colombiana, que se beneficia del apoyo de los Estados Unidos para mantenerse en el poder es ella la que permite que las FFAA norteamericanas estén permanentemente en territorio colombiano, a cambio de que Estados Unidos le apoye su permanencia en el poder.

Se trata de una perfecta relación para los Estados Unidos. El Plan Colombia es dirigido y pensado desde los Estados Unidos y financiado por los impuestos de los colombianos. Por lo tanto, se puede afirmar que la extensión temporal del conflicto armado interno, no sólo obedece a la capacidad de resistencia de los sectores subalternos (o a la voluntad de estos para mantenerse), sino a la persistente necesidad de reproducción del aparato industrial militar norteamericano, que convirtió a Colombia en el depósito de la chatarra militar utilizada en la guerra de Vietnam, y el lugar de prueba de operaciones militares de todo tipo, especialmente psicológicas y de amplio espectro. Con esas técnicas, la mayoría de los colombianos piensa que el problema principal de Colombia en la actualidad, es el gobierno de Venezuela.

En una encuesta realizada hace unas semanas por una consultora, se demuestra que los colombianos consideran que el principal problema de Colombia es el gobierno de Venezuela, y no solamente eso, que están dispuestas a apoyar una intervención militar en territorio venezolano, es decir, es una operación que pretende la continuidad del enorme aparato militar colombiano y de la recíproca ayuda que recibe Estados Unidos y los beneficios que recibe Estados Unidos por estar en nuestro país.

Sellado el Acuerdo de Paz con las FARC en el 2016, debería haberse iniciado la reducción del aparato militar estatal y la salida de las tropas norteamericanas de las nueve (9) bases que aún ocupan, sin embargo, simultaneo a la firma del acuerdo de paz, aparece otro motivo para mantener el aparato militar y la presencia norteamericana: el viejo relato del enemigo externo que amenaza el orden nacional, aplicado por la contrainsurgencia en Colombia. Esta vez es el “castrochavismo”, un peligro que debe “prevenirse para el bien de la nación”, aunque los índices de pobreza, de desigualdad, y de violencia que vive Colombia son de lejos superiores (y de otra naturaleza) a los que vive Venezuela.

Algunos datos para resaltar la degradación de la democracia: hay 5 millones de colombianos y colombianas que viven en Venezuela, pues durante más de 70 años se fueron por una frontera porosa que tiene pequeños caminos, que es pasar un río y llegar al otro lado porque es nuestro mismo suelo. Se fueron porque en Colombia el modelo de acumulación capitalista no genera trabajo, es rentista, es empobrecedor; mientras que en Venezuela siempre fue, o al menos en la última época, de derechos, de restitución y de desarrollo del trabajo. Cinco millones de colombianos y colombianas viven allá, y ahora, el gobierno colombiano está pidiendo que se declare una alerta humanitaria porque llegaron 400.000 venezolanos a territorio colombiano. La mayoría de ellos, hijos o familiares de colombianos que alguna vez se fueron para Venezuela, o sea, colombo-venezolanos.

Ese proceso de sumisión colombiana a los Estados Unidos, con la forma de asistencia militar, viene explicándose en todo el continente, y eso es lo preocupante. Las fuerzas armadas de Colombia están hoy entrenando tropas en Honduras, en Paraguay, en México; y están haciendo apoyos técnicos en algunas operaciones importantes en la región. Acaban de hacer una operación militar en la Amazonia, entre el ejército peruano, el ejército brasilero y el ejército colombiano y conocemos del papel de la asistencia colombiana en algunas operaciones contra las favelas aquí en Río de Janeiro.

Esto es una clave para entender lo que está pasando en Colombia, para entender el contexto del conflicto colombiano, la dimensión del mismo, pero también de cómo viene configurándose la ofensiva conservadora, y como algunas clases dominantes de otros países de América Latina quieren emular lo que ha venido haciendo el gobierno colombiano y la clase dominante colombiana.

El segundo rasgo que quiero resaltar de la clase dominante, que puede servir para analizar la ofensiva conservadora en la región. Es que a su sombra se construyó un ejército paramilitar que actúa como brazo inquisidor en los territorios. Se institucionalizó la pena de muerte para los líderes sociales y populares. Una herencia de la violencia bipartidista, la otra larga guerra del siglo XX, en la cual los conservadores crearon junto al ejército una estructura que ejecutaba a la perfección los asesinatos políticos, sin que la “institucionalidad” se viera directamente comprometida.

La expresión paraestatal en el conflicto armado resultó la comadrone de la derecha y del capital en Colombia, los asesinatos políticos de líderes del campo democrático y popular año tras año es persistente, en el 2017, después de firmado el acuerdo de paz, fueron asesinadas 246 lideresas y líderes sociales, y este año ya van 45 asesinatos. En los municipios, cuando hay líderes o lideresas populares capaces de cambiar o disputar el poder, son asesinados y en otros casos desterrados.

Ese poder paraestatal tiene unas dimensiones nacionales, está organizado, sujeto a relaciones de poder con políticos, narcotraficantes y fuerzas militares en los municipios y en las regiones de nuestro país, ha cumplido tareas fundamentales, no solamente en el proceso contrainsurgente, sino en el proceso de acumulación y de desposesión de las tierras en Colombia.

Está documentado por las Naciones Unidas y por oficinas de organismos multilaterales, que desde 1990 los paramilitares le arrebataron a los campesinos en Colombia 7 millones de hectáreas de tierra y se la entregaron a las multinacionales que explotan oro, petróleo, carbón, que tienen plantaciones de banano y agro combustibles: biodiesel, palma africana para hacer biodiesel, caña

de azúcar, etcétera. Que constituye un tenebroso, muy tenebroso, ejemplo de acumulación violenta del capital, que estoy seguro, algunos de los demás países de América Latina quisieran emular, quisieran tener bandas paramilitares para empujar a los campesinos y a las campesinas hacia las grandes ciudades.

En el año 2003, -este ejemplo puede interesar en el análisis brasileño por la intervención militar en las favelas- una operación militar urbana, quizás la más importante que se dio en nuestro país, fue realizada en Medellín, se llamó la Operación Orión, que tuvo la complicidad y fue coordinada entre el ejército colombiano y los grupos paramilitares. No como aparecen en Netflix, como héroes o Robin Hood en la película de los capos, o en las series sobre el paramilitar y narcotraficante Pablo Escobar. Esos héroes que salen en Netflix son creados como parte de la gran operación cultural que nos tienen a los sectores populares en Colombia.

En esa operación "Orión", desaparecieron y asesinaron 3.000 personas en tres días, en tres días. Esa fue la primera operación de Álvaro Uribe llegando a su gobierno. Pacificar a Medellín. En contraprestación, el gobierno de Colombia, hasta el día de hoy, le entregó el control de las favelas, de las comunas de Medellín, a los narcotraficantes y paramilitares. Para ir a las comunas hay que pedirles permiso a esas bandas que les cobran impuesto a los transportistas, a los tenderos y eso lo sabe todo el mundo, pero, a cambio de esa injerencia en Medellín, de esa estructura de dominación ahí en Medellín, es que han logrado pacificar.

Mataron líderes sociales, dirigentes populares, líderes políticos, líderes de izquierda; obviamente, guerrilleros, milicianos, que estaban resistiendo en esas comunas, para desarrollar la ciudad más importante que tiene Colombia. Allá es un modelo, en Nueva York le hacen premios, en la Unión Europea le hacen premios porque es la ciudad sustentable, y además es un modelo exportable, donde haya problemas, exportan el modelo de Medellín, el modelo de pacificación.

Otro dato importante, el comandante paramilitar Carlos Castaño, en el 2002, en una entrevista a la radio, dijo sin ruborizarse

que el 35% del parlamento colombiano era de ellos (Cruz, 2009). En los municipios, cerca de 267 de 1.000, o sea, una cuarta parte de Colombia los paramilitares son quienes definen los candidatos, las votaciones, por quién se orientan los presupuestos públicos, las obras, todo. Obviamente con la complacencia y seguramente la complicidad de los batallones del ejército. Hay 400.000 militares desplegados en territorio colombiano y no hay ninguna operación militar en contra de los grupos paramilitares. Ahí hay complicidad y ahí están trabajando, porque es, una manera "eficiente", de la reproducción del capital, tal y como se presenta en Colombia. Es un capital rentista, centrado en el capital financiero y en la desposesión y en la renta de la tierra.

El relato de los medios de comunicación sobre ese paramilitarismo, es que el paramilitarismo surgió porque había guerrilla, los mostró como una respuesta "popular" para luchar contra la guerrilla, un relato por completo irreal y mentiroso:

"La "parapolítica" es parte de la materialización de un proyecto político hegemónico que articula sectores locales y regionales, legales e ilegales. Las alianzas entre políticos y paramilitares no obedecen sólo a un interés instrumental, allí subyace un proyecto político compartido que se torna hegemónico y por ello consigue amplios márgenes de legitimación" (Cruz, 2009: pág. 83).

Un discurso que generó un consenso en el sentido que explica Chomsky, incluso que sedujo a sectores de la academia. Lo *timing* oficial es que los grupos paramilitares surgieron porque la guerrilla cometía excesos y tenían que ir a defender a los hacendados, a los dueños de las grandes fincas de terratenientes, aunque esté demostrado que desde los años 50 ya había grupos paramilitares coordinados por el ejército, les llamaban "pájaros", y cumplieron un rol importante en las 300.000 muertes de la violencia en Colombia; como parte de la política de acumulación capitalista con despojo en el campo colombiano.

Hasta el año pasado el paramilitarismo en Colombia no estaba proscrito en la ley. Se acordó en La Habana, en el proceso de paz, que tenía que haber una ley que prohibiera al paramilitarismo. El

gobierno colombiano presentó la ley y tan solo alcanzó mayoría simple, es decir, el 48% del congreso colombiano, o votó en contra o se ausentó, y eso significa que siguen estando de acuerdo y siguen insistiendo en la lógica del poder paraestatal⁵¹. Y es un poder paraestatal que lo empezamos a ver en México, que lo empezamos a ver en Honduras, que empieza a reproducirse en otros países del continente con mucha gravedad.

La tercera característica es que las clases dominantes en Colombia son parasitarias, rentistas, no les ha interesado desarrollar, ni siquiera el capitalismo industrial, el capitalismo en esa dimensión modernizadora. Se han dedicado a utilizar las tierras, a apropiarse de las tierras y a robarse el Estado. Según la misma Procuraduría General de la Nación de Colombia, muestra que los corruptos se roban el 4% del producto interno bruto anualmente; y no son de Odebrecht, no, son todas las operaciones municipales, departamentales, estadales y nacionales.

A continuación se presenta un gráfico que muestra como Colombia pasó del 25 % al 11% del PIB industrial entre 1976 y 2016. Es decir, Colombia en 1976 producía el 26% de su producto interno bruto con actividades industriales, y hoy estamos por el orden del 11%. Tan solo en 1991 se cerraron 71.000 empresas, y eso tiene repercusiones, como lo vamos a ver más adelante, no solamente en la configuración del capital rentista y en la forma de gobernar y de hacer las cosas, y de configurar la pobreza y las condiciones de lucha de nuestro país, sino, también ha condicionado a la clase trabajadora. Tan sólo el 4.5% de los trabajadores en Colombia están sindicalizados. En la práctica, se prohibió la sindicalización en Colombia de hecho, producto de la deslaboralización y el aumento del trabajo informal. 8 de cada 10 dólares gastados en importación, se destinan a la compra de bienes manufactureros; 8 de cada 10 dólares de las importaciones en Colombia son bienes manufactureros, y 8 de cada 10 dólares exportados son materias primas; esa es la radiografía del capital en Colombia.

51 Ver *El Espectador*, 26/8/2017: <<https://colombia2020.elespectador.com/politica/prohibicion-del-paramilitarismo-una-reforma-que-levanta-ampolla>>.

Reflexiones finales

Colombia tiene una gran capacidad, apoyada por los Estados Unidos, para formar y generar una élite de tecnócratas que sostienen este modelo rentista y criminal y mafioso. Cualquiera cosa se puede decir del gobierno colombiano, menos, que no tiene cuadros preparados para sostenerlo. Tiene una enorme capacidad de reproducción de cuadros administrativos neoliberales, generados por un sistema semiprivado de educación universitaria; entonces, se encuentran a universitarios colombianos, por todo el mundo, buscando becas y buscando educación financiada por el Estado, porque en Colombia hacer un posgrado es imposible. Y ellos han generado una elitización del conocimiento, hay una disputa del conocimiento, fuerte en Colombia, para mantener el control de las instituciones y el control de todo esto que estamos haciendo, de la política económica.

Existen aspectos de la dominación simbólica que son muy importantes de resaltar: hay una exclusión y expulsión de los afro-descendientes, de los indígenas y de las mujeres hacia las periferias del país. En Colombia existen tenemos territorios que tienen los mismos índices de desarrollo que Etiopía, como en el departamento del Chocó en las orillas del océano pacífico. La dominación generada por la guerra es contra las y los trabajadores y otros sectores oprimidos.

Existen razones para el escepticismo sobre el futuro de Colombia, aunque los procesos históricos en el país siempre han demostrado que existe una capacidad de resistencia y de acción que son las razones del optimismo. El movimiento social y popular organizado, es la posibilidad de construir un nuevo país, ligado a cambios en las formas de acción política de las izquierdas, que no han podido conectarse con el sentido común para construir la paz y alcanzar la democracia. En ese sentido, se pueden recordar las palabras de Orlando Fals Borda:

“En la cultura del Caribe colombiano, y más específicamente de la cultura ribereña del río Grande de sus aguas al mar

Atlántico, el hombre-hicotea que sabe ser aguantador para enfrentar los reveses de la vida y poder superarlos, que en la adversidad se encierra para volver luego a la existencia con la misma energía de antes, es también el hombre sentipensante que combina la razón y el amor, el cuerpo y el corazón, para deshacerse de todas las (mal) formaciones que descuartizan esa armonía y poder decir la verdad, tal y como lo recoge Eduardo Galeano en el Libro de los abrazos, rindiendo homenaje a los pescadores de la costa colombiana” (Fals Borda, 2009: 10).

Nuestra clase trabajadora colombiana ha sufrido, pero también ha persistido como sociedad para enfrentar ese orden capitalista y ha aprendido a continuar pensando otras formas de poder político. Y este es un sentimiento que a transmitir, no de optimismo simple, sino de capacidad de lucha. En Colombia no todo está perdido, por el contrario, hay muchas posibilidades, hay muchas voluntades, y seguramente América Latina podrá encontrar en esa clase trabajadora colombiana, y en algunos de nosotros y nosotras, que hemos tenido la oportunidad de acceder al conocimiento, de encontrarnos con la Academia, como firmes defensores de las transformaciones de nuestra América. Muchas gracias.

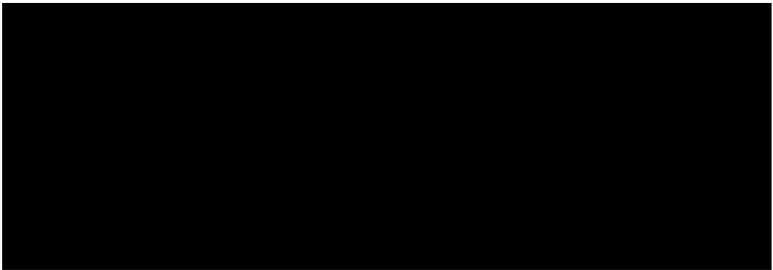
Referências

- ALAPE Arturo. *La paz, la violencia: testigos de excepción*. Bogotá: Editorial Planeta, 1985.
- ARENAS, Jacobo. *Vicisitudes del Proceso de Paz*. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 1989.
- BELTRÁN, Miguel Ángel. *Las FARC-EP (1950-2015), Luchas de Ira y esperanza*. Bogotá; Ediciones desde abajo, 2015.
- BERGUIST, Carlos. Panamá y los orígenes sociales del imperialismo norteamericano. Disponível em: <<http://bdigital.unal.edu.co/1253/5/04CAPI03.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

- CAÑAS Angarita; EMILIO, Pablo. *Seguridad Democrática. Lo invisible de un régimen político y económico*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2011.
- COLPRENSA (2017). Hay reservas de petróleo para 4,5 años en Colombia”: Presidente de la ANH. *Diario el País de Cali* on-line. Disponível em: <http://www.elpais.com.co/economia/hay-reservas-de-petroleo-para-4-5-anos-en-colombia-presidente-de-la-anh.html>.
- CONTRAVÍA. Programa de investigación emitido el 31 de enero de 2011 en Canal Capital. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YSPwsozVQ4Q>>.
- CHOMSKY, Noam. Fabricando un consenso. Argentina (2004 (1993)).
- ESTRADA, Jairo et al. Conflicto Social y Rebelión Armada en Colombia. *Gentes del Comun*, 2015.
- FAJARDO, Carlos Jaime. La Doctrina Uribe del Conflicto. *Prensa Rural*, 2005. Disponível em: < <http://www.prensarural.org/fajardo20050915.htm>>.
- FARÍAS, Fernando; SAAVEDRA, Juan. *Construcción neoliberal de la política social chilena en el discurso de Pinochet*. Universidad de BíoBío, Escuela de Trabajo Social. Chile, 2014.
- HERRERA, Juvenal. Bolívar y el Hombre en América. 1997. Disponível em: http://www.aipazcomun.org/wp-content/uploads/2014/05/Bolivar_el_Hombre-de-Am%C3%A9rica-de-Juvenal-Herrera-T1.pdf. Acesso em: 18 fev. 2018.
- NIETO ARTETA, Luis Eduardo. El café en la sociedad colombiana, Bogotá, *Breviarios de Orientación Colombiana*, 1958.
- RODRÍGUEZ, Edwin Cruz. Discurso y legitimación del paramilitarismo en Colombia: tras las huellas del proyecto hegemónico. *Revista Ciencia Política* No. 8, Universidad Nacional de Colombia, 2009. p. 82-114.

VEGA CANTOR, Renán. *La dimensión internacional del conflicto social y armado en Colombia Injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado*. Bogotá: Espacio Crítico, 2015.

ZAMBRANO, Francisco. El golpe de Melo de 1854. In: VVAA. *Las guerras civiles desde 1830 y su proyección en el siglo XX: Memorias*. Bogotá: Museo Nacional de Colombia. 1998..



Conferência de José Paulo Netto

Boa tarde a todos.

Assim como o orador que me precedeu, começo agradecendo aos organizadores deste evento o convite para dele participar e saúdo os participantes desta Mesa – os Professores Calderón Castillo, Luiz Acosta e Marcelo Braz –, bem como os demais presentes. Dada a relevância do seu temário, estou certo de que este evento encerrará com fecho de ouro a profícua gestão da Doutora Rosana Morgado à frente da Direção Adjunta de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O tema desta Mesa é *Condições atuais das lutas de classe no Brasil e na América Latina*. Entendo que a mim, em princípio, caber-me-ia tematizar as lutas de classes no Brasil e na América Latina – imagino que vou decepcioná-los: serei cauteloso, limitando-me a considerações em especial pertinentes ao Brasil⁵².

Claro que os países ao sul do Rio Grande não podem ser pensados isoladamente – ainda que se queira apreender a particularidade das suas formações sociais. Tenho para comigo que tais particularidades não eludem os componentes comuns das suas problemáticas específicas. Por isto mesmo, justamente restringin-

52 A transcrição do vídeo gravado da intervenção do Professor José Paulo Netto na *JIPA 2018* foi inteiramente revista pelo conferencista para esta publicação. O professor substituiu a oralidade original por uma exposição mais cuidada, suprimindo toda uma série de alusões pontuais, mas conservando o essencial da sua exposição.

do as minhas considerações ao que conheço dos estudos relativos ao Brasil – embora com a convicção de que várias delas podem ser estendidas a outros Estados do subcontinente –, advirto que possíveis inferências referentes a distintos países (e aqui farei algumas) exigem os necessários cuidados para não generalizá-las de modo ilegítimo.

Creio que algo do que exporei aqui – mormente a hipótese diretriz com que trabalho – possa ter alguma valia para pensar o conjunto da América Latina, desta América que, parafraseando secular mote mexicano, desgraçadamente está tão distante de deus e tão perto dos Estados Unidos. Peço-lhes também que, neste debate de natureza essencialmente acadêmica, levem em conta que a minha exposição compromete-me exclusivamente a mim – é público e notório que não ando perdido pelo espaço, vinculado que sou ao mais antigo partido político brasileiro (o PCB) e a movimentos sociais que põem em questão a ordem vigente; mas o que aqui direi não expressa necessariamente a posição dessas organizações, antes remetendo apenas à minha responsabilidade pessoal. Por outra parte, sabem os não ingênuos que debates acadêmicos possuem, sempre, supostos e implicações políticos.

Parece-me importante começar pela questão da *unidade latino-americana*, mesmo que o tempo disponível nesta oportunidade – que desejo respeitar com o maior rigor possível – permita tão somente tangenciá-la (e esta limitação decerto afeta o tratamento de tudo o que a seguir se afirma). Esta questão está presente, há muito, na agenda dos debates latino-americanos. Neste marco, a hipótese diretriz com que trabalho é que *tal unidade ainda não existe*: mas há, dela, *projetos* que podem se converter, pela ação organizada de sujeitos coletivos, em *processos* efetivos.

A meu juízo, pensar concretamente a unidade latino-americana é pensá-la como unidade do diverso, do diferente e do distinto. Concebê-la de modo equalizador conduz a visões equívocas de um subcontinente idealmente identitário.

Ora, a diversidade da América Latina – o sul do Rio Grande, o Caribe, o istmo e o que se estende até a Patagônia – é extraordinária-

ria. Realidades e problemáticas essenciais constituintes do Chile, de partes do Brasil e da Argentina (aliás, em vários dos nossos países constatam-se expressivas diferenças regionais internas) são muito diferentes daquelas da América Central ístmica. No Uruguai há ponderáveis particularidades que não se registram no Brasil, na Argentina e no Chile e noutros países muito próximos (como o Paraguai e a Bolívia). A gravitação da problemática colocada pela sobrevivência dos *povos originários* e a sua vida também é muito diferente, por exemplo, nos países andinos e no Brasil, assim como é diversa, no subcontinente, aquela posta pela imensa *população afrodescendente* em numerosos países. Exponenciando todas essas diferenças está, como é sabido, o desenvolvimento historicamente desigual do capitalismo no subcontinente, engendrando distintos processos de industrialização e urbanização (e suas conseqüências em termos de estratificação social e organização/mobilização política).

Há, porém, na realidade do nosso subcontinente, dois traços econômico-sociais e políticos que são comuns a todos os nossos países (excetuada apenas, atualmente, a República de Cuba) e que me parecem determinantes, decisivos mesmo, e que permitem objetivamente sustentar a constituição de uma concreta unidade latino-americana a ser construída de *baixo para cima*, capaz de atender a históricas demandas democráticas e populares – na medida, claro, em que ambos os traços sejam radicalmente superados. Tais traços são a *heteronomia* das nossas economias nacionais e o *caráter antidemocrático* dos estratos políticos mais ativos das nossas classes dominantes.

O *centro das decisões macroeconômicas dos nossos países opera segundo imperativos, necessidades e prioridades definidas desde o exterior* – fato que, de algum modo, foi objeto de alusão na intervenção do pesquisador que me precedeu, o Professor Calderón Castillo. A heteronomia das nossas economias (isto é, o seu comando e direcionamento conforme requisitos externos) marca visceralmente toda a nossa história e jamais foi superada nas nossas formações nacionais – mesmo que, desde o século XIX,

tenham sido notáveis os esforços para ultrapassá-la. As hipotecas do nosso desenvolvimento econômico instauradas pelos vínculos coloniais foram refuncionalizadas quando as velhas metrópoles viram-se deslocadas pelo ingresso do sistema capitalista no seu estágio monopolista – a *dependência* original manteve-se, obviamente tomando formas e implicações distintas ao longo do século XX e na entrada da centúria atual.

Falemos claro, sem eufemismos: à *dominação colonial* original a que nossos povos estiveram submetidos substituiu-se a *dominação imperialista*. A categoria *imperialismo*, elaborada pela tradição marxista, continua fundamental e indispensável para a explicação e a compreensão da experiência histórica da América Latina – não é uma categoria “velha”, “anacrônica”, como pensam e publicitam os intelectuais a serviço da ordem estabelecida, que tanto se enganam quanto mais enganam.

Evidentemente, o imperialismo contemporâneo não é o mesmo que aquele conceptualizado por Lenin. Também ele, como o sistema capitalista, experimentou sensíveis alterações no decurso dos últimos cem anos. Seria muito ingênuo pensar o imperialismo do capitalismo monopolista no seu estágio clássico (de acordo com Mandel, aquele de 1890 a 1940) como vigente no estágio contemporâneo do capitalismo – que, hoje mais que antes, sendo monopolista ao extremo, é todavia adequado aos novos *processos de exploração* do trabalho emergentes, pelo menos, desde o pós-1970 e à nova *divisão internacional do trabalho* que passou a operar.

É fato que a contemporânea sucção de valores da América Latina pelos centros imperialistas não se reduziu em comparação àquela que se verificou basicamente ao longo do século XX. Ao contrário: o recurso a dados fidedignos e objetivos assegura que, hoje, das *veias abertas da América Latina* (lembremo-nos de Eduardo Galeano), jorra mais sangue que nos anos 1960 – a hemorragia não diminuiu, antes foi acrescida. E foi acrescida porque a intervenção imperialista também se adensou e simultaneamente se capilarizou: ela adquiriu uma nova morfologia, que desborda a sua centralidade de outros tempos na *city* londrina ou em Wall

Street – é hoje policêntrica, com uma rede que inclui organismos poderosos, “multilaterais”, de que são exemplos maiores o Banco Mundial e o FMI, nos quais os nem sempre congruentes e pacíficos interesses do grande capital se confrontam e se concertam. E ainda: não incide apenas sobre nossas economias como um mero *agente externo* – está mesmo *interiorizado* (sem prejuízo da externalidade dos seus objetivos), como componente orgânico das nossas economias, pela ativa intermediação instrumental das burguesias nativas.

Posta esta intermediação, eis que devemos considerar o segundo traço acima referido: o *caráter antidemocrático* dos estratos politicamente mais ativos das nossas classes dominantes. Na América Latina – mais precisamente, em *toda* a América Latina (novamente, a República de Cuba é exceção) –, tais estratos, essencialmente burgueses, são profundamente antidemocráticos. Claro que nesta característica das burguesias latino-americanas (que, embora comum a todas e preponderante, expressa-se em distintas graduações) combinam-se influxos do insuprimido legado/estatuto colonial e da herança escravocrata – mas a sua cultura política e as práticas sócio-políticas conexas a esta devem creditar-se ao fato de elas se terem constituídas como tais no quadro de uma dinâmica econômica mundial já marcada pela emergência do capitalismo no seu estágio monopolista. Desde então, tais burguesias estão umbilicalmente ligadas ao grande capital estrangeiro, qualquer que seja ele. Onde, na América Latina, jamais se ter realizado e concluído uma *revolução burguesa* nos moldes ditos clássicos – dirigida por uma vanguarda burguesa heróica e resoluta, disposta a romper com a heteronomia econômica e a quebrar radicalmente, no plano interno, os fundamentos da velha aristocracia (por exemplo, o monopólio oligárquico da terra).

A labilidade da cultura política (e não só dela, mas de um inteiro *ethos*) dessas franjas burguesas sempre afeitas aos seus exclusivos e mesquinhos interesses de classe, nós a conhecemos bem no Brasil: a sua pendular simpatia seja por um *racismo* disfarçado (lembre-se Oliveira Viana), seja pela construção de mitos

como o da *democracia racial* (que tanto deve a Gilberto Freyre) ou o da natureza *cordial* e *pacífica* do homem/povo brasileiro (que, em verdade, não deve nada a Sérgio Buarque de Holanda). O “arianismo” de Oliveira Vianna hoje só é reciclado por assumidos e empedernidos reacionários, mas os mitos da *democracia racial* e do *pacifismo do povo brasileiro* fazem parte da cultura política publicamente partilhada pelas nossas franjas burguesas mais ativas e que elas procuram sistematicamente universalizar como “cultura brasileira” – e pouca importa, para elas, que essa mitologia seja historicamente colidente com todos os processos sócio-políticos brasileiros do passado e do presente. A barbárie do chamado escravismo colonial já foi desvelada por todos os historiadores contemporâneos minimamente sérios; quanto à *democracia racial*, basta examinar as demandas vocalizadas atualmente pelos movimentos de afro-descendentes e de defensores dos remanescentes dos povos originários para aferir da sua não-existência (aliás, radicalizando o quase absoluto déficit democrático para a massa da população trabalhadora, branca, negra e indígena); e, no tocante ao *caráter pacífico do povo brasileiro*, trata-se de pura e mentirosa balela para erradicar da memória coletiva tanto o irredentismo popular do passado quanto para deslegitimar e desqualificar os seus combates atuais.

Não se trata, porém, de uma questão de cultura (ou basicamente de cultura). Nossas burguesias não são antidemocráticas – na realidade, *demofóbicas* – por razões culturais; antes, *a sua cultura é antidemocrática por razões de fundo econômico-social*: elas são antidemocráticas porque os seus interesses econômico-sociais de classe colidem frontalmente com os interesses econômico-sociais da massa da população trabalhadora. Os interesses do grosso das nossas burguesias apresentam-se em consonância e compatibilidade com os interesses imperialistas, aos quais elas estão associadas (obviamente, trata-se de uma associação em que gozam de uma posição subalterna). Isto não significa que a compatibilidade dos interesses das burguesias nativas com os interesses imperialistas livra-as de conflitos com o grande capital

monopolista internacional – foram e são freqüentes tais conflitos, mas eles historicamente foram e são resolvidos mediante a manutenção da subalternidade em condições menos desvantajosas para os dominantes. O nacionalismo burguês, também entre nós, é um *nacionalismo muito relativo*: a ter que se decidir entre o grosso das populações nacionais e a alienação dos interesses destas últimas às pretensões imperialistas, a grande burguesia nativa não hesita senão pontualmente – seu lado é o do imperialismo.

Tudo isto posto, volto a uma notação que fiz há pouco: a meu juízo, ainda nesta segunda década do século XXI, a unidade latino-americana é menos *processo* e mais *projeto* – e mencionei *projetos*, no plural. Avancemos breve e rapidamente sobre este ponto.

Resumi, nas condições possíveis numa intervenção necessariamente limitada como a que propicia este evento, o denominador comum subjacente à real diversidade latino-americana – resumi o quadro que objetivamente permite projetar a concretização de uma unidade latino-americana construída *de baixo para cima* apontando os dois traços que considero sejam indispensáveis de superar para atender às imperativas demandas de nossos povos. É óbvio que, mesmo aludida esquematicamente, esta unidade é pensada levando em conta a efetividade das lutas de classes em curso no subcontinente e priorizando a perspectiva das classes exploradas. Aí se pode circunscrever *um projeto* que se converta num *processo* configurador de uma unidade latino-americana que sirva aos interesses destas classes. Mas tal projeto (a meu ver ainda não suficientemente determinado) não é o único possível nem viável – também o outro pólo das lutas de classes, representado pelo imperialismo e pelas burguesias nativas a ele associadas, tem seus projetos.

Um ensaio claríssimo foi o MERCOSUL, cuja implementação atendeu fundamentalmente aos monopólios (norte-americanos e europeus) da indústria automotiva. Parece-me, contudo, que o projeto mais abrangente foi o da criação da ALCA – ensaio abortado, ao menos temporariamente, de um lado, pelo rápido

agravamento da crise sistêmica do capitalismo nos últimos anos do século XX e, de outro, pela resistência conduzida por movimentos sociais e segmentos partidários de raiz popular desde a publicitação do projeto ALCA. Nada indica que novos equacionamentos deste gênero deixarão de ser propostos; ao contrário, a atual conjuntura, de visível redução da incidência político-institucional desses dois vetores democráticos (redução que aqui não posso sequer tangenciar), favorece os desígnios das forças que apostaram suas fichas no projeto da ALCA.

Impedir a implementação dos projetos tipo ALCA é uma tarefa das massas trabalhadoras latino-americanas – tarefa que elas têm de levar a cabo coletivamente, em escala subcontinental. Nenhum esforço isolado e puramente nacional, como a história latino-americana o demonstrou e haverá de demonstrar, possui mínimas garantias de êxito. Também, e particularmente na América Latina, nenhum povo se emancipará sozinho (a exceção cubana é igualmente a prova da sua limitação): ou todos se emancipam, coletivamente, ou o subcontinente permanecerá sob o comando do imperialismo e das burguesias nativas.

Imprescindíveis para a realização desta tarefa são duas condições: o conhecimento teórico da realidade latino-americana e uma articulação política adequada à magnitude das lutas sociais que tal realização implica.

No último meio século acumulou-se uma massa crítica notável sobre a América Latina e seus povos. Tal acúmulo não proveio do nada – encontrou seu chão na linhagem crítico-histórica que, inaugurada pelo peruano José Carlos Mariátegui, adquiriu grande densidade entre os anos 1930/1950, com distintas elaborações em países do subcontinente. Para os mais jovens, lembremos uns poucos autores de novas interpretações da nossa América que, com suas diferentes revisões do passado de seus países e instaurando significativas polêmicas, produziram nesses anos obra sem a qual o subcontinente não é inteligível de modo crítico: o uruguaio Francisco Pintos, os argentinos Rodolfo Puigross e Sergio Bagú, o colombiano Luis Eduardo Nieto, o cubano Carlos

Rafael Rodríguez, os brasileiros Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, o mexicano José Revueltas, os chilenos Volodia Teitelboim, Marcelo Segall e Hernán Ramírez Necochea e, de Trinidad-Tobago, C. L. R. James. A partir de 1960, a renovação do conhecimento histórico continental foi muito ampliada, e em perspectiva ainda mais pluralista, por uma larga elaboração produzida por latino-americanos e pesquisadores norte-americanos e europeus. Não é possível, nesta oportunidade, assinalar minimamente o conjunto de contribuições (que envolve dos debates postos pelas *teorias da dependência* à afirmação de uma *sociologia crítica*) que assegurou um aprofundamento da massa crítica sobre a América Latina. Basta-nos assinalar que, desde então, contamos com os necessários elementos basilares – mesmo que não os suficientes, dadas as contínuas transformações ocorrentes no subcontinente – para uma compreensão abrangente e inclusiva da problemática latino-americana.

É sabido que o necessário desenvolvimento dessa massa crítica – para conferir-lhe a devida suficiência – foi afetado, da última década do século XX aos dias atuais, pela avassaladora onda reacionária/conservadora que vem desnaturando também as pesquisas histórico-econômicas latino-americanas (onda que expressa, no campo intelectual, fenômenos sócio-políticos cuja análise foge ao escopo desta comunicação). De qualquer modo, as limitações do conteúdo daquela massa crítica não impedem que ela constitua um suporte inarredável para o avanço do conhecimento teórico de que necessitamos para enfrentar e derrotar, na batalha das ideias, os projetos do pólo de imantação do imperialismo e das burguesias nativas; considero mesmo que, do ponto de vista do conhecimento teórico, não padecemos de um déficit que nos inabilite para esse enfrentamento.

Contudo, é preciso levar em conta que o imperialismo e as burguesias nativas apresentam atualmente um expressivo ativismo no campo das ideias. Um equívoco freqüente dos setores progressistas e democráticos é subestimar o conhecimento que acumulam as agências que fornecem os materiais e os condutos pelos quais

a dominação imperialista e burguesa se atualiza. Para além do protagonismo das instituições “multilaterais” (Banco Mundial, FMI), da funcionalidade da grande mídia (impressa, elétrica e eletrônica) e da dimensão ideológica reprodutiva do sistema de ensino (público e privado, da educação básica à superior), há que considerar a proliferação de uma série de instituições privadas dedicadas expressamente à produção/divulgação de conhecimentos instrumentais a serviço da dominação/exploração – proliferam “institutos” que alimentam o saber de “formadores de opinião” (professores, artistas e jornalistas) e que reorganizam, para os interesses dominantes, conhecimentos científicos e/ou que se pretendem como tais – pense-se, por exemplo, no Brasil, em entidades como o Instituto Liberal, o Instituto von Mises ou o Instituto Millenium. No terreno da produção e divulgação “científica”, por razões bastante óbvias, o imperialismo e as burguesias nativas estão notavelmente equipados.

O confronto entre os diferentes projetos de América Latina, contudo, transcende largamente a batalha das ideias: seu cenário efetivo põe-se no plano da *mobilização/organização política das forças sociais*. E é aí que se desenham as maiores dificuldades para o desempenho dos que se comprometem com um processo de unidade subcontinental construído de baixo para cima – o único que pode contemplar os interesses históricos da massa dos explorados e oprimidos. É no terreno concreto das lutas de classes que a possibilidade deste processo se decidirá.

Quando avalio a conjuntura imediata da América Latina, a minha perspectiva de análise não aponta, na consideração do panorama subcontinental, para um quadro que inspire projeções otimistas. De uma parte, todas as indicações empíricas mostram a tendência a um claro agravamento/acirramento das lutas de classes – do sul do Rio Grande à Patagônia, esta agudização das lutas de classes é movida objetivamente pela deterioração das condições de vida e de trabalho da massa da população. De outra, salvo grave erro analítico, massivas manifestações motivadas por tal deterioração não têm deixado saldos organizativos ponderá-

veis. Vale dizer: mobilizações de contingentes *dos de baixo* não têm funcionado de modo a criar (ou a favorecer ponderavelmente a criação de) formas organizadas estáveis de ação coletiva que protagonizem alternativas progressistas e democráticas (a Via Campesina conta-se dentre as poucas exceções que podem ser mencionadas *a contrario*).

Esta observação encontra respaldo empírico quando a nossa atenção se dirige especialmente para o Brasil (mas julgo que é extensível para outros espaços latino-americanos). Veja-se um exemplo relativamente recente: as massivas mobilizações que levaram às *jornadas de junho* de 2013. Eis um caso no qual se verifica como um grande movimento policlassista, com mínima participação proletária, não derivou em qualquer saldo organizativo sério para o campo democrático. Em troca, seguiu-se a ele uma agregação política dirigida por setores assumidamente reacionários, trazendo à luz grupamentos de direita que se apresentam como tais e que buscam algum padrão de estabilidade e que, sobretudo, tiveram papel importante no processo golpista-parlamentar que articulou e viabilizou a derrubada (formalmente, o *impeachment*) de Dilma Rousseff. Observadores qualificados notam que a partir de então o protagonismo da direita brasileira capitalizou os eventos de junho de 2013 para fazer política *nas ruas* – com intervenções capazes de mobilizar o potencial de insatisfação de amplos segmentos sociais em sentido político explicitamente dirigido para restrições democráticas e não são poucos os juízos segundo os quais tanto a direita brasileira vem crescendo organicamente como se reduziu a capacidade de mobilização dos segmentos democráticos.

Estas conclusões não me parecem fundadas. De um lado, e basta pensar na resposta massiva ao brutal assassinato, em março passado, aqui no Rio de Janeiro, de Marielle Franco (um crime que sintetizou num só ato abominável violência política, racismo empedernido e intolerável homofobia), para evidenciar a disposição de vetores do campo democrático a indignar-se com a barbárie e a mobilizar-se em face de atentados a valores civilizacionais. De outro lado, também não me parece verdade que, nos últimos anos,

a direita brasileira tenha crescido organicamente – a direita, entre nós, especialmente desde 1964, nunca careceu de bases sociais e econômicas; apenas a derrota e a desmoralização do regime autocrático-burguês que vigiu até 1985 impôs-lhe uma espécie de hibernação. As condições que lhe permitiram sair às ruas com estridência e seu rosto próprio foram criadas internamente a partir de finais dos anos 1990 e se condensaram como resposta reacionária às vitórias social-democratas de 2002, 2006 e 2010 – condições que não podem ser examinadas aqui, mas que resultaram não só dos equívocos da política de conciliação de classes levada a cabo pelos governos Lula e Dilma: resultaram elementarmente dos fortes impactos da crise sistêmica do capitalismo no país e, sobretudo, da intolerância burguesa (mesmo no quadro da conciliação classista chefiada por Lula e Dilma) ao trato não-repressor da “questão social” conduzida pelo Executivo federal.

O tratamento da “questão social” levado a cabo entre 2003 e 2010 pelo Executivo federal sem o recurso à repressão aberta, mediante um assistencialismo que transitória mas efetivamente amenizou os sofrimentos de milhões de famílias brasileiras, jamais contou com a mínima simpatia da burguesia nativa. Os segmentos da extrema direita, em especial a partir de 2010, jogaram todas as suas fichas – com o discreto apoio desta burguesia (cujo estrato bancário-financeiro foi o mais favorecido pela orientação macro-econômica de Lula e Dilma) e o franco estímulo dos seus “institutos” acima mencionados e da grande mídia – na atualização da histórica e resiliente demofobia das classes dominantes brasileiras; e o fizeram de modo a mobilizar, na sua cruzada antidemocrática, amplos segmentos das sempre mal chamadas “classes médias”. Não foram, porém, os graves erros políticos e administrativos da política apoiada na conciliação de classes conduzida por Lula e Dilma (erros que não foram, até agora, objeto de qualquer autocrítica séria por parte de seus condutores) que levaram ao golpe parlamentar de 2016 – antes, foram as possibilidades de que gozaram, entre 2003 e 2010, contingentes dos *de baixo* de receber alguma cobertura de políticas

públicas, mesmo que minimalistas. Resumindo: erros políticos e administrativos não foram mais que pretextos para derrubar o governo do Partido dos Trabalhadores/PT – antes, foram os seus (limitados e contraditórios) méritos que provocaram o ódio de classe dos *de cima*.

Conhece-se o desfecho da novela: à base de um falso moralismo (centrado no “combate à corrupção”), a direita foi às ruas, pôs na ordem do dia o ódio de classe e ativou o golpismo parlamentar. Ela que contribuiu decisivamente para dar sustentação ao golpe parlamentar de 2016 (protagonizado por notórias personagens vinculadas a conhecidos esquemas de corrupção e que até meses antes faziam parte da base de apoio dos governos do Partido dos Trabalhadores/PT), a que se seguiu um processo de demonização de Lula e seus companheiros, processo que prossegue até hoje.

Vê-se: o golpe parlamentar e a inviabilização da continuidade do PT no Executivo federal – com o qual a grande burguesia, é óbvio, se solidarizou compacta e alegremente – foi uma indiscutível vitória da direita. Contudo, mesmo sem subestimar o protagonismo da direita neste episódio e os seriíssimos riscos à vida democrática por ela representado, não me parece correto identificar aí um *crescimento orgânico* da direita brasileira, desde que não identifiquemos sumariamente a direita com o *conservadorismo*. As próximas eleições poderão fornecer um indicador mais preciso das tendências desta conjuntura – se puder antecipar algum cenário imediato provável, diria que este haverá de revelar um crescimento significativo, porém difuso, do conservadorismo.

Mas o ativismo da direita no episódio do *impeachment* não pode surpreender o observador se ele considera o agravamento das lutas de classes que subjaz ao episódio. Em qualquer conjuntura na qual as lutas de classes (que nunca tiram férias) se agudizam e emergem à superfície da vida cotidiana, o ativismo da direita se intensifica. O aparente apagamento das lutas de classes entre 2003 e 2010 – não se esqueça a prática dos governos de Lula de cooptação do grosso do movimento sindical e de boa parte dos movimentos sociais – esgotou-se ao fim da primeira década deste

século e logo no decênio seguinte. As *jornadas de junho* de 2013 prenunciaram prováveis tormentas que puseram em alerta a grande burguesia e apavoraram estratos médios urbanos: parecia-lhes que ao governo Dilma faltavam disposição e instrumentos para controlar e reprimir massivas manifestações populares (ainda que, sob Dilma, tais instrumentos já existissem – como a constitucional *Garantia da Lei e da Ordem*/GLO – e outro tenha sido criado a partir da iniciativa de 2015 do Executivo presidido por ela – a *legislação anti-terror*, aprovada no parlamento e depois sancionada pela própria Dilma).

Mas aquele aparente apagamento não eludiu as manifestações de revolta despolitizadas que vinham afetando a chamada *ordem pública* em episódios pontuais, mas reiterados, de segmentos da população pobre em importantes áreas metropolitanas (queima de pneus em rodovias, apedrejamento e incêndio de veículos de transportes coletivos etc.). Também setores empobrecidos, com o estímulo de quadrilhas do crime organizado, interrompiam seguidamente o fornecimento de serviços (como os de energia elétrica). É claro que a despolitização própria dessas manifestações de revolta popular tem muitíssimo pouco a ver com qualquer projeto ou processo revolucionário – segmentos populares revoltados, mas carentes de organização e direção políticas, não são capazes de promover transformações sociais estruturais. Antes, tão só favorecem a disseminação de um clima psicossocial que legitima a sua violenta repressão pelas chamadas *forças da ordem*, que sumariamente identificam a sua revolta à pura criminalidade. No Brasil da transição do século XX ao XXI, este clima foi potenciado também pela proliferação de organizações efetivamente criminosas e passou a justificar o alto grau de letalidade das ações policiais. Desnecessário dizer que as vítimas preferenciais da intervenção policial são moradores de comunidades pobres, destacadamente jovens e negros.

É evidente que a impotência social dos bolsões de revolta pode ser transformada pela ação das forças democráticas – desde que estas desenvolvam um sistemático trabalho de educação e for-

mação política dos segmentos revoltados, tarefa que, no Brasil, oferece desafios de magnitude ciclópica. Tarefa tanto mais difícil quanto menor é o nível de organização política das próprias forças democráticas e quanto maior e mais capilarizada é a existência de agências que operam no sentido de dirigir a revolta social para um comportamento conservador e apassivado – papel hoje desempenhado especialmente (mas não exclusivamente) pela fantástica expansão das seitas/confissões evangélicas neopentecostais. Não parece exagerado dizer que a organização mais atuante entre as populações (mas não só entre elas) cujo horizonte social imediato é a revolta vem sendo a promovida pelo neopentecostalismo e que a análise científica do fenômeno, em andamento já há tempos, é indispensável para o conhecimento da realidade sócio-política brasileira – lembro, a propósito, que na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, há pesquisas relevantes (de que são expressivas as contribuições da Professora Maria das Dores Campos Machado).

Depois destas considerações, permito-me retomar o ponto que já mencionei: para tornar *processo* o *projeto* de uma unidade da América Latina construída de baixo para cima, nos são necessários o *conhecimento teórico da realidade latino-americana* e uma *articulação política* adequada à magnitude das lutas sociais que tal realização implica.

Quanto ao primeiro aspecto, ressaltando que ele está longe de mostrar-se conclusivo (se é que algum conhecimento pode considerar-se conclusivo em qualquer tempo), observei que nos oferece hoje a base mínima indispensável para sustentar a intervenção das forças sociais interessadas na conversão do projeto em processo. A massa crítica já acumulada pela pesquisa (acadêmica ou não) precisa evidentemente ser desenvolvida – no caso brasileiro, diria que ainda nos falta uma análise rigorosa da nossa contemporânea estrutura de classes; bons estudos sobre as classes exploradas, em especial sobre o proletariado, estão acessíveis; carecemos, porém, de análises mais cuidadosas sobre a classe dominante, a burguesia – e parece claro que, como as classes existem como

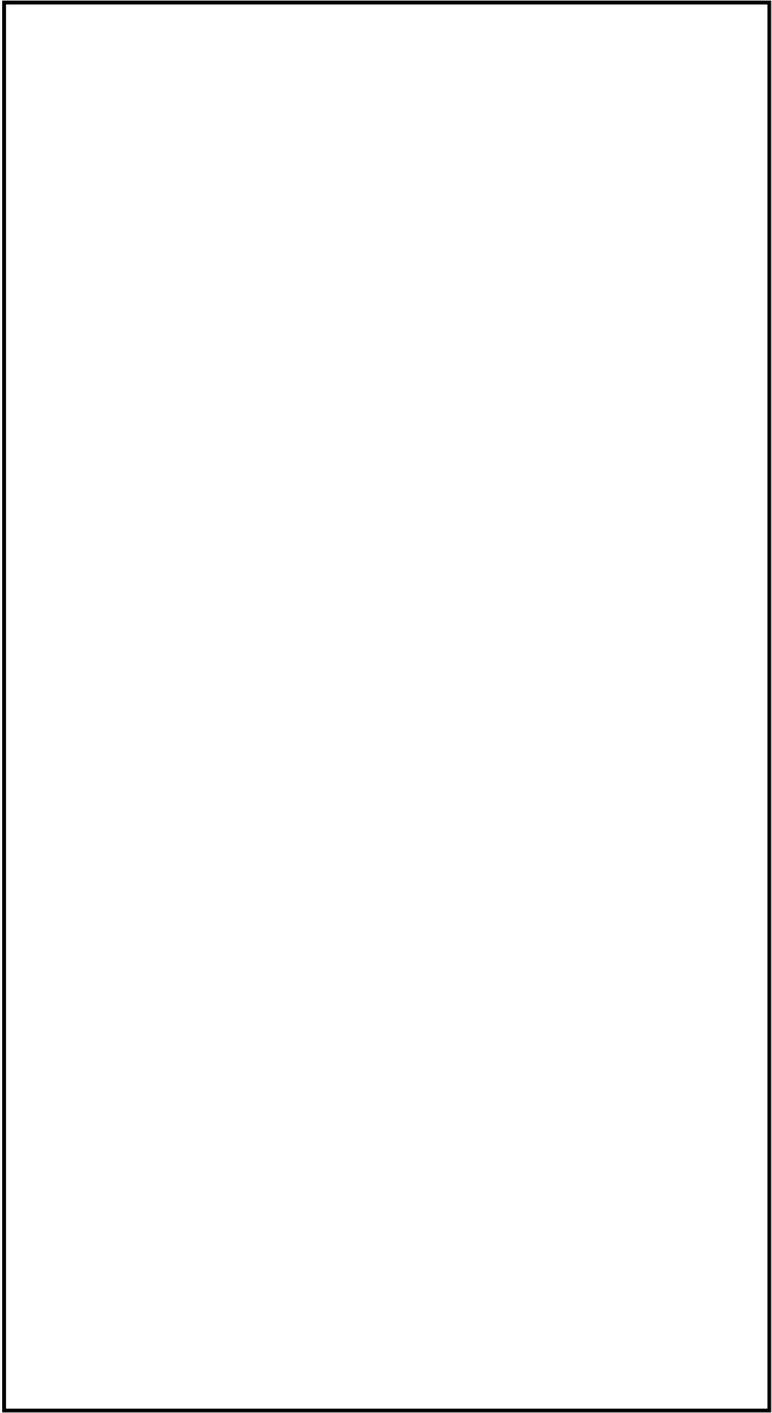
relações, o conhecimento da burguesia nativa é necessário para o conhecimento do nosso proletariado. Por motivos que não são de registrar aqui, compreende-se a dificuldade maior do estudo da burguesia – mas há que vencer tal dificuldade e é possível fazê-lo (aproveitando aqui a presença do Professor Francisco Louçã, cito como exemplo notável e recente de como superar exitosamente os véus que ocultam a realidade burguesa a pesquisa que ele liderou em Portugal e que foi publicada em 2014 sob o título *Os burgueses. Quem são, como vivem, como mandam*). De todo modo, reitero: no plano do conhecimento teórico, também no Brasil não padecemos de um déficit para enfrentar na batalha das ideias a defesa de uma articulação latino-americana que interesse aos trabalhadores.

Outro, e adverso, é o cenário no que se refere à articulação política das forças democráticas, campo diferenciado e pluralista no qual se inclui, necessária e naturalmente, a esquerda em seus matizes mais consequentes. O sistema político-partidário brasileiro constitui atualmente uma aberração a exigir profunda reforma – que não vejo como provável no curto prazo, especialmente pelos privilégios que confere àqueles segmentos que, mesmo sem jogar no reacionarismo, negam-se a promover uma ampliação da democracia formal e restrita existente, abrindo o passo a uma democracia de participação ampliada, de massas. E conjuga-se quase à perfeição com um sistema eleitoral de que deriva uma representação político-institucional deformadora das vontades políticas expressas pelos eleitores. Neste plano, a organização política da esquerda brasileira está muito aquém das suas reais possibilidades *objetivas*. Se não registro, no quadro brasileiro, um déficit *teórico* da esquerda, parece-me inegável o seu déficit *organizacional*.

Esta é uma questão central não só para a esquerda, mas para a própria dinâmica das forças democráticas. E ela é tanto mais relevante quanto a projeção que faço, para o Brasil, mas igualmente para a América Latina, segundo a qual a profundidade e a intensidade das lutas de classes tendem a se tornar mais intensas nos próximos anos.

É questão que não posso discutir aqui – mas que, a meu juízo, nos assegura a todos nós que viveremos ainda *tempos interessantes*, na expressão do saudoso Professor Hobsbawm.

**América Latina:
Lutas Sociais e
(des) Integração
Regional**



Resistencia, lucha de clases y movimientos sociales en América Latina: dinámica contemporánea del desarrollo capitalista

Henry Veltmeyer

Para los marxistas es una cuestión de principio que el desarrollo de las Fuerzas de Producción dentro del marco institucional del capitalismo se interpreta como un proceso de transformación productivo y social. Este proceso genera fuerzas de resistencia, que pueden ser movilizadas en una u otra dirección por los movimientos sociales que encarnan las fuerzas de la resistencia. Es decir, cada forma de acción en la marcha del proceso de dominación capitalista provoca un cambio en las formas de lucha dentro de las fuerzas de Resistencia - se trata de procesos contestatarios en el marco de lo que son las luchas entre las tendencias y contratendencias, a partir del ciclo dialéctico del Capital, y que se constituye en la resistencia y la lucha de clases.

Para ilustrar este principio propongo fundamentar tomando como referencia a tres períodos recientes en el desarrollo capitalista en América Latina, y las formas adoptadas por las fuerzas resistencia frente al avance en cada etapa del capitalismo en su proceso de acumulación.

Terminada la Segunda Guerra Mundial y desde la década de 1950, hasta los años 70.

En la periferie el desarrollo del capitalismo en el sistema mundial fue asistido por las agencias del desarrollo, lo que conocemos como el Estado Desarrollista liderado por los EE.UU, es decir, la utilización de los poderes del Estado para facilitar la expansión del capital en forma de empresas multinacionales y los flujos de Inversión Extranjera Directa (IED).

Las formas de resistencia en este proceso de dominación, fue liderada por la clase trabajadora, a travez de los movimientos sindicales en las ciudades; y por los movimientos campesinos en el área rural. Movimientos sociales organizados como resistencia contra a las fuerzas que obligaron a la expulsión, o el abandono forzado de los pequeños productores campesinos de sus actividades agrícolas. Estos movimientos se consolidaron y tomaron la forma de ejércitos resistencia de liberación nacional a partir de una conciencia revolucionaria.

La respuesta de las agencias de desarrollo del capitalista y los defensores del sistema imperialista, fue ofrecer a los ‘desposeídos rurales’ con el discurso desarrollista de la “pobreza rural”, una alternativa política frente al enfrentamiento armado organizado a travez de los movimientos sociales, la forma de un programa de Desarrollo Rural Integral, lo que se llamó la Reforma Agraria o proyectos de micro desarrollo.

El proyecto de la Cooperación Internacional para el Desarrollo, fue construido explícitamente como una alternativa a la lucha, movilizado en contra los movimientos revolucionarios para ofrecer a los “pobres del campo” una alternativa a la vía armada y prevenir de esta manera, el surgimiento de otras Cubas. Esta estrategia, tiene su origen en el seno del imperialismo y se configura como una facultad intrínseca del Estado imperial. Lo podemos entender como una combinación de estrategias del “desarrollo rural” (reforma agraria, asistencia técnica y financiera en forma de micro-proyectos), basada en la Cooperación Internacional con la intermediación o participación de las organizaciones no-gubernamentales, apoyadas con

el uso de aparatos coercitivo y de violencia del Estado capitalista. Lo anterior, lo podemos definir de forma analógica como un puño de hierro (las fuerzas armadas y represoras del Estado) dentro el guante suave del “desarrollo” (agente del imperialismo); es decir, la cooperación internacional para el desarrollo.

Frente a esto la resistencia revolucionaria perdió fuerza y articulación y para fines de la década de los 70s, todos estos movimientos sociales y movimientos armados, con excepción de las FARC de Colombia, fueron derrotados por las fuerzas del modelo de desarrollo capitalista y arrojadas por el capital hacia la lucha de clases, en el contexto de la división y súper explotación del trabajo.

Al mismo tiempo, en las ciudades, el movimiento laboral experimentó debilitamiento y fragmentación de sus formas de resistencia a partir del avance del capital en la agricultura y la industria. De esto, resultó; la destrucción masiva de las fuerzas de producción en ambos sectores. El sindicalismo y/o el movimiento laboral fueron destruidos mediante una combinación de acciones tomadas por el Estado con apoyo del capital y los mecanismos de poder generadas en el contexto del “Nuevo Orden Mundial (la globalización neoliberal), un sistema de reglas diseñado para librar las “fuerzas de la libertad económica” de las regulaciones restrictivas del Estado Desarrollista.

A partir de la década de los ‘90s, en la que se experimentó un influjo creciente al Sur cardinal del capital en forma de IED con el objetivo de capturar nuevos recursos, mercados y oportunidades económicas.

Desde 1990 y adelante hasta 2012

El sector extractivo - conformado por el petróleo y gas natural (hidrocarburos), metales y minerales, y productos agro-comestibles (alimentos y energía) como la soya, fue receptor de un porcentaje creciente y cada año mayor de estos flujos de capital, creciendo de menos de 20% las operaciones totales de capital en forma de IED (en los años 80) hasta 40% (la mayor parte, hasta 89%, absorbidos

por Argentina, Chile, Colombia y México; particularmente, Brasil fue, el receptor mayor de flujo de capital extractivo), y, en cuanto al botín o el valor de los recursos extraídos y apropiados: éste se vio reflejado en el valor de las exportaciones, para la mayoría de los países de Suramérica - Argentina, Brasil, Bolivia, Chile Ecuador, Perú...Venezuela - y, se incrementó desde 68% a 96% del importe de la totalidad de exportaciones. En este contexto, se consolidó una primarización o reprimarización de las exportaciones, un rasgo fundamental del extractivismo. En esta modalidad de acumulación una gran parte del plusvalor y de la renta de suelo es apropiado por el Capital, dejando en muchos casos menos del 20% del valor neto de las exportaciones de los productos primarios, en forma de salarios para la clase trabajadora, recursos fiscales para el Estado, y algunos beneficios para el pueblo, propietarios de esta riqueza.

El avance del capital extractivo, capital invertido en la explotación y despojo de la riqueza de los recursos naturales - tanto como el capital en su forma clásica, es decir, que lo que esta acumulado por medio de la explotación de la fuerza de trabajo fue facilitado fundamentalmente por las política neoliberales de ajustes estructurales en las macroeconomías (además de recortes en la masa presupuestaria asignado a la clase trabajadora - una serie de medidas de austeridad y, en caso de Brasil, la reforma previdenciária), bajo los auspicios del Banco Mundial y el FMI, las agencias fundamentales del imperialismo estadounidense, en ese momento.

Sin embargo, este avance despertó poderosas fuerzas de resistencia, resistencia a la agenda las políticas neoliberales, en el surgimiento de movimientos sociopolíticos con base social en las comunidades indígenas y del campesinado, o más bien en el semiproletariado de los despojados de la tierra, aquellos sin o con poca tierra; -los trabajadores rurales sin tierra o los campesinos desposeídos-: en el discurso del Banco Mundial.

Muchos de los pobres de las zonas rurales, en su mayoría trabajadores rurales despojados o sin tierras (“campesinos”), fueron alentados por las agencias de cooperación internacional para

tomar la vía del desarrollo como salida de la pobreza rural, es decir: *trabajo y migración*.

Sin embargo, algunos de estos “campesinos” no tomaron la vía de desarrollo construido y ofrecido para los “pobres del campo”, sino optaron por la vía de la Resistencia: movilización de las fuerzas populares en forma de movimientos sociopolíticos contra la agenda política neoliberal.

A fines de la década de los 90, estos movimientos sociales, particularmente en Ecuador y Bolivia, provocaron un amplio desencanto y rechazo a la agenda neoliberal, creando condiciones que permitieron a la izquierda y la centroizquierda, asumir control del aparato del Estado y el poder del estado con la promesa de aplicar un modelo alternativo posneoliberal y una vía alternativa de desarrollo - o alterno al desarrollo (pos-desarrollo).

Hemos llegado a describir este desenlace como un “ciclo progresivo” en la política de América Latina, un ciclo que según muchos relatos ha llegado a su fin...con un giro pendular hacia la Derecha (o, en contexto de esta conferencia, hacia “el conservadurismo reaccionario”...particularmente en Argentina y Brasil con la llegada al poder de Macri y Temer (y el simulacro de Trump en Brasil, el diputado Jair Bolsonaro). Este ciclo coincide con el auge del precio de las materias primas en el mercado mundial, un ciclo comienza a partir del año 2002, con el surgimiento de un estado o régimen posneoliberal en Argentina y posteriormente en Brasil en 2003; Bolivia en el año 2006 y Ecuador en el año 2007. Una variante en este desenlace ocurrió en Venezuela, este caso aislado del (o antes) boom de los *commodities*, e independiente del surgimiento de los movimientos sociales (es decir, no facilitados por ellos), y ocurrió como una forma socialista (en vez de capitalismo reformado).

El año 2012

Este boom (*el de las commodities*) llegó a su fin y con ello el ciclo progresivo. Un fenómeno que tenía su expresión en la reducción

de una tasa de crecimiento económico anual promedio de más del 6 al 7% a cero en el caso particular de Brasil.

Este acontecimiento fue un obstáculo para avanzar en la agenda de los regímenes progresistas, que tomó forma de un “nuevo desarrollismo” (según el economista Brasileño Bresser-Pereira) y el “neoextractivismo” -- que podemos entender como el uso de recursos fiscales derivados de la exportación de los *commodities* para financiar programas de reducción de la pobreza. Muchos observadores de esto ven a Lula como inventor de esta nueva política social.

Podríamos definir a esta política posneoliberal como un “activismo estatal inclusionario”. Los movimientos sociales que impulsaron esta “marea roja o rosada”, vale decir la emergencia de una ola de regímenes de centro-izquierda, crearon las condiciones de las cuales estos regímenes “progresistas” o “posneoliberales” aprovecharon que fueron en la mayoría de los casos (Bolivia una excepción) marginados, sus fuerzas de resistencia desmovilizadas. Sin embargo, en el vértice de las fuerzas del Desarrollo Capitalista en la frontera extractiva - es decir, en la frontera de la expansión de capital extractivo...de las inversiones extranjeras a gran escala en búsqueda de recursos, tierra y aguas, y recursos del subsuelo (minerales y metales, petróleo y gas) - surgieron nuevas fuerzas y formas de resistencia.

Estas formas de Resistencia, como en los años 90, también tomó la forma predominante de movimientos antisistémicos, pero en el nuevo contexto - es decir, la nueva geoeconomía del capital - la resistencia no se dirigió contra la agenda política neoliberal como tal, sino contra las nuevas formas de despojo - “acumulación por despojo”, en el discurso teórico de David Harvey - y el acercamiento de los Bienes Comunes globales (el Bien Común de la tierra, aguas y recursos de subsistencia), así como la fuerza destructiva del capital extractivo y sus impactos socioambientales negativos.

Los sociólogos han discutido estos movimientos y sus dinámicas, poniendo énfasis en su carácter “subterráneo” y localizado; a

diferencia de los movimientos del campesinado que han tenido una tendencia a unirse y aglutinar sus fuerzas de Resistencia.

Además o aparte de las Fuerzas de Resistencia en los varios recintos el campo, la clase trabajadora en algunos contextos - Argentina en particular - ha iniciado formas de resistencia a las políticas implementadas por los regímenes neoliberales que han surgido en los últimos años (en 2016 después de las elecciones de Noviembre 2015), tras este ciclo progresivo, en este contexto los gobiernos progresistas dan un giro hacia la Derecha ... en Argentina, en Brasil, Chile y Perú con Kuczynski, ex-banquero de Wall Street y gran aliado de los EEUU, sin embargo hace poco tuvo que renunciar a la presidencia por corrupción (sobornos)...y aparentemente también Ecuador estario incluido , con la acción traidora de Lenin Moreno al movimiento y política iniciado y forjado por Rafael Correa.

En Argentina, por ejemplo; más de 400,000 trabajadores tomaron las calles en diciembre 2017, y febrero de este año, como protesta contra la Ley de Reforma de Pensiones y el mega-Decreto de Necesidad y Urgencia. Incluso la dirección de la CGT, que había entrado en un pacto con el régimen de Macri, esperando así suavizar los golpes a la clase trabajadora en una guerra de clases librada por el capital contra el trabajo, rompió con el gobierno y amenazó con unirse a la lucha de las clases trabajadoras en las calles. No obstante, a dónde conducirá esto es pre maturo para predecir.

Para concluir mis observaciones, permítanme hacer una breve referencia a los modelos alternativos y las fuerzas del cambio que surgieron, o se han construido, en el contexto de la resistencia popular que debemos diferenciar de la resistencia y la lucha de clase; en el ámbito electoral. Debemos diferenciar la dinámica con las dinámicas de las formas de resistencia popular que emergieron o que está emergiendo, en forma de lucha electoral - una lucha que avanza en 14 países de la región en este y el próxima años.

El referente principal en la política macroeconómica de estas formas de resistencia es el modelo construido (por los economistas

de CEPAL) a nivel de la clase política y de lo que queda de los regímenes posneoliberales: un modelo, como hemos explicado, con dos pilares: (I) el Nuevo Desarrollismo (o el activismo inclusionario del Estado) y (II) extractivismo, es decir, “neoextractivismo” (que es el de canalizar los recursos fiscales derivados de las exportaciones de los *commodities* en programas de reducción de la pobreza).

Actualmente, a lo largo de América Latina muchos grupos se están organizando de manera alternativa para asegurar su supervivencia y la de sus comunidades.

Existen numerosos ejemplos de grupos en las áreas rurales y urbanas que promueven actividades locales, organizan cooperativas y mercados locales de intercambio (de mercancías o buen uso de la moneda local o nacional) dentro de las comunidades en base de una cultura de solidaridad y de reciprocidad en caso de Bolivia.

De acuerdo con David Barkin (2016) en gran parte de América Latina esas estrategias alternativas emergen en específico entre los campesinos y grupos indígenas, organizados colectivamente en áreas rurales, y al mismo tiempo que organizan economías sociales, que evidencian el compromiso con una variedad de modelos de solidaridad social –una economía social y solidaria (ESS) que Barkin define como “economía ecológica desde abajo”.

La proliferación de esas iniciativas, como Barkin argumenta, refleja un reconocimiento de la relación de procesos socioeconómicos con el medioambiente, una relación recuperada en el concepto indígena (en Bolivia y Ecuador) de *Buen Vivir* (o *Vivir Bien*) - de *vivir* en solidaridad social y armonía con la naturaleza.

En este contexto y ámbito, a nivel de la resistencia formas populares y de la sociedad civil, se han construido varios modelos: *uno* ha sido elaborado por las activistas y teóricos de Vía Campesina y los movimientos campesinos que representan: un modelo alternativo de desarrollo agrícola basado en la producción no capitalista de pequeña escala para mercados locales y agroecológicos; y *un otro*, construido en la forma de una *Economía Social y Solidaria ...* basada en el desarrollo local, el cooperativismo y la autogestión de los trabajadores.

Un ejemplo o modelo de este último enfoque ha sido construido por los Zapatistas en Chiapas en su lucha por resistir al genocidio indígena del capitalismo neoliberal a la represión política: su modelo, está basado en el desarrollo local y la comunidad. Podemos ver esto como una forma de resistencia popular...de cómo enfrentar “la hidra capitalista”.

Otra Alternativa al Desarrollo y al Capitalismo y Neoliberalismo, podemos observar en Venezuela; se trata de un modelo alternativo con base en la agencia de los concejos comunales; las comunas que forman la primera línea de una difícil lucha revolucionaria y un proyecto bolivariano en constante ataque.

Para los teóricos y arquitectos de la Revolución bolivariana la economía Social y Solidaria (ESS) es analizada desde la óptica del desarrollo humano socialista, es decir, «autogestión, cogestión, cooperativas en todas sus formas» como ejemplos de «formas de asociación guiadas por los valores de cooperación y solidaridad mutua» con énfasis en una sociedad «democrática, participativa y protagónica».

Las cooperativas y el cooperativismo son esenciales en el modelo a la vez que las comunas y consejos municipales son núcleos del socialismo como lo entendió Chávez. Cualquier forma de desarrollo requiere un marco institucional. El marco del desarrollo humano endógeno socialista que se produce en la Revolución bolivariana se basa en la institución de *las Misiones* y de *la Comuna*, orientada hacia la construcción de nuevas capacidades humanas que preparan a la gente para entrar en nuevas relaciones producción mediante cursos de cooperación y autogestión.

El efecto del programa de desarrollo socialista implementada por Chávez fue dramático: el número de cooperativas aumentó de menos de 800, cuando Chávez fue elegido por primera vez en 1998, a casi 84 mil en agosto de 2005.

Con la reelección de Chávez en diciembre de 2006 se agregó un componente: los *consejos comunales* (formados por grupos de 200-400 familias en los barrios urbanos y 20-50 en zonas rurales). Esos consejos se identificaron como la célula fundamental del

socialismo bolivariano y la base para una forma nueva de Estado. «Todo el poder a los consejos comunales», declaró Chávez. Una «explosión en el poder comunal», designada como uno de los «cinco motores» que conduce el camino hacia el socialismo.

Conclusiones

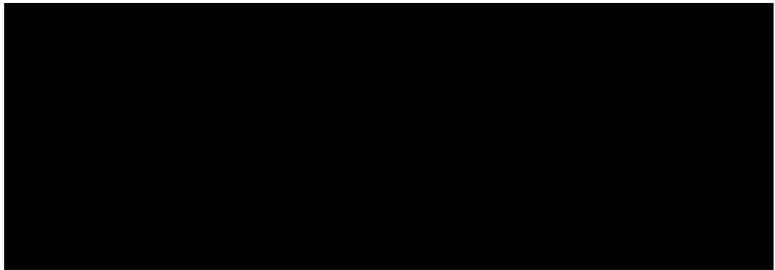
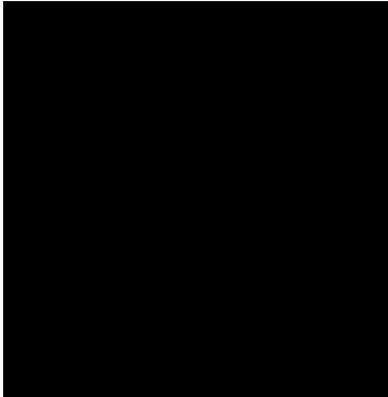
No vamos en entrar en detalles, pero podemos sacar algunas lecciones de nuestro viaje analítico en donde sintetizamos los tres ciclos del desarrollo capitalista y sus dinámicas - , así como las fuerzas de cambio y de resistencia que originaron.

PRIMERO: cada avance en el desarrollo de las fuerzas de la producción, y cada avance del capital implica un cambio en las dinámicas de la lucha de clases y en la resistencia.

SEGUNDO: todos los avances del capital son viabilizados por el imperialismo de una u otra forma. Existe una innegable relación entre capitalismo, imperialismo y desarrollo; al mismo tiempo estos procesos y proyectos tienen su reflejo en la resistencia y las fuerzas inconformes del sector popular, en donde convergen aquellos sectores sociales afectados negativamente por el funcionamiento del sistema capitalista. Hay que tener presente a los explotados, precarizados, marginados y olvidados de este sistema. En cuanto las alternativas que surgen ‘desde abajo’, desde las comunidades y los movimientos, también hay varias conclusiones.

TERCERO: las dinámicas actuales en la economía política y la política deben incluir una nueva forma de teorizar las fuerzas de la resistencia a los avances de capital - desde *el interior de los movimientos y las comunidades* - y una “nueva forma de hacer política” –no en el contexto de la clase política y la política electoral, sino en base de fuerzas de resistencia, y alternativas, que surgen desde adentro y desde abajo - lo que implica una nueva concepción del poder, de la democracia directa y de la autonomía radical. También implica, según los zapatistas, una alternativa a la modernidad, un nuevo mundo que incluye muchos mundos: “para todos todo”.

CUARTO: la necesidad de aglutinar las fuerzas de la resistencia, y unir la lucha de la clase trabajadora; trabajadora y de los campesinos con la lucha de los excluidos y de los negativamente afectados por las fuerzas destructivas de capital. Aquí el gran desafío estratégico - y político - para la Izquierda intelectual y política. Una plataforma que germine y aglutine a las fuerzas de resistencia en pos de un cambio orgánico, de las masas con una visión estructural y de largo plazo.



Sobre violência, política e memória na ditadura militar brasileira – Uma introdução

José María Gómez

Este livro⁵³ é um dos resultados do projeto de pesquisa “Políticas públicas de memória para o estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não repetição”, desenvolvido, sob minha coordenação, pela equipe do Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) entre maio de 2014 e junho de 2017. Contando com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro (Faperj), o projeto respondia ao objetivo geral de contribuir com as atividades da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio)⁵⁴ por meio de uma série de produtos que almejavam fortalecer a reconstrução e promoção da memória social e histórica sobre a ditadura

53 O presente texto reproduz a Introdução do livro *Lugares de Memória. Ditadura militar e resistência no Estado do Rio de Janeiro* (José María Gómez – coord.). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/CLACSO, 2018.

54 A CEV-Rio iniciou suas atividades no dia 8 de maio de 2013 e as encerrou no dia 10 de dezembro de 2015, com a entrega do *Relatório final* ao Governo do estado do Rio de Janeiro. Ela surgiu, assim como a centena de comissões estaduais, municipais e setoriais espalhadas pelo país, sob os impactos e desdobramentos da criação e funcionamento (2012-2014) da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujas atribuições legais eram a de esclarecer e recomendar medidas sobre as graves violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura militar. A propósito do amplo leque de atividades e resultados alcançados, ver o *Relatório final*. Disponível em: <https://www.cnv.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2017.

militar, bem como a reparação simbólica das pessoas atingidas pela violência política no estado do Rio de Janeiro.⁵⁵

Pretende-se aqui abordar uma dimensão essencial do regime militar que vigorou no Brasil no período histórico 1964-1985: as relações entre a violência do complexo dispositivo repressivo e a multiplicidade de formas de resistências geradas pela ditadura. Para tanto, privilegiou-se como objeto e fio condutor um conjunto de lugares localizados nas cidades e na zona rural do estado do Rio de Janeiro que, embora atravessados por estruturas, processos, atores e cenários que operavam em escala maior (regional, nacional, internacional), são considerados como reservatórios singulares e indispensáveis para se compreender a história e a memória da repressão e das resistências nessa época.

O leitor tem em mãos um livro coletivo e não autoral que implicou, além dos membros da equipe do NDH, a participação fundamental de numerosos colaboradores externos, seja na elaboração de textos, seja na revisão de versões preliminares, com perspectivas, interesses e estilos diferentes no tratamento dos temas e lugares escolhidos. A falta de unicidade, entretanto, não impediu que os participantes compartilhassem a premissa espaço-temporal da proposta, o padrão que deviam seguir os textos e, sobretudo, o objetivo primordial a ser perseguido: oferecer ao leitor ou à leitora um relato sobre o que aconteceu nos lugares em pauta, alicerçado no conhecimento histórico do passado e nas lembranças das testemunhas que o vivenciaram. Partindo do pressuposto da indispensável complementariedade entre os estudos da história (entendido como saber historiográfico) e da memória,⁵⁶ a ideia central é fazer do livro uma ferramenta peda-

55 Sobre os quatro produtos do projeto apresentados como contribuição à CEV-Rio (Topografia da Repressão; Recomendações de Políticas Públicas de Memória; Ensino da História da Ditadura Militar nas Escolas; Anais do Workshop Internacional “Políticas de memória na América Latina e na África do Sul: balanço, perspectivas e diálogos”), ver o Relatório de Pesquisa do NDH/PUC-Rio, agosto de 2015, e o *Relatório final* da CEV-Rio, de dezembro de 2015, ambos disponíveis em: www.cev-rio.org.br. Acesso em: 2 set. 2017.

56 A propósito da complementariedade, tensões e controvérsias entre esses dois modos distintos de relação entre o passado e o presente no debate contemporâneo das ciências sociais e ciências humanas, ver JOUTARD, Philippe. *Histoire et mémoires, conflits et alliance*. Paris: La Découverte, 2013.

gógica informal capaz de contribuir com o processo em curso de construção e transmissão tanto da memória social de grupos e setores diretamente afetados pelo agir repressivo estatal quanto da memória histórica da própria sociedade, por meio de uma narrativa inteligível, aberta às reinterpretações e às críticas e de amplo alcance sociocultural em relação ao golpe de Estado de 1964, à ditadura militar e aos seus legados. Voltado para o espaço público e a cidadania geral, tal processo memorial pôs em movimento, sob a égide dos direitos humanos e da democracia, o reconhecimento e a visibilidade das demandas de grupos que foram vitimados e perseguidos, assim como o conhecimento de uma história que, em grande medida, ainda hoje permanece esquecida, ignorada, silenciada, ocultada e até negada no seio do Estado e da sociedade civil.

É necessário fazer alguns esclarecimentos sobre os eixos centrais que, intimamente imbricados, estruturam o livro, a saber: os conflitos de memória, a oposição violência estatal/resistências políticas e sociais e os lugares de memória de repressão e de resistências.

Memórias em disputa

A questão da memória sobre a repressão da ditadura militar não supõe a existência de uma única memória, mas de uma pluralidade de memórias que, no bojo de um demorado e inacabado processo político de acerto de contas com o passado violento, envolve uma variada gama de atores sociais e institucional-estatais.⁵⁷ Trata-se

57 Entre os principais atores, destacam-se as Forças Armadas, as associações de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e organizações de direitos humanos, a Presidência da República e outras agências do Poder Executivo (Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Casa Civil da Presidência, Ministério de Defesa), o Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal, juízes de primeira e segunda instâncias), o Ministério Público Federal e os grandes meios de comunicação. É preciso também sublinhar o papel importante da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o tribunal internacional que condenou o Estado brasileiro, em novembro de 2010, por não ter investigado nem punido os responsáveis e os agentes das graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (no caso *Gomes Lund e outros vs Brasil*, sobre o aniquilamento da guerrilha de Araguaia pelas Forças Armadas, entre 1972 e 1975).

de memórias que entram em conflito sobre os sentidos e os marcos interpretativos desse passado no presente, cuja dinâmica implica que umas tentem se impor sobre as outras e aspirem a tornar-se hegemônicas, enquanto todas, por sua historicidade, sofrem modificações nas próprias lembranças, esquecimentos e silêncios, em função das mudanças contextuais (políticas, jurídicas, ideológicas, culturais) nacionais e internacionais e das relações de poder entre os principais atores.⁵⁸ Todavia, a pluralidade de memórias existentes sobre a ditadura não apaga o fato de que o litígio originário que perdura até os dias atuais, sustentado nas experiências subjetivas vividas e transmitidas, traduz-se na oposição de relatos e interpretações das associações de familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos, organizações de direitos humanos e movimentos sociais, de um lado, e os militares e aliados civis, do outro. Afinal, é dessa linha histórica de antagonismos que expressões como “direitos humanos”, “reparação”, “verdade”, “não repetição”, “anistia”, “esquecimento”, “reconciliação nacional”, “pacificação”, “revanchismo” etc., adquiriram significados e usos políticos contrapostos, mesmo quando os discursos de outros atores, em momentos diferentes, apropriaram-se delas, as ressignificaram ou fizeram combinações ambivalentes e contraditórias.

A origem das marcas traumáticas, das ausências e dos déficits do processo memorial do passado de violência política remontam ao longo período da ditadura militar, com o agravante de que suas características e consequências mais importantes se mantiveram na transição política para a democracia (1985-1989), e ainda se projetaram, em graus variáveis, na normalização institucional democrática iniciada na década de 1990. Isso, apesar das mudanças expressivas, embora tardias, lentas, assimétricas e truncadas, das políticas chamadas de “justiça transicional” – em termos de

58 Ver JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002; “¿Quiénes? ¿Cuándo? ¿Para qué? Actores y escenarios de las memorias”. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: Del Nuevo Extremo, 2009; e *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017. Ver, também, ETXEBERRIA, Xavier. *La construcción de la memoria social: el lugar de las víctimas*. Santiago: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2013.

reparação, verdade e memória, mas não de justiça –,⁵⁹ que foram implementadas, de forma tímida e restrita, pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e diversificadas e intensificadas pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

As lutas pela memória da ditadura nasceram no momento mesmo do golpe de Estado de 1º de abril de 1964. O novo regime institucionalizou o dia 31 de março de 1964 como data fundacional do “Movimento” que gestou a “Revolução”, cuja missão era “salvar” a democracia e a Nação das ameaças do comunismo, da “república sindicalista” e da decomposição moral das instituições e da corrupção, representadas pelo projeto reformista, pela mobilização política dos trabalhadores urbanos e rurais e pela figura do presidente João Goulart. Essa narrativa redentora será comemorada e celebrada nos quartéis e nas cerimônias oficiais a cada aniversário, e a ela se incorporarão o imperativo do desenvolvimento econômico, as festividades patrióticas e a preocupação memorialística de inscrever os nomes dos homens que serviram à “Revolução” nas ruas, nos logradouros, nas escolas e nas grandes obras de infraestrutura, símbolos de seus louros econômicos e políticos. Embora a memória oficial do regime venha a conhecer, mais adiante, divergências internas de interpretação de militares e civis e a assimilação de uma nova narrativa hegemônica de “reconciliação nacional via esquecimento”⁶⁰ do passado violento,

59 A noção de justiça de transição ou transicional designa as respostas de Estados e sociedades, após experiências traumáticas de regimes altamente repressivos ou de conflitos armados internos, por meio de uma série de mecanismos – julgamentos penais aos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade, comissões da verdade para esclarecer o ocorrido, medidas de reparação às vítimas, políticas de memorialização para evitar a repetição e reformas das instituições envolvidas nos atos de violência –, de modo a garantir às vítimas a reparação e o reconhecimento de seus direitos violados, fomentar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e fortalecer o Estado de Direito, a democracia e os direitos humanos. Ver FREEMAN, M. e MAROTINE, D. La Justice Transitionnelle: un aperçu du domain. In: *International Center for Transitional Justice*. Disponível em: <www.ictj.org>. Acesso em: 2 set. 2017. Ver também GÓMEZ, José María. A justiça transicional e o imprevisível jogo entre a política, a violência e a memória. *Revista Comunicações do ISER*. ‘50 anos da Ditadura Militar: memórias e reflexões’, n. 68, 2014.

60 Segundo a expressão de ATENCIO, Rebecca. *Memory’s Turn: Reckoning*

o núcleo redentor do significado do golpe de 1964 se manterá legitimado pelos sucessivos governos pós-ditatoriais e pelos grandes meios de comunicação, além de continuar sendo comemorado nos quartéis, até o ano 2011, e nos clubes militares, até o presente.⁶¹

A memória dos opositores políticos que sofreram violências e perseguição nas fases mais intensas da repressão (no pós-golpe de 1964 e, em especial, nos “anos de chumbo”, correlatos aos do chamado “milagre” econômico, entre 1969 e 1973) permaneceu subterrânea em decorrência das práticas e das representações da política de medo e terror, dos tribunais militares de exceção e da censura. Essas medidas eram intensificadas pelos efeitos da propaganda oficial modernizante, patriótica, moralista e antissubversiva que nutria a ideologia do Brasil Potência. Apesar disso, a partir de 1969, grupos de familiares de presos políticos e desaparecidos começaram a pedir informações às autoridades sobre as condições e o paradeiro dos parentes, ao mesmo tempo que procuravam canais para as denúncias dos crimes do regime. A Igreja Católica, por sua vez, intensificava a crítica à repressão brutal da ditadura, especialmente, por meio da ação engajada de bispos e padres, como se poderá ver em distintas situações e lugares abordados neste livro, enquanto, no exterior, grupos de exilados brasileiros e redes de ativistas transnacionais de direitos humanos organizavam pressões, denúncias e informes internacionais sobre as prisões arbitrárias, as torturas sistemáticas, os assassinatos e os desaparecimentos.

A memória social negativa da ditadura (negativa pelo conteúdo, não pela finalidade) virá à tona com a mobilização e a campanha pela anistia “ampla, geral e irrestrita” aos presos políticos e perseguidos, levadas à frente pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, no contexto da “distensão lenta, gradual e segura” impulsionada pelo governo Geisel (1974-1979). Todavia, ela só alcançará uma visibilidade

with Dictatorialship in Brazil. Madison: The University of Wisconsin Press, 2014.

61 Ver SOUZA, Jesse Jane Vieira de. O que meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula de; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

maior durante a “abertura” do governo Figueiredo (1979-1985) – após a revogação dos Atos Institucionais de exceção (1978) e a sanção da Lei de Anistia (1979) – e no período da transição política para a democracia. Em ambos os cenários políticos, a memória de grupos atingidos pela repressão se expressará por meio de uma multiplicidade de práticas e formas de representação. São elas: as primeiras ações judiciais levadas adiante por familiares de mortos e desaparecidos; as demandas ao Estado sobre o destino dos desaparecidos, buscas particulares e elaboração de dossiês; a primeira grande investigação sobre o sistema repressivo, seus responsáveis e suas vítimas, iniciada em 1979 com base nos processos que chegaram ao Superior Tribunal Militar, resguardada pela Arquidiocese de São Paulo e pela figura de Dom Paulo Evaristo Arns, cujo resumo foi publicado no livro *Brasil: Nunca Mais*, em 1985; os registros de testemunhos das vítimas da repressão; as denúncias a repressores que ocupavam cargos públicos; a instalação de monumentos, homenagens às vítimas e pedidos às autoridades locais e estaduais de mudança de nomes de ruas e escolas; enfim, uma rica e variada produção cultural (cinema, teatro, literatura, pintura, escultura, etc.), além da publicação de livros de memórias de ex-militantes da oposição clandestina, com posturas divergentes em relação à luta armada, à lei de anistia e ao discurso amnésico de reconciliação nacional e esquecimento que pretendia legitimá-la. Frente a tais iniciativas, as reações das Forças Armadas foram constantes. Ecoando nos setores conservadores e midiáticos, elas incluíam a negação dos crimes, a admissão de “desvios” individuais excepcionais dos agentes, a justificativa da “guerra suja” travada entre os “dois lados” e as acusações de “revanchismo” que infringia a previsão legal de reconciliação e esquecimento da anistia, além dos esforços renovados de revisão historiográfica diante da percepção de que a batalha pela memória estaria sendo perdida para os “vencidos”.

Contudo, a memória negativa da violência política nunca logrou uma difusão ampla na sociedade, nem seus atores conseguiram que o Estado atendesse às reivindicações levantadas. Eles

ficaram isolados, social e politicamente. A dinâmica da democratização que vinha “de baixo”, a volta dos exilados e as expectativas abertas pela luta política no terreno institucional (como ilustraram as eleições para governadores, em 1982, e a gigantesca mobilização pelas “Diretas Já”, ainda que derrotada no Congresso, em 1984) incentivaram uma miríade de movimentos sociais emergentes e formações partidárias de esquerda que priorizavam outras demandas, antigas e novas, até então postergadas. Mas o fator determinante era a estratégia exitosa da abertura conduzida pelo regime militar, que fez da Lei de Anistia e de sua interpretação dominante a mais poderosa barreira de contenção da memória social e histórica sobre a ditadura. Dita interpretação, elaborada logo depois da lei com a colaboração da oposição consentida sob o predomínio de setores liberal-conservadores, afirmava que a anistia era “negociada e recíproca” por ter sido debatida no Congresso e por que beneficiava os “dois lados” que cometeram os “crimes políticos ou conexos com estes”. Ou seja, os militantes de esquerda da luta armada – exceto aqueles que cometeram “crimes de sangue” – e os agentes da repressão estariam em uma suposta equivalência simétrica de responsabilidade pela violência política conhecida como a “teoria dos dois demônios”. Assim, a lei (e sua interpretação) se erigiu na viga mestra da “reconciliação nacional e dos acordos políticos” que embasariam a transição e a futura democracia. E foi por meio desse novo dispositivo jurídico-político-ideológico, extorquido como garantia de imunidade das Forças Armadas, que o Estado cobriu com um manto oficial de esquecimento, impunidade, ocultação, silêncio e mentiras as detenções arbitrárias, as torturas, as deliberações secretas dos tribunais militares de exceção, os assassinatos e os desaparecimentos forçados perpetrados por seus agentes. De tal modo que as reivindicações dos grupos de familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e organizações de direitos humanos em prol da investigação dos fatos e circunstâncias, do reconhecimento público do que aconteceu, da reparação às vítimas, de medidas de memorialização e da responsabilização penal dos repressores

eram sistematicamente recusadas. Não surpreende, portanto, que durante a transição política do primeiro governo civil de José Sarney (1985-1989) – eleito indiretamente e caracterizado pelo elevado continuísmo da elite do antigo regime e pela tutela e poder de veto das Forças Armadas – permanecesse o bloqueio a qualquer política e mecanismo consistente de justiça de transição ou transicional.⁶² Seguindo a velha tradição das elites dominantes da prática da conciliação “pelo alto”, a transição política sem justiça de transição reafirmava a vontade de “virar a página” da história e não se confrontar com o passado violento de modo a acertar as contas com suas continuidades e heranças no presente. Entre outras consequências, em vez de propiciar a formação de uma memória histórica da sociedade que incorporasse a memória traumática do passado ditatorial, fortalecendo os fundamentos normativos e históricos da construção da democracia nascente, dava-se continuidade à disseminação da narrativa hegemônica de “reconciliação nacional via esquecimento”, alicerçada na Lei de Anistia e sua interpretação prevalecente. Várias décadas teriam de passar para que a longuíssima fase amnésica ditatorial e pós-ditatorial começasse a mostrar sinais de mudança.

O primeiro passo significativo foi dado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, no âmbito restrito da reparação de determinadas vítimas, ao instituir a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), por lei do Congresso. Após discretas negociações com os militares sobre o tema mais espinhoso da repressão ditatorial, e enfáticas declarações de que a anistia não estava em questão, o Estado brasileiro assumia, pela primeira vez, a responsabilidade pela morte dos desaparecidos políticos, mas sem investigar as circunstâncias nem atribuir responsabilidades individuais e institucionais. Assumia também

62 A Constituição Federal de 1988 estabeleceu no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a reparação dos danos causados para todos os perseguidos por motivos políticos, no período 1946-1988. A regulamentação e as medidas concretas, no entanto, só viriam anos depois, com a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1995, e da Comissão de Anistia, em 2002, que contemplava aqueles que foram punidos, demitidos ou sofreram outros tipos de perseguição política.

a garantia dos atestados de óbito para os familiares – ainda que recaindo sobre estes o ônus da prova – e uma indenização pecuniária (que a maioria dos familiares não tinha demandado), com um marcado viés privatista e o claro propósito de impedir qualquer debate público a respeito na sociedade. Em 2002, em nome da reconciliação nacional e da vontade de encerrar de vez o passado, criou-se a Comissão de Anistia para os perseguidos políticos, com uma função exclusivamente reparatória-indenizatória, cumprindo o estabelecido nas Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988.⁶³

Foi, no entanto, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, especialmente entre os anos 2007 e 2014, que se assistiu a avanços substantivos nos planos dos discursos, das medidas e dos mecanismos de justiça transicional, em relação ao pivô central da reparação e suas interconexões com a verdade e a memória. Tais avanços resultaram de uma complexa e contraditória dinâmica política impulsionada por quatro vetores interdependentes: as diversas iniciativas políticas tomadas pelo governo; a mobilização e a intensificação de demandas de memória, verdade e justiça das organizações de direitos humanos, movimentos sociais e coletivos diversos; o embrionário processo de judicialização doméstico e internacional sobre a lei de anistia e os direitos à verdade e à justiça das vítimas da repressão – que alcançou sua máxima expressão em 2010, com as decisões contrastantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Corte Internacional de Direitos Humanos (CIDH); por último, as reações, oposições e negociações entre as Forças Armadas e o Governo a respeito de distintos episódios críticos durante o período.

63 Segundo alguns intérpretes, o texto constitucional incorporou a noção de reparação às vítimas ao significado do termo anistia, o qual, desde a lei de 1979, identificava-se com a negação, o esquecimento, o silêncio, a ocultação e a impunidade dos crimes da ditadura. Ao mesmo tempo, sinalizava para o árduo caminho que as políticas de reparação iriam percorrer nas décadas seguintes como eixo estruturante que, em articulação progressiva com políticas de verdade e de memória, distingue o processo de justiça transicional brasileiro. Ver ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula de; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

A lista dos avanços é longa: a) a centralização no Arquivo Nacional de numerosos acervos documentais dos antigos órgãos da repressão – exceto os arquivos secretos dos serviços de inteligência das três armas, que, segundo estas últimas, teriam sido destruídos –, colocados à disposição dos cidadãos interessados por meio de uma rede integrada de arquivos e instituições públicas e privadas; b) a atualização, levantamento e sistematização de informações e testemunhos das vítimas recolhidos pelas comissões de reparação; c) as Caravanas da Anistia da Comissão de Anistia, que, desde 2007, respondendo a uma nova orientação, percorreram o país com suas audiências públicas, os depoimentos, os pedidos de desculpas aos atingidos pela repressão em nome do Estado e o reconhecimento do estatuto de anistiados políticos; d) a extensão dos programas de reparação pecuniária, simbólica e terapêutica de familiares e perseguidos políticos; e) a afirmação sistemática do direito à memória e do direito à verdade da Comissão de Anistia e da Secretaria Especial de Direitos Humanos (como se pode comprovar com a publicação por esta última do livro-relatório da CEMDP, intitulado *Direito à memória e direito à verdade*, em 2007);⁶⁴ f) a audiência pública convocada pelo Ministério da Justiça, em julho de 2008, para iniciar as discussões sobre a mudança na interpretação da Lei de Anistia (de modo a permitir, seguindo os passos do Chile e do Uruguai, o julgamento de repressores que perpetraram crimes de lesa-humanidade), logo encerradas diante da reação das Forças Armadas e a interdição presidencial (mas que originou uma Ação de Controle de Constitucionalidade da Ordem dos Advogados do Brasil perante o STF, sobre a validade jurídica da lei, resolvida em 2010); g) o III Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2009, aprovado por decreto presidencial (e forte reação contrária das Forças Armadas), que incluiu entre suas metas a criação de uma comissão da verdade, levantada anteriormente por movimentos e organizações sociais na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos; h) as políticas de memorialização, através dos projetos de Memórias Reveladas e Marcas da Memória, monumentos, homenagens, projeto do

64 Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/sedh/mortosedesap/id_livro.

Memorial da Anistia, publicações de livros e revista, exposições educativo-culturais e eventos em parceria com instituições públicas e sociais, etc.); enfim, i) como momento culminante de todo esse processo, a criação, instalação e funcionamento da Comissão Nacional da Verdade, entre 2011 e 2014.

Até à implantação da CNV, o acúmulo de demandas sociais e de políticas que entrelaçava reparação, apuração de verdades e resgate de memórias tinha gerado impactos que tendiam a corroer a negação da existência das vítimas e o manto de esquecimento imposto, ao mesmo tempo que questionavam, de forma indireta e contida, a impunidade legalizada.⁶⁵ Esses avanços foram dados apesar, ou por causa, da permanência da obstrução da justiça em razão da vigência da Lei de Anistia (ainda mais quando sua validade jurídica e política foi confirmada pelo STF, em abril de 2010),⁶⁶ em meio a contradições, ambivalências e oposições no seio do próprio Executivo e do Estado, acentuadas pelo descontentamento ostensivo das Forças Armadas. De fato, assistia-se ao desenvolvimento de uma fase anamnésica inédita no país em relação à ditadura militar que atravessava o cenário político. O que a havia tornado possível eram, de um lado, as condições políticas favoráveis no plano interno, em que a iniciativa de uma parte da elite governamental encontrava rápido apoio e mobilização dos antigos atores e dos novos coletivos sociais que persistiam na luta de não deixar esquecer o passado ditatorial; do outro, os contextos propícios latino-americano e global, que legalizavam e legitimavam a aplicação do paradigma internacional de direitos humanos no tratamento de passados violentos recentes, difundindo tanto os mecanismos de justiça transicional quanto o valor ascendente

65 Ver ABRÃO, Paulo; TORELLY Marcelo. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula de; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

66 A decisão do STF implicou um freio nas ações judiciais aceitas por juízes de primeira e segunda instâncias, bem como nas investigações e ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, baseadas no Direito Internacional de Direitos Humanos e nos pontos resolutivos da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em novembro de 2010. Ver, a esse respeito, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Crimes da Ditadura Militar, Série Relatórios de Atuação*, Brasília, 2017.

da memória traumática frente a tal tipo de injustiça.⁶⁷

É nesse marco geral, e em uma conjuntura em que a sentença condenatória ao Estado brasileiro pela CIDH se perfilava como inevitável, que irrompe o acontecimento político novo da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Aprovada por lei do Congresso, junto à indispensável Lei de Acesso à Informação, em novembro de 2011, ela era o resultado de uma sucessão de embates, negociações e decisões interligadas que envolveram o governo, as Forças Armadas, as organizações de direitos humanos, o STF e as lideranças dos principais partidos políticos.⁶⁸ Assim, após vinte e seis

67 Sobre os processos de internacionalização e transnacionalização crescentes dos direitos humanos e da memória traumática no mundo contemporâneo, de seus desenvolvimentos paralelos, tensões e entrecruzamentos múltiplos, ver HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais e políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. Sobre a influência, imbricação e especificidade de ambos os processos na América Latina, especialmente no Cone Sul, desde os anos 1970-1980, ver JELIN, Elizabeth. *Las luchas del pasado*. Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017. Cabe salientar que, a partir do início da década de 2000, a Corte Interamericana de Direitos Humanos consolidou uma jurisprudência que nega validade jurídica às auto-anistias sancionadas por regimes ditatoriais, ao mesmo tempo que reconhece os direitos à verdade, à reparação, à memória e à justiça das vítimas de graves e sistemáticas violações dos direitos humanos, além das respectivas obrigações jurídicas internacionais dos Estados. Por outro lado, na América do Sul, e especialmente nos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), a partir de 2004, assistiu-se à aceleração e aprofundamento dos processos de acertos de contas com as últimas experiências ditatoriais, não só prosseguindo com as políticas públicas de reparação, verdade e memorialização, como também abrindo julgamentos penais aos antigos repressores e responsáveis, seja após a anulação das leis de anistia pós-ditatoriais (caso argentino), seja após a mudança das interpretações até então vigentes dessas leis (casos chileno e uruguaio).

68 Há uma íntima vinculação entre: a) o decreto presidencial que aprovou o III Programa Nacional de Direitos Humanos (no qual se enunciava a necessidade de estabelecer uma comissão da verdade sobre as violações perpetradas no período da ditadura militar), em dezembro de 2009; b) a reação das Forças Armadas e as negociações iniciadas com o governo em janeiro e fevereiro de 2010; c) a decisão do STF de ratificar a validade jurídica e política da Lei de Anistia de 1979, em abril de 2010 (embora abrindo a possibilidade de avanços na verdade do acontecido); d) o projeto de lei de criação de uma comissão da verdade no Congresso, de iniciativa do governo, em maio de 2010; e e) a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso *Gomez Lund e outros vs. Brasil*, em novembro de 2010. Tudo parece indicar que, no cálculo político do governo, a criação da CNV mostraria à Corte Interamericana um avanço efetivo em relação à investigação dos crimes perpetrados, por meio de um mecanismo até então inexistente no país, ainda que se mantivessem vigentes a lei de anistia, o instituto da prescrição jurídica e o consequente

anos do fim da ditadura militar, instituiu-se a primeira comissão oficial da verdade no Brasil, com amplos poderes de investigação e a finalidade primordial de esclarecer as graves violações dos direitos humanos perpetradas pelo regime de exceção, recomendar medidas de prevenção, não repetição e reconciliação nacional, e promover a reconstrução de uma interpretação histórica dessas violações, com ênfase na figura das vítimas.⁶⁹ Uma vez instalada e em funcionamento, a CNV não tardaria em transformar-se no vetor deflagrador de uma onda expansiva sem precedentes no país: uma centena de comissões da verdade estaduais e setoriais; inúmeros fóruns de debate público; multiplicação de depoimentos de testemunhas; um impacto sensibilizador em gerações mais jovens; novos acervos arquivistas públicos e privados; ampla cobertura da grande mídia e repercussão nas redes sociais; uma intensa produção acadêmica e de jornalismo investigativo; diversas expressões artísticas; e, certamente, o momento mais intenso da disputa de memórias sobre os sentidos, conhecimentos e interpretações do regime militar, além de homenagens, monumentos e campanhas de estabelecimento de museus e centros de memória e educação em direitos humanos em distintas cidades do país. Em suma, a CNV imprimiu ao processo memorial sobre a ditadura militar um estímulo, uma aceleração e uma abrangência sem precedentes de atividades, âmbitos e atores implicados, cujo ápice foi alcançado entre março e abril de 2014, no marco simbólico dos 50 anos do golpe militar de 1964.

Sem entrar no terreno de uma avaliação rigorosa, necessária e ainda pendente sobre o trabalho e os impactos da CNV, mas também sem ignorar as numerosas limitações, insuficiências e

bloqueio da justiça. Por outro lado, também estaria contemplado no cálculo que, uma vez concluído o trabalho da comissão, o processo de acerto de contas se encerraria definitivamente.

69 Instituída pela lei nº 12.528/11, a CNV estava autorizada a esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos (torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres, e sua autoria); identificar estruturas, locais e instituições envolvidos; estabelecer recomendações de medidas e políticas destinadas à prevenção de tais violações, à sua não repetição e à promoção da reconciliação nacional; e, enfim, a promover a reconstrução da história das graves violações dos direitos humanos, colaborando com a assistência prestada às vítimas.

dificuldades internas e externas que marcaram sua breve trajetória (inclusive a falta de vontade política do governo de continuar avançando durante e além da existência da comissão), é preciso ressaltar que, *grosso modo*, ela atingiu um dos propósitos essenciais que perseguia: elaborar uma narrativa geral sobre a experiência histórica da ditadura militar, centrada na questão das graves violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado, como ilustram o Relatório final e as 29 recomendações que o acompanham, entregues à presidente Dilma Rousseff em dezembro de 2014. Trata-se de um relato que, longe de pretender tornar-se uma memória oficial única e definitiva, afirma a exigência normativa da “não repetição” por meio da construção de uma memória histórica geral, inacabada e aberta que procure esclarecer contextos, estruturas repressivas, atores institucionais e sociais, acontecimentos e consequências vinculados à violência política e social do regime, incluindo os nomes das vítimas letais, a autoria dos crimes e a recomendação de abrir investigações e processos judiciais. Isto é, um relato que se situa nas antípodas dos pressupostos, argumentos e conclusões da arraigada narrativa da “reconciliação nacional via esquecimento”, cujos núcleos principais de significação, embora sofrendo numerosas transformações, perduram e ainda hegemonomizam representações e práticas do governo e do Estado na atualidade.

A fase anamnésica em expansão, no entanto, viu-se abruptamente interrompida pela grave e dupla crise política e econômica que se instalou no país – e que, desde então, não cessa de se aprofundar –, após as eleições presidenciais de 2014. A durabilidade, a incerteza permanente do presente e os impactos desarticuladores e destrutivos da crise nos mais diversos âmbitos (político-institucional, econômico, social, cultural, ético) geraram efeitos amnésicos sobre o passado imediato, junto à rápida dissolução das expectativas de futuro. Em matéria de reparação, verdade e memorialização, esses efeitos se acentuaram ainda mais a partir do governo Temer, inclusive antes da conclusão do turbulento *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, quando muitos dos

avanços realizados começaram a ser interrompidos, esvaziados, desmontados. O que o quadro atual põe em evidência são as fragilidades da memória social e histórica sobre a ditadura militar, bem como o peso prevalecente das barreiras, restrições e oposições que se haviam revelado ao longo do processo de justiça transicional. Não faltam estudos nas Ciências Sociais que salientam a forte propensão ao esquecimento, desconhecimento e indiferença de amplos contingentes da população em relação ao passado político e, em particular, ao passado político recente do regime militar.⁷⁰ Embora seja um tema que requer mais investigações, a suposta ausência ou falta de memória – que também pode encobrir o silêncio – sobre a ditadura militar não pode ser desvinculada das estratégias constantes de esquecimento “imposto” e de efeitos de “verdade” (decorrentes do medo, do silenciamento, da ocultação, do negacionismo, da propaganda de autoexaltação, da promoção do conformismo) implementadas pelo Estado e reverberadas na sociedade civil durante o regime de exceção. Sobretudo quando elas não foram postas oficialmente em questão no período da transição política, e persistiram, em grande medida, durante os quase trinta anos de normalização institucional democrática, apesar das transformações importantes, porém recortadas e precárias, introduzidas na última fase das políticas de justiça transicional. Mesmo que a desmemória, o desconhecimento e a indiferença a respeito do regime militar tenham sido influenciados por outros fatores e características específicas da forma ditatorial,⁷¹ as

70 Sobre o elevado grau de esquecimento, desconhecimento e indiferença da população (em particular, dos setores de mais baixa renda e escolaridade), a propósito do golpe de 1964 e da ditadura militar, ver o trabalho de CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama; MOTTA, Rodrigo Patto. *Memória e Esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião*. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. v. 1.

71 Entre tais fatores, assinala-se o singular desenho institucional-legal, sua ambivalência repressiva e modernizante, a extensão social mais limitada e seletiva da repressão estatal, o prestígio popular das instituições militares, os altos índices de violência social e institucional em situação democrática, a banalização da violência e a fragilidade evidente de uma cultura de direitos humanos. Ver FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contexto, 2015; D'ARAUJO, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro:

consequências e os legados dessas estratégias constituem a razão primordial que permite compreender por que o Brasil demorou tanto a confrontar-se com o passado de violência política. E quando o fez, o tratamento foi lento, truncado e desigual, ou seja, com “muita” reparação, “considerável” verdade, “pouca” memória e “nada” de justiça. Por isso, o desafio de fazer deste livro uma ferramenta pedagógica informal de conhecimento e memória da violência política do passado ganha uma relevância maior. Pois é nesse contexto de grave crise, e no turbulento cenário político pré-eleitoral, judicial e midiático em que ela se manifesta e muda, que se configurou um clima ideológico favorável para a difusão de velhos discursos apologéticos e o crescimento de saudosistas do passado, propondo uma intervenção militar “salvadora” que restabeleça a ordem, a moralidade, o crescimento econômico e a segurança do país.

A oposição entre violência de Estado e resistências políticas e sociais

A centralidade atribuída ao binômio violência estatal/resistências não implica reduzir o fenômeno histórico multifacetado, dinâmico e de longa duração da ditadura militar a uma única dimensão. Também não se pode limitá-la a uma visão simplificada das estruturas e relações de poder que a constituem, em que o polo dominante se restringiria aos militares e aos aparelhos de repressão, e o polo das resistências, a um bloco homogêneo de opositores políticos ou apenas àqueles que se lançaram à luta armada. Pretende-se, ao contrário, considerar as complexas interconexões entre dominação, violência e resistências, a partir de sua inserção em um marco histórico mais abrangente e mutável de relações de força e de produção de sentidos e subjetividades entre uma diversidade de atores, dentro e fora do Estado. A última ditadura

Editora FGV, 2010; CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama; MOTTA, Rodrigo Patto. Memória e Esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. v. 1.

não foi uma forma de governo que se sustentou na base da pura coerção – do mesmo modo que a violência não era exclusividade do Estado e não estava dirigida apenas aos opositores políticos. Tampouco as resistências se esgotavam no conflito aberto das ações e discursos dos atores mais visíveis, especialmente dos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e organizações clandestinas de esquerda. Afinal, a “infrapolítica” das práticas e dos discursos ocultos e disfarçados de críticas ao poder (canções, peças de teatro, humor, histórias populares, transgressões, revoltas pontuais, etc.) nunca cessou de emergir e circular entre setores populares e meios dissidentes, nos espaços privados ou semipúblicos do cotidiano, ao abrigo das ameaças do poder, mesmo no ápice repressivo da ditadura.⁷²

Todavia, a gravitação da violência física, simbólica, institucional e social do regime militar e das consequências amplas e continuadas de seu exercício não podem ser subestimadas. E menos ainda podem ser consideradas como um fator ocasional e desviante, pois eram inerentes à natureza dessa forma de dominação política e social. Em outras palavras, a violência era co-constitutiva das dimensões econômica, social, político-institucional e ideológico-cultural da ordem ditatorial, às quais, em graus variáveis, condicionava e impactava profundamente. Além das redefinições e limites que conhecerá ao longo do tempo, sua origem última residia na razão política e econômica da “modernização conservadora” capitalista relançada pelo regime que, sob o lema “desenvolvimento econômico e segurança nacional”, comandou a formação e o funcionamento de um complexo e estendido sistema de vigilância, controle, propaganda, censura e repressão.

72 Em um trabalho recente, Henri Acselrad utiliza o conceito de infrapolítica de James Scott para analisar a situação brasileira na fase repressiva mais aguda da ditadura militar, explorando o problemático encontro da crítica política entre os setores populares dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro e os militantes das organizações submersas na clandestinidade, lançados à vida dupla, sob a ameaça constante de serem caçados pelo sistema de espionagem, delação e repressão do Estado. Ver ACSELRAD, Henri. *Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015; SCOTT, James. *Domination and the Art of Resistances*. Nova Haven: Yale University Press, 1990.

Esse sistema alcançará, na sua fase de reformulação e máxima intensidade (pós-Ato Institucional nº 5 – o AI-5), um grau elevado de capilaridade, centralização, seletividade, clandestinidade e eficácia. Nesse sentido, os chamados “anos de chumbo”, quando o terror virou política de Estado, não são uma mera coincidência com os anos do chamado “milagre econômico”.

A violência do regime atingiu inúmeras vítimas, através de diferentes modalidades (coerção física, demissão, exílio, medo à denúncia, etc.) e alcance (pessoal, familiar, grupos de pertencimento político e social). Se, na primeira onda repressiva que se seguiu ao golpe de 1964, estavam na mira os setores populares mobilizados (em particular, os movimentos camponês e operário), militares legalistas, políticos, intelectuais e estudantes, na fase entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, os alvos prioritários foram os atores que marcaram o ciclo de intensas mobilizações entre 1966 e 1968: os movimentos de massa (principalmente estudantil e, em menor medida, operário), os críticos político-culturais e as organizações de esquerda, armadas ou não. A violência estatal e suas tecnologias de poder sobre os corpos, em especial contra os integrantes das organizações armadas, adquiriu requintes de crueldade e barbárie – sequestros, torturas sistemáticas, abuso sexual, execuções, esquartejamento, desaparecimentos, ocultação dos restos mortais.

Mas a máquina repressiva que se abateu sobre os militantes de esquerda gerou consequências que afetavam profundamente o conjunto da sociedade. Seguindo os postulados da “guerra revolucionária”, a repressão respondia à exigência estratégica de suprimir o espaço público de ação dos cidadãos, ao mesmo tempo que impelia ao silêncio da crítica e ao disciplinamento e ao conformismo social, como efeito combinado da disseminação do medo da coerção física e da perseguição, da censura e autocensura da imprensa e da violência simbólica da propaganda oficial. Esse rosto real do regime militar era expressão da negação mesma da política, da perversão do sentido da legalidade e dos direitos e da banalização de uma cultura de violência e arbítrio. Por isso, o

dispositivo repressivo funcionou como condição de existência das políticas econômicas e sociais implementadas pelo núcleo tecnocrático-militar de governo, da composição de classe do bloco de poder – prevalência evidente dos interesses e benefícios do tripé capital nacional, capital internacional e Estado – e da busca de legitimação, assentimento ou consenso passivo da população por meio da ideologia difusa do Brasil Potência 2000. Uma ideologia que perpassava as representações das práticas punitivas e das transformações socioeconômicas, produzindo um efeito afirmativo de “verdades” e subjetividades a-históricas e despolitizadas que encobria e mistificava aspectos fundamentais da realidade, em uma versão renovada da velha matriz do autoritarismo social e político brasileiro.

É preciso notar que a implementação da estratégia de distensão-abertura do regime nos governos Geisel e Figueiredo significou uma diminuição importante nas formas e na extensão do exercício da violência, como resultante da desmontagem dos principais arcabouços e aparelhos de exceção (legais e clandestinos) e da Lei de Anistia. Convertida a transição política para a democracia em saída irreversível, o ciclo ditatorial se encerrou com a eleição presidencial indireta e a posse do primeiro governo civil de José Sarney, em março de 1985. No entanto, ainda que a ditadura militar passasse a administrar a repressão de maneira mais contida e seletiva no tramo final, ela nunca abandonou o caráter violento, arbitrário e autoritário que permeava seus mecanismos institucionais e suas práticas, combinando o uso (ou a ameaça permanente) da coerção e as tentativas de produção hegemônica de consenso e significação social. Isto é, desde o nascimento, com o golpe de Estado de 1964, até seu fim. Mas isso não significava que a ditadura conseguisse impedir, ao longo de sua existência, a emergência de múltiplas e diferentes formas de resistência e dissidência, em contextos e âmbitos distintos, como se faz alusão em numerosos lugares deste livro.

As consequências e os impactos da violência institucionalizada, porém, não acabaram com o fim do regime militar. Suas marcas e

legados ainda estão presentes, acima de tudo, nas vítimas diretas e familiares que experimentaram a repressão e perseguição, e que constituem, aliás, o cerne das lutas atuais por reparação, memória, verdade e justiça. Milhares delas foram identificadas, e os testemunhos, registrados em documentos como o Projeto Brasil: Nunca Mais, os arquivos organizados por associações de ex-presos políticos e familiares, os acervos da Comissão de Anistia e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, o livro *Direito à memória e à verdade no Brasil* e, recentemente, a atualização de informações provenientes do trabalho da CNV, da CEV-Rio e de outras comissões da verdade, públicas e setoriais. Por outro lado, um número indeterminado de vítimas desconhecidas, de indivíduos e grupos sociais não vinculados à oposição política ao regime (indígenas, camponeses, comunidades tradicionais, população negra e de áreas pobres e periféricas, população LGBT, etc.), nunca foi suficientemente identificado e investigado. Ainda assim, cabe assinalar que não se mede o caráter violento da ditadura em função exclusiva da quantidade de vítimas letais ou perseguidos que ela gerou com seus aparatos repressivos. Se esse fosse o critério, concluir-se-ia – como não poucos o afirmam nos dias atuais – que ela foi uma “ditabranda” ou um regime simplesmente “autoritário”, sobretudo quando se faz a comparação com suas congêneres argentina, chilena e uruguaia (com as quais, aliás, cooperou ativamente na inteligência e na repressão, dentro e fora do país, por intermédio da denominada Operação Condor).

Além da questão central das vítimas, há ainda os legados diretos da ditadura no plano constitucional e legislativo, resquícios visíveis que ainda perduram em instituições do Estado, na estrutura administrativa e nas políticas públicas, bem como nas representações imaginárias e discursivas e nas práticas sociais no seio do Estado e da sociedade civil.⁷³ Como conclui o relatório final da CNV, não só está comprovado que as graves violações de direitos humanos eram sistemáticas no período 1964-1985, configurando crimes de lesa-humanidade, mas também que elas

73 Ver TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

persistem e até se agravam exponencialmente no presente, no marco normativo-institucional do Estado Democrático de Direito, sob outras condições históricas nacionais e internacionais, e com um perfil social definido das novas vítimas (jovens, na maioria negros e pobres).⁷⁴ Embora a persistência atual desse padrão de violações reenvie a causalidades múltiplas e complexas que requerem uma análise apurada, uma parte substancial dessa realidade violenta encontra suas raízes na longa e sedimentada experiência histórica ditatorial. Por isso, tanto a CNV quanto a CEV-Rio propõem em seus relatórios finais um conjunto de recomendações que chamam a atenção para a necessidade e a urgência de medidas e reformas institucionais, constitucionais e legais, além de políticas públicas específicas e iniciativas sociais autônomas, nos mais variados âmbitos, de modo a acertar as contas com as iniquidades violentas do passado e do presente, em termos de reparação, memória, verdade e justiça.

Lugares de memórias de repressão e resistências

O livro parte da ideia de lugar como localização territorial de um ponto determinado no espaço, representado em um mapa com as coordenadas e referências precisas, a escala pequena, possuindo características próprias de materialidade e concretude. Entretanto, não se depreende de tal concepção uma oposição entre o espaço e o lugar (no sentido de uma polarização do tipo global *versus* local),

74 Basta constatar, nesse sentido, os próprios dados das fontes oficiais, bem como os dossiês de ONGs nacionais e internacionais e os numerosos estudos no campo acadêmico sobre o aumento da taxa de homicídios e desaparecimento de pessoas, a violência no campo, a truculência e letalidade da ação policial, a militarização das polícias e das políticas de segurança, a criminalização das lutas e protestos sociais, o crescimento contínuo da população carcerária em condições infra-humanas, a baixíssima cultura de direitos humanos, etc. Ver Atlas da Violência 2017, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: www.ipea.gov.br/download/2/2017; Anuário de Segurança Pública – 2017, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: www.forumseguranca.org.br; Anistia Internacional. Informe 2015-2016. O Estado dos Direitos Humanos no Mundo (País: Brasil). Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-aneais/>; Human Rights Watch Brazil – World Report 2017 Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/brazil>.

nem tampouco entre o espaço e o tempo, que necessariamente se traduziria na primazia de um sobre o outro. Esse meio físico é, simultaneamente, um meio social que está impregnado da temporalidade e da imaterialidade que lhe são singulares. Nele, as apropriações simbólicas, experienciais e materiais da ação humana que aí aconteceram, em contextos determinados, abrigam múltiplas camadas de sentidos e significados que o constituem como um lugar de memórias e de histórias.⁷⁵ Isso supõe corpos em movimento, subjetividades individuais e intersubjetividades coletivas, atividades e relações diversas, de cujos entrecruzamentos resulta a construção de uma identidade particular, de um conhecimento histórico e de representações imaginárias e significativas do passado e do futuro do lugar, constantemente recriadas a partir do presente.

Ao enquadrar a memória dos 101 lugares escolhidos na cidade e no estado do Rio de Janeiro sob o prisma da centralidade da dimensão repressão estatal/resistências, há dois tipos básicos e interligados de lugares que emergem e se distinguem (ainda que, em vários casos, também se confundam por terem sido, simultaneamente, lugar de repressão e de resistências). Uns, os contaminados pela violência direta e o poder de vida e morte sobre os corpos “inimigos”, pela vigilância, pelos julgamentos de exceção, pela censura, pelos atentados, revelando a extensa topografia de interconexões do dispositivo punitivo da ditadura. Outros, os que

75 Sobre o conceito de lugar enquanto portador de uma memória significativa, embora centrada na construção da república francesa, ver NORA, Pierre (Direção). *Les Lieux de Mémoire*. I La République. Paris: Gallimard, 1984. Sobre outras concepções e dimensões de lugar, ver MARANDOLA Jr., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014. A propósito dos lugares traumáticos de memória, ver ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. Sobre os processos sociais e políticos e as marcas territoriais de memória na América Latina, ver JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017. Ver também INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS/MERCOSUL (IPPDH). *Princípios fundamentais para políticas públicas sobre lugares de memória*. Buenos Aires: Documentos IPPDH, 2012; GOMEZ, José María (Organizador). *Violência Política e processos de memorialização do passado recente. Brasil, África do Sul, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola (No prelo).

foram palco de manifestações de protesto, de lutas sociais e políticas, de reunião e comunicação que reabilitavam a política como liberdade de palavra e de ação nos espaços públicos, colocando em questão o legítimo e o ilegítimo da ordem ditatorial. Todos esses lugares abrigam a história dos fatos que aí aconteceram e as memórias em conflito que neles se condensam e se materializam, e que, esquecidas ou ignoradas por grande parte da população atual, ainda carregam os rastros e vestígios de sentidos, significados e verdades vivenciados por protagonistas e testemunhas. Por isso as organizações e coletivos sociais lutam para estabelecer marcas territoriais de memória, seja como iniciativas próprias, seja como demandas às instituições estatais, por meio de placas de recordação, nomeação de ruas e praças, construção de monumentos e memoriais, transformação de lugares físicos emblemáticos da repressão em centros de memória e educação em direitos humanos (como o antigo prédio do Dops, na cidade do Rio de Janeiro, ou a Casa da Morte, em Petrópolis, entre outras propostas existentes).

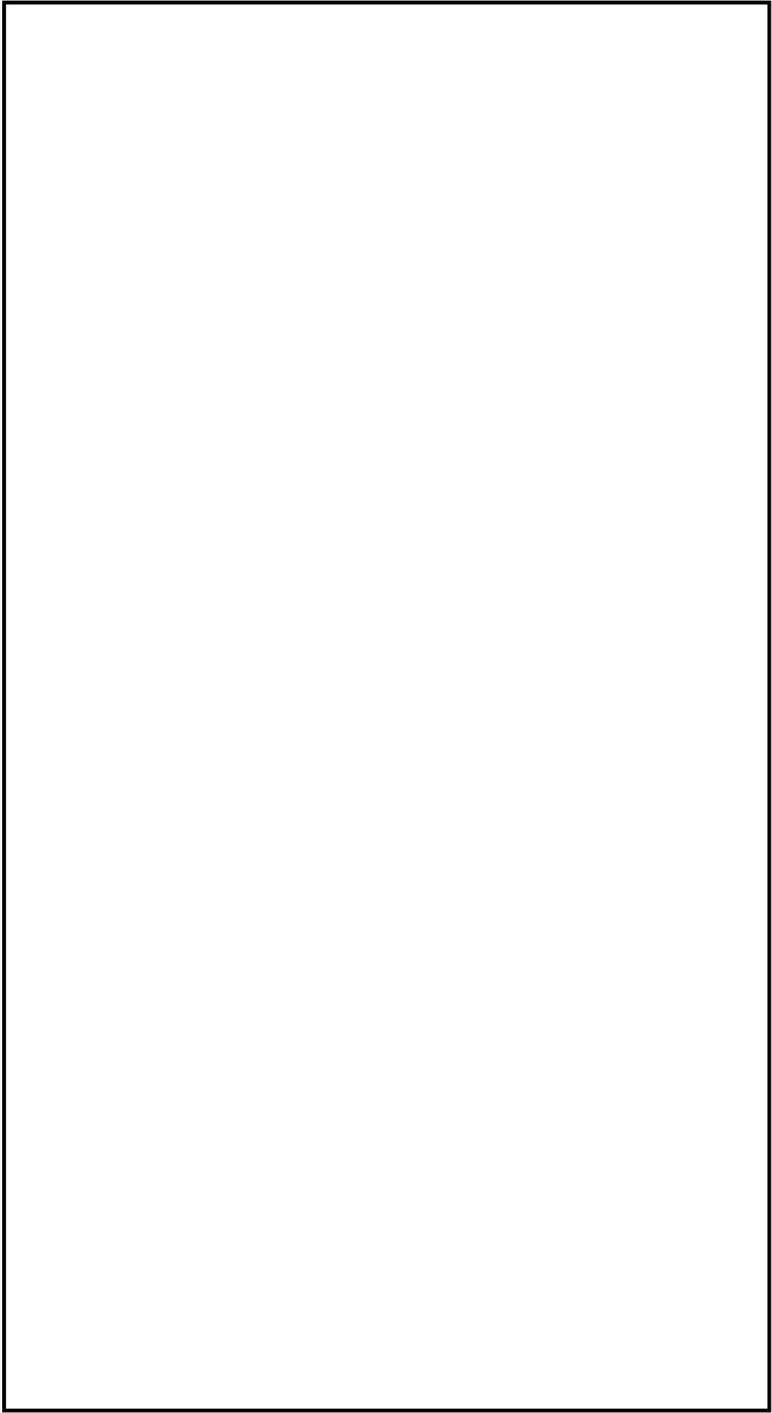
O objetivo primordial do livro consiste em fazer “aparecer” a história e as memórias dos lugares escolhidos para o cidadão comum, aquele habitante permanente (ou visitante ocasional) das cidades ou áreas rurais contempladas, cujas rotinas, itinerários e fluxos da vida cotidiana tornam ditos lugares invisíveis. E o faz por meio de uma articulação-diálogo entre texto, mapas (e as plantas de alguns centros de repressão) e fotografias, específica para cada lugar, relacionando as dimensões territorial, temporal e temática, como consta no Guia de Uso. Para tal fim, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental, de história oral e iconográfica relevantes tanto para a identificação dos lugares quanto para a elaboração das primeiras versões dos textos de numerosos lugares. Foi feita também a seleção de imagens e a confecção dos mapas relativos ao estado do Rio de Janeiro (com seis das oito regiões contempladas), aos municípios e a cada lugar selecionado. Ressalte-se que grande parte da pesquisa foi realizada nos acervos documental e iconográfico do Arquivo Nacional (em especial, do Projeto Memórias Reveladas), do Arquivo Público

do estado do Rio de Janeiro, da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, do acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, do acervo da Comissão Nacional da Verdade e de acervos específicos, quando pertinente. Da mesma maneira, foram utilizados acervos de história oral e testemunhos concedidos às comissões da verdade (CNV, CEV-Rio e comissões municipais) ou transcrições de entrevistas diretamente realizadas pelos pesquisadores da equipe. Além disso, consultaram-se registros do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do banco de dados da CEV-Rio e das audiências públicas da CNV e da CEV-Rio.

Por último, cabe salientar que o levantamento de locais de detenção e de ações da repressão, bem como de diversas formas e movimentos de resistência no estado do Rio de Janeiro, não pretende, certamente, ser exaustivo. Basta assinalar que o município do Rio de Janeiro foi, no plano nacional, um dos principais espaços onde se concentrou o exercício da violência estatal e um elevado número de vítimas e perseguidos (inclusive provenientes de outros Estados), como também foi o espaço onde irromperam múltiplas resistências e lutas sociais, culturais e políticas contra a ditadura. Há ainda muitas memórias e histórias a serem descobertas e contadas, e um imenso acervo de documentos e testemunhos a ser investigado, o que permitiria conhecer e fazer conhecer melhor os sentidos e significados desse passado que não termina de passar. O Brasil de hoje não corre o risco de ser tomado por uma memória saturada, fixada literalmente ao passado e propensa a cair em abusos memoriais. O perigo real, ao contrário, é persistir no excesso de esquecimento dos passados violentos e sua obstinada desconexão com as estruturas de dominação, desigualdades, discriminações, exclusões, invisibilidades e insignificâncias das vítimas cotidianas das violências do presente. Por isso, contra a pesada herança do esquecimento, afirma-se o sempre inacabado, fragmentado e aberto trabalho de construção da memória e do conhecimento histórico interferindo na atualidade. Confrontar-se com a violência política e social do passado ditatorial recente e

lidar com ele, mesmo que não seja garantia suficiente para evitar que aconteçam no futuro cenários semelhantes ou até piores, não é, do ponto de vista dos fundamentos normativos e práticos de uma cidadania democrática, senão seguir lutando em nome do “nunca mais” e das exigências de justiça do passado e do presente. As memórias das injustiças passadas, assim como avançam, podem regredir, e até mesmo desaparecer, segundo as circunstâncias históricas e as lutas dos que não esquecem e não deixam esquecer. Todavia, tal como mostram distintas experiências no mundo e o próprio caso brasileiro, os movimentos da memória social são imprevisíveis. Precisam apenas de um gatilho para que o processo de lembranças dispare de novo no presente e se projete para o futuro, com outros sentidos, ressignificações, atores, políticas e debates nos espaços públicos da sociedade.

**Violência e
Cenários Urbanos**



Estado, crime e a democracia brasileira

Angelina Peralva

Introdução

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao PPGSS da Escola de Serviço Social da UFRJ esse convite, que muito me honra, e manifestar minha admiração pelo esforço e o sucesso em organizar esse seminário internacional em tempos difíceis e conturbados. Dizer também o prazer de compartilhar esse momento com o Prof. Sergio Adorno, velho companheiro, cujo trabalho acompanho, e que por sua vez me acompanha, desde muitos anos.

O tema da mesa é vasto e eu, inicialmente, pensei em organizar minha intervenção a partir dos estudos sobre violência urbana que desenvolvi por muito tempo na França. Talvez fosse essa a expectativa que norteasse o convite que me foi feito. Mas o convite foi generoso e deu-me liberdade de escolha. De tal modo que me pareceu que a urgência de que se reveste a situação brasileira atual, somada ao fato de que uma parte substantiva da minha vida de pesquisadora sempre esteve voltada para a situação brasileira – tudo isso levou-me a optar por falar aqui prioritariamente sobre o Brasil.

As questões que pretendo trazer para a discussão apoiam-se, por um lado, em dois ciclos de leitura de um documento público, o Relatório da CPI do Narcotráfico produzido pela Câmara de Deputados em 2000 - um trabalho feito em parceria com a Professora Jacqueline Sinhoretto da Universidade Federal de São

Carlos. Numa primeira etapa, tratou-se para nós de construir um banco de dados que esclarecesse o perfil sócio-profissional das pessoas envolvidas com o tráfico de drogas no Brasil a partir do universo de 2394 indivíduos que figuram no relatório, 1812 dos quais citados por suas atividades criminosas. A construção desse banco de dados efetuou-se entre 2008 e 2011. A esse trabalho agregou-se, mais recentemente, o esforço de cruzamento dos dados quantificados com uma leitura qualitativa do material, com destaque para as funções desempenhadas por agentes do Estado na construção dos mercados da droga. É disso que se tratará na primeira parte da minha intervenção. Na segunda parte, tentarei trazer alguns elementos de reflexão sobre a necessidade de imaginarmos novas condições de controle do crime em um contexto de crise da democracia.

O caso FAB

Começo lembrando um episódio já antigo: em 18 abril de 1999 foi apreendido em Recife um avião da Força Aérea Brasileira portando perto de 33 kg de cocaína – uma carga modesta, se comparada a outras que hoje circulam em helicópteros senatoriais e diversos outros aviões de pequeno, médio e grande porte. O Hércules da FAB tinha por destino Las Palmas, na Grande Canária, e a carga fazia parte dos *inputs* de uma casa noturna que estava sendo montada ali; um empreendimento do qual era sócio o irmão do piloto, ele próprio um oficial da marinha mercante brasileira. Não obstante seu caráter modesto, essa apreensão permitiu à CPI do Narcotráfico, que estava se organizando naquele momento, identificar uma quadrilha de pilotos e oficiais da aeronáutica, da ativa e da reserva, alguns em posições de comando relativamente importantes, envolvidos no tráfico de entorpecentes em todo o país.

Investigações em diversos Estados permitiram esclarecer a posição central desses pilotos na organização do tráfico, mais além do episódio quase folclórico dos 33 kg de cocaína destinados a Las Palmas. Os oficiais da Aeronáutica têm a prerrogativa

de homologar diversas atividades ligadas ao tráfego aéreo, num contexto de multiplicação dos vôos de pequeno e médio porte. A investigação da CPI conectou o aeroporto e a escola de formação de pilotos de Maricá, aqui no Estado do Rio de Janeiro, e a cidade de Atibaia no interior de São Paulo. O pano de fundo é dado por três assassinatos sucessivos tendo por vítimas um dono de hotel, um major que controlava o aeroporto de Maricá e dirigia a escola de pilotos e, algum tempo depois, um funcionário do dono do hotel. Testemunhas disseram à Comissão que o seqüestro do major aviador, que culminou no seu assassinato, havia sido feito por duas kombis que estacionaram na cidade, uma das quais portava no vidro uma águia e uma espada, símbolos da aeronáutica.

O relatório da CPI mostrou que a atividade institucional desses oficiais – serviços de legalização, formação de pilotos – articulava-se com outras de cunho empresarial – sociedade em oficinas de manutenção (e maquiagem) de aeronaves como algumas situadas em Atibaia, negócios com motos (e peças) utilizadas para transporte terrestre. Empresários, proprietários de aeronaves, freqüentavam esses aeroportos e negociavam também com drogas. Um desses donos de oficina de Atibaia, sócio do major assassinado em Maricá, chamava-se Odarício Quirino Ribeiro. Efetuava troca de prefixos, legalizava documentos, ampliava tanques para garantir maior autonomia aos vôos, criava compartimentos secretos, além de recrutar pilotos sem registro junto às autoridades aeronáuticas, acostumados a condições extremas de vôo, pouso e decolagem. Os aviões também eram usados para garantir cobertura e fuga, quando de assaltos a carros-fortes. O próprio Odarício havia sido piloto de garimpo. Voou muito tempo em Boa Vista. Muitos pilotos do tráfico haviam sido, segundo ele, pilotos de garimpo, tendo-se reciclado quando o garimpo acabou.

Estado e crime

O interesse dessa história, que data do começo do século mas nada perdeu de sua atualidade, é a meu ver o de ajudar a pensar as

complexas relações entre Estado e crime⁷⁶. Ao pôr em cena oficiais da Força Aérea Brasileira que mobilizavam funções institucionais a serviço de mercados econômicos ilegais, o relatório da CPI nos coloca em oposição frontal com as nossas próprias expectativas em relação ao que deve ser o funcionamento do estado de direito. No imaginário sociológico de inspiração weberiana, do qual somos todos devedores, o Estado é um instrumento burocrático de administração da vida pública, de orientação racional-legal, que tem por missão, por um lado, garantir a integridade do território contra ataques externos; e por outro, no interior desse território, garantir que a lei seja um princípio universalmente aplicado. Dotado de um corpo específico de funcionários, com encargos determinados sobre a vida coletiva, espera-se do Estado que ele coíba o crime sob todas as suas formas.

O professor Sergio Adorno fez, alguns anos atrás, um rastreamento competente das teorias que acompanharam a constituição desse imaginário weberiano ao longo do processo de formação dos Estados modernos e que produziram, em diversos países, ao menos por algum tempo, tipos de Estado bastante próximos do modelo teórico evocado por Weber (Adorno, 2005). Próximos, na medida em que, evidentemente, o ideal da universalidade da lei é o que freqüentemente se designa como uma ficção utópica – um princípio normativo cuja virtude maior não é a de corresponder estreitamente à realidade, mas a de fixar um horizonte para as práticas. Uma vez o princípio coletivamente admitido, torna-se possível examinar e tentar entender, com alguma propriedade, as razões pelas quais certas situações nos aproximam, ou ao contrário nos afastam desse modelo teórico.

No chamado “caso FAB”, dois elementos me parecem particularmente interessantes. O primeiro remete ao fato de que, num país de dimensões continentais como o Brasil, onde a importância do tráfego aéreo é considerável, algumas funções de controle

76 Eu estava em meio à redação deste texto, quando fui surpreendida no noticiário da imprensa pela informação de que uma grande operação da polícia civil em Brasília havia prendido militares da Aeronáutica e do Exército, da ativa e da reserva, envolvidos com tráfico de drogas e armas. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/operacao-contra-trafico-de-armas-mobiliza-180-policiais-em-brasilia.ghtml>

relativas à circulação de aeronaves tenham-se tornado funções individualmente delegadas a oficiais da Força Aérea Brasileira. Essa franquia coloca esses oficiais no cerne de uma estrutura de oportunidades econômicas diversas e variadas, entre as quais aquelas abertas pelo tráfico de drogas. Não estamos diante de um órgão de Estado que controla a atividade em função de parâmetros legais, mas de uma autoridade delegada que negocia a chancela enquanto elemento de estruturação de um mercado. Tal fenômeno se inscreve na esteira de um processo progressivo de liberalização do tráfego aéreo no país que se observa a partir de 1991 (governo Collor), que se acelera em 1994 sob o impacto econômico do Plano Real, e que culmina em 2005 com a desmilitarização dos controles e a criação de uma reguladora de novo tipo, a Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC (SIMÕES, 2003; SILVA e SANTOS, 2009). Simões indica, por exemplo, que entre 1990 e 2000, o número de helicópteros em circulação no Brasil sofreu um crescimento de 300%, “um dos cinco maiores entre todos os países do mundo no período” (Simões, 2003: 41).

O segundo elemento interessante remete ao fato de que a profissionalização no sentido imaginado por Weber, enquanto construção de uma carreira específica e exclusiva no interior de um corpo profissional, também já não tem mais curso. No “caso FAB”, os oficiais indiciados estavam todos implicados em uma dinâmica econômica definida em termos de multiatividade. O ponto importante, que é preciso deixar claro, é que a multiatividade não é um traço específico do fenômeno que estamos analisando, posto que corresponde a uma tendência contemporânea forte em economias que podem ser designadas como “pós-salariais”. Essa evolução é particularmente observável no Brasil, país fortemente marcado pela chamada lógica do empreendedorismo, mas o é também em outros países (Ruggiero e South, 1997; Machado Pais, 2001; Mendes de Almeida, 2011; Peralva e Telles, 2015; Peralva, 2016). A título de ilustração, vale lembrar o comentário de Isabel Mendes de Almeida (2011: 11) sobre a juventude carioca, de quem ela diz o seguinte:

Slash é o nome (...) de uma barra diagonal, utilizad[a] em endereços web e também para indicar múltiplas habilidades ou funções acumuladas por uma mesma pessoa: advogado/chef de cozinha; historiador/curador/DJ (...). Seu uso cada vez mais freqüente entre os jovens cariocas sinaliza um funcionamento profissional que se dá por sucessivas “migrações” ou acúmulos de atividades exercidas em simultâneo, em vez da lógica da carreira progressiva que forma o especialista.

O termo “slasher” também está em uso na França (Tonnelier, 2016). Mais especialmente no campo do crime, Vincenzo Ruggiero e Nigel South (1997) pautaram a multiatividade como um dos mecanismos por meio dos quais se constrói, na contemporaneidade, a relação entre o lícito e o ilícito. O relatório da CPI do Narcotráfico traz uma profusão de exemplos nesse sentido envolvendo profissionais civis, mas também agentes do Estado que mantêm um pé no serviço público e outro na economia privada, legal e/ou ilegal: o Tenente-Coronel Washington, personagem do “caso FAB”, adquiriu em dado momento uma balsa no garimpo na Amazônia, sem que seus superiores hierárquicos jamais tivessem sido informados desse fato. Foi ele quem propôs ao major aviador Luis Antonio da Silva Greff que montassem juntos uma empresa de manutenção de aeronaves. Luiz César Pereira de Oliveira, oficial da Marinha Mercante, aceitou convite para fazer o projeto de som de uma casa noturna a ser montada em Las Palmas. Hildebrando Pascoal, alta patente da Polícia Militar do Acre e figura indiscutível do narcotráfico no país, vendia gado para abate e fornecia carne para o rancho da PM. Também emprestava dinheiro a juros para a tropa. João Almir Troyner, superintendente da Polícia Civil em Ponta Grossa e denunciado em várias oportunidades como chefe do tráfico de drogas na cidade, era também proprietário de uma empresa de vigilância, Force, que movimentava grande volume de dinheiro. Os empregados da empresa utilizavam carros e coletes da polícia civil, limitando-se a retirar os emblemas.

Todos esses elementos apontam para uma distância radical entre o modelo weberiano, de um Estado guardião da lei e da

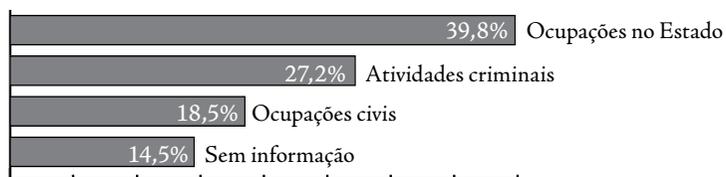
ordem, e as práticas observáveis, nesse plano, no interior do Estado brasileiro. O modelo weberiano é débil, não simplesmente por razões de atraso ou incompletude no desenvolvimento do país, mas por razões históricas que também remetem a um novo *modus operandi* do Estado neoliberal e a novas condições de inserção dos indivíduos na vida econômica. Do ponto de vista da relação com o crime, a inadequação entre práticas e condições de controle é patente e, senão tudo, muita coisa resta a reinventar.

Tráfico e “traficantes”

Os múltiplos estatutos simultâneos que caracterizam os envolvidos no tráfico de drogas, a multi-atividade graças à qual agentes do Estado mobilizam seus papéis e funções institucionais, pon-do-os a serviço da organização de mercados econômicos - legais e/ou ilegais – tudo isso colocou para nós uma questão ainda não completamente resolvida, que era a de saber por que apenas uma parte dos indivíduos denunciados pela CPI eram designados “traficantes”. Entre eles encontramos, efetivamente, quatro grandes categorias : a dos agentes do Estado (categoria majoritária), a dos agentes criminais (entre os quais os “traficantes”), a das profissões civis e a das pessoas cuja qualificação profissional ou estatuto são ignorados – pessoas citadas por seu envolvimento no tráfico, mas sobre as quais nenhuma outra informação figurava no relatório.

GRÁFICO 1

Ocupação dos indivíduos acusados de envolvimento com o tráfico. Brasil, 2000



Fonte: Relatório Final da CPI do Narcotráfico/Câmara dos Deputados, elaborado pelas autoras

Qual seria portanto a especificidade do grupo dito dos “traficantes” ? Designaria um agente definido por um tipo específico de atividade e, nesse caso, qual ? Embora isso não esteja claramente indicado, a designação “traficante” no âmbito do relatório da CPI parece remeter a uma tipificação jurídica (os condenados por tráfico) e policial (os investigados por tráfico), o “tráfico” sendo definido nos termos da Lei nº 3.368/76⁷⁷, em vigor naquele momento, como um conjunto de atividades relativas à fabricação, aquisição, venda, fornecimento ainda que gratuito, posse ou guarda de maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Vale a pena examinar mais de perto, a título de exemplo, alguns perfis de indivíduos designados como “traficantes” pela CPI.

John Michael White, cidadão estadunidense citado no caso FAB, havia sido preso em 1981 por tráfico de drogas e condenado a cinco anos de prisão. Expulso após ter cumprido parte da pena, retornou ilegalmente ao Brasil em 1997, tendo sido novamente preso quando do incêndio de um laboratório de *crack* em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Participaria de uma rede internacional de narcotraficantes na Colômbia, Peru, Bolívia, Chile e Espanha. A Embaixada americana, consultada, informou que nada constava em seus registros sobre esse cidadão norte-americano. Diga-se de passagem que a CPI sugere que os Estados Unidos desenvolveram uma política destinada a desviar o circuito da droga do mercado americano, tolerando ao mesmo tempo a expansão dos mercados sul-americanos e a exportação para a Europa. Em *Condor*, romance policial de Caryl Férey, um agente da DEA, a agência anti-drogas americana, é um dos principais operadores da exportação para o Chile de lotes de cocaína apreendidos nos Estados Unidos.

77 A legislação atualmente em vigor (Lei nº 11.343 de 2006) é posterior ao Relatório aqui analisado.

Paulo Roberto Moraes Cavalcante, conhecido como Paulinho Alagoano, é descrito pela CPI como “importante traficante de drogas”, preso em flagrante no Estado do Mato Grosso pela Polícia Federal quando transportava em aeronave 200 quilos de cocaína. A Justiça criminal de Cuiabá condenou-o ao cumprimento de pena de 13 anos e 4 meses de reclusão (...), em regime fechado, dada a natureza do crime. A CPI diz dele o seguinte: “O citado delinqüente, embora radicado no município de Nova Olímpia, no Mato Grosso, onde era comerciante e vereador, inclusive sendo Presidente da Câmara Municipal, não nascera no citado Estado, sendo natural de Alagoas.” Ronald Van Coolwijk, “traficante internacional” de nacionalidade estrangeira, foi condenado a 15 anos de prisão, tendo sido defendido pelo advogado José Almerio Petronetto, ex-presidente da Scuderie Le Cocq no Espírito Santo.

Nos três casos acima, os citados são pessoas condenadas por tráfico, cujas atividades foram, portanto, objeto de tipificação jurídica. Em outros, no entanto, as pessoas assim designadas não haviam sido condenadas e encontravam-se em liberdade no momento da CPI. Nesse sentido, parecem opacas as razões pelas quais *não são* designadas como “traficantes” pessoas comprovadamente envolvidas em atividade de tráfico conforme os termos da lei. Assim, no relatório sobre o caso Pernambuco, Gracinha Ferraz é designada como “proprietária da Fazenda Cacembinha” onde teria sido encontrado “o traficante Mauricio, pistoleiro do pessoal dos Ferraz, que entregou a roça (de maconha) que havia ali”. Não se informam as razões pelas quais o pistoleiro dos Ferraz é designado como “traficante” e a proprietária da fazenda, não – embora nos termos da lei a posse de substância destinada à fabricação de entorpecentes (no caso, uma roça de maconha) caracterizasse crime de tráfico.

Esse ponto é importante, porque o tráfico não é apenas uma atividade legalmente tipificada e o “traficante” não é apenas aquele que comprovadamente a exerce. “Tráfico” e “traficantes” são representações mentais de um mal a ser combatido, representações que se aplicam seletivamente a uns, mas não a outros. Hildebrando

Pascoal, personagem central da CPI do Narcotráfico e operador notório do tráfico de drogas no Acre, foi longamente entrevistado e filmado na prisão em 30 de maio de 2014 por Marcelo Rezende, animador do programa Cidade Alerta⁷⁸. O apresentador comentou naquela ocasião a intenção do entrevistado que, embora condenado a longas penas por diversos crimes, Hildebrando Pascoal jamais teria sido designado pela justiça pelo termo de “traficante”.

Observação interessante, porque remete diretamente ao fato de que, no plano das representações, as etiquetas “tráfico” e “traficante” cumprem uma função distinta da tipificação jurídica: elas constroem a imagem de uma oposição radical entre o “Estado” (guardião da lei) e o “crime organizado”, que autoriza manter afastada qualquer suspeita de uma possível interpenetração entre os dois. É o que sugerem Didier Bigo e Michel Dobry ao afirmar que “o jogo das denominações, das labelizações (...) paralisa frequentemente as análises criminológicas ou governamentais, ali onde a análise sociológica aponta para a dinâmica em rede de atores mafiosos e políticos” (BIGO, DOBRY, 1991: editorial). O tráfico não é simplesmente uma prática ilegal, ele é mais do que isso: é um “ilegalismo” – termo proposto por Michel Foucault (1975) para, justamente, distinguir a referência abstrata à lei e os usos e apropriações da lei, que sempre se efetuam num contexto de relações de poder. Embora Foucault não o diga exatamente nesses termos, não é excessivo afirmar que os “ilegalismos” – no caso, aqueles ligados ao tráfico – são variáveis de ajustamento das relações de poder.

Conclusão: Estado, crime e democracia

Em um velho artigo, publicado pela primeira vez em 1985, Charles Tilly situa a formação histórica do Estado na perspectiva de um monopólio exercido sobre um nicho particular do mercado, o da “proteção” de bens e pessoas. Nesse texto (1985; 2000), ele mobiliza seus longos anos de investigações dedicadas à história da formação dos Estados pré-democráticos para propor a ideia

78 <http://noticias.r7.com/cidade-alerta/ex-deputado-hildebrando-pascoal-fala-sobre-crime-da-motosserra-sou-vitima-de-uma-conspiracao-30052014>

de que a formação do Estado mantém uma analogia estreita com os fenômenos de extorsão e o crime organizado, com a vantagem da legitimidade. Aborda a força, não como recurso legítimo do qual o Estado lançaria mão apenas em situações extremas, mas como elemento constitutivo do próprio Estado, engajado em situações de conflito com diferentes grupos dentro e fora do território nacional. A exploração coercitiva de populações submetidas ao poder do Estado, diz Tilly, desempenhou papel crucial na criação dos Estados europeus. Ao mesmo tempo, a resistência popular a essa exploração coercitiva forçou os pretendentes ao poder a conceder proteção e a limitar sua própria ação. O sentido público e “legítimo” do uso da força pelo Estado aparece, portanto, nesse texto, como estreitamente dependente das relações de força e poder que atravessam a experiência democrática⁷⁹. O Estado oferece “proteção”, palavra de conotações contrastadas: de um lado, trata-se da capacidade de afastar o perigo; de outro, significa extorsão – tributo pago para que uma ameaça (vinda justamente de quem oferece a proteção) não se torne efetiva. Frequentemente a proteção dos governos tem algo a ver com a extorsão, quando por exemplo os perigos são imaginários ou quando têm algo a ver com iniciativas do próprio governo.

Tilly sugere igualmente que o estado de direito, que está no cerne das nossas representações atuais sobre o que devem ser os Estados, mantém uma dependência estreita com a capacidade das populações concernidas de inscreverem sua relação com os governantes na lógica de um conflito democrático. Essa lógica se traduz em uma norma de relações entre governantes e governados, expressa através de retóricas diversas e variadas. Fala-se de “República” ou de “*accountability*”, por exemplo, para medir a adequação do Estado a um universo normativo de cunho legal. O problema não é tanto saber até que ponto essas retóricas são verdadeiras ou falsas, mas admitir seu valor performativo. Ao serem internalizadas, elas definem o tipo de condutas que os governados esperam de seus governantes, tornando-os susce-

79 Os comentários sobre Tilly foram adaptados de Peralva, Sinhoretto e Gallo, 2010.

tíveis de serem sancionados se a elas não se conformarem. Em contrapartida, ali onde os governados, por diferentes razões, não dispõem de meios suficientes para exercer – ou simplesmente não exercem – um controle sobre as atividades do Estado, há uma forte possibilidade de que o poder insuficientemente controlado do Estado o reaproxime, em seu funcionamento, do modelo da extorsão e do crime organizado.

Da abordagem histórica que Tilly nos propõe do Estado, parece possível portanto percebê-lo como atravessado por uma tensão permanente entre duas lógicas extremas e típico-ideais: de um lado, a lógica do contrato e da centralidade da referência à lei, característica da democracia; de outro, a lógica de uma forte proximidade com o crime organizado. A prevalência de uma ou de outra e, ainda mais precisamente, a maneira como o Estado é capaz de referir-se, simultaneamente e de forma internamente heterogênea, a uma e a outra é uma questão subordinada às condições históricas de construção do Estado, mas também da democracia. Embora essa afirmação seja quase um truísmo, vale lembrar que o Estado, mesmo de direito, não é a democracia e que a democracia se impõe ao longo da história moderna, como instrumento de controle do Estado.

O cenário brasileiro está marcado por uma dupla crise, particularmente aguda, do Estado e da democracia. Um dos elementos da crise do Estado é sua profunda contaminação pelo crime. Estamos muito distantes do modelo do Estado guardião da universalidade da lei; e ao mesmo tempo são débeis as efetivas possibilidades de exercício de um controle democrático sobre o Estado. A lógica neoliberal destruiu a coerência e a capacidade operatória própria do antigo modelo weberiano de Estado. A isso se soma, no país, uma crise considerável da democracia representativa, marcada pela implosão dos partidos em meio a escândalos de corrupção. Tais crises não são puramente endógenas. Elas afetam outros países, embora talvez de maneira um pouco menos dramática.

A globalização é um dos termos desse problema. Ela ampliou os espaços da experiência social mais além das fronteiras das

sociedades nacionais, transversalizou dinâmicas econômicas, espaços de mobilidade humana e de circulação de objetos, bem como espaços de comunicação cultural, favorecendo a formação de redes múltiplas e diversificadas de atores sociais transterritoriais e transnacionais (Peralva, 2016). Uma parte significativa da crise a que assistimos inscreve-se nessa tensão entre espaços ampliados de experiência social e um sistema político territorializado, de escopo limitado, que se tornou inoperante para responder aos problemas do cotidiano, perdendo, portanto, legitimidade. Por isso mesmo é urgente que a política seja reinventada.

Tem sido dito por vários observadores que o Brasil vive hoje o esgotamento da arquitetura institucional herdada do processo constituinte dos anos 80. Ao colocar no horizonte uma refundação dessa arquitetura institucional – algo que parece inevitável – haverá que se estar atento ao conjunto de processos experimentais desenvolvidos em escala mundial, que tendem a romper com os princípios da democracia representativa e a reorientar a experiência democrática na perspectiva da multiplicação de espaços descentralizados de participação, discussão, deliberação e controle. Yves Sintomer (2011) vem dando visibilidade há alguns anos a esses processos experimentais, que ele designa pelo termo de “virada deliberativa”⁸⁰. Esses processos respondem muito diretamente a outros, observáveis no cenário político brasileiro, através da experiência de coletivos que se formaram e se mobilizaram em 2013, de norte a sul do país (Peralva et alii, 2017 a e b). Quer seja no plano das lutas urbanas, onde a aspiração à construção de cidades inclusivas, sustentáveis e justas apareceu como um elemento central; ou ainda no plano da comunicação, em que a irrupção nas redes sociais de um sem número de coletivos de midialivistas, blogueiros e plataformas semiprofissionais de jornalismo corresponde a um momento de ruptura e resposta

80 Ele apresenta uma síntese das múltiplas experiências que ele designa pelo termo de “virada deliberativa” – pesquisas deliberativas, júris cidadãos, conferências de consenso e assembleias cidadãs participam de um processo de hibridação e transformação interna dos regimes representativos que, sem responder integralmente à crise da representação ora em curso, constituem espaços de renovação dos processos democráticos. (Sintomer, 2011: 147 e s.).

parcial ao sequestro da imprensa escrita, radiofônica e televisiva por grandes grupos econômicos.

Os traços democráticos de uma parte importante desses coletivos traduzem-se em uma cultura política que coloca na ordem do dia o respeito ao “lugar de fala” dos envolvidos na luta⁸¹, o reconhecimento do protagonismo das mulheres e a sensibilidade às questões de gênero, uma sensibilidade autonomista e libertária, ou a vontade de impedir o “aparelhamento [da luta] por parte de partidos e organizações políticas”. Esses movimentos viraram as costas ao sistema político-partidário, criando zonas de autonomia e espaços horizontais de deliberação: ocupações, assembleias, espaços de vida comunitária. A proliferação de coletivos de mídia alternativa inscreve-se na mesma lógica: a da ruptura duradoura com o monopólio da fala dos grandes órgãos de comunicação e, em muitos casos, um esforço de recuperação da autonomia profissional do jornalista.

A eclosão dessa experiência democrática é coerente com uma dinâmica social definida, nos últimos anos no Brasil, pela elevação dos níveis de escolaridade e de acesso à cultura, pelo crescimento do acesso à informação por meio das redes sociais e pela importância e flexibilidade das formas horizontais e colaborativas de ação. Essa experiência contrasta com os princípios hierárquicos e delegativos da representação, próprios dos regimes eletivos (MANIN, 2012). Tenho a firme convicção de que desse legado tiraremos a força de que necessitamos para uma reconstrução da

81 O tema “lugar de fala” é hoje objeto de inúmeras controvérsias no debate público brasileiro, entre os que defendem que seja garantida a expressão de minorias cuja fala pouco ou nunca é ouvida e os que defendem que mais importa o conteúdo da fala do que aquele que fala. A esse respeito, é interessante lembrar um episódio significativo da história política francesa do século XIX, a publicação em 17 de fevereiro de 1864 por operários seguidores de Proudhon, do “Manifesto dos Sessenta”, que tinha por objetivo propor candidaturas operárias. O argumento era que os representantes daquele momento não representavam os operários e esses, portanto, se encontravam de fato desprovidos de representação. A força das candidaturas operárias, segundo o Manifesto, estaria em expressar uma experiência específica e insubstituível, até então marginalizada no espaço da representação política e valorizar candidatos obscuros que não se distinguiam do resto do povo. (In: *L'opinion nationale*, 17 de fevereiro de 1864. Citado em Pierre Rosanvallon, *Le peuple introuvable*, 76-89, apud Sintomer, 2011 : 143).

nossa democracia e para a reinvenção de formas de administração da vida coletiva pautadas por novos patamares de igualdade e pelo respeito à vida.

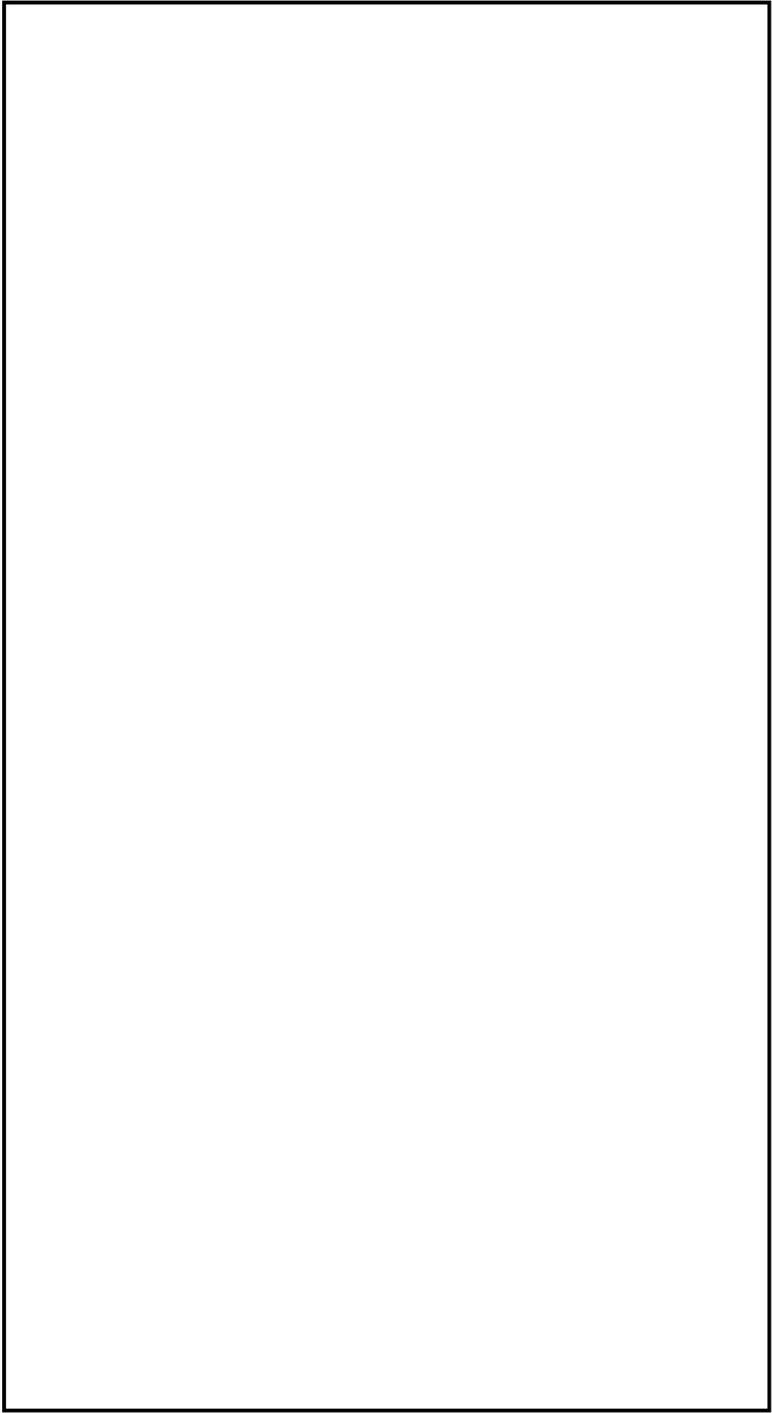
Muito obrigada.

Referências

- ADORNO, Sergio. Le monopole étatique de la violence : le Brésil face à l'héritage occidental. *Cultures & Conflits*, n° 59, 2005/3, p. 149-174.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. Autonomias táticas: criatividade, liberação e inserção profissional juvenil no Rio de Janeiro. *Política & Trabalho*, UFPB, v. 35, p. 11-28.
- FÉREY, Caryl. *Condor*. Paris: Gallimard, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2009 (1975).
- MACHADO PAIS, José. *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar, 2001.
- MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion, 2012 (1995).
- PERALVA, Angelina. Globalização, América Latina e os desafios para a democracia. *Revista USP*, n° 109, 2016, p 31-42.
- PERALVA, Angelina; SINHORETTO, Jacqueline; GALLO, Fernanda de Almeida. Economia da droga, instituições e política: os casos de São Paulo e Acre na CPI do Narcotráfico. 34° ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, ST 37, Caxambu, 25-29 de outubro de 2010.
- PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismos na Globalização. Migrações, trabalho, mercados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.
- RUGGIERO, Vincenzo; SOUTH, Nigel. The late modern city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the 'barricades'. *The British Journal of Sociology*, vol. 48, n° 1, Mar. 1997, p. 54-70.

- SILVA, Odair Vieira da; SANTOS, Rosiane dos. Histórico dos órgãos de regulamentação da aviação civil brasileira: DAC, ANC, CONAC e Infraero. *Revista Científica Eletrônica de Turismo*, Ano VI, nº 10, janeiro de 2009, p. 1-5.
- SIMÕES, André Felipe. *O Transporte Aéreo Brasileiro no Contexto de Mudanças Climáticas Globais. Emissões de CO2 e alternativas de mitigação*. 2003. 321 f. Tese (doutorado). PPG em Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.
- SINTOMER, Yves. *Petite histoire de l'expérimentation démocratique. Tirage au sort et politique d'Athènes à nos jours*. Paris: La Découverte, 2011.
- TILLY, Charles. War, Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, P.B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 169-191.
- TILLY, Charles. La guerre et la construction de l'Etat en tant que crime organisé. *Politix*, vol. 13, nº 49/2000, p. 97-122.
- TONNELIER, Audrey. La double vie des "slashers", ces travailleurs pluri-actifs. *Le Monde*, 14/9/2016.

**Marxismo,
Feminismo e
Lutas Sociais**



Marxismo e Feminismo: Casamento Infeliz?

Qelli Viviane Dias Rocha

Introdução

Quero iniciar minha intervenção lembrando o artigo de Mauro Iasi, de quase duas décadas atrás (mais precisamente escrito em 1991, em Amsterdã), em que o autor nos questionava: “Marxismo e Feminismo: Casamento infeliz?”

Daquela incursão, até o presente momento, muita água passou por debaixo da “ponte” da realidade e, tal como a própria dinamicidade da totalidade, a realidade sobre a qual aqui nos debruçamos, ou seja, a “luta por dentro da luta”, se modificou, mas cabe destacar que, mudança nem sempre significa avanço ou transformação.

Aprender as mediações que inscrevem as lutas feministas na luta classista não é tarefa fácil, pois tanto a luta classista exige complexas e múltiplas mediações, quanto as lutas feministas são inscritas por diversas determinações. Porém, constituem ambas, parte de uma realidade histórica, contraditória, mutável e conflituosa.

Assim, a tarefa que se põem a nossa frente não se esgota na apresentação da realidade em que tais categorias (reais e concretas) se manifestam, pois não são estas apenas objetos que buscamos

“intuir, analisar e compreender teoricamente”. (KOSIK, 2010, p.13), mas, no limite das determinações históricas e concretas, efetivamente transformá-las, no sentido de superá-las.

Voltando ao assunto que medeia minha apresentação aqui nesta jornada, em consonância com o que em 1991 já dizia Iasi, a luta específica (das mulheres) contra a opressão a que nos encontramos submetidas, se vincula às lutas mais amplas pela transformação integral da sociedade. Em tempos de conservadorismo reacionário é preponderante voltarmos a refletir e a construir a unidade na luta.

A compreensão de que só por meio desta unidade é que podemos resistir a essa reação conservadora nos impõem a tarefa de estabelecer mediações entre as particularidades que inscrevem/circunscrevem os sujeitos sociais e coletivos constitutivos e constituintes da classe trabalhadora, sem, no entanto, perdermos de vista a totalidade unitária.

Dito isto, quero apontar que a intervenção que hoje farei se paupará em primeiro lugar pela autocrítica, necessária às formulações das lutas feministas classistas e socialista que, por muito tempo, se “perderam” nas apreensões economicistas; após, apresentarei como neste quadro a homogeneidade da classe corroborou para o lastro culturalista que, na atualidade, afiançou/afiança as construções de identidades-identitárias que dão sentido e forma à representação como único caminho e saída para a questão da mulher.

Por fim, passarei à perspectiva marxista nos processos de lutas sociais que, na atualidade, deve orientar as lutas feministas. Neste sentido, buscarei apontar que somente por meio da consubstancialidade (classe-raça-gênero e sexualidade) poderemos avançar no processo de lutas sociais pela emancipação humana.

Apreensões estruturalistas e/ou economicistas do marxismo: Ortodoxia?

Em primeiro lugar é preciso, neste ponto, evidenciar que a questão da mulher, em si, não é um problema a ser analisado por Marx,

situado em um momento histórico e por determinações históricas específicas. É preciso destacar que isso não faz dele um machista, termo inclusive cunhado pelo movimento feminista a partir de 1960. Significa dizer que o grande legado que Marx nos deixou foi o método de compreensão e apreensão da realidade (o que pressupõe reconstrução/reprodução ideal do movimento do objeto real), ou seja, decomposição ulterior ontológica das relações de produção e reprodução da vida na sociedade capitalista.

Assim, àquilo de que os marxistas se esquivaram, negligenciaram e/ou deixaram por muito tempo de fazer foi analisar (por meio empírico) as relações assimétricas entre homens e mulheres, fundadas e mediadas a partir do modo de produção capitalista. Ainda que tenham insipidamente tangenciado a questão da divisão sexual do trabalho a partir das contribuições de Marx e Engels⁸².

Destarte, ao que pese a compreensão das relações de gênero, raça e classe (que corroboram como categorias fundamentais que gestaram a divisão sexual do trabalho), não foram analisadas nem em sua ontologia, tampouco em sua reprodução – ou manifestação fenomênica no processo de constituição desta sociabilidade.

A perspectiva estruturalista marxista por muito tempo apreendeu as relações de gênero a partir da ontogênica, concepção advinda da biologia social que visa, por meio da ciência, a naturalizar padrões morais, comportamentais, concepções de homem e de mundo, a fim de disseminar, por meio do discurso pseudocientífico, as ideologias patriarcais/sexistas.

Malgrado, nesta concepção, a categoria sexo era compreendida como uma categoria de “ordem natural”, encobrendo os antagonismos de classe. O domínio masculino sobre as mulheres, compreendido como não diretamente atrelado à estrutura econômica da sociedade, “*servia aos interesses daqueles que detinham/detêm o poder econômico*”. (SAFFIOTI, 1969: 78). A produção científica dessa concepção é, em sua maioria, de caráter normativo e escrita em um estilo acadêmico, objetivo e direto. Corroborava, e ainda hoje corrobora, para naturalizar (por meio da descrição das categorias) família, casamento, sexualidade, essa última ain-

82 *Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada.*

da muito circunscrita pelo discurso médico-patologizante⁸³ das relações sociais.

De acordo com Saffioti (2003), muitos marxistas contemporâneos, como Perry Anderson, afirmam que “economicamente os simples mecanismos do processo de valorização do capital e expansão da forma-mercadoria são cegos ao sexo”, uma vez que a “lógica do lucro é indiferente à diversidade sexual” (1984: 105); ou mesmo Ellen Wood, que afirma a tendência positiva do capitalismo de *solapar identidades, como as de gênero ou raça*, “pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda *identidade específica*” (2003, p.229). Ambos obliteram o pressuposto marxista, visto que embarçam a aparência (“*tendência de solapar identidades/ ou o capitalismo é cego ao sexo*”) com a essência, natureza dialética, contraditória e antagônica do modo de produção capitalista que, desde sua gênese, articula exploração/opressão.

Estes autores de tradição marxista, tomam direção incorreta, pois além de fragmentarem a totalidade ao erigirem cisão entre exploração/dominação, desconsideram (quando não “descartam”) o sistema patriarcal⁸⁴ como fundamental e apropriado pelo capitalismo no processo de dicotomização entre trabalho reprodutivo das mulheres (doméstico) e trabalho produtivo dos homens (assalariado).

Assim, Anderson nega que se possa abolir a divisão entre os sexos, que é para ele um “fato da natureza”, ao contrário da perspectiva de “divisão entre classes, um fato da história” (ANDERSON, 1984, p.106) e, Wood, desconsiderando a tendência estrutural

83 Cabe destacar que até 1990 a homossexualidade era classificada internacionalmente como doença (CID 10-F65) e que ainda hoje, ainda assim são consideradas a transexualidade e transgeneriedade.

84 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Haja vista o débito conjugal explícito nos códigos civis inspirados no Código Napoleônico e a ausência sistemática do tipo penal *estupro no interior do casamento* nos códigos penais. 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2013, p. 57-58)

do capitalismo à desigualdade de raça e de gênero, enfatiza que, embora o capitalismo seja “capaz de tirar vantagens do racismo e do sexismo, o capital não tem a tendência estrutural para a desigualdade racial ou opressão de gênero”. Portanto, são eles os que “escondem as realidades estruturais do sistema capitalista” e, além disso, “dividem a classe trabalhadora” (2003, p.229).

Uma inversão do problema? Talvez. É dessa forma que grande parte dos teóricos marxistas abordou a questão, como se correspondesse a uma fragmentação do proletariado extrínseca ao capitalismo.

Defesa e posição distintas devem partir, dessa forma, de um outro tipo de perspectiva:

[...] do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

Dado a estrutura de classes ser altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovar constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente este que pode variar e efetivamente varia segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classesclasses (SAFFIOTI, 2013, p.59). São, pois, as mulheres, assim como os negros e homossexuais, alijados dos meios de desenvolvimento de potenciais e ao mesmo tempo responsabilizados por esse alijamento.

Malgrado, para o socialismo utópico, evidenciado através de Saint Simon - (1832 Jornal *La Femme Libre*) - a igualdade entre os sexos se daria de forma evolutiva e natural na sociedade e, antes de ser uma forma de apropriação - escravização da mulher, o casamento seria uma mediação no processo de construção da igualdade.

Tomando a totalidade em sua realidade concreta é possível verificar (dos escritos de Marx até os dias de hoje), que o proble-

ma da mulher não é algo isolado. As instituições burguesas (com destaque para a família), por sua fundamental relevância em conformidade com a propriedade privada, instauram a propriedade privada individual e, para a sua manutenção e proteção, é erguida uma superestrutura jurídica. Desta feita, é por meio desse aparato jurídico-legal que a mulher, no mundo burguês, passa a ser mero instrumento de produção.

Na medida em que encara a família e a situação da mulher nela e na sociedade como itens de uma configuração histórica de vida, elas deixam de ser meramente relacionadas à propriedade para ligarem ao modo de produção (MARX, 1957, p.4; MARX; ENGELS, 1953, p.12).

Cabe destacar que, embora seja próprio do sistema capitalista (para seu funcionamento) a separação entre esfera de produção da vida e da produção dos meios de vida, Haug (2007; 9) nos chama a atenção para o fato de que a separação entre produção reprodução (doméstico -público) fornece o ponto de partida para compreensão de uma teoria da opressão da mulher. Ao considerarmos a produção de alimentos e do cuidado com a casa como processos históricos e sociais, destituímos toda e qualquer base que busca arranjo em explicações biológicas para a opressão. Desta forma, a própria reprodução biológica passa a ser compreendida como parte constitutiva do Trabalho enquanto categoria fundante ao processo de reprodução da sociedade capitalista.

Assim, se tomarmos os escritos de Engels:

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo inaugura, junto com a escravidão e as riquezas privadas, a época que dura até nossos dias na qual cada progresso é ao mesmo tempo um regresso relativo e onde o bem-estar e

o desenvolvimento de uns verificam-se à custa da dor e da repressão de outros. A monogamia é a forma celular da sociedade civilizada, na qual podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que alcançam seu pleno desenvolvimento nesta sociedade (ENGELS, 1979, p.124).

De acordo com Saffioti (2013, p.62), Engels, por seu turno, deriva a monogamia diretamente da propriedade privada. Simultaneamente, a forma monogâmica de família torna mais sólido e unilateral o liame conjugal. A vigência da regra de fidelidade conjugal só para a mulher expressa, segundo Engels, o objetivo da monogamia de “procriar filhos de uma paternidade incontestável, (...) porque esses filhos entrarão um dia na posse da fortuna paterna, na qualidade de herdeiros diretos” (ENGELS, 1979, p.61). A propriedade, quer de objetos, quer de pessoas, e talvez a própria combinação delas, é responsabilizada pela opressão de que é alvo a mulher na família monogâmica.

Depreendemos disso que a primeira oposição de classe manifestada historicamente coincide com o desenvolvimento e antagonismo entre o homem e a mulher, cujo primeiro dominará o segundo. (MARX; ENGELS, 1953, P.23 et. seq.).

Entretanto, as classes sociais, como totalidades parciais que são, embora apresentem, ao menos do ponto de vista reprodutivo, autonomia necessária à sua perpetuação física deve pois, considerar a condição da mulher (enquanto sexo-reprodutivo) “complementar” no processo produtivo, visto que, a reprodução sexual não apresenta aquele mínimo necessário de autonomia, de forma que é a subjugação e a dominação sobre o corpo e a sexualidade da mulher que constituem as bases de existência da reprodução contínua do trabalho, tanto em sua composição física, quanto em sua recomposição e reprodução.

A derrocada do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo. O homem empunhou também as rédeas na casa; a mulher se viu degradada, convertida na servidora, na escrava da luxúria do homem, em um simples instrumento de reprodução (ENGELS, 1979, p. 110-111)

Assim, a instauração da propriedade privada é uma das formas de opressão da mulher, mas não a única. Como vimos, o domínio que se estabelece do homem sobre a mulher ganha amplitude.

Esse domínio, naturalizado pelas apreensões marxistas também como naturais, corroborou para apreensões “vitimizantes” sobre as mulheres, bem como estabeleceu uma homogeneização desta categoria social e política. Deste modo, corroborou para soluções equivocadas. Prova disso é a romantização do amor genuíno entre a classe trabalhadora, somente superada muito tempo depois a partir das contribuições de Kollontay (2017) que tratou de melhor esmiuçar essa relação e apontou o amor camaradagem como tática de construção de relações afetivas mais livres e verdadeiras.

Entretanto, é preciso salientar que foi (e ainda é) devastador a monogamia e o casamento como formas de realização pessoal e social. De acordo com Saffioti (2013, p.63), “A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía *necessariamente o casamento*. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade”.

“[...] a ideia de que a *missão da mulher é o casamento e a procriação* conduziu não propriamente a uma *qualificação* da força de trabalho feminina, mas a uma *especialização* que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectiva de promoção” (grifo nosso) (SAFFIOTI, 2013, p.95)

Isto porque, na divisão sexual e social do trabalho, a mulher passou a ter reconhecimento no desenvolvimento do trabalho não reconhecido enquanto tal. Atributos e características repetidas e treinadas ao longo de séculos (dado o sistema patriarcal), passaram a ser considerados naturais. A separação entre o trabalho masculino (produtor de valor - desenvolvido na esfera público-política) passou a supervalorizado em detrimento do trabalho da mulher (des/valorizado - reprodutivo- doméstico- privado) (CISNE, 2017, p.75).

Igualdade formal-jurídica: o engodo!

Se se acredita que a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, o direito ao sufrágio universal e uma série de conquistas materializadas ao longo do século XX e início do século XXI seriam suficientes para que, por meio da igualdade jurídica, as mulheres efetivamente passassem a ser reconhecidas e tivessem acesso ao direito substancial, caiu-se num grande engodo. A implantação do modo de produção capitalista exige a igualdade de “*status jurídico entre os Homens*” (SAFFIOTI, 2013, p.107). Entretanto, essa *liberdade formal* encontra sua contrapartida na divisão da sociedade em classes sociais e, conseqüentemente, *na dominação de uma por outra*.

De acordo com Cisne (2017; p.76), mesmo com a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, elas continuam a ser estereotipadas, subordinadas e subjugadas, visto ocuparem postos de trabalho que ratificam a hierarquia e a dominação masculina, uma vez que, nesses postos de atuação, perpetuam características laborativas inatas e/ou “naturais”. Ao tomar como referência os estudos de Souza Lobo (1991), presenciamos uma “*feminização do trabalho*”:

No bojo desta sociedade, as mulheres permaneceram nas mais precárias condições de trabalho, tanto no trabalho doméstico não remunerado, quanto no assalariado. Embora seja fundamental na garantia da produção e reprodução da vida social, o trabalho da mulher não é considerado e valorizado como trabalho que constrói a história. É tido como uma mera vocação vinculada às qualidades ou mesmo obrigações supostamente naturais da mulher. (CISNE, 2017, p.77)

Este processo de feminização do trabalho guarda relação direta com os processos de desenvolvimento das forças produtivas e, sua complexificação, com a órbita da sociabilidade capitalista. De acordo com Antunes e Alves (2004, p.335, grifo nosso), as transformações no modo de produção refletiram em transformações na classe trabalhadora, “[...] *esta já não é idêntica àquela*

existente em meados do século passado, ela também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante.”

Para Antunes e Alves (2004, p. 336), “[...] a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação” (Antunes, 1995 e 1999) – “e que são despossuídos dos meios de produção. Mas ela vem presenciando um processo multiforme [...]”

Essa multiformidade é o que assegurou o incremento da participação feminina na produção da força de trabalho que, de acordo com Antunes, tem aumentado em torno de 40% em todo o mundo e se caracteriza pela precarização e desregulamentação. Mas se por um lado podemos verificar a inserção significativa da força de trabalho feminina, por outro, este trabalho não é reconhecido, a remuneração é inferior à do homem e os direitos sociais e trabalhistas são também desiguais.

Neste sentido é que se faz necessário pontuar que a luta das mulheres por igualdade formal, via manutenção do sistema capitalista, pouco nos tem feito avançar.

De acordo com Fraser (2006, p. 231):

A “luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade.

Isto em si não se configura como problema, entretanto, as formas com se objetiva o acesso a direitos e bens e serviços com fins em si mesmos é que se configuram como grandes entraves à unidade no processo das lutas anti-machistas-sexistas-racistas e anti-capitalistas.

Como vimos, é próprio do sistema capitalista a separação e dicotomização público-privado, bem como os processos que constroem, instituem, naturalizam ou desnaturalizam, fortalecem ou enfraquecem a construção de identidades, pois o capitalismo

não é cego aos sujeitos sociais e políticos constitutivos da classe trabalhadora.

Assim como a construção das relações de gênero que, na maioria das vezes parte da construção cultural binarista que polariza homens e mulheres, donde a cultura suplanta a exploração como fundante da injustiça social, a redistribuição tem comparecido como solução política socioeconômica nos processos de reconhecimento cultural. (FRASER, 2006, p.232)

Cabe salientar que a questão das identidades, na apreensão da teoria crítica, se tornou, por isso, um grande problema. À rigor, um problema insolúvel nessas circunstâncias. Já que aquilo que somos enquanto pessoas, nossas necessidades e possibilidades enquanto seres humanos, não encontram, nas relações que mantemos com o gênero social e humano, um canal adequado para sua manifestação e desenvolvimento, não podemos, senão, manter uma relação de alienação e distanciamento para com a vida coletiva e social.

Para Silva (2000), inicialmente parece ser fácil definir identidade, uma vez que se torna o que se é: “sou mulher”, “sou negra”, “sou lésbica”. Para o autor, a identidade assim concebida se caracteriza por uma positividade, uma característica independente, um fato autônomo. Seguindo o mesmo raciocínio, aponta Silva (2000), também a diferença é concebida como entidade independente, passando a ser o que não sou, ou seja, passa a ser o que o Outro é: “ela é branca”, “ela é heterossexual”, “ela é mulher”. Assim como na identidade, a diferença é concebida como algo que remete a si própria. “A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe.” Destarte, Tomaz Tadeu Silva (2000, grifo nosso) aponta que identidade e diferença estão em uma relação estreita de dependência. A forma como expressa-se a identidade tende a esconder esta relação.

Assim, quando se diz “sou mulher”, faz-se referência a uma identidade que se esgota em si mesma. Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que só é necessária essa afirmação porque existem outros seres humanos (homens) que não são mulheres:

“[...] em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.”

Verifica-se que identidade e diferença partilham uma importante característica, resultado de atos de criação social e que, portanto, não são “elementos” da natureza. Identidade e diferença têm que ser ativamente produzidas.

Esta produção identitária, conforme D’Atri (2008, p.134), parte de uma perspectiva liberal que nos conduz ao equívoco de interpretar a sociedade como resultado de um somatório de indivíduos com múltiplas características identitárias que, ao mesmo tempo, nega a influência da totalidade do sistema capitalista. Assim, tomando como referência Terry Eagleton, D’Atri (2008, p. 134) afirma que *“ninguém tem uma determinada pigmentação da pele porque outros tenham outra, ninguém tem um sexo porque há outros que possuem um diferente.”*

As identidades não são, portanto, criaturas do mundo natural ou transcendental, mas do mundo real e concreto e, neste sentido, fabricadas no contexto de relações econômicas e sociais. É esta “fabricação” de identidades não só diferentes, mas dicotomizadas e bipolares, que estabelece as relações entre homens e mulheres.

[...] a exaltação dos valores chamados “viris”, acompanhados de agressividade, de concorrência e obrigação permanente que eles impõem de afirmar-se, de vencer provas, implica também um aspecto angustiante que não combina com a verdadeira natureza do menino. (ROUDY apud TOLEDO, 2001, p. 22)

A delimitação de espaços, formas de ser, agir e estar no mundo de modo bipolar demonstra que a construção da identidade, a partir da diferença, é uma relação social que está sujeita a vetores de força e de poder. As identidades sociais tanto dos homens, quanto das mulheres, não são simplesmente definidas, são construídas por meio de uma imposição hierárquica. Esta imposição não se dá de modo “harmonioso”, ao contrário, se dá através de disputas conflituosas.

Entretanto, esse polo diferença-identidade, sob a perspectiva que aqui se inscreve, não se constitui enquanto uma formulação excludente-includente, pois como já afirmado, a questão da construção das identidades só é possível de se desenvolver dentro de um “espectro” de unicidade.

Para expor em termos ontológicos, as categorias específicas do Ser Social, o seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar pela análise do trabalho. É claro que não se deve esquecer que, qualquer grau do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem um caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição complexa do nível de ser de que se trata. E é suficiente um olhar muito superficial ao ser social para perceber a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho e para perceber que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, em decorrência, consigo mesma, etc. (LUKÁCS, 2010a, on-line /apud Rocha, 2012, p.19, grifo nosso)

Como no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, os complexos sociais, como a fala, educação e leis, cumprem papel fundamental. É a partir da dicotomização da vida que esses complexos se constituem como bases que forjam e conformam a afirmação/negação; identidade/ alteridade; naturalização/ banalização; que permeiam a vida, as relações de produção e reprodução sociais. É por meio dessas estruturas firmadas e forjadas pelo capitalismo que os valores surgem, de acordo com Lukács (2110b, grifo nosso), “[...] como o conhecimento dos homens, a arte de persuadir, a engenhosidade, a astúcia, etc., alargam por sua vez o círculo de valores e das valorações.” Assim, para o autor, quanto mais desenvolvida e disciplinada uma sociedade, tanto mais esta adquire um caráter institucional.

Neste cenário, embora reconheçamos os limites das identidades - identitárias, compreendemos que elas surgem no “vazio” deixado pela perspectiva homogeneizante da perspectiva de classe que imperou até o início do século XXI. Não há como não reconhecer que as desigualdades materiais, de renda, propriedade, de acesso ao trabalho remunerado; educação; saúde, previdência e assistência social, (FRASER, 2006, p. 231-232) tenham sido mediadas pelo processo de reestruturação produtiva. Também a derrocada do processo histórico socialista no leste europeu, implementação do neoliberalismo como mecanismo ideológico, político, econômico e de governo corroboraram para “*emergência de um novo imaginário político centrado nas noções de “identidade” / “diferença”, “dominação cultural” e “reconhecimento”*” (2006, p.231).

Esta análise não representa uma tentativa de rebaixar ou menosprezar as políticas indentitárias. Antes, de estabelecer mediações a partir da teoria crítica que possam nos apresentar e/ou fornecer bases para a construção de identidades-unitárias. Entretanto, diferente de Fraser, cujo objetivo vislumbra novas reformulações por meio da asseguarça da redistribuição e o reconhecimento das identidades, a perspectiva aqui é a de que a realidade, sob a qual se manifestam as opressões sobre as mulheres (que se materializam na exploração-dominação-opressão), só serão superadas se simultaneamente enfrentadas no processo de superação desse modo de produção e reprodução social, material e subjetivo, compreendendo, pois, os limites estruturais desse modo de produção e de sua sociabilidade. Nesse sentido, e em conformidade com Mézaros, é preciso afirmar que:

[...] extralimitação do capital por si mesmo em relação às mulheres traz força de trabalho a um número cada vez maior delas, sob o inexorável impulso expansionista do sistema: uma alteração que não pode se completar sem que se levante a questão da igualdade de mulheres, eliminando no processo alguns tabus e barreiras anteriormente existentes. *Este movimento – que surge do indispensável impulso do capital para*

a expansão e não da mais leve inclinação a uma esclarecida preocupação emancipadora em relação às mulheres – erra o tiro no momento oportuno. Não apenas porque as mulheres têm de aceitar uma parcela desproporcional das ocupações mais inseguras e mais mal pagas no mercado de trabalho e estejam na péssima situação de representar 70 por cento dos pobres do mundo. O movimento também erra o tiro porque, em virtude do seu papel decisivo na família nuclear, as exigências que são (e continuarão a ser) jogadas em cima das mulheres são cada vez mais difíceis de satisfazer no cenário mais amplo, contribuindo para que qualquer ‘disfunção social’ seja associada à crescente instabilidade da família [...] como [...] a taxa de criminalidade juvenil [...]. Quanto maiores as ‘disfunções sociais’, maiores a carga e as exigências impostas às mulheres como eixo da família nuclear; quanto maiores esses pesos, menores as suas condições de lidar com eles, além do seu papel de ganha-pão, do ‘segundo turno’ depois do trabalho e afins... (MÉSZÁROS, 2002, p. 304-305, grifo do autor)

Malgrado, “o modo antitético de produção capitalista *nega*, pois, a cada instante, a *liberdade jurídica* que ele próprio criou em benefício de si mesmo” (SAFFIOTI, 2013). Assim, não é à toa que as mulheres ocupem, no mercado de trabalho, as funções mais precárias, assim como, também, continuem a ser as maiores responsáveis pelo cuidado com a casa, se sobrecarregando com a “*jornada interrupta de trabalho*”.

Cabe salientar que a inferioridade social da mulher é insuficiente para levá-la à organização de um movimento feminista único, pois o que particulariza a luta feminista são os travejamentos dados pelas diferenças sociais, econômicas e culturais que refletem outras demarcações sobre a luta feminista-mulheres.

Quando Elizabete Souza-Lobo (1991) aponta que há no movimento feminista um recorte em relação aos movimentos de mulheres, a autora afirma que o movimento feminista seria inscrito por mulheres das classes médias e burguesas e, o movimento de mulheres, inscrito por mulheres trabalhadoras, cujas reivindica-

ções eram socioeconômicas e, neste sentido, estas remeteriam à situação estrutural das mulheres e aquelas (movimento feministas) à situação conjuntural e/ou superestrutural das mulheres.

Assim, o que se questiona é: qual identidade de gênero da mulher? Ou, quais as identidades de gênero das mulheres?

Ao tomarmos os escritos de Fraser (2006;2009) verificaremos que as análises sobre a opressão das mulheres, na maioria das vezes, partiram da perspectiva superestrutural, ou seja, da representação nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo que refletiram em respostas inscritas e mediadas por políticas de representação, deste modo, objetivando a mudança a partir da interpretação e comunicação, donde a transformação não se processa na estrutura, mas na subjetividade, no sentido do “eu de todas as pessoas”.

Assim, Fraser (2006), ao tecer críticas sobre as políticas de representação, nos alerta para a especificidade de algumas categorias e/ou grupos sociais e sua diferenciação em relação aos demais. Desta forma, esta perspectiva presume a diferença como ponto de partida para construção de formas de igualdade formais. Por outro lado, também destaca a autora que, a perspectiva redistributiva incorre na homogeneização ou negação das diferenças dos grupos ou categorias sociais. “O resultado é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter com frequência objetivos mutuamente contraditórios” (2006, p. 234).

Podemos verificar que ambas interpretações expressam limites estruturantes. Para D’Atri (2008, p. 123), as respostas inscritas na perspectiva do feminismo da diferença correspondem à um segmento do movimento feminista, que consiste na demarcação das diferenças morfológicas, a fim de denunciarem o androcentrismo. Nesse contexto, qualquer política de igualação reproduziria a desvalorização da feminilidade em “sua aspiração por conseguir a equiparação com os direitos que o patriarcado outorga exclusivamente aos homens”.

Em contraposição à essa perspectiva, D’Atri (2008, p. 125), ao tomar como referência Célia Amarós, defensora da igualdade,

aponta que as feministas da diferença, ao negarem a existência de algo que possa se qualificar como “genericamente humano”, incorrem no dualismo ontológico irreduzível.

“Se não existe humano sem sexualismo, conclui-se na impossibilidade lógica e ontológica do humano”, ou seja, na negação de um universal que possa transcender a diferença dos sexos” (D’ATRI, 2008, p. 126). Essa negação é o retorno ao essencialismo biológico. Parte dessas mediações são compreensões estruturalistas da realidade, donde o movimento feminista é compreendido em ondas e, o movimento da totalidade, fracionado à estruturas generificantes.

Neste sentido, ambas negam a perspectiva das relações de gêneros determinadas pela produção e reprodução da vida subjetiva e material que divide e hierarquiza as relações de gênero. Apreendidas a partir das determinações das relações de poder microsocial, são apartadas de uma relação com a totalidade na qual o sexo se constituiria também como uma relação social de produção.

D’Atri (2008) nos aponta que tais equívocos quase irresolúveis guardam relação estreita com o horizonte histórico, teórico e social em que se insere atualmente a opressão da mulher. Segundo a autora, é preciso superar a ingenuidade do Estado que media essas relações de acesso à justiça, igualdade e equidade.

O Estado moderno capitalista consegue se divorciar “mais e mais” da sociedade que lhe concebeu, como bem diz Engels, só a custas de eliminar de algum modo as distinções de nascimento, de classe, de educação e de profissão. O Estado burguês consegue esse divórcio separando as esferas da política e da economia de maneira fetichista; separando o ser humano em homem (burguês) por um lado e cidadão pelo outro. Sua proclamação de que todo cidadão é igual perante a lei é a máxima expressão de liberdade e de igualdade perante a lei e a máxima expressão de liberdade e de igualdade jamais alcançada nos marcos de um sistema baseado na exploração de uma classe por outra. (D’ATRI, 2008, p. 127)

Isto, para que na vida concreta, desigual, injusta e baseada na exploração do homem pelo homem, as diferenças ao acesso à propriedade, educação etc., continuem existindo.

No nó que articula as determinações de opressão, consubstancialmente manifestas pelo sexismo - racismo - e classe social (acrescentamos a sexualidade), ficam evidentes os limites da luta em si pela igualdade formal em detrimento da igualdade substancial.

Dessa prerrogativa é preciso corroborar com D'Atri (2008, p.128), para quem o direito é concebido como “*direito à desigualdade*”.

O direito só pode constituir, por natureza, na aplicação de uma medida igual; mas os indivíduos desiguais (e não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem se medir sempre pelo mesmo parâmetro, sempre e quando lhe enfoque desde um ponto de vista de igual, sempre e quando lhe observem somente um aspecto determinado. (MARX, 2012, p.32)

Assim, é preciso entender que a luta pela emancipação das mulheres, unicamente como busca pela igualdade (por meio da inclusão num sistema cujo mote é a exclusão), é tender ao reformismo. A conversão do servo em trabalhador assalariado e presumidamente livre dos laços comunitários o estabeleceu como indivíduo capaz de vender a sua força de trabalho. Entretanto, o contrato que a partir daí se estabeleceu impôs a liberdade, cujo exercício oculta a profunda desigualdade entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, como também oculta a desigualdade entre o homem e a mulher.

Desvelando o nó à guisa de algumas considerações

O objetivo aqui foi evidenciar como as relações sociais em que se produzem e reproduzem as relações de gênero têm partido de perspectivas que escamoteiam o modo de produção e reprodu-

ção social capitalista que, articulado ao patriarcado, estabeleceu uma unidade dialética constituinte e constitutiva do modo de exploração – opressão – dominação que só poderá ser superada se enfrentada por meio da unidade anticapitalista–antimachista–antissexista e antiracista.

Assim, ainda que não nos debrucemos sobre as manifestações do racismo e da heterossexualidade compulsória, é possível defender que as mediações aqui tecidas nos ajudarão na compreensão de como as relações de classe, gênero, raça e sexualidade são fundidas e enoveladas ou entrelaçadas em um nó. Cada uma dessas condições não atua livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica espacial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se a nova realidade, de acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relativos distintos. Esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a estrutura orgânica social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no “seio” da nova realidade.

Deste modo, a apreensão aqui apresentada se pautou numa mediação de segunda ordem, qual seja, a consubstancialidade nos processos que “forjam” as opressões. Neste sentido, faz-se necessário ratificar que elas não se acumulam, mas se realizam umas nas outras, dando substância e formando o tecido social que chamamos de realidade material.

Esse tecido precisa ser entendido na sua totalidade, sendo que seccioná-lo, mesmo com fins analíticos, pode atrapalhar nosso entendimento sobre o dinamismo dos fenômenos.

Nesse sentido, a defesa da categoria consubstancialidade, em detrimento da categoria intersecção, não se dá de forma aleatória. Ela associa-se mais às análises estruturalistas, pois assim como as apreensões das identidades-identitárias, vincula-se à compreensão da opressão sobre as mulheres a partir de eixos que possuem funcionamento, origem e sentido próprios, que se acumulam para incidir em sujeitos específicos, pois parte da compreensão da inscrição e instituição das identidades como únicas formadoras

de delimitação de espaços, formas de ser, agir e estar no mundo, demonstrando que a construção da identidade se dá a partir da diferença.

Podemos concluir, desta maneira, o quão fundamental é compreender a classe social como mediação de primeira ordem, enquanto expressão da exploração e de um modo de organização societal que tem por base a superação da escassez e a instituição do fetichismo, que prepondera sobre as relações opressão-dominância, posto inscrever as identidades que o sistema entende como subordinadas (mulher-negro-homossexual).

Essas adquirem significado social concreto quando relacionados e vinculados à classe social. Tomemos, para tanto, a máxima defendida por Saffioti: “*A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens.*” (SAFFIOTI, 1986, p. 16).

É certo que cada sujeito é síntese de uma combinação particular de múltiplas características, entretanto, evidenciamos que nenhum sujeito social em si, tem condições de representação do seu próprio direito na totalidade, isto por que há fortemente, na sociabilidade capitalista, uma reabsorção das diferenças por meio do consumo, a fim de neutralizar e retroalimentar identidades consumidoras.

Nem por isso nos deixamos iludir pela perspectiva economicista de Homem abstrato, cujo direito de ser, existir (ser cidadão) é quase metafísico.

Compreender o que constitui a heterogeneidade da classe trabalhadora e buscar formas de unidade é a única via para alcançar a universalidade da “*emancipação de toda dominação*”.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2012.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____; DANTAS, Maressa F. P. Trabalhadora não é o feminino de trabalhador: superexploração sobre o trabalho das mulheres. *Argumentum*, v.9, n.1, 2017. Disponível in: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13722>. Acesso em 2 abr. 2018.
- D'ATRI, Andrea. *Pão e Rosas: Identidade de Gênero e Antagonismo de Classes no Capitalismo*. 1ed. São Paulo: Iskra. 2008.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós Socialista. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- _____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. *Revista de Ciências Sociais*, v.14, n.2, 2009, p.11-33.
- HAUG, Frigga. A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2007.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LESSA, Sérgio. *A centralidade ontológica do trabalho de Lúkács*. 1996. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2011.
- _____. *A emancipação humana e a defesa dos direitos*. 2008. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos07_08/emancipacao_dirt_2008.PDF>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- _____. *Abaixo o casamento monogâmico*. 2010. Disponível em: <<http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/09/17/3455>>. Acesso em: 29 nov. 2011
- _____. *Contra-revolução, trabalho e classes sociais*. 2006a. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/contrarevol_trab_classes_2001.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- _____. *Identidade e individuação*. 2004. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_02_07/identid_individuacao_2004.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2011.
- _____. *Lukács, ética e política*. Chapecó: Argos, 2007b.
- _____. *Mundo dos homens*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *Praticismo, alienação e individuação*. 1997. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/Praticismo_Individuacao_1997.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- _____. *Reprodução e Ontologia em Lukács*. 1994. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/reproducao_ontologia_1994.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- _____. *Sociabilidade e individuação*. Maceió: Edufal, 1995.
- _____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, Georg. *Ideologia*. Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapIdeologia/IdeologiaIeII.doc>. Acesso em: 21 jun. 2010a.

- _____. *Marx y el problema de la decadencia ideológica*. México: Siglo XXI, 1981a.
- _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009b.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.
- _____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.
- _____. *Reprodução*. Disponível em:
<http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapReproducao/NovaTraduc/NovaTradu cReprod.doc>. Acesso em: 21 jun 2010b.
- _____. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009c.
- _____. *Trabalho*. Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapTrabalho/Trabalh_ivo.doc>. Acesso em: 21 jun. 2010^a.
- MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo. Boitempo, 2012.
- _____. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Editions Sociales 1957.
- _____; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. *L'idéologie allemande*. Paris: Editions Sociales, 1953.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ROCHA, Qelli.V.D. *Levantadas do Chão: A Construção da identidade de Gênero no Processo de Implementação de Políticas Públicas Agrárias para Mulheres*. Dissertação (Mestrado). Unesp, Franca, 2012. Disponível in: <http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/QELLI.pdf>.

- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979 / 2013.
- _____. *O poder do macho*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. *Perspectiva*, São Paulo, v. 4, p. 43-47, 1981.
- _____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Xamã, 2001.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Conferência de Kelli Mafort

Boa noite a todas e a todos. Primeiro, agradecer o convite, fiquei muito feliz, viu, Marilene? A gente dividiu uma Mesa lá na Florestan Fernandes, na Escola Nacional do MST, e fiquei bastante feliz por ter essa oportunidade de estar aqui. Essa Mesa – a Qelli não terminou, não completou a história que nos interliga – quando ela estava fazendo a pesquisa dela do Mestrado, ela fez com mulheres do MST e fez lá no assentamento em São Paulo, onde eu moro, lá no Mário Lago, em Ribeirão Preto. Eu fui uma das entrevistadas da Qelli naquele período. De lá pra cá, muita coisa aconteceu também, muito feliz aí pela Qelli estar nessa trajetória comprometida, mas também dentro da universidade, cavando esses espaços tão necessários também. A Marta eu conheci agora, mas prazer muito grande estar aqui também, e junto com a Sara, minha professora lá do curso Marx, na Escola Nacional Florestan Fernandes, então, bastante feliz aqui com o convite.

Então, queridas e queridos, a abordagem desse tema, que eu pensei de trazer aqui alguns elementos, vai ser a partir da perspectiva coletiva do MST, especialmente das mulheres do MST e um pouco também como que a gente foi se relacionando com essa temática do feminismo e do marxismo. Então vou trazer principalmente esses elementos.

Não tem como não mencionar o quanto que o convite pra estar aqui, o tema geral do Seminário, nos remete ao que está acontecendo no nosso país, não é? Então, quando a gente pensa em lutas e resistências – mas é lutas e resistências a quê? É a esse processo que vocês também categorizaram aqui: ao conservadorismo reacionário.

E vir pra cá nos aproxima daquilo que faz poucos dias que aconteceu, que foi tão brutal – que eu imagino que nós ainda estamos um pouco em choque coletivo sobre o que aconteceu no corpo e na vida de Marielle, que é uma mulher que sintetiza tantos processos de lutas, não é? Sintetiza a luta do povo da periferia, da favela. Sintetiza a luta do movimento negro, das mulheres negras. Sintetiza a luta das mulheres que romperam os latifúndios do saber, entrou na universidade, fez a dissertação – certamente a dissertação mais lida do país já é a dissertação de Marielle Franco. E também uma mulher socialista. Essa memória histórica da Marielle não vão conseguir apagar. Só que a tarefa é nossa. Nós é que temos que reafirmar essa síntese, essa unidade que representa Marielle. E, vindo pra cá, é claro que isso vai mexendo muito com os sentimentos também, não é? De todos nós. Porque, ao mesmo tempo em que a dor coletiva é profunda, também a indignação por tantos absurdos que se dizem por aí, ela também vai convocando a todas nós, mulheres, homens, a nos comprometer mais pra enfrentar essa situação. A memória de Marielle só faz sentido se a gente tiver capacidade de se mexer. Se a gente tiver capacidade de se mover. Onde a gente está, seja como educadores, educadoras, seja na universidade, seja no âmbito dos movimentos sociais, mas é preciso a gente ter essa coragem, que agora é uma coragem histórica, de que de fato a gente consiga criar uma felicidade, não para o nosso indivíduo, mas uma felicidade coletiva que só é possível com as transformações sociais. E eu também vim no caminho pensando, ainda nessa dor, porque apesar de todo movimento que se criou em torno da Marielle em nível nacional, as manifestações internacionais, a gente queria que nada disso tivesse acontecido, que a Marielle estivesse conosco, não é?

Mas também vim pensando de outras mulheres que também são cotidianamente violentadas e o sentido que adquiriu esse assassinato tão brutal de Marielle. Mas também vim no caminho pensando na Nice, na Nicinha, militante do MAB, do Movimento dos Atingidos por Barragem, que há cerca de dois anos, mais ou menos, foi assassinada – ela está entre os 60 militantes políticos, homens e mulheres assassinados no ano passado – nós temos mais de 60 militantes assassinados no ano passado, enfim, todos dos direitos humanos. E a Nicinha, ela foi encontrada a 400 metros da casa dela, ela foi jogada viva no açude com as mãos e os pés amarrados. E obviamente que isso tem a ver com a militância política de Nicinha, no enfrentamento ao latifúndio, no embate também da violência contra as mulheres, essa voz de Nicinha, essa voz de Marielle, tem que ser a nossa voz, porque nós estamos vivos, não é? E pra lutar, pra militar, seja na trincheira que a gente estiver, a gente tem que ter não somente a dor, mas a gente tem que transformar essa dor em ações. É bastante importante que a gente viva essa dor, mas que a gente também canalize essa dor, porque nós não podemos ficar doentes. Nós não podemos nos deprimir diante desse mundo que é um mundo organizado para nos deprimir. É preciso que a gente de fato consiga fazer as reações e se envolver cada vez mais, seja nas nossas pesquisas, nosso estudo, nosso compromisso cotidiano.

No caso do MST e pensando no tema da mesa, feminismo e marxismo, bastante importante falar depois da Qelli, porque ela, com tanta sabedoria, já nos eleva a todos e a todas aqui, dentro deste campo teórico que a gente pensa um feminismo a partir do marxismo, e a gente sabe que isso é polêmico, não é, Qelli? Dizer que nós somos mulheres feministas e nós falamos a partir de uma concepção de gênero e classe é polêmico, porque, o tempo todo, a gente está se defrontando com perspectiva pós-modernas que querem nos fazer crer que é possível lutar pelas igualdades, contra as desigualdades de gênero, dentro da ordem do sistema sociometabólico do capital. E nós estamos dizendo justamente o contrário. Mas também, ao dizer o contrário, nós não estamos dizendo que

a luta de transformação das mulheres, ela tem que ser relegada – depois de feita a revolução. Por isso que nós estamos dizendo aí, que é uma palavra de ordem no movimento, que a gente repete tanto, que diz isso: "sem feminismo não há socialismo". A gente sabe que o contrário também é verdadeiro. Sem socialismo não há o feminismo substantivo. No entanto, nós não aceitaremos, e por um longo período histórico, a esquerda imaginou que fosse possível deixar esse debate pra um outro momento, que esse debate dividia a classe, como bem lembrou aí a Qelli um livro que trata desse assunto. E nós estamos pra poder reafirmar o seguinte: não tem luta da classe trabalhadora, não tem emancipação, se ela não perpassar pelas determinações sociais da construção das mulheres, da construção dos negros e negras, da construção dos jovens, da construção dos indígenas. É preciso que a gente entenda essas determinações sociais e consiga compreender um pouco melhor o que é essa classe trabalhadora. Não é um bloco homogêneo, não é? Essa classe trabalhadora é formada de gente, diferentes sujeitos sociais, com essas determinações históricas tão importantes que, se levadas a cabo, elas atualizam a capacidade emancipatória da luta que nós estamos envolvidos.

No caso do MST, enfim, nós estamos aí há mais de 30 de trajetória, as mulheres sempre estiveram na base, ali dos acampamentos e primeiras ocupações, mas levou pelo menos uma década até que a gente conseguisse se identificar como mulheres feministas. Nós temos uma trajetória enorme, que a gente rechaçava esse debate, porque nós identificávamos o feminismo como um movimento sociopolítico-cultural de mulheres brancas, mulheres heterossexuais, um movimento europeu, que nada tinha a ver com a realidade latino-americana ou brasileira. E nós, então, contrapúnhamos a questão de gênero ao feminismo. Tempos depois, a gente foi perceber que é muito difícil a gente contrapor feminismo e gênero, porque são coisas muito distintas. Gênero é categoria de análise social, se a gente pensa em feminismo, a gente pensa no movimento sociopolítico-cultural, que, sim, é datado, do século XIX, ele tem a origem ali na Europa, mas a ressignificação do

feminismo também é tarefa histórica de todos aqueles e aquelas que se identificam com essa perspectiva.

Foi assim também na história do MST e, de alguma maneira, as cubanas nos ajudaram também um pouco a fazer essa transição pra uma perspectiva feminista. Também em Cuba houve muita resistência ao feminismo, então, enfim, mas foi ideia dentro dessa relação no âmbito da CLOC, que é a Coordenadoria Latino-Americana das Organizações Camponesas e da Via Campesina, que reúne mulheres, homens de mais de 70 países, que a gente foi também ressignificando a nossa concepção de feminismo – ouvindo o que é feminismo pras palestinas, o que é feminismo pras cubanas, o que é feminismo pras chilenas, isso foi bastante importante. Primeiro, pra gente poder identificar que essa origem europeia, a origem do feminismo, a origem europeia, muitas vezes ela oculta que, em realidade, ela é europeia, mas ela é europeia de um movimento concreto da classe trabalhadora, que é precisamente o chão socialista. É muito difícil a gente imaginar uma história do feminismo que oculte essa origem do movimento operário, do movimento socialista, das mulheres operárias protagonistas deste movimento. Imaginar, não tanto em 1848, mas na Comuna de Paris, dentro daquelas pautas, da pauta, da Comuna de Paris, quanto que já estava presente também ali, ideias que a gente pensa: "nossa, já faz tanto tempo e são tão revolucionárias e tão emancipatórias". E o próprio início, a construção da Revolução Russa, e enfim, depois todo um processo que aconteceu na América Latina. Então, também ao contar a história do feminismo, muitas vezes muitos historiadores, muitos teóricos, começam do movimento sufragista pra frente, não é? – que tem uma importância muito grande, não é? No entanto, ele também oculta essa origem histórica vinculada ao movimento socialista. Por que ocultar? Porque, de fato, e a Qelli trouxe aqui o texto do Mauro Iasi, do *Feminismo e Marxismo, casamento infeliz*, e isso, pontos de tensão por muitos e muitos anos. Mas de fato, quando se vincula a teoria feminista com a teoria marxista, que está no chão do surgimento do feminismo, você pode ter um componente

que é um componente com potencial explosivo do ponto de vista de provocar uma análise crítica sobre a sociedade, e essa análise crítica, ela passa do crítico pra, de fato, o processo de mudanças, porque vem a partir de contradições que se expressam, explodem, nos corpos das mulheres de uma forma mais determinante. Por isso que volto a dizer, hoje é fundamental pra todos aqueles e aquelas que se propõem a mudar o mundo levar à radicalidade o protagonismo das mulheres, o protagonismo dos jovens. É preciso entender o quanto que dessas determinações sociais, elas também trazem potencialidades pra gente poder se compreender como classe trabalhadora e ter as ferramentas necessárias pra travar os bons combates.

No caso da trajetória do MST e das mulheres do MST, nós – o MST começou em 1984 – em 2000 a gente criou o setor de gênero, demorou um tempinho grande aí, não é? Mas antes disso as mulheres se organizavam, se incomodavam muito com essa... o MST, ele também se influencia pelo Movimento Sindical, que é bastante masculinizado. Então, nós temos fotos históricas, do passado, não deve ser diferente de outros sindicatos também, – "eleita a nova direção nacional do movimento" e aquele paredão de homens, não é? E tem lá uma mulher, na segunda fileira, tentando aparecer. E assim, enfim, tantos outros processos. Não é diferente no MST.

Mas foi a partir da auto-organização das mulheres, e o setor de gênero do MST, ele surge com justamente essa perspectiva que a Qelli está falando: homens, mulheres a questão da unidade, pra gente poder somar, enfrentar, os processos de desigualdade. Mas o que acontece? Na prática, isso dá uma bagunçada, Qelli, por quê? O que a gente foi percebendo como mulheres? Que nós precisávamos nos auto-organizar, nós precisávamos garantir os nossos espaços próprios de mulheres. Pra gente poder, inclusive, criar um ambiente pra falar das violências explícitas, das violências simbólicas. Esse espaço de auto-organização, ele foi bastante importante pra que a gente pudesse se sentir um pouco mais empoderada, mas também pra que a gente pudesse conspirar sobre

processos que a gente deveria provocar de mudanças. No âmbito da nossa própria organização, da nossa base social acampada e assentada, mas também na expressão do MST pra sociedade, que nós julgávamos que era uma expressão bastante masculinizada.

Então, esse espaço de auto-organização das mulheres, ainda no âmbito do setor de gênero, ele foi bastante importante pra que a gente forjasse, a partir de 2006, algumas lutas de caráter de enfrentamento ao capital, que foram bastante importantes pra gente poder inclusive mobilizar, tanto o que nós estávamos refletindo sobre como que a luta da terra, da reforma agrária, ela se vincula a uma luta com caráter de enfrentamento de classe, mas, também, ela foi servindo como uma ferramenta pra que a gente pudesse fazer uma avaliação dentro do âmbito da nossa própria organização. E isso é bastante importante porque, enfim, nós temos mulheres feministas em movimentos só de mulheres e nós somos mulheres feministas em movimento misto – e tem outras implicações, não é? Agora, o que passa dentro das organizações de trabalhadores é bastante importante, porque quando a gente pensa nos processos de mudança, parte das mudanças também passa pelos movimentos sociais. Então, entender e sempre questionar e se incomodar com essa naturalização das desigualdades no âmbito das organizações é algo que nós precisamos sempre buscar enfrentar.

Bom, 8 de março de 2006 pra nós é um marco porque foi quando nós realizamos – nós temos aqui muitos jovens, talvez não se recordem – quando nós realizamos uma luta contra a empresa Aracruz Celulose, denunciando a questão do deserto verde, do monocultivo de eucalipto e de pinus, que avançava, de uma forma brutal, sobre as áreas de assentamentos, avançava de uma forma brutal sob a batuta do estado, dos governos desenvolvimentistas, no sentido de se apropriarem de áreas públicas através da grilagem. Secavam rios, desviavam cursos d'água e produziam um ambiente no qual a biodiversidade praticamente não existia, a serviço de empresas transnacionais. Essa ação de 2006, ela foi bastante importante, foi uma ação massiva, com duas mil mulheres, nós fizemos aquela ação política, de destruição do

viveiro da Aracruz, essa ação foi bastante importante – e um pouco inesperada, também, dentro do próprio MST e de outras organizações do campo – por quê? Porque ela, ao mesmo tempo, denuncia as forças do capital em torno do agronegócio, faz uma leitura da realidade, mas também diz que quando as mulheres, elas se envolvem numa luta de caráter radical, mas de uma forma massiva, não se tratava de um grupo de mulheres. Era um grupão de duas mil mulheres, não é? Ao se mover numa luta com um grau de radicalidade, você também está mexendo com um processo de formação política e com processos de formação de consciência. O relato das mulheres que participavam efetivamente desse processo é bastante interessante, porque elas dizem: "bom, eu fui ali, mas naquelas mudas, estava trouxa de roupa que eu tenho que lavar todo dia, estava o sexo que eu não quero fazer todo dia e que eu tenho que fazer, estava o tapa na cara, mas estava também aquela reunião em que eu falei e ninguém deu bola e depois outro companheiro se inscreveu, falou a mesma coisa que eu tinha falado, e todo mundo se referenciou na fala do companheiro, estava na tremedeira que eu sinto na hora que pego o microfone e que eu fico toda desestabilizada e eu não consigo falar, fico vermelha". Enfim.

Então, nesses processos, que são processos da vida concreta das mulheres, esses processos também estão presentes nas lutas, não é? Bom, de 2006 pra cá, foram muitas e muitas e muitas lutas feitas pelas mulheres em todo o Brasil. Essa do Rio Grande do Sul, era do âmbito da, era no encontro Nacional de Reforma Agrária, mas tantas e tantas outras aconteceram. Nesse mês que nós estamos, eu achei bastante feliz essa Mesa, não é? Só de mulheres, no mês de março. E nós temos dito que o março não acabou e não acabou por Marielle, mas não acabou também pela luta das mulheres, que já, de alguns anos, tem mostrado alguns caminhos importantes, não só da luta das mulheres, mas caminhos que devem ser perseguidos pelo conjunto do movimento aí das forças do trabalho.

Recentemente, nós tivemos lutas importantes, que eu acho importante a gente destacar aqui, pra poder dizer as contradições nas

quais estão envolvidas essas mulheres do campo. Vocês devem ter acompanhado, nós fizemos uma ocupação na indústria da Nestlé, em São Lourenço, MG, denunciando o encontro mundial da água, que reunia várias corporações, entre elas Nestlé, a Danone, enfim, tantas outras. Ao mesmo tempo acontecia o Fórum Alternativo das Águas, Mundial das Águas, o FAMA. Mas essa ação que nós fizemos em Minas Gerais, ela tem o peso das contradições no qual estão expostas as mulheres vitimadas por todo esse crime ambiental, que vem sendo desenvolvido pelas grandes mineradoras, pelo agronegócio – e, mais uma vez, durante esse processo da luta, é possível entender um pouco porque as mulheres estão participando desse processo e porque a luta das mulheres leva a uma radicalidade. Mulheres que vêm com a lama do Rio Doce, vêm com a lama da Samarco junto desse processo. Mulheres que têm consumido conscientemente água contaminada há pelo menos dois anos, depois do rompimento da barragem do Fundão, na Samarco. Tem total consciência que estão se envenenando com aquela água, que estão adoecendo com aquela água, mas é tomar aquela água ou não tomar nada. E falar em água é falar em mulheres, porque as mulheres do campo, entre os diversos processos de divisão sexual do trabalho, as mulheres do campo se ocupam do alimento da família e da água. E a água – tem mulheres que andam dois, quatro quilômetros pra poder garantir essa água, não é? E tem uma fala de um dos, aliás, do presidente da Nestlé, que diz: "é um absurdo imaginar que a água é um bem natural e só por você ser humano você tem direito a água. A água deve ser entendida da mesma forma como o alimento é entendido. O alimento é uma mercadoria". Então, a água também é uma mercadoria. Então, enfim, essa é uma concepção do capital.

Então, nesse processo que nós fomos desenvolvendo, da questão de gênero com o MST, com muitas contradições, nós também fomos nos deparando, o que nós fomos forjando é quase como um sinônimo entre mulher e luta, principalmente por causa das lutas do 8 de março, ele também, esse sinônimo, foi nos provocando a pensar em outros sujeitos sociais presentes na nossa base acampa-

da e assentada, que não conseguem ter a mesma visibilidade, mas que, se tivessem uma possibilidade de se expressar um pouco mais, seja na sua fala, ou seja, na sua luta, na sua forma de iniciativa, poderiam conferir processos ainda mais substantivos pra própria organização do MST. Estou falando do MST, mas poderíamos falar da classe trabalhadora, dos sindicatos, das universidades. Estou falando de quem? Estou falando dos sujeitos LGBTs; estou falando dos negros e negras do MST que, somente agora, começam a se auto-organizar e trazer essa discussão mais organizada no âmbito do MST; estou falando dos indígenas dentro do MST, não é? E no caso das questões de gênero, nós, mulheres, estávamos ali, lutando, nos organizando, processo de formação, oitão de março, nos trazendo elementos importantes, mas aí nós fomos então provocadas, especialmente pelos homens LGBTs – LGBT é geral, não é? --, mas pelos homens gays, e também por homens heterossexuais, de como é que nós poderíamos provocar essa discussão de gênero no âmbito do Movimento, mas também com tarefas para os homens. Já tem dois anos, mais ou menos, esse processo, então, a gente retoma com bastante intencionalidade política, o setor de gênero do MST, mas compreendendo ele, com um coletivo auto-organizado de mulheres, um coletivo auto-organizado LGBT, com homens e mulheres, e um coletivo auto-organizado de homens, enfim. E em geral, homens heteros.

Esse processo tem sido bastante interessante. Então, o que nós temos feito: nós temos provocado – ao mesmo tempo em que nós mulheres queremos um espaço pra que nós conversemos entre nós, nós temos provocado para que os homens conversem entre eles algumas questões. Nós nos juntamos. É um pouco explosivo, mas é muito importante, não é? A gente tem feito isso no âmbito da militância, mas também na base social. Então, tem relatos muito interessantes, por exemplo, do Ceará, que fez, no seu... Ceará já faz há bastante tempo, uns 3 anos que eles fazem isso no âmbito da militância, assembleia dos homens, assembleia das mulheres, no âmbito dos encontros do MST. Mas eles começaram a provocar isso lá nas brigadas, nos acampamentos e assentamentos. Então,

o que os homens têm a dizer sobre os homens na questão da violência contra as mulheres? A gente sabe que há todo um sistema de dominação, mas eles estão num lugar de conforto. Eles estão também, não só num lugar de conforto, mas eles estão na ponta, operando a violência. Esse tapa, esse olho roxo no nosso rosto vem de algum lugar. E em geral, vem do nosso companheiro, vem do nosso pai, vem das pessoas que estão mais próximas de nós. Então, como que é preciso também fazer um processo de reflexão coletiva sobre isso e que a gente provoque os homens a pensar sobre isso. E tem muitas coisas interessantes acontecendo, não é? Muitos homens que se julgavam extremamente desconstruídos no âmbito das ideias, mas que, quando começa a pensar nesses processos efetivos que é preciso provocar de mudanças, veem que a tarefa é muito maior.

Bom, então nessa construção que a gente está tendo – inclusive teve uma publicação recente do Movimento que expressa um pouco essa complexidade permeada pela questão da violência, não é? Porque a violência é muito central pra gente poder pensar a questão de gênero, as mulheres, mas também os sujeitos LGBTs, as mulheres negras–, tem uma coletânea de contos que chama *Não Dou a Outra Face*, que é bastante recente, nós fizemos agora, que nós resolvemos reunir a militância e começar a escrever sobre esse processo. E as crônicas, elas falam da gente, as crônicas falam do que a gente vive cotidianamente nesses espaços, mas elas também apontam essas perspectivas aí de superação.

Bom, então, no MST, hoje, a questão do feminismo e marxismo ela é provocada especialmente a partir das lutas do 8 de março, principalmente nesse marco da luta de 2006, então, aí já com um pouco mais, quase 12 anos. E desse processo pra cá, nós fomos, então, nos reencontrando com o feminismo e com essa origem do feminismo nas lutas socialistas, mas nós também fomos identificando que esse feminismo com base na luta socialista, que nasce na Europa, ele também precisa de inter-relação, ele precisa ser recheado com essa nossa realidade latino-americana. Por exemplo, é impossível a gente pensar, no Brasil, após os 100 anos

de escravidão indígena, 300 anos de escravidão negra, colocar a questão das mulheres negras como uma questão secundária. Ela radicalmente faz parte da nossa história e de como que a gente concebe um pouco essa existência dos movimentos das forças do trabalho aqui no Brasil. Foi por isso que a gente, de uma forma inquietante, a gente foi procurando também sistematizar o que a gente está chamando, provisoriamente, a gente nem está muito contente com esse nome, mas, provisoriamente, a gente está chamando de *feminismo camponês e popular*.

Por que feminismo camponês? Porque a gente também foi começando a ver que na trajetória do feminismo não aparecem as mulheres do campo, não aparecem as mulheres sem terra, as assentadas, as ribeirinhas, as pescadoras, as caboclas, as indígenas, as quilombolas. Então, nós fomos trazendo um pouco essa realidade e como que isso também precisaria comparecer dentro de uma perspectiva de feminismo emancipatório, articulando gênero e classe. E, também, recuperando um pouco daquilo que é o feminismo, por exemplo, para as indígenas. Se pra nós Sem Terra havia uma certa repulsa ao feminismo, pras indígenas, então, é uma coisa medonha – se imaginar como mulheres feministas.

Mas como é que essas mulheres estão chegando no feminismo? Estão chegando no feminismo justamente pelas contradições brutais com o sistema do capital, que não escolhe etnia, não escolhe raça, não escolhe geração, não escolhe gênero. E isso se vincula a uma outra parte que eu queria tocar aqui, que é a questão de uma intensificação da barbárie nesses tempos, daquilo que o Mészáros, de uma forma tão brilhante, nos traz, como "crise estrutural do capital" – nos provoca a pensar como que essa barbárie, resultante da crise estrutural do capital, explode no indígenas, nos negros, nos sem terras, no povo da periferia, nas mulheres. E também imaginar – e essa também é uma construção do Mészáros – nesse tempo, de crise estrutural do capital, em que o capital chegou nos seus limites absolutos e não tem, não traz nenhum resquício civilizatório, quer dizer, não tem como o capital se reproduzir sem necessariamente liberar forças destrutivas – e por isso que

é tão ilusório a gente imaginar que vai ter um projeto de desenvolvimento que vai numa ascendente histórica e que vai nos levar dentro dos marcos do capital. Não existe essa possibilidade.

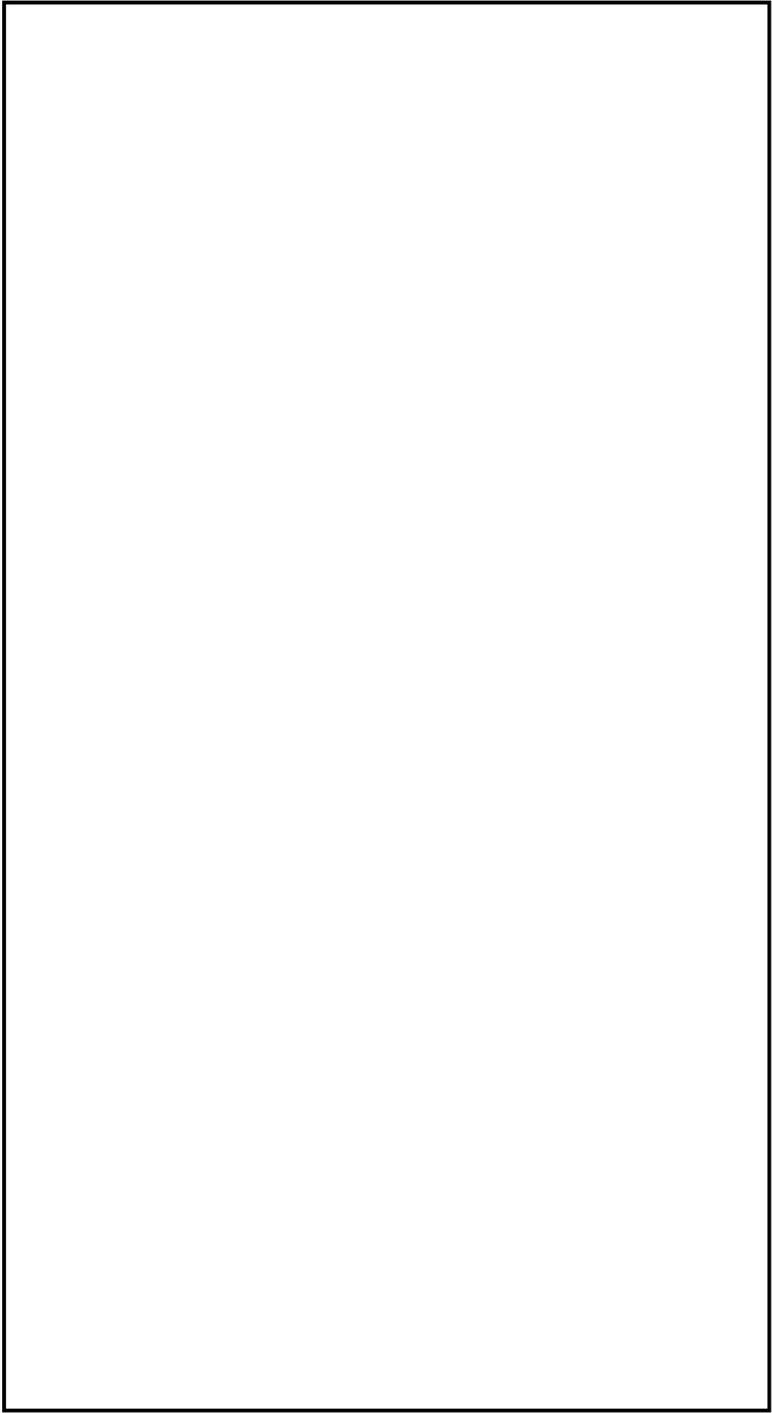
Isso faz com que a gente se desespere? Não. Isso faz com que a gente se disponha a vincular as nossas lutas particulares a uma luta de caráter classista, a uma luta com caráter mais ofensivo, pra poder produzir as transformações necessárias e possíveis. Não são as transformações impossíveis, a história já mostrou isso. Não é possível que a nossa vida seja determinada pelo capital, não é possível que a nossa vida seja mercantilizada, nossos corpos seja mercantilizados. Não é possível que a gente naturalize a questão da violência. É possível produzir essas mudanças. E dentro desse processo, dessa contribuição do Mészáros, ele diz que, dentro desse contexto de ativação dos limites absolutos do capital, é também nas mulheres, por conta da sua luta por igualdade – um dos sujeitos históricos fundamentais pra poder levar a cabo o processo de emancipação. Isso porque as mulheres, na sua luta por igualdade, sob o capital, só vai encontrar uma igualdade formal, uma igualdade rasa, uma igualdade superficial. Uma igualdade substantiva, que o Mészáros nos chama a atenção, ela só é possível que a gente encontre articulando a nossa luta com uma luta de superação.

Esse debate todo, ele não é simples no âmbito do movimento feminista, e o tempo todo a gente lida com essas contradições também dos movimentos focalizados: de mulheres, de mulheres negras, o movimento LGBT, as mulheres sem terra, as mulheres sem teto. No entanto, sozinho, realmente, como disse a Qelli, ninguém enfrenta esse poder articulado do capital. É por isso que a gente tem que, com muita paciência histórica, mas também a ousadia necessária, ir construindo o processo de forjar uma nova estratégia política de superação dessa sociedade. Nesse sentido, a gente também precisa ir provocando, a partir dessa construção das mulheres, dessa construção de gênero, ou dos homens, que se propõem e se desafiam também nessa construção, nessa construção LGBT, é preciso que a gente vá também o tempo todo

refletindo sobre qual é essa estratégia de superação dessa realidade. Porque nós experimentamos na história brasileira recente um grande período no qual nós, parte da esquerda, imaginou, e parte da intelectualidade também imaginou, que era possível conquistar direitos para os trabalhadores num processo de conciliação de classes, que obviamente o capital ganha muito mais, mas que os trabalhadores, as trabalhadoras também se favorecem desse processo. Bastou vir uma crise mais aguda a partir de 2014, bastou vir um golpe bastante severo, pra gente ver esse sonho desenvolvimentista cair, gota por gota, e depois, torrencialmente, nas nossas cabeças. Então, hoje não se trata somente de uma luta por direitos, mas de uma luta contra esse retrocesso violento e absurdo a que nós estamos expostos.

E aí, enfim, pra ir finalizando, até porque já foi o tempo, não é? Pra imaginar o quanto essas medidas atuais, da conjuntura, elas explodem sobre as mulheres – imaginar o que significa o congelamento da Emenda Constitucional 95, esse congelamento de 10 anos, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, mas, além disso: o que significa esse genocídio cotidiano nas periferias do nosso país? O que significa nós sermos a terceira população que tem a maior população encarcerada do mundo? O que significa esse aumento exponencial da violência contra as mulheres? Então, nós não podemos apartar esses temas, esses temas estão muito interligados, porque, sob essa condição que nós vivemos, que é uma condição de crise estrutural do capital, a convocação é que a gente possa se apresentar no movimento da história como classe e poder provocar as mudanças necessárias, mas as mudanças possíveis, que podem nos levar a todos, de uma forma coletiva, a ser mais felizes, mas também a encontrar igualdade substantiva pras mulheres, pros LGBTs e pros diferentes sujeitos sociais que constituem a nossa classe trabalhadora. É isso, obrigada.

**Gênero, Religião
e Movimentos
Sociais**



Conferência de Juan Marco Vaggione

Buen día.

Ante todo, muchas gracias por la invitación. Para mí es un placer estar aquí y me disculpo por hacer esta presentación en español. También, quiero agradecer el trabajo de los traductores; en realidad, es una forma de pedirles disculpas por anticipado, ya que suelo hablar muy rápido; me voy enfervorizando y acelero el ritmo. Así que voy a hacer lo posible para hablar lo menos rápido que pueda, y si lo hago me avisan, por favor.

El título de nuestra mesa, incluye dos conceptos claves para comprender a los conservadurismos reaccionarios en las sociedades latinoamericanas: género y religión; son dos dimensiones de análisis imprescindibles para abordar la complejidad del fenómeno, y, también, dos conceptos desde los cuales es necesario articular la resistencia al avance y la intensificación de lo que esta jornada denomina como “conservadurismos reaccionarios” en las sociedades democráticas.

En mi presentación abordo ambos conceptos, religión y género, pero focalizándolos, sobre todo, en los debates vinculados al derecho, al sistema legal. Pero, el derecho, no como fue analizado en la última mesa de ayer; como un discurso formal que dificulta lograr avances en la igualdad material; sino, siguiendo a autoras como

Carol Smart, el derecho como un campo de disputas, como un lugar donde se articulan visiones alternativas y en conflicto, sobre lo social y sobre lo político. Entonces, el derecho, no tanto en su lógica interna, en las tensiones sobre su alcance e interpretación, sino, el derecho entendido en sus articulaciones con la política y lo social. Una perspectiva, podría decirse, sociológica del derecho.

Considerar al derecho como un campo discursivo donde se articulan diferentes visiones sobre la sexualidad se ha vuelto evidente en las últimas décadas debido, sobre todo, al accionar de los movimientos feministas y LGBT. Precisamente, los “movimientos sociales” es el otro término propuesto para nuestra mesa y que, como desarrollaré a continuación, tiene un rol central para comprender la emergencia e intensificación de los “conservadurismos reaccionarios”. Los movimientos feministas y LGBT han irrumpido en el debate legal, tensionando las fronteras del derecho, evidenciando su papel en el sostenimiento de órdenes sexuales excluyentes e impulsando reformas legales.

Precisamente, la política sexual contemporánea de la mayoría de nuestros países tiene que ver con la demanda por lograr cambios en el sistema legal. Hay un proceso de ciudadanía de la sexualidad que, aunque diferente en los países, se ha producido por los movimientos feministas y LGBTI. Luego de décadas de activismo, estos movimientos han logrado reformas legales y casos jurisprudenciales que amplían la legalidad respecto a las prácticas e identidades vinculadas a la sexualidad y la reproducción.

Esta movilización del derecho ha generado, sin embargo, una intensa reacción conservadora en la mayoría de los países. Allí donde se debaten derechos vinculados a la sexualidad y la reproducción, es posible observar distintos sectores que, de formas más o menos virulentas, buscan evitar o revertir estos derechos. La intensidad de estas reacciones conservadoras nos lleva a dos preguntas que quiero abordar en mi charla: En primer lugar, ¿Qué hay en la demanda de los movimientos feministas y LGBTI sobre el derecho que genera reacciones tan intensas del poder religioso conservador? En segundo lugar, ¿Cuáles son las estrategias im-

plementadas por el activismo religioso reactivo para impactar en el derecho?

Dos aclaraciones previas: voy a hablar con un nivel de generalidad, así que pido perdón por anticipado. Serán reflexiones que tienen que ver con los procesos en Argentina, pero los voy a presentar de forma general, para ver si resuenan en otros contextos. Partiendo que estamos frente a un fenómeno transnacional, aunque se manifieste diferente en los distintos países, podemos observar algunos patrones compartidos. La otra aclaración es, que, cuando formulaba estas preguntas, me estaba dando cuenta que, de alguna manera, estaba invirtiendo el título de esta jornada. En vez de “Luchas y Resistencias al Conservadurismo reaccionario”, mi presentación se va a focalizar en las luchas y resistencia del conservadurismo reaccionario como resultado del avance e impacto de los movimientos feministas y LGBTI. O sea, asumo que los conservadurismos reaccionarios son una reacción al impacto y avance logrado por estos movimientos.

Entonces comencemos con la primera pregunta: ¿Por qué el intento de los movimientos feministas y LGBTI por reformar el derecho afecta tanto a ciertos sectores religiosos? ¿Dónde radica la radicalidad de estas demandas codificadas como en términos legales?

Unos de los principales objetivos de estos movimientos es desmontar un orden sexual jerárquico en el cual el derecho ha sido y sigue siendo un factor central. El patriarcado, la heteronormatividad, o como llamemos a estos sistemas de poder, distribuyen privilegios y derechos de formas desiguales. Precisamente, el derecho formaliza esta jerarquía y, a la vez, la sostiene y naturaliza. Durante el día de ayer se analizó el papel del derecho dentro del capitalismo y las formas en que el mismo refleja intereses materiales específicos, algo similar pude decirse respecto a la sexualidad y a la reproducción. El derecho en los países de América Latina ha tendido a imbricarse sobre la moral católica, reforzando su impacto en el orden simbólico y, paradójicamente, invisibilizando su influencia.

Para los movimientos feministas y LGBTI dismantlar este orden jerárquico implica, en gran medida, reformar un sistema de leyes que protege e invisibiliza desigualdades y exclusiones. Por ello, movilizarse contra el patriarcado y la heteronormatividad requiere criticar, y eventualmente superar, la moral religiosa impresa en el derecho secular debido al impacto histórico y al poder político de la jerarquía católica en la región.

Reconocer derechos, negativos o positivos, vinculados a la sexualidad implica una confrontación directa con el poder religioso. Despenalizar conductas u otorgar derechos, ampliar los marcos de legitimidad para las prácticas sexuales y reproductivas, requiere confrontar con el poder religioso construido a lo largo de siglos en nuestra región.

Esta confrontación se da, creo, en dos arenas principales: una, tal vez la más obvia, luchando por la separación Estado-Iglesia y/o Religión-Política. Este nivel suele vincularse con la laicidad como horizonte normativo, como promesa incumplida de nuestras democracias. Como demanda por una mayor autonomía entre lo religioso y lo político lo que implicaría una reducción del poder religioso en la sanción e interpretación de las leyes.

Esta confrontación ha permitido profundizar y sofisticar la lucha por la laicidad en los países de la región; una lucha que lleva décadas y que los movimientos feministas y LGBTI retomaron y potencian. Estos movimientos han gestado nuevas maneras de pensar la laicidad, de retomar e intensificarla como promesa incumplida. Este impacto se pone de manifiesto en diferentes los congresos, publicaciones o campañas políticas en distintos contextos. En la actualidad es casi imposible, analizar la laicidad, si no se la piensa en conexión con la sexualidad, la reproducción o el género. Estos movimientos han incluido un nuevo umbral en el debate, tanto académico como político, al colocar al centro el status de los derechos sexuales y reproductivos.

Esta vuelta a la laicidad refina algunos aspectos de los abordajes clásicos. Por ejemplo, los movimientos feministas y LGBTI además de demandar la autonomía de lo secular, politizan el

campo religioso evidenciando el pluralismo de los y las creyentes respecto a las prácticas sexuales y reproductivas. No es un retorno a la laicidad que implica la privatización de lo religioso sino, por el contrario, un retorno que sofisticada (teórica y políticamente) el pluralismo religioso que caracteriza a las sociedades de la región.

No es sólo una demanda por autonomizar el estado de la Iglesia, sino también, por volver público y visible la heterogeneidad del campo religioso. O sea, estos movimientos no sólo denuncian y confrontan los privilegios formales y materiales de las instituciones religiosas (la insuficiente laicidad de nuestros países), sino también, confrontan el monopolio de interpretación sobre qué es lo religioso en las sociedades contemporáneas.

Y aquí quisiera compartir una provocación para retomar en el momento del debate: los movimientos feministas y LGBTI han sido más efectivos en debatir críticamente los privilegios de la iglesia católica, al menos en algunos de nuestros países, que el pluralismo religioso que caracterizó, sobre todo, la segunda mitad del siglo XX.

Digo, como provocación, porque es llamativo que estos movimientos hayan activado la demanda por mayor laicidad de maneras más intensas y efectivas que los representantes de las tradiciones religiosas no católicas. No desconozco la existencia de líderes religiosos que se movilizan contra los privilegios de la Iglesia Católica pero también es necesario reconocer que muchos de estos líderes son más favorables a la generalización de estos privilegios al resto de las religiones que a combatirlos.

Aclaro que es una provocación, no estoy diciendo que el pluralismo religioso no haya impactado en profundizar la laicidad, lo que estoy sugiriendo es que hay ciertas tradiciones religiosas que en vez de movilizarse por reducir los privilegios de la Iglesia Católica lo hace por ampliar dichos privilegios a otras iglesias. Representantes de la Iglesia Católica y de las evangélicas, otrora en tensión, generan nuevas alianzas frente a lo que consideran la emergencia de un secularismo radical.

La otra arena para comprender la política sexual contemporánea, tiene que ver con un proceso, tal vez menos analizado, que he llamado en algún artículo como "desimbricación del derecho". La demanda de los movimientos, codificada bajo el paradigma de los derechos sexuales y reproductivos, no sólo requiere una intensificación de la laicidad, sino también, una desimbricación entre el derecho secular y la moral católica.

¿A qué quiero aludir con este término? Por distintos motivos (cuyo análisis excede el tiempo para esta presentación) en la mayoría de nuestros países se ha dado un nivel de imbricación entre normas legales y normas religiosas, cuando se regulan la sexualidad y la reproducción. El mito de la nación católica, el impacto del catolicismo en la cultura, el poder de la jerarquía religiosa o las décadas de enseñanza del derecho natural tomista en las facultades de derecho, junto a otros procesos, ayudan a entender el por qué se produjo una superposición o imbricación entre el derecho secular y la moral católica.

El impacto político de los movimientos feministas y LGBTI, vuelve visible este nivel de imbricación. Aquello que se naturalizaba como derecho secular, bajo un ropaje de lenguaje universal y objetivo, queda develado como herencia religiosa. El impacto de estos movimientos permite discernir los rastros religiosos vueltos legislación. Utilizo el concepto de imbricación porque da esta idea de superposición, de recubrimiento secular de la moral católica. No es sólo autonomía, como señala la secularización, sino, es la capacidad de desimbricar lo religioso de lo secular, de poner en evidencia que muchas de nuestras normas legales son reinscripción secular del discurso religioso.

Pero estos movimientos van, incluso, un paso más allá ya que logran redefinir las fronteras entre religión y cultura. No sólo visibilizan los rastros religiosos inscritos en el derecho, sino que vuelven a inscribir las fronteras sobre qué es lo religioso y por tanto lo secular, en el derecho al momento de politizar la sexualidad. Un ejemplo en este sentido, fue el debate sobre el matrimonio para personas del mismo sexo en Argentina. Durante este debate fue notable cómo el requisito de la deferencia de sexo entre los

contrayentes comenzó a ser politizado como resabio religioso en el derecho. Un requisito que por décadas fue asumido como parte de la cultura, de la tradición y/o de la naturaleza comenzó a ser construido como moral religiosa. La política sexual de estos movimientos logró reinscribir el matrimonio heterosexual como herencia católica en nuestra legislación, logró desnaturalizar al matrimonio como una institución exclusivamente heterosexual.

El debate, entonces, vira a: ¿cuánto queremos que nuestro derecho siga defendiendo la herencia religiosa? Insisto, estos movimientos no sólo vuelven visible los rasgos, rastros o retazos de lo religioso en el derecho, sino que logran reinscribir como parte de la religión aquello que se consideraba cultural o tradición. Los movimientos feministas y LGBT logran reescribir como retazo de lo religioso, aquello que estaba naturalizado como cultura.

Hay en este impacto una radicalidad, que a veces no es tan evidente. Además de confrontar el poder de las jerarquías religiosas sobre el estado, se confronta la capilaridad de lo religioso en el sistema legal.

La radicalidad del impacto de los movimientos feministas y LGBT en ambas arenas se refleja en la intensa reactividad y virulencia con que algunos sectores religiosos se movilizan en resistencia a los derechos sexuales y reproductivos. De distintas maneras, con temporalidades diferentes, los países de la región son testigos de una reacción conservadora en clave de moral sexual. Este fenómeno ha sido denominado de distintas formas tales como: neointegrismo, neoconservadurismo, fundamentalismo religioso, conservadurismo religioso, ortodoxia pélvica, antiderechos o conservadurismos reaccionarios, que es la forma utilizada durante esta jornada. En algunos trabajos, de hace más de diez años, caractericé este fenómeno como “Politización reactiva de lo religioso”, porque quería captar el uso político de las religiones en forma reactiva a un cambio social que se venía dando respecto a las formas de regular el orden sexual. En particular, durante esos años me centré en profundizar los aspectos seculares que caracterizan al activismo religioso conservador.

En los últimos trabajos, he tratado de rescatar otra manifestación del conservadurismo reaccionario, proponiendo el concepto de “ciudadanía religiosa” en resistencia a la ciudadanización de la sexualidad. Dentro de este proceso juega un papel importante la llamada “ideología de género”, como una nueva frontera cultural inscripta estratégicamente por el conservadurismo reaccionario. Digo “nueva frontera cultural” porque desmontado el mito de la cultura nacional (al menos parcialmente) se vuelve imprescindible la creación de nuevas fronteras culturales para movilizar políticamente las creencias religiosas y, creo, que denunciar las amenazas de la “ideología de género” es una de las principales estrategias.

Es una frontera cultural que, por un lado, trasciende lo nacional y permite alianzas conservadoras transnacionales. Son numerosos los ejemplos de intercambios, publicaciones y viajes de militantes conservadores que, más allá de las fronteras de los países, construyen su agenda en oposición a los movimientos feministas y LGBTI. Por otro lado, denunciar la ideología de género como amenaza cultural permite alianzas entre sectores católicos y evangélicos, otrora confrontados. Aunque es un concepto que, según la mayoría de los análisis, surge impulsado por intelectuales y periodistas católicos, y luego es retomado por la jerarquía de esta iglesia, es utilizado también por los actores conservadores evangélicos.

En esta presentación me gustaría dar dos ejemplos de esta reacción conservadora sobre el derecho, ejemplos para tratar de graficar las maneras en que la rearticulación conservadora está mapeando el derecho en los países de la región. Frente a la “amenaza” que constituyen los movimientos feministas y LGBTI, frente a la “riesgo” que significa la expansión de la ideología de género, el conservadurismo religioso acude al derecho como estrategia de protección.

En primer lugar, puede observarse un retorno a los derechos religiosos como estrategia para confrontar el impacto de los derechos sexuales y reproductivos. En algún artículo caractericé a esto como parte de una política de camuflaje: el uso de derechos

liberales clásicos, como la libertad religiosa, como una manera de confrontar las demandas de los movimientos feministas y LGBT. La libertad de culto o la objeción de conciencia son reinterpretados de formas amplias; son utilizados en el contexto de la política sexual contemporánea, para deslegitimar la diversidad y libertad sexual.

La libertad religiosa que, en general, tenía que ver con proteger a las minorías de las mayorías religiosas se reinscribe en defensa de los sectores religiosos, como un conjunto homogéneo, contra el “secularismo radical” como amenaza. Uso el término “secularismo radical” por ser la forma en que las jerarquías religiosas refieren al posicionamiento y propuesta de los movimientos feministas y LGBT.

El otro caso es la objeción de conciencia, un instituto que tuvo que ver con la protección de un ideario pacifista, se reinscribe por parte de los sectores conservadores en resistencia a legislaciones que reconocen derechos sexuales y reproductivos. De un derecho que se reconocía a los individuos, comenzó a politizarse como un derecho que incluso debe reconocerse a las instituciones (hospitales, por ejemplo). La objeción de conciencia pasó a ser utilizada como una estrategia política por parte del conservadurismo religioso para deslegitimar legislaciones que amplían el acceso a contraceptivo o permiten el aborto (por ejemplo).

El segundo ejemplo sobre el uso del derecho por parte del conservadurismo religioso se vincula a la cooptación del discurso de los derechos humanos. Dodora, entre otros académicos, ha trabajado esta temática en el contexto de Brasil. Frente al avance logrado por los movimientos feministas y LGBTI en la agenda de los derechos humanos (particularmente desde mediados de los 90s), la jerarquía católica ha dedicado diversos esfuerzos por “re-naturalizar” a los mismos. Por re-naturalizar el discurso de los derechos humanos quiero significar volver a alinearlos con la moral sexual católica, definida como universal y objetiva.

La Santa Sede, debido al status privilegiado que tiene en las Naciones Unidas, lidera este proceso de re-naturalización de los

derechos humanos. En este sentido, recibe el apoyo de diferentes países y de organizaciones transnacionales con el propósito de monitorear la incorporación en los distintos documentos y acuerdos de expresiones que puedan implicar el reconocimiento de los derechos sexuales y reproductivos. Junto a este rol, es común ver en los países de la región el uso de instancias judiciales por parte de organizaciones autodenominadas pro-vida o pro-familia en defensa de una concepción de los derechos humanos alineada con la doctrina católica.

La política sexual contemporánea, entonces, es el resultado de la tensión existente entre los movimientos sociales que buscan ampliar el vademécum de derechos sexuales y reproductivos, por un lado, y el conservadurismo religioso que defiende un orden sexual reproductivista y matrimonial, por el otro. De algún modo, las respuestas a las preguntas que guiaron mi exposición permiten considerar que la virulencia que observamos en el accionar de los conservadurismos en la región es, en gran medida, reactiva a los avances logrados por los movimientos feministas y LGBTI. La creciente legitimación del paradigma de los derechos sexuales y reproductivos va acompañada por un fortalecimiento en la defensa de las creencias religiosas en tanto antagónicas a estos derechos. Existe, en fin, una política que parece construirse en un ficticio juego de suma cero, entre libertad sexual y religiosa.

El derecho ha devenido en un campo de disputa privilegiado entre estos sectores. Si, por un lado, se busca reconocer derechos que amplían la libertad y diversidad sexual; por el otro, se movilizan por reconocer derechos que protejan la libertad y las creencias religiosas. En esta tensión es difícil decidir si son mayores los avances que los retrocesos; o tal vez, más que difícil es una pregunta contextual ya que depende de la realidad de los diversos países, de dinámicas y de procesos puntuales.

Para cerrar mi presentación me gustaría presentar algunos de los principales desafíos para nuestras agendas académicas y políticas en relación a esta tensión. Hemos avanzado mucho en el análisis y comprensión de los “conservadurismos reaccionarios”;

sin embargo, quedan diversas preguntas analíticas por considerar tales como ¿qué es lo novedoso de este fenómeno? ¿Cuáles son las rupturas y las continuidades? ¿Cuáles son los principales canales democráticos que utilizan los conservadurismos reaccionarios? ¿Qué dimensiones transnacionales pueden identificarse? ¿Cómo se gestó y desarrolló el discurso contra la “ideología de género” en los países de la región?

Por una cuestión de tiempo, me gustaría detenerme en un aspecto sobre el que quedé pensando después del panel de anoche: precisamos profundizar las formas en que este conservadurismo moral, esta reacción conservadora que es fuertemente moralista en temas de la sexualidad, se articula con el neo-liberalismo que caracteriza a diversos gobiernos en América Latina. Por supuesto que tenemos reflexiones hechas en ese sentido, pero nos queda repensar la articulación entre un conservadurismo sexual y uno neoliberal, por llamarlo de alguna manera. ¿Cómo se articulan, superpone y/o refuerzan mutuamente?

Este, para mí, es uno de los desafíos centrales que nos queda para repensar en relación a este activismo reaccionario. A veces, a lo largo de este congreso, se asumían como lo mismo. Me parece que analíticamente es importante entenderlos como diferentes, para poder después, en todo caso, comprenderlos en su interacción.

Otro desafío que me gustaría comentar se vincula a lo insuficiente que es el paradigma de la laicidad para comprender y resistir al “conservadurismo reaccionario”. Los sectores reaccionarios, como se los denomina en esta jornada, han aprendido a ser laicos, sobre todo, aquellos provenientes del campo católico; la laicidad es su terreno de juego. Como lo he señalado en algunas publicaciones, estos sectores participan de la política contemporánea por medio de la utilización de discursos legales y científicos. Entonces, hay algo ahí que también tenemos que empezar a complejizar, que es, la manera en que usan, tanto canales democráticos como no democráticos, y encontrar teorías normativas que nos permitan diferenciar en qué momento estamos ante una reacción anti-democrática, y que tiene sus formas de resolución, pero en qué

momentos esas reacciones se dan dentro del propio juego de la democracia como sistema. No tengo tiempo para desarrollar este punto, pero me importa señalar que no toda estrategia ni todo argumento de los conservadurismos religiosos puede pensarse por fuera de una democracia laica.

Finalmente, otro desafío actual, que fue mencionado un par de veces durante la jornada, es la existencia de un Papa de la región que ha traccionado a su favor a sectores progresistas de distintos movimientos sociales. Las declaraciones de Francisco I sobre ecología, pobreza o vivienda digna presentan posicionamientos atractivos para distintos movimientos sociales de la región críticos al neoliberalismo. Sin embargo, el Papa combina estos discursos con una defensa de una moral sexual restrictiva y conservadora. Bajo un corrimiento (al menos discursivo) hacia un progresismo en temas como la exclusión y la pobreza, se mantiene el fuerte rechazo a los derechos sexuales y reproductivos. Incluso el Papa ha utilizado el concepto de “ideología de género” para caracterizar las demandas de los movimientos feministas y LGBT.

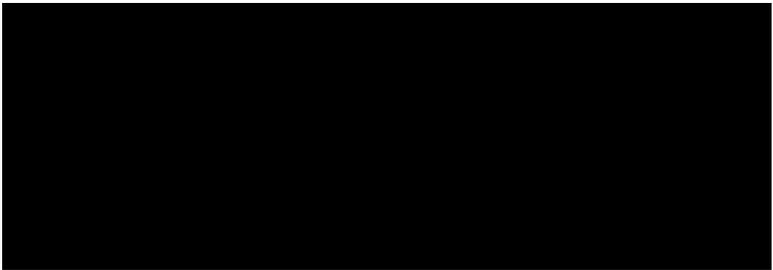
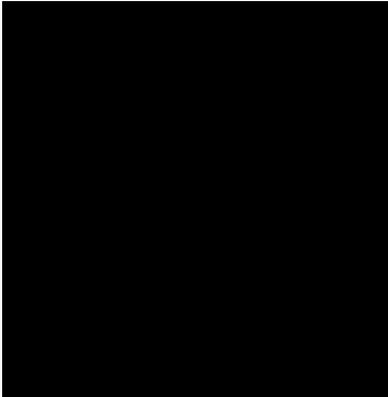
Como estoy llegando al tiempo propuesto quisiera terminar reafirmando que, aunque los países de la región presentan diferencias respecto a las reacciones y avances conservadores, están atravesados por similitudes, algunas de las cuales fui marcando en mi presentación. Por un lado, remarqué la importancia que tiene el derecho como arena política tanto para los movimientos feministas y LGBTI como para los conservadurismos religiosos. La lucha de estos movimientos por modificar el derecho a resultado ser una demanda radical si la consideramos en las vehementes y sostenidas reacciones negativas que ha generado.

Por otro lado, en mi presentación también referí al uso del derecho por parte del conservadurismo religioso para resistir las demandas de los movimientos feministas y LGBTI. Frente al impacto de estos movimientos, se potencian nuevos discursos y estrategias por parte del conservadurismo religioso para retener o recuperar el basamento del sistema legal en una moral sexual restrictiva que consideran universal y objetiva. Ejemplifiqué este

proceso a través de la redefinición de la libertad religiosa y la objeción de conciencia o la cooptación del discurso de derechos humanos en defensa de un orden sexual reproductivista y matrimonial.

Cerré mi exposición con algunos de los desafíos que recorren las agendas académicas y activistas prestando atención sólo a algunos aspectos por cuestión de tiempo. Mencioné la necesidad de profundizar su nuestro conocimiento sobre los conservadurismos religiosos, sobre todo su papel en un contexto neoliberal; la necesidad de considerar las limitaciones de la laicidad como estrategia para analizar y confrontar el accionar conservadores de los sectores religiosas; y los algunos de los desafíos que genera la elección de un Papa con un discurso progresista en temas de pobreza y conservador en cuestiones de moral sexual.

Como se viene señalando a lo largo de estas jornadas, América Latina atraviesa un momento bisagra respecto a las luchas sociales y los “conservadurismos reaccionarios”. Y, precisamente, las múltiples consecuencias de la política sexual contemporánea son una de las principales dimensiones para comprender esta bisagra.



Conferência de Flávia Biroli

Bom dia. Eu queria em primeiro lugar agradecer à organização do evento, ao Programa de Serviço Social pela possibilidade de estar aqui com vocês, em especial nesta Mesa, em companhia da Lília [Profa. Lília Pougy], da Dodora [Profa. Maria das Dores Campos Machado], do Juan [Prof. Juan Marco Vaggione]: é um prazer.

Eu parto de alguns pontos que o Juan trouxe ao final da fala dele, quando menciona as conexões e, ao mesmo tempo, as importantes distinções entre a lógica neoliberal e a ofensiva religiosa. Antes até de começar por onde eu preparei, eu resolvi contar um pouquinho de como é que eu cheguei a esse tema. Eu fiz parte de uma pesquisa ampla lá no meu grupo de pesquisa, na UNB, o Demodê, sobre as controvérsias relativas ao direito ao aborto no Brasil nos últimos 30 anos. Foi assim que eu conheci a Dodora: dialogando sobre essa pesquisa. E nessa pesquisa, a gente procurava identificar que argumentos eram utilizados pelos grupos políticos no Congresso Nacional, pelos parlamentares, individualmente, mas também entender as justificativas dos grupos que se posicionavam a favor do direito ao aborto, assim como seus argumentos. E também entender que setores eram aqueles, como é que eles se articulavam.

E foi interessante observar que nesse período relativamente longo de 30 anos havia mudanças nos padrões, tanto de construção dos argumentos – que eram cada vez menos religiosos, cada vez mais os argumentos se colocavam no campo do Direito, no campo científico, trazendo a Psicologia, trazendo a Biologia. Ao mesmo tempo, a gente percebia que o debate se fechava e que se tornava cada vez mais difícil para aqueles setores favoráveis ao direito ao aborto explicitar essa posição, sobretudo, em termos de defesa da autonomia das mulheres. Então, tinha uma questão ali, um jogo – e essa pesquisa parava em 2014.

Depois, um aluno, que vai defender uma tese fazendo uma comparação entre o Brasil e o Uruguai, atualizou esse banco de dados, mas estava parado em 2014. Bom, ela parava onde na realidade eu começo a pensar a minha fala aqui, no momento em que nós nos deparávamos, então, com novidades que, num primeiro momento, foram muito difíceis de compreender.

Embora a articulação dessa ofensiva religiosa conservadora contra a agenda de gênero, a diversidade sexual, venha dos anos 1990, no Brasil, assim como em vários países latino-americanos, foi a partir de 2014 que se manifestou mais claramente. [Em] 2014-2015, ela se tornou evidente pra nós. E foi também nesse período, sobretudo, agora, nos anos mais recentes, a partir de 2015, que começamos a compreender novos padrões de entrada no debate público de um reacionarismo conservador, em que se apresentam, conjuntamente, diferentes setores religiosos e não religiosos, mobilizando a temática da família. Então, [foi] a partir desse ponto que eu construí essa fala que eu trago pra vocês: um esforço para compreender essas articulações, um esforço para compreender como é que essa reação conservadora, que é múltipla, que se faz a partir de diferentes lugares, permite convergências e certa intensificação, na cena pública, tanto no ambiente da política institucional, como nas ruas, de um discurso reativo a diferentes concepções. Sejam elas aquelas que vêm dos movimentos feministas e LGBT, na forma de demanda que interpela o Estado para uma redefinição da cidadania fundada nos corpos sexuais,

no reconhecimento da diversidade sexual, no reconhecimento da posição autônoma das mulheres em relação aos seus corpos, sejam elas reações em sentido oposto, isto é, reações conservadoras a um ideário mais amplo de direitos humanos e de visões igualitárias na constituição democrática na América Latina.

Então, eu tento trabalhar um pouco com essas questões. Não é um resultado de pesquisa. Se eu fosse trazer um resultado mais acabado de pesquisa, eu caminharia mais por outros rumos. É uma tentativa de dialogar com vocês sobre inquietações de, inclusive, aproveitar esse momento nessa Mesa, para dialogar, um modo de construir mesmo problemas, pra tentar entender como é que essa reação está se articulando hoje.

Bom, essa fala, ela foi construída a partir de uma análise do contexto brasileiro recente, mas eu acredito que os problemas e as hipóteses que trago à discussão tenham um alcance mais amplo. Um dos desafios que eu não enfrento aqui, mas que me parece fundamental, é compreender quais são as especificidades latino-americanas ou sul-americanas na reação conservadora em curso. No Brasil, têm se tornado mais presentes e nem por isso mais claras pra nós, pesquisadoras e pesquisadores, as conexões entre diferentes processos que configuram a reação conservadora hoje. Gênero, comunismo, corrupção, violência urbana, têm sido mobilizados conjuntamente como problemas e ameaças por atores conservadores na política institucional e em manifestações públicas organizadas ou cotidianas. No último domingo, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem na qual apresenta as motivações de oito pessoas de diferentes idades, religiões e sexo pra declararem seu voto no pré-candidato à Presidência que expressa mais claramente os novos padrões da reação à agenda de direitos humanos no Brasil, Jair Bolsonaro. Entre os destaques feitos pelo jornal a partir dessas entrevistas com esses oito eleitores e eleitoras, estão interpelações para que sejam garantidas a ordem social e familiar, contrapostas à insegurança e ao que apontam como uma presença ampliada na cena pública das agendas de alguns grupos. O destaque é para o grupo LGBT e de concepções de esquerda.

Não é algo que possa nos espantar. Temos registros nessa direção no contexto político recente. Permito-me recordar rapidamente alguns eventos entre 2016 e 2018: no dia 18 de fevereiro de 2016, uma votação no plenário da Câmara dos Deputados, confirmada no Senado no dia 9 de março do mesmo ano, retirou da medida provisória da reforma administrativa o termo "gênero", que compunha a seguinte definição da competência do Ministério de Direitos Humanos, Política para Mulheres e Igualdade Racial – cito: "planejamento de gênero, que contribua na ação do Governo Federal e das demais esferas do Governo para a promoção da igualdade entre mulheres e homens". A reforma ministerial, então proposta pela então Presidente Dilma Rousseff, era parte de esforços para o fortalecimento de alianças políticas em torno da Presidenta. E já era efeito de pressões que pouco depois resultariam em seu afastamento, algo a que retornarei mais adiante.

Naquele momento, a ofensiva contra a agenda de gênero já não era novidade no Brasil. O termo gênero, assim como as referências à orientação sexual, haviam sido retirados do Plano Nacional de Educação, aprovado em Comissão Especial da Câmara em 22 de abril de 2014, mas foi também em 2016, no dia 22 de junho, que o PNE foi sancionado, sem qualquer referência a gênero e sexualidade, pela Presidência da República. Quando o debate sobre o projeto de Lei 8035/2010, que instituía o plano, se iniciou no Congresso, Dilma Rousseff havia sido eleita para seu primeiro mandato como Presidenta. Em 2016, quando o PNE foi sancionado, quem ocupava a Presidência da República era seu vice, Michel Temer. Rousseff havia sido afastada após votação na Câmara, realizada em 17 de abril do mesmo ano, a favor do prosseguimento de um processo de *impeachment* controverso, que a retiraria definitivamente da presidência meses depois, no dia 31 de agosto, quando o processo foi acatado também no Senado Federal.

A votação na Câmara trouxe, a quem não vinha acompanhando o que se passava ali, uma surpresa. Meus colegas da Ciência Política ficaram muito surpresos. Um número significativo de deputados e deputadas justificaram seu voto favorável ao

impeachment de Rouseff evocando a família. E houve um voto específico, importante, dada a configuração da disputa eleitoral nesse momento, que ressaltou as qualidades de um torturador, demandando ali o entrecruzamento entre a violência política contra uma mulher, o combate à agenda de direitos humanos e a oposição à averiguação dos responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar de 64.

Eu estou propositadamente trazendo esse conjunto de questões, datas, para que possamos pensar como nós estamos lidando com diferentes tipos de reação e se elas têm alguma conexão.

Faço inclusive um parêntese aqui para lembrar que, poucos anos antes, o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, de 2009, despertava reações que anteciparam a polarização que veio depois. Terceiro documento unificado, com recomendações para promoção dos Direitos Humanos no Brasil, após a ditadura de 64, o PNDH-3 firmava posição sobre a necessidade de garantir o acesso aos serviços de aborto legal, fazendo a defesa do direito ao aborto mais abertamente, algo que, atendendo a pressões foi retirado do texto final publicado em 2010 – ele também recomendava medidas para o combate à homofobia e garantias para as uniões entre pessoas do mesmo sexo, como o direito à adoção. E, além disso, recomendava a instauração da Comissão da Verdade, que, pela primeira vez no Brasil, apurou crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura de 64.

Voltando a 2016, eu gostaria de ressaltar que, poucos meses depois da deposição de Rouseff, a ampla maioria dos deputados que justificaram seu voto em nome da família, eu fiz esse cruzamento, aprovariam uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 55, que limita os gastos públicos por 20 anos, afetando diretamente as áreas de educação, tecnologia, saúde e assistência, entre outras.

O ano de 2016 terminaria, assim, com a explicitação de que estava em curso um projeto que envolvia não apenas a redefinição dos rumos da política econômica, mas também a repactuação das fronteiras entre Estado, mercado e sociedade, impondo recuos no pacto social estabelecido na Constituição de 88, algo que se

acentuaria com a aprovação da nova legislação trabalhista, em março e julho – não é? – a terceirização restrita em março, e, depois, a nova lei trabalhista, em julho de 2017.

Na PEC 55 (aprovada como Emenda Constitucional 95), a “PEC do Teto de Gastos”, eu vejo um instrumento evidente de fechamento da democracia brasileira – uma vez que se trata de vincular, por 20 anos, políticos e governos que venham a ser eleitos a uma regulação pró-mercado, agora incorporada à Carta Constitucional, de maneira que, dentro dos limites do conhecimento que tenho e salvo enganos, é única no mundo. Na redução das garantias trabalhistas, por sua vez, envolta no argumento de que deve haver maior liberdade das partes pra pactuar rotinas e remuneração, em um momento no qual a taxa média de desemprego no país atingia o patamar de 13%, fica evidenciada a precarização da vida, isto é, uma forma de precarização que ultrapassa as relações de trabalho especificamente, uma vez que diz respeito às garantias de remuneração mínima, de tempo e previsibilidade necessários à manutenção dos vínculos, ao cuidado de si e ao cuidado das outras pessoas.

Apesar de tudo isso, as ameaças à família brasileira foram atribuídas, recorrentemente, nesses mesmos anos, entre 2016 e 2018, à politização da sexualidade e às conquistas dos movimentos feministas e LGBT, que andariam de mãos dadas na subversão da ordem moral. É algo que ganha espaço na cena pública, nas vozes de lideranças religiosas conservadoras e de aliados no legislativo federal e em legislativos estaduais e municipais, mas também nas vozes de grupos que se apresentam como identificados com a agenda liberal e com o combate ao comunismo, e que atuariam em nome do direito das famílias a educar seus filhos à sua maneira. E contra a “esquerdização” do Brasil, é claro.

É o caso do Movimento Escola Sem Partido, que se destaca entre as organizações que têm participado da ofensiva contra o debate crítico nas escolas no Brasil. Fundado em 2004, e hoje alinhado às ações presentes em diferentes países da América Latina contra a agenda de gênero, como as ocorridas no Peru, no Chile,

na Colômbia e no México, nas quais se destaca o *slogan* "con mis hijos no te metas", tornou-se mais presente no espaço político institucional brasileiro a partir de 2014. O projeto de lei de 2015 (867/2015), que tem como objetivo incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa Escola Sem Partido, é apenas o mais destacado entre dezenas de projetos em tramitação hoje no Congresso, que têm em comum o entendimento de que é preciso incluir nas normas educacionais o direito dos pais de educar seus filhos de acordo com suas crenças religiosas e seus valores morais.

Esse ponto é particularmente importante para a reflexão que procuro trazer aqui porque o *Escola Sem Partido* apresenta com clareza a oposição à igualdade de gênero, à diversidade sexual e a concepções igualitárias da política e da vida social. Para além do uso retórico das noções de "ideologia de gênero" e do "comunismo" pelo movimento, fica claro que a parcialidade que o movimento combate é aquela que traria para a sala de aula perspectivas críticas às desigualdades de gênero e às formas de violência ancoradas no sexismo e na heteronormatividade, assim como perspectivas críticas ao sistema de propriedade vigente e às desigualdades sociais.

Originalmente identificado a um combate *macartista* à esquerda e ao comunismo no Brasil, sua fusão com grupos conservadores religiosos é um exemplo de como têm se dado as alianças entre atores que partem de diferentes motivações e de diferentes posições nos campos político e social. É esse o contexto em que as campanhas internacionais contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, iniciadas nos anos 90, foram ativas no ambiente nacional. Parece-me importante considerar esse contexto quando analisamos a atuação dos grupos religiosos conservadores hoje no Brasil e acredito que isso se aplique a outros países latino-americanos.

Não quero com isso reduzir as especificidades da atuação religiosa, da reação religiosa, e a relevância de se compreender os padrões atuais de renegociação das fronteiras entre Estado, política e religião, que, certamente, não estão contidos nas renegociações das fronteiras entre Estado, mercado e família. Mas

parece-me que há conexões que nós precisamos nos esforçar para compreender. Ressalto justamente essas conexões, essas *interfaces*, entre o que o meu companheiro de mesa Juan Vaggione vem chamando de politização reativa do gênero e da sexualidade, na qual têm protagonismo e centralidade grupos religiosos conservadores e a promoção de uma cosmovisão religiosa na política e no direito, mesmo que ela assuma uma linguagem secular, e as conexões entre essa politização reativa. E, aí, eu introduzo um outro conceito aqui, o que vem sendo definido como "fechamento das democracias" ou "desdemocratização", por autores como Wendy Brown, Nancy Fraser, Pierre Dardot e Christian Laval. No Brasil, citaria Luciana Ballestrin. Como posicionar esses dois movimentos, a politização reativa da sexualidade e do gênero e a "desdemocratização", que nos remetem a problemas ou mesmo níveis analíticos distintos, mas são conectados na reação conservadora atual? É esse meu argumento.

Eu não tenho condições de responder a essa pergunta, mas vou levantar problemas, hipóteses, para que possamos dialogar sobre a pertinência da pergunta, é isso que eu gostaria de conversar com vocês: sobre a pertinência dessa pergunta, sobre as conexões entre esses movimentos para o tema que estamos discutindo. Eu vou falar um pouco, muito rapidamente e brevemente, das transformações nas relações de gênero e nas transformações nas democracias, para daí chegar a algumas hipóteses sobre como é que a gente pode pensar nas conexões, porque pensar a politização reativa é pensar as transformações, as relações de gênero. Pensar a desdemocratização é pensar os padrões atuais de reconfiguração das democracias, então vou falar um pouco sobre as duas coisas.

Sobre gênero, especificamente: nas décadas recentes, como sabemos, houve transformações importantes na posição relativa das mulheres e na vivência da sexualidade. Deixo esse ponto apenas como um registro para evidenciar a dimensão da politização por partes dos movimentos feministas, de mulheres negras e LGBT, de corpos, experiência e relações, numa perspectiva da construção da igualdade e do reconhecimento da diversidade. So-

bretudo a partir dos anos 1990, a agenda de gênero ganhou maior legitimidade internacional, algo que se expressa em documentos como a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a CEDAW, vigente desde 1981, e naqueles que resultaram da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, da ONU, que aconteceu em Pequim, em 1995. Mulheres e organizações nacionais atuaram nos fóruns transnacionais em que esses documentos foram produzidos e, depois, mobilizaram os ganhos nas disputas por direitos nos contextos nacionais. No Brasil, nos anos 2000, há algo que precisa ser também trazido como elemento nessa politização, que é o fato de que as instâncias de participação política previstas na Constituição e fortalecidas com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal com as Conferências de Políticas Públicas contaram com a participação de centenas, em alguns casos, milhares de mulheres de diferentes partes do país.

No Brasil, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres lésbicas e mulheres trans, universitárias e secundaristas, mulheres das periferias das grandes cidades e trabalhadoras do campo, têm se organizado e se manifestado publicamente, deixando claro que suas necessidades e a de definição de quem são devem ser levadas ao debate público pelas suas próprias vozes. Cito rapidamente alguns exemplos da presença das mulheres na cena pública nesse período recente, que eu considero significativos também para nossa diversidade: As *Marchas das Vadias*, que em 2012 ocorreram em 23 cidades brasileiras; as *Marchas das Margaridas*, que reuniram trabalhadoras rurais de todo o país, em Brasília, em 2000, 2003, 2007 e 2011; a *Marcha Nacional das Mulheres Negras*, que reuniu mais de 50 mil pessoas em Brasília, em 2015; as manifestações de mulheres em todas as regiões do país no final do mesmo ano de 2015, contra um projeto de lei, o PL 5069 que, se aprovado, comprometeria o direito das mulheres de realizar um aborto quando a gestação é resultante de estupro, manifestações essas que, pela sua amplitude, foram vistas como estopim da chamada "Primavera Feminista" no Brasil.

Além das ruas, a internet tem sido também um espaço para campanhas contra violência sexual, racismo, assédio que, a partir das redes, ganham entrada em espaços e veículos bem menos permeáveis a esses temas.

Apesar dessa intensa atuação política, o exercício de influência permanece bastante desequilibrado. Esse desequilíbrio se estabelece na exclusão política de que falava antes. As mulheres atuam sistematicamente, mas elas estão alijadas dos espaços decisórios. É particularmente importante neste momento, quando se intensifica a politização reativa do gênero e da sexualidade, compreender essa configuração ambivalente entre uma atuação política sistemática e mais intensa, na esfera pública, e uma exclusão histórica, que constitui um desequilíbrio de influência bastante significativo. O questionamento dos ideários fundados em noções de direitos humanos e sociais, que informaram as lutas recentes pela reconfiguração de direitos, que ultrapassa o Brasil e mesmo a América Latina, vem se estabelecendo, no entanto, a partir também dos espaços institucionais, onde essas mulheres estão menos presentes, onde esses movimentos estão menos presentes.

A reação conservadora contra as agendas da igualdade de gênero e da diversidade sexual, que tem elementos transnacionais e tem sido capitaneada por setores conservadores da Igreja Católica, apoiados nos contextos nacionais por outros grupos conservadores, cuja identidade política pode ser religiosa ou não, também tem forte presença, tem assentos nos espaços institucionais. Então, eu acho que o registro dessa confrontação mais aberta no campo do Direito que Vaggione falava, mas também na esfera pública de maneira mais ampla, com a influência bastante desigual nos espaços institucionais que mencionei há pouco, é um elemento importante nesse contexto do conservadorismo reativo. Esse conservadorismo se estabelece na reação a algo que de fato existe como atuação política, mas num contexto de bastante desigualdade de influência.

Eu vou falar brevemente das transformações nas democracias agora. Trata-se agora de explicitar brevemente o que eu estou

entendendo como fechamento das democracias ou desdemocratização. O cenário, quando a gente pensa nas relações de gênero, ele é de transformações muito intensas nessas últimas décadas. Os processos de politização do gênero e da sexualidade e a politização reativa são bastante intensos. As transformações no conceito e na prática democrática também me parecem bastante intensas. Como é que a gente cruza essas coisas? É um pouco essa a tentativa.

Muito brevemente, eu defino esses processos recentes, acompanhada de outras autoras, como processos de fechamento das democracias ou de desdemocratização. Podemos defini-lo como a reconfiguração, a partir de dentro da institucionalidade, das democracias existentes, que passam a existir despidas de alguns dos requisitos básicos de formas históricas anteriores, como a garantia de expressão da dissidência política e a existência de eleições periódicas cujos resultados sejam respeitados. O caso brasileiro e o caso paraguaio mostram os passos que têm sido dados no rompimento desses requisitos básicos.

A noção de "desdemocratização" tem sido mobilizada também para se tratar dos padrões atuais de mercantilização e economização, não apenas do Estado, que é algo importante, porque se trata da redução das mediações entre poder econômico e poder político, então também do Estado, mas, principalmente, das mais diversas dimensões da vida. Há novos processos de mercantilização, de dimensões de espaços da vida que eram organizados de outra forma anteriormente. O capitalismo financeiro, em sua fase atual, promove a mercantilização de todas as esferas da vida em graus distintos do que já havíamos experimentado, é algo que vem sendo discutido por Nancy Fraser e Wendy Brown, já citadas. Trata-se da expansão de paradigmas de mercado no âmbito estatal e em diferentes dimensões da vida. Ao mesmo tempo, e precisamos compreender melhor as conexões entre uma coisa e outra, formas de pluralismo toleráveis, em momentos anteriores da ascensão do neoliberalismo, e eu penso especificamente nos anos 1990, hoje são combatidas. A regulação pró-mercado dos

anos 1990, agora se apresenta com conteúdo moral renovado. Para além do mérito, que era já uma chave anterior importante, histórica e muito mobilizada na ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 1970, emerge agora uma ideologia antipluralista e anticosmopolita.

Em seus padrões atuais, o neoliberalismo parece recusar alguns de seus desenvolvimentos anteriores, em que ganharam legitimidade defesas do empoderamento das mulheres – estou usando o termo que foi utilizado até mesmo pelo Banco Mundial. E a relação entre igualdade de gênero, diversidade e desenvolvimento foi encampada pelas agências internacionais nos anos 1990, embora, muitos desses desenvolvimentos tenham sido perniciosos, como foi alertado por Jules Falquet, num livro em que ela trata dessa temática; houve padrões, distintos dos atuais, de permeabilidade do debate público e do Estado às agendas feministas e da diversidade sexual.

Então eu chamo atenção pra isso: parece-me que há uma reconfiguração dos níveis de pluralismo aceitáveis na fase atual do neoliberalismo, do capitalismo financeiro, do neoliberalismo. A reação à agenda de gênero é interessante, [pois] ela remete justamente aos anos 1990 e às ambivalências dos anos 1990. Os anos 1990 foram anos de ascensão do neoliberalismo e de forte intensificação da politização do gênero e da sexualidade, a partir dos próprios movimentos, algo que o Vaggione vem discutindo. Mas é justamente a partir dos anos 1990 que, com o protagonismo de setores da Igreja Católica, iniciou-se uma resposta à utilização da noção de gênero em documentos e programas de ação de encontros e fóruns transnacionais e ao reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos pelos Estados nacionais. Então, a construção de políticas alternativas do gênero e da sexualidade, que colocaram em xeque os fundamentos religiosos da moral e do direito, também ocorreu na interface entre dinâmicas nacionais e transnacionais. A reação se dá nessa interface porque a politização a partir dos movimentos se deu nessa interface, entre dinâmicas nacionais e transnacionais, com o protagonismo, no

caso da politização a partir dos movimentos, das organizações feministas e LGBT, que construíram novos pontos de referência para se discutir a legitimidade de normas e políticas públicas, ao colocar em circulação, eu cito o Vaggione, discursos alternativos sobre a autonomia e a sexualidade.

Embora, em princípio, não exista uma relação necessária entre esses discursos alternativos e a reconfiguração da cidadania que promoveram e a defesa de concepções alternativas à mercantilização, porque eu estou juntando duas coisas que não estão juntas na história, essas alternativas, esses discursos alternativos às concepções de cidadania fundadas em cosmovisões religiosas sobre a sexualidade e sobre o gênero, eles não necessariamente andaram juntos com concepções alternativas à mercantilização, com discursos igualitários. Mas, na reação, eles foram conectados, a reação é a esses dois elementos, como se eles tivessem se construído conjuntamente.

Bom, sabemos que as ideias e ações pela igualdade de gênero e pela diversidade sexual não estão necessária e diretamente atreladas a concepções igualitárias. Eu acho que a gente tem que ter isso claro até para poder reconhecer quando elas estão atreladas a concepções igualitárias sociais, para além do gênero e da diversidade sexual, sejam elas reformistas, de caráter distributivo, ou críticas aos fundamentos do capitalismo e da propriedade privada. Há setores dos feminismos, dos movimentos LGBT, que estão ligados a visões reformistas de caráter distributivo ou críticas aos fundamentos do capitalismo e da propriedade privada e há outros que não estão. Sabemos também que há dinâmicas específicas que constituem as reações mencionadas, que envolvem motivações e instituições distintas, e exigem, como eu já disse anteriormente, recursos analíticos distintos.

Na politização reativa do gênero e da sexualidade, têm protagonismo autores religiosos conservadores e o modo como têm disputado recursos simbólicos, político-institucionais e econômicos pra fazer valer suas cosmovisões e pra manter posições de poder em sociedades complexas. Já nas reações a concepções igualitárias

rias de sociedade, o foco recai na redução das mediações entre o exercício do poder econômico e o exercício do poder político, nos padrões atuais de desregulação de direitos e garantias sociais e na maneira como se expressam organizadamente na produção de políticas de austeridade e no veto dos agentes econômicos à alternativas que se tornam inviáveis pelo modo como as próprias políticas são constituídas, pelo modo como o capitalismo é organizado. Mas não apenas organizadamente, também difusamente, na ideologia do mérito, nas ideologias da autorrealização e do autoinvestimento e, o que é mais importante, para, então, eu chegar ao ponto com o qual vou finalizando, eles se apresentam difusamente, mas cada vez também mais organizadamente, na ideologia do familismo.

Apesar dessas diferenças, a família aparece como nó de sentidos nas reações e também como ator privado que é ativado em um momento da redefinição das responsabilidades estatais e públicas. Ela se torna chave, justamente num momento em que, para citar categorias trabalhadas por Rita Segato, a lógica dos vínculos perde mais uma vez terreno para a lógica das coisas. É a isso que eu me refiro quando falo na precarização da vida, que eu mencionei anteriormente. Isso não é, no entanto, contraditório, não é contraditório defender as famílias no momento em que a lógica dos vínculos está sendo mais esgarçada e precarizada. Trata-se de situar as famílias, mais uma vez, como responsáveis privadas por aquilo de que o Estado se esquiva. Agora, diante de novos movimentos de mercantilização da vida. A novidade em relação aos anos 1990, em que isso já aconteceu – porque se fosse só isso a gente já viu essa história – é que isso ocorre agora em conexão com a promoção de ideologias antipluralistas, anticosmopolitas e antidemocráticas que têm no gênero e na sexualidade um dos seus eixos de reação. A relação entre desdemocratização, precarização e a mobilização de pânico morais, com objetivos políticos, ainda precisa, parece-me, ser melhor pesquisada. Não se trata de uma grande conspiração, não é disso que eu estou falando, mas de movimentos que convergem e definem novos padrões

para seletividade das democracias existentes. As inseguranças que são assim gestadas também funcionam como fonte ativa de legitimidade pra políticas de repressão e para a militarização. Enquanto a dimensão garantidora do Estado é reduzida, sua dimensão repressiva se expande e a militarização aparece como remédio aceitável, ainda que perverso e ineficaz, pra se lidar com os conflitos sociais.

Como eu disse a vocês desde o início, então, ninguém pode me dizer que eu prometi algo e não cumpro, eu não tenho respostas sobre como a gente faz para lidar em conjunto com todas essas questões. Mas entendo que a gente tem que colocá-las. Então, o que eu vou fazer é finalizar com hipóteses que eu tenho, com as quais eu estou tentando trabalhar, sobre essas conexões, dado esse quadro que eu procurei trazer e sobre a centralidade da defesa da família em tempos de fechamentos das democracias, de precarização da vida e de inseguranças ampliadas. São três hipóteses e eu termino com elas pra que a gente possa conversar.

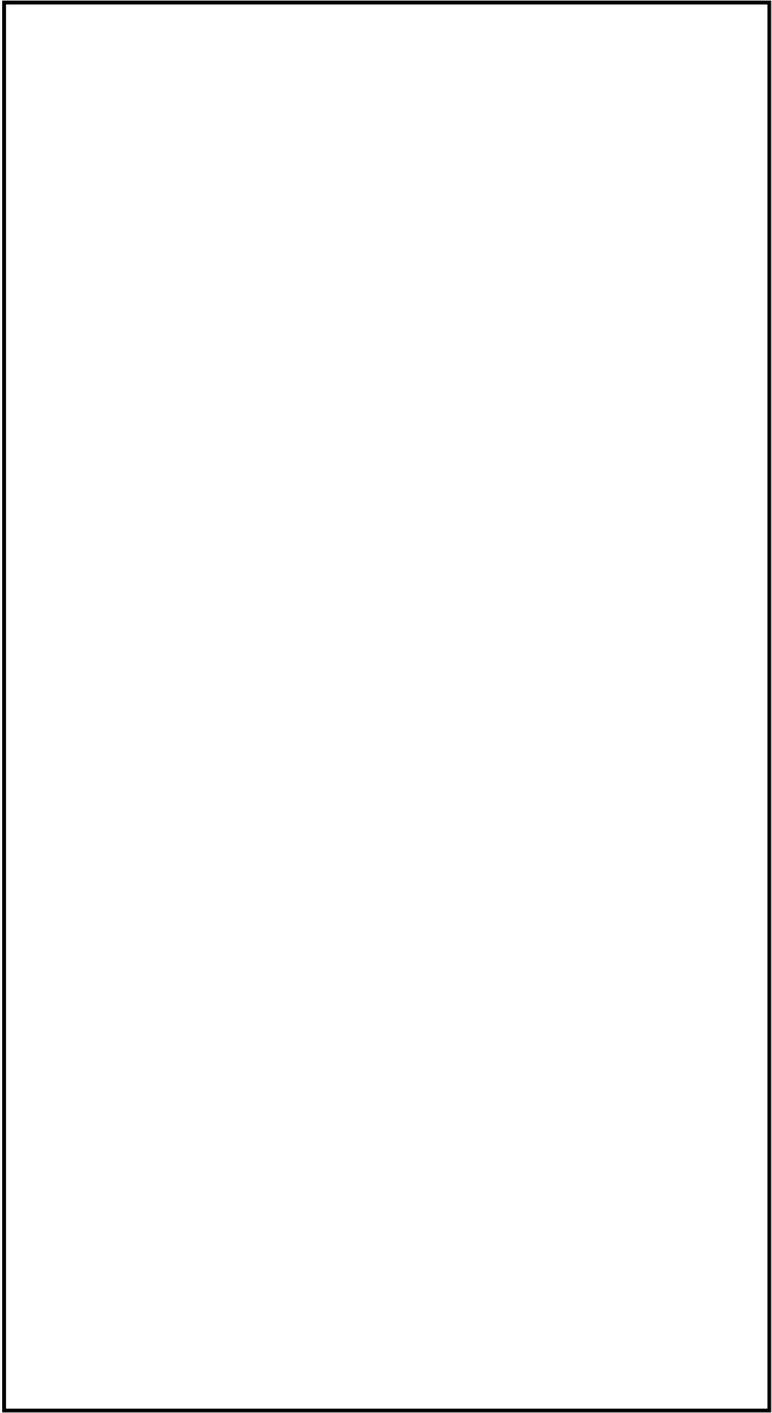
A primeira hipótese é que as reações em curso têm um papel na redução do espectro legítimo do pluralismo político. Então, as duas reações, a politização reativa do gênero e da sexualidade, e aquele "macartismo", essa reação às alternativas igualitárias de esquerda, de diferentes tipos, eu entendo que elas têm um papel na redução do espectro legítimo do pluralismo político e na reconfiguração dos direitos sociais e individuais nessa quadra do capitalismo. Essa é a primeira hipótese.

A segunda hipótese é que a ideologia "familista" – que aqui eu vou definir como a defesa de concepções convencionais de família, situando essas famílias como unidade básica para a promoção da ordem moral e para a produção de indivíduos funcionais – só uma definição bem simples – a ideologia familista permite a consolidação das alianças entre atores coletivos e individuais que partem de motivações distintas, mas podem, por meio da ativação dessa ideologia, conformar uma face pública comum para sua atuação. Essa face pública comum independe do recurso aberto e direto a crenças religiosas, a linguagem dela pode ser seculari-

zada. Então, a defesa da família, ela tem base e visões, concepções religiosas do direito, mas ela pode se apresentar publicamente numa linguagem secularizada. Essa ideologia familista permite uma identidade política para os atores, uma identidade comum aos atores conservadores. Acho que nós vamos ver muito isso no contexto eleitoral atual, mais adiante, no Brasil e em outros países latino-americanos.

E por fim, a terceira hipótese é a de que – porque eu me pergunto assim: o que é que permite renovar a família como ativo político nesse momento? – porque a família já foi ativo político em outros momentos, não é? Como eu falei, nos anos 80, anos 90. O que permite renovar a família como ativo político nas disputas atuais, não é? Bom, a hipótese é que o que permite renovar a família como ativo político nas disputas atuais são inseguranças reais, que a gente tem que levar muito a sério. Elas decorrem da fragilização dos sistemas públicos e coletivos de proteção, de processos de precarização da vida que avançam com a economização e a redução das garantias sociais, mas também – é uma questão delicada, mas que eu acho que a gente pode discutir –, também essa insegurança decorre de transformações profundas nas experiências das relações de gênero. Então, o Juan falava da radicalidade dessa reconfiguração que vem a partir dos movimentos no campo do Direito. Eu acho que tem uma radicalidade na redefinição das experiências das relações de gênero, que talvez esteja também na base de muitas das inseguranças que estão sendo canalizadas para se trazer novamente a família como ativo político. Ampliando, no entanto, esse último aspecto, o das inseguranças em relação às profundas mudanças nas experiências das relações de gênero, e ora silenciando sobre os primeiros aspectos – da precarização da vida com a economização, da fragilização de sistemas públicos – ora falseando as causalidades entre uma coisa e outra, torna-se possível convocar a família contra o fantasma da subversão moral. É isso, muito obrigada.

**Perspectivas
Críticas no
Serviço Social:
Balanço
Internacional
Europa e
América Latina**



Perspectivas críticas no Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais

Marilda Villela Yamamoto

A temática central desta jornada - *Lutas e resistências ao Conservadorismo Reacionário*⁸⁵ - revela fina sintonia da universidade com o processo histórico nacional e mundial. As forças impulsionadoras dos interesses do capital - nativo e internacional - alimentam a barbárie e ofendem os direitos humanos e sociais, atingindo, na raiz, a humanidade de todos os homens. Incidem nos centros do poder e impulsionam a crise política da nação; e radicalizam as desigualdades de classe e as disparidades sociais étnico-raciais, religiosas, de gênero, territoriais, entre outras. Destroem as riquezas naturais e fontes de vida, que são submetidas à lógica mercantil: as águas, o ar, as florestas. Pressionam e destituem direitos conquistados e desmontam políticas públicas correspondentes, penalizando as classes subalternas na periferia dos centros mundiais - particularmente o conjunto dos trabalhadores.

No Brasil, constata-se o avanço da reação conservadora e reacionária, com tonalidades neofascistas, capitaneado pelas elites dos poderes da República e pela grande mídia. Ela teve como

85 Nesse evento, fui alvo de uma delicada e generosa homenagem por parte da direção da Escola de Serviço Social da UFRJ, na pessoa da Prof. Dra. Andrea Teixeira e de seu Programa de Pós-Graduação, coordenado pela Profa. Dra. Rosana Morgado, a quem expressei meus sinceros e emocionados agradecimentos. Eles são extensivos ao Prof. Carlos Montaña por sua saudação quando da apresentação de minha pessoa na mesa de debates.

marco importante a destituição da Presidenta da República democraticamente eleita, consubstanciada no golpe político, jurídico e midiático de 2016.

Vive-se hoje, nos grandes centros urbanos, uma guerra civil, com decisivo protagonismo do braço repressivo do Estado, que alimenta a barbárie e a violação os direitos humanos - sendo o Rio de Janeiro expressão exemplar. As vítimas preferenciais são trabalhadores e trabalhadoras pobres - e suas famílias - residentes nas comunidades periféricas dos centros urbanos; jovens, crianças, mulheres, matizadas por características étnicas e de gênero.

Condensando tais alvos, a vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson foram sumariamente executados no centro do Rio de Janeiro. A comoção popular registra a indignação perante a defesa do direito à vida, à justiça social, dos direitos humanos e sociais. Somos parte desta luta.

Preliminares

O tema “Perspectivas críticas no Serviço Social na América Latina”, será abordado tendo por base a pesquisa *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Brasil, Chile, Argentina, Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais*, financiado pelo CNPq (edital Universal 2016), que coordeno⁸⁶ juntamente com a Prof. Dra. Claudia Monica Santos (UFJF)⁸⁷. Ele propõe-se a tratar a história recente do Serviço Social com centralidade ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano e seus desdobramentos, caracteri-

86 Com este projeto fecho um ciclo da vida profissional: comecei trabalhando na então Universidade Católica de Minas Gerais - hoje PUC-MG - no marco do movimento de reconceituação do Serviço Social. Hoje, retorno ao mesmo tema, relendo e revendo nossa história no regate da memória do Serviço Social latino-americano. Este projeto, voltado à formação de pesquisadores, inicia-se no NECLATSS, com estudantes de doutorado, mestrado e graduação, junto com docentes recém-doutores e em estágio pós-doutoral.

87 O projeto de pesquisa congrega atualmente pesquisadores doutores (23) – seniors, recém-doutores, mestres (5), estudantes de doutorado (5), estudantes de mestrado (3) e bolsistas de iniciação científica (14) – totalizando 50 pesquisadores de oito universidades executoras brasileiras e 11 universidades colaboradoras estrangeiras.

zados por movimentos contestatórios às suas bases conservadoras; e, simultaneamente, mapear iniciativas similares ocorridas na Europa Ibero-americana, especialmente Portugal e Espanha, e na América do Norte, EUA e Canadá, denominados de Serviço Social Crítico e Serviço Social Radical.

O interesse recai sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, as experiências de formação universitária e de pesquisa exemplares, identificando suas incidências no exercício profissional.

Pretende-se apreender tanto a unidade do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na história da América Latina quanto suas particularidades nacionais – e diversidades regionais – considerando seus antecedentes, expressões e desdobramentos.

A pesquisa constitui uma rede internacional de pesquisadores em fundamentos do Serviço Social, contribuindo para potencializar e socializar os avanços científicos acumulados sobre o tema nos países aqui tratados⁸⁸. O financiamento é do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ), do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística - PROCIÊNCIA (UERJ/FAPERJ) e das instituições de ensino superior agregadas nesse projeto, que viabilizam a iniciativa.

As instituições *executoras nacionais* são: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Baixada Santista), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo (UNIOESTE) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Somam-se *onze instituições colaboradoras, de cinco países*: *Portugal*: Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra (ISMT); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; *Espanha*: Uni-

88 A pesquisa prevê entrevistas gravadas e/ou filmadas, pautadas na história oral; pesquisa documental em arquivos universitários, centros de pesquisa e instâncias organizativas no Serviço Social; pesquisa bibliográfica, em articulação com as instituições colaboradoras e depoimentos de sujeitos profissionais, além de acesso a acervos pessoais e institucionais.

versidad de Granada; Universidad de las Islas Baleares (UIB); Chile: Universidad Católica de Valparaíso (UCV); Universidad de Chile (UC); Argentina: Universidad Nacional de La Plata (UNLP); Universidad Nacional de Rosario (UNR); Colômbia: Universidad Externado de Colombia; Corporación Universitária Minuto de Dios (UNIMINUTO); Costa Rica: Universidad de Costa Rica (UCR)⁸⁹.

Movimento de Reconceituação na América Latina e lutas sociais

O Movimento de Reconceituação na América Latina é um marco na aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas, década de 1960.

Esse período histórico é marcado pelo ascenso e hegemonia do imperialismo norte-americano nas três “*décadas de ouro do capital*” (1945-1973), desvelando simultaneamente as contradições que surgem no seio desse processo e impulsionam a *crise estrutural do capital* (MEZSAROS, 2013; MANDEL, 1990) e as subsequentes medidas de ajuste e restauração das taxas de lucro a partir das décadas de setenta-oitenta na América Latina.

89 Os subprojetos temáticos ora em desenvolvimento são os seguintes:

- *A pesquisa acadêmica no Centro Latinoamericano de Trabajo Social -CELATS*. Coord. Dra. Raquel Raichelis (PUC-SP) e Dra. Marilda Villela Iamamoto (UERJ);
- *Antecedentes e expressões da reconceituação latino-americana na “Escola de Porto Alegre”*, (Brasil). Coord. Dra. Graziela Sheffer Machado (UERJ);
- *O significado histórico e contribuição teórica do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)*. Coord. Dra. Isaura Aquino (UFJF);
- *O projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)*. Coord. Dra. Maria Rosângela Batistoni (UNIFESP/UERJ);
- *Trabalho social e movimentos sociais no Chile e na América Latina. Análise histórica e desafios contemporâneos*. (Universidad Católica de Chile e Universidad de Chile). Coord. Dra. María Lucia Duriguetto (UFJF);
- *A reconceptualização do Trabajo Social na Universidad Católica de Valparaíso*. Chile. Coord. Dra. Leticia Arancibia (UCV);
- *O marxismo na reconceituação da Colômbia* (As experiências de Cali, Bucaramanga, Mendellin, Bogotá e Manizales). Coord. MS. Sérgio Andrés Quintero Londoño (UERJ);
- *O movimento de reconceituação argentino*. Coord. Dra. Carina Moljo (UFJF).
- *O movimento contestatário do Serviço Social europeu no período de 1960-1980. Espanha e Portugal*. Coord. Dra. Claudia Mônica dos Santos (UFJF).

No cenário histórico da época, merecem ser lembrados: o “maio de 1968”, em Paris, no coração da Europa, que traz sérios questionamentos à sociedade capitalista por parte de estudantes e trabalhadores; a condenação generalizada à agressão imperialista no Vietnã que, no final, resultou na derrota militar e simbólica dos Estados Unidos. Tais processos também afetam o Serviço Social europeu, especialmente o anglo-saxão, no horizonte da crítica ao conservadorismo na profissão, que será objeto de atenção sistemática nesta pesquisa, uma de suas dimensões inovadoras.

Em Portugal, a luta contra a ditadura de Salazar, cujo ocaso ocorre em 1974, contribui para desencadear questionamentos à neutralidade da profissão, à atuação em projetos de Desenvolvimento Comunitário associados ao desenvolvimentismo e à questão colonial – marcando presença a organização sindical dos assistentes sociais –, em um contexto de resistência à ditadura e ao Serviço Social tradicional (MARTINS, 2002).

Na Espanha, a longa ditadura de Francisco Franco (1936-1973) conta com o apoio da Igreja Católica e do Exército em sua política anticomunista no contexto da Guerra Fria. Ela é beneficiada com investimentos norte-americanos ao crescimento econômico do país em troca do estabelecimento de bases militares no território espanhol.

Na África, a luta anticolonialista culminou com a independência de vários países que enfrentaram frontalmente o imperialismo, rompendo com a identidade atribuída pelos colonizadores. Angola, Congo, Moçambique, entre outros, representaram o triunfo da “independência política” frente ao poder capitalista europeu e uma temida aproximação às forças soviéticas.

Na década de sessenta do século XX, emoldurado pelo contexto geopolítico da Guerra Fria, governos dos Estados Unidos financiam a contrarrevolução na América Latina, aprofundando o desenvolvimento histórico desigual e combinado.

Em “*Nuestra América*” – una e múltipla – são recorrentes os desencontros entre Estado e a sociedade, as tensões entre o arcaico e o moderno. Tais paradoxos são condensados na “questão social”

e na “questão nacional”, indissociáveis da ação do poder imperialista, tensionados por lutas e movimentos sociais (IANNI,1993).

Experiências de inspiração socialista e/ou democrático-popular vicejam na América Latina: a de Allende, no Chile, até 1973; de Granada sob a liderança de Maurice Bishop, destruída pela invasão norte-americana em 1983; a vitória da revolução sandinista da Nicarágua; a revolução popular em El Salvador, com duração de 12 anos, desativada em 1992; a revolução popular na República Dominicana, interrompida, em 1965, por invasão de forças norte-americanas e brasileiras. E as forças da contrarrevolução, impulsionadas pelos EUA, se afirmam no fascismo de Pinochet, nas ditaduras militares na Argentina, Brasil e Uruguai, destruindo ensaios democráticos importantes. São seguidas da invasão do Panamá pelos Estados Unidos, em 1989.

Na América Latina, como salienta Ianni (1993, 2009), o Estado é forte, a democracia episódica, as ditaduras recorrentes e as lutas permanentes. E os “trabajadores sociais” também se movimentam, questionados pelas forças políticas que se condensam na sua atuação e em suas elaborações culturais.

O movimento de reconceituação desencadeia-se no *I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina*, em 1965, em Porto Alegre (Brasil), primeiro marco público da busca de um Serviço Social latino-americano. Reage-se à importação de parâmetros profissionais, denuncia-se o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano num ambiente político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da *Sierra Maestra* sobre Havana, das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica a partir do Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e da teologia da libertação.

O primeiro Seminário desdobrou-se em outros subsequentes, que assentam as bases para uma estruturação mais orgânica do Serviço Social no continente: em Montevideu, Uruguai (1966), liderado por Herman Kruse; em General Roca, Argentina (1967) coordenado por Natalio Kisnerman; em Concepción, Chile (1969), abordando diretamente o movimento de reconceituação;

em Cochabamba, Bolívia (1970) e novamente em Porto Alegre, Brasil (1972).

O movimento de reconceituação (ALAYÓN, 1975, 2005) expressa um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa. *Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano*: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional (IAMAMOTO, 1998).

Os assistentes sociais latino-americanos assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região. De base teórica e metodológica eclética, esse movimento foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas. Seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, condensam as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser e nas elaborações relativas à “teoria da dependência” (CARDOSO e FALETTO, 1970; MARINI, 1973; BAMBIRRA, 1974; DOS SANTOS, 2000; FRANK, 1973, 1991, entre outros), além de influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. (QUIROGA, 1991; SILVA, 1991; IAMAMOTO, 1998).

Entre os eixos de preocupações fundamentais da reconceituação podem ser salientados:

- * a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento

latino-americano em sua relação de dependência com os países centrais para a contextualização histórica da ação profissional, o que intensificou o diálogo com as ciências sociais, políticas e econômicas;

- ♦ *a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas e vinculado às lutas e movimentos sociais, em contraposição ao tradicionalismo, envolvendo critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos;*
- ♦ *a busca por atribuir um estatuto científico ao Serviço Social lançando-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias;*
- ♦ *a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a “transformação social” na linguagem usual da época;*

Tais preocupações canalizam-se para a *reestruturação da formação profissional que articule* ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica, da polêmica, da produção criadora de conhecimento no estreitamento de seus vínculos com a sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 209). As unidades de ensino foram o principal *locus* desse movimento⁹⁰.

Em que pesem as diferenças nacionais, o debate nos países de língua espanhola do Cone Sul foi fortemente marcado por *uma perspectiva crítico-dialética que passava pelos condutos da prática político-partidária, em que inquietudes eram transferidas da militância para a profissão*, o que, não raras vezes, tendia a erodir as bases propriamente profissionais de inscrição do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Estabelecia-se frequentemente uma relação de identidade entre militância e profissão, deixando de lado suas diferenças e impedindo assim a análise de suas mútuas relações.

Tais caminhos condicionam também *os condutos teóricos* pelos quais se deu a aproximação ao marxismo: manuais de divulgação

90 No Brasil todas as experiências levadas a efeito pela reconceitualização o foram em instituições do mercado profissional de trabalho, merecendo destaque o Instituto Nacional de Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), instituição oficial que incorporou a proposta do conhecido Método Belo Horizonte na atuação profissional dos assistentes sociais. A incorporação da reconceitualização no espaço ocupacional pode ser um marco diferencial da experiência brasileira.

do “marxismo oficial”, autores descobertos na militância política (Lênin, Trotsky, Mao, Guevara) cujas produções eram seletivamente apropriadas numa ótica utilitária em função de exigências prático-imediatas. Difunde-se, ainda, uma clara dissociação entre o chamado “materialismo histórico e o materialismo dialético”.

Estão inteiramente ausentes dessa primeira aproximação a categoria trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx – e a teoria do valor e sua autovalorização pela exploração do trabalho, fruto da extração e mais-valia. Esta é condição, como afirma Rubin (1987) para sustentar a centralidade do fetichismo da mercadoria, o que supõe atribuir relevo à forma do valor (para além da substância e grandeza do valor) superando a economia política clássica. É este salto que permite à teoria marxiana afirmar o caráter especificamente sóciohistórico das relações sociais mercantis.

Silenciando dimensões fulcrais como esta, disseminam-se tanto o viés politicista da leitura de Marx, quanto os “metodologismos” e os “viéses epistemológicos” com a redução do método a pautas e procedimentos da ação profissional – descaminhos ainda persistentes na atualidade. Tem-se, assim, um efetivo empobrecimento do potencial da análise marxiana, essa desconhecida. Enraízam aí dilemas, ainda hoje presentes no exercício profissional, como o fatalismo e o messianismo, o voluntarismo e o determinismo, cativos de uma análise da “prática profissional” esvaziada de historicidade. (IAMAMOTO, 1998)

Nos desdobramentos da reconceituação têm papel decisivo na introdução e difusão do pensamento crítico no Serviço Social na América Latina, o *Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS)*,⁹¹ organismo acadêmico da *Asociación Latinoamericana de Trabajo Social (ALAETS)*. O CELATS foi institucionalizado em 1975, a partir de um convênio de cooperação técnico-financeiro com a Fundação Konrad Adenauer (FKA), intermediado pelo *Instituto de Solidariedad Internacional (ISI) da Democracia Cristã Alemã*. (LIMA, 1984)

91 A entidade tem seus estatutos aprovados, em 1975, em El Salvador, estabelecendo sua sede em Lima (Peru). Em 1976, foi reconhecido pelo governo peruano como organismo de cooperação técnica internacional

Já a ALAETS - hoje ALAEITS - data de 1965, criada no marco do V Congresso Pan Americano de Serviço Social da Organização dos Estados Americanos, OEA. Mas sua primeira refundação política, ocorre em Quito, Equador, em 1971, sob a presidência do companheiro chileno Luís Araneda (gestão 1971-1974). Ela é movida pela busca de independência do Serviço Social norte-americano e da OEA, redirecionada aos dilemas latino-americanos e à construção de um Serviço Social enraizado no continente.

Estas entidades⁹² desempenharam um papel exemplar vinculado aos interesses das maiorias, quando a pós-graduação e a pesquisa acadêmica davam seus primeiros passos nessa área. Contribuíram ao fortalecimento da organização acadêmico-profissional no marco continental, assim como à construção da fraternidade dos povos latino-americanos no embate com as ditaduras militares e o imperialismo. Em 1979, com o impulso do CELATS/ALAETS, desenvolve-se, no universo do Serviço Social latino-americano, o *debate sobre a política social, a partir do Simpósio de Playas*, em Guayaquil (Equador)⁹³. Essa abordagem permite situar o Serviço Social no âmbito das relações entre o *Estado e a sociedade de classes*, rompendo a análise isolada e endógena do exercício profissional, o que representa um grande

92 A programação dessas entidades, nas décadas de 1970 a 1980, contemplava basicamente três grandes áreas:

a) *investigação* voltada ao conhecimento dos setores populares: camponeses, operários, populacionais e indígenas; ao papel das políticas sociais públicas, em especial saúde e habitação; ao conhecimento da realidade institucional na qual opera o Serviço Social, suas associações profissionais, perfil profissional e história do Serviço Social na América Latina.

b) *capacitação continuada* permitindo a reflexão sobre a atuação dos profissionais, por meio de seminários, cursos à distância e do primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social de nível continental, consubstanciada na *Maestría Latinoamericana en Trabajo Social (MLATS)*, em convênio com a Univ. Autónoma de Honduras (UNAH), sediada em Tegucigalpa;

c) *comunicação*, com a publicação da série *Livros-Celats*, a revista *Acción Crítica* e os *Cuadernos Celats*. (IAMAMOTO, 2007)

93 VER: CELATS. Política social: algunos problemas levantados en el Simposio de Playas. *Acción Crítica* n. 5. Lima: Celats/Alaets, 1979.

salto analítico. As políticas sociais traduzem sempre uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades da reprodução da força de trabalho, para o que os gastos públicos são fundamentais. Esse caráter contraditório do Estado e das políticas sociais, cujo chão é a sociedade de classes, estende-se à análise da profissão.

A Reconceituação na América Latina adquire muitas faces nacionais e regionais, que carecem de pesquisa tanto no Brasil quanto nos países de língua espanhola.

O Chile exerceu papel de liderança na Reconceituação, nos governos de Eduardo Frei e Salvador Allende em defesa da democracia, da liberdade e do socialismo. O país passa a congrega a intelectualidade desenvolvimentista e exilados latino-americanos, particularmente do Brasil, sediando organismos internacionais, como a CEPAL e a FLACSO. A abertura política incide no ambiente universitário e no Serviço Social, com alterações curriculares que buscavam um compromisso com os setores populares (Univ. de Chile, Univ. Católica de Chile, Univ. Católica de Valparaíso, Univ. de Concepción, entre outras). Esse quadro é interrompido com o golpe do General Pinochet, em 1973.

Na Argentina, o período é de grande movimentação política estudantil e operária (MOLJO, 2005). Durante a ditadura militar, instaurada em 1968, cresce o trabalho comunitário e a prática político-partidária no meio universitário. Com a abertura política de 1973 - e antes do golpe de 1976 - verificam-se mudanças nos planos de estudos compromissadas em romper com o conservadorismo. Após o golpe, as universidades sofrem intervenção, bibliotecas são destruídas, estudantes e docentes assassinados e desaparecidos.

Já na Colômbia, além das manifestações operárias, de camponeses e estudantis, vivia-se a guerra interna impulsionada por organizações guerrilheiras, a saber: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Exército Popular de Libertação (EPL). No âmbito do Serviço Social, em Bogotá, Manizales, Cali, Bucaramanga e Medellín verificam-se mudanças significativas na filosofia, na

orientação da formação acadêmica, nos currículos, na organização e no exercício profissional.

Mas os ventos renovadores também sopram na Europa (Inglaterra, Portugal e Espanha, países aqui privilegiados) e na América do Norte (EUA e Canadá), impulsionados pela crise econômica e política nacionais específicas. Desencadeiam-se movimentos contestatórios ao conservadorismo no Serviço Social, consubstanciados no *Serviço Social Crítico* e no *Serviço Social Radical*, ensejando uma primeira aproximação à tradição marxista. Eles são coetâneos aos processos verificados na América Latina. Pretende-se abrir uma interlocução com essas outras expressões contestatórias no Serviço Social, analisando suas similitudes e diferenças em relação ao Movimento de Reconceituação.

A experiência brasileira e a superação da reconceituação

O período de vigência da reconceituação (1965-1975) coincide com a vigência da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). O nosso debate assume outras tonalidades e recebe distintas influências: especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos, expresso nos Documentos de Araxá e de Teresópolis, publicados pela Conferência Brasileira de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS). Nos termos de Aquin (2005) uma “reconceituação conservadora”, que disputa a hegemonia na orientação profissional. Tais documentos foram objeto de embates políticos e de uma inaugural crítica teórica no universo do Serviço Social, o que expressa a diversidade de orientações profissionais na América Latina e no Caribe.

O Brasil dispunha, nesse período, de um polo de resistência a essa vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG)⁹⁴,

94 Ela é considerada por Netto (1991) como a formulação inicial e mais abrangente da vertente profissional no pós-1964 qualificada por ele de “intenção de ruptura” com as marcas conservadoras e modernizantes do Serviço Social brasileiro. As propostas e análises aí formuladas – se pouco difundidas no país, à época, dados os constrangimentos político-institucionais – ganham ampla visibilidade no meio profissional latino-americano.

integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, chilena tal como se expressou nos países de língua espanhola, com forte interlocução com a experiência chilena. Ela é exemplar de uma das tendências presentes no universo profissional no continente e traz em si as *limitações teórico-metodológicas e as ilusões características* de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento. Tem-se por exemplo o trato dos objetivos-fins profissionais: "a transformação do homem e da sociedade", mediados pelos processos de capacitação, conscientização e organização, estes inspirados pela "pedagogia do oprimido", na perspectiva de Paulo Freire.

A proposta em discussão exemplifica tipicamente o que Quiroga (1991) qualifica de "invasão às ocultas" do positivismo no marxismo. O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o "Método Belo Horizonte" explica aquela "invasão": o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional, haurido em manuais de "marxismo-leninismo" na sua versão tida como "oficial"; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestemente expresso na máxima: "a prática como fonte de teoria".

No Brasil, a ditadura propiciou o aprofundamento da expansão monopolista com significativas alterações no processo produtivo, na reorganização do Estado com irradiações no conjunto dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil (em especial a Universidade). Tais condições históricas tornaram possível a gestação de um *novo perfil* profissional ainda no período ditatorial: consolida-se um mercado de trabalho efetivamente nacional para os assistentes sociais, cresce o contingente profissional, realiza-se a efetiva inserção da formação nos quadros universitários e sujeita às exigências de ensino, pesquisa e extensão, e instala-se a pós-graduação *stricto sensu* nutrindo a produção científica, o diálogo acadêmico com áreas afins, o mercado editorial e a renovação dos quadros docentes.

Essa maturação acadêmica - ainda em tempos sombrios que lançaram profundas amarras sobre a sociedade civil - irá flores-

cer no período da crise da ditadura, fazendo com que o Serviço Social viva um descompasso: ao mesmo tempo em que dispõe de condições materiais para dar o salto necessário tendo em vista responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, carecia de massa crítica para embasar uma autorenovação nesses rumos.

Esse descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceituação. Já não era possível sua mera reiteração. A sociedade brasileira, e nela, a profissão, haviam amadurecido historicamente. Verifica-se um *esforço de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, que passa a presidir o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista.*

Os rumos assumidos pelo debate brasileiro estabelecem *uma relação de continuidade e ruptura com os interrogantes do movimento de reconceituação.* A continuidade busca manter vivo o espírito que cultiva a crítica tanto ao conservadorismo profissional quanto à vulgarização marxista, no resgate do legado marxiano para inspirar a análise da sociedade e da profissão. Já a ruptura foi construída no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do referido movimento em seu vínculo com as lutas e movimentos sociais. Adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na decadência da ditadura, seu desenvolvimento criou as possibilidades à ultrapassagem da reconceituação: a sua *superação.*

Esse trajeto profissional é tributário de amplo movimento pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura militar: a ditadura do grande capital, nos termos de Ianni (1981). Foi no processo de ascensão dos movimentos políticos das classes trabalhadoras e das lutas em torno da defesa do Estado de Direito, da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e mostrou-se sensível aos clamores da história.

Segue uma síntese de nosso debate, que informa a pesquisa⁹⁵ ora em andamento⁹⁶:

- ✦ Desde a década de 1980 afirmamos ser o Serviço Social uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social*, o que supõe afirmar o primado do *trabalho* na constituição dos indivíduos sociais, distinto da prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Indagamos sobre *significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade histórica* (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 1982).
- ✦ Reafirma-se a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores. Como sustentam as diretrizes curriculares para o ensino graduado (ABEPSS/CEDEPSS,1996):

95 Os achados da pesquisa, a partir das orientações analíticas assinaladas, apontaram para o aprofundamento dos seguintes temas:

- a crise do capital na América Latina e as relações de dependência perante os centros do poder mundial, tema central do 1º Simpósio Internacional de Pesquisadores, em 2016.
- as *ditaduras nos países latino-americanos e em Portugal e Espanha, assim como as lutas e movimentos sociais que impulsionaram a crise*, debatidos no II Simpósio Internacional de Pesquisadores, em 2017.
- a transversalidade da influência do pensamento do Paulo Freire, a forte repercussão da teologia da libertação nas experiências do movimento de reconceituação nos vários países;
- as distintas vertentes da tradição marxista - ou os marxismos - que inspiram o referido movimento;
- a necessidade de qualificar as fronteiras dos movimentos contestatórios às bases conservadoras do Serviço Social latino-americano, ibero-europeu e/ou norte-americano. Isto implica qualificar a noção mesma de crítica ante a diversidade de influências políticas e teóricas nesse movimento. Soldar uma necessária unidade política historicamente mostrou-se mais viável que estabelecer uma direção teórica comum na contestação às bases conservadoras do Serviço Social

96 Dentre os resultados até agora obtidos pode referenciar: 08 artigos na *Em Pauta n°40*. Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ; uma mesa redonda no XV Encontro Nacional de Pesquisadores (ENPSS), em 2016; comunicações em eventos nacionais e internacionais; realização de dois Seminários Internacionais e três simpósios nacionais de Pesquisadores; realização de um Seminário Internacional no Instituto Migue Torga, em Coimbra, e na Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, Portugal; Realização do Seminário Internacional Movimentos Sociais e Reconceituação, na Universidad de Chile, e de um fórum de debates da Universidad Católica de Valparaíso, no Chile.

“O significado sóciohistórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da *questão social*”.

• É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.

• Os (as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional. A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma *arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas*. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por *disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, formações regionais e disputas ambientais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de *uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta a apropriação privada do trabalho –*, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania. (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

• O Estado, nos diversos níveis da federação é hoje o maior empregador dos assistentes sociais e a atuação na órbita das políticas públicas um espaço profissional privilegiado desse profissional. Existe uma necessária *autonomia entre o trabalho profissional na política pública e a política pública*. *Profissão não se confunde com política pública de governo ou de Estado e nem o Serviço Social se confunde com assistência social, ainda que essa possa ser uma das mediações persistentes da justificativa histórica da existência da profissão*.

Na crítica ao Serviço Social tradicional encontram-se variadas tendências desde as críticas ao (neo)liberalismo na defesa do *welfare state* na experiência histórica capitalista a uma leitura marxiana da crítica e a defesa do socialismo.

O debate sobre a noção de crítica no Serviço Social

Polêmicas

O texto: *Serviço Social Crítico: de que se trata?* (SANTOS, MOLJO, MARTINS, 2017) sintetiza as concepções prevaletentes no Serviço Social crítico e radical contemporâneo. Sua gênese remonta à década de setenta na Inglaterra, Canadá, Austrália e EUA, destacando entre suas características: a negação do Serviço Social tradicional e conservador, a crítica ao positivismo, a defesa das lutas em prol da emancipação da mulher, das práticas antiopressivas dirigidas à negritude, à etnia, à homossexualidade, às diferenças, ao envelhecimento e a defesa da luta de classes e das “boas práticas” na ordem do capital. As concepções oriundas de Marx tendem a ser criticadas/negadas, tidas como anti-históricas, reduzidas a “tendências estruturalistas”.

Ao reduzir Marx ao estruturalismo, a literatura destitui a história e os sujeitos da análise, lançando-os ao campo da “miséria da razão”, como já qualificou Coutinho (2017). Ele sustenta, de forma incisiva e brilhante, que as análises de Marx são presididas pela indissociável articulação entre *estrutura e ação do sujeito, ou pela articulação entre causalidade e teleologia, ou entre determinismo e liberdade*. Ou seja, “entre o fato de que as ações humanas são determinadas por condições externas aos indivíduos singulares e o fato de que, ao mesmo tempo, o social é constituído por projetos que os homens tentam implementar na vida social” (COUTINHO, 1990, p.27).

O indivíduo em Marx é compreendido como um ser social que só se individualiza em sociedade: sua manifestação é expressão e confirmação da vida social, porque a vida individual e a vida genérica não são diferentes, embora a vida individual seja um modo especial de vida genérica.

Nos rascunhos de *O Capital*, os “Grundrisse”, a análise é orientada pela noção de *indivíduo social – um produto histórico, fruto de condições e relações particulares, de formas específicas de sociabilidade ou de produtividade humana*, o que já tratei em outra ocasião (MARX, 1981; IAMAMOTO, 2001).

Na literatura especializada latino-americana, Matus (2013) recusa o que considera a “noção totalizante e binária de crítica” (renovação/conservadorismo, crítico/conservador e qualquer juízo de valor entre bom e mau). Inspirada na Escola de Frankfurt, incorpora a crítica de Habermas ao “macro-sujeito” privilegiado – o proletariado e sua situação de classe – cuja existência é questionada (p.63). Assim, defende uma noção de crítica cujo ponto de partida não é o das relações de classe, mas sim os significados existenciais do sujeito individual e suas relações intersubjetivas, como forma de enfrentar a reificação, cujo recurso privilegiado é memória no lugar do processo histórico de ultrapassagem da ordem burguesa. A autora traz uma culta e inédita contribuição ao estudo do Serviço Social e sua história. Apresenta, entre outras dimensões, uma sistematização das vertentes de análise do Serviço Social no cenário internacional, no marco da amplitude de sua noção de crítica. Vertentes essas que se baseiam: a) na evidência b) na noção de prática antiopressiva, presente no Serviço Social anglosaxão; (c) nas correntes pós-estruturalistas e nas relações de poder; (d) na hermenêutica e na consciência trágica; (e) no marxismo, expresso no Serviço Social crítico latino-americano (Marx, Lukács, Gramsci, a Benjamim, Horkheimer, Marcuse, Bloch e outros). Todas essas vertentes, indistintamente, são incluídas no largo arco da noção de crítica no marco da profissão. Mais recentemente, a autora defende a ideia de uma “crítica travestida para enfrentar o capital” (MATUS, 2017).

Na atualidade, a teoria social crítica tem sido alvo de restrições junto com o acervo cultural herdado da modernidade. Alastram-se denúncias de “economicismo”, do “privilégio das estruturas”, do desconhecimento dos “sujeitos individuais” em nome de uma suposta coletividade abstrata expressa na prevalência das classes sociais. Acusa-se a teoria social de Marx de não reconhecer as dimensões da subjetividade, as diferenças e os fenômenos da cultura. Certamente, essa crítica atinge a caricatura e não o personagem que pretende vulnerabilizar como objeto e alvo da “crítica”. É frequente a presença de certo *politicismo* na leitura do legado de

Marx, eivado de apreciações morais e idealismos messiânicos, tal como se difundiu por meio de organizações e partidos políticos de esquerda. Confunde-se a crítica da economia política de Marx com as experiências históricas realizadas em nome desse legado teórico e político.

Colocar em relevo a teoria social crítica é afirmar pertinência e atualidade da teoria social de Marx e da rica tradição intelectual dela decorrente para pensar a sociedade aprisionada no circuito das finanças e o Serviço Social no seu âmbito.

O estatuto da crítica nas elaborações de Marx: uma aproximação

Apesar do reiterado anúncio da “morte do marxismo”, nos diz E. Hobsbawm (2011, p.15): “*Sin embargo, hoy en día Marx es otra vez y mas que nunca, un pensador del siglo XXI*”.

Esta afirmação está no contrafluxo de tendências teóricas predominantes na Academia e nas elaborações do senso comum, que têm no *mercado e na normativa do capital mundializado* os elementos propulsores da produção do conhecimento e das inovações tecnológicas para impulsionar o “desenvolvimento”.

A noção de *teoria crítica* foi codificada por Horkheimer em 1937 (MARCUSE, 1976). Ao discuti-la, Anderson (1985) sustenta que o novo tipo de crítica representado pelo princípio do materialismo “inclui indivisível e ininterruptamente a autocrítica. Isto é, o *marxismo é uma teoria da história que reivindica ao mesmo tempo uma história da teoria*” (p. 13-14), isto é, um *marxismo do marxismo*.

Marx constrói seu pensamento no diálogo com a cultura de seu tempo⁹⁷, aliada à aproximação às forças vivas que animam a história: as lutas e movimentos organizados dos trabalhadores

97 Marx constrói sua teoria no rico e fino debate com a leitura do processo histórico e da cultura de seu tempo, de onde extrai a sua compreensão da crítica, que funda a sua obra: da economia política – privilegiando a economia política clássica, especialmente David Ricardo e Adam Smith; dos neohegelianos, como Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner; e dos socialistas utópicos franceses e ingleses, como Saint Simon, Fourier e Owen. (ENGELS, 1974). As críticas nesses campos do conhecimento são tidas como as fontes do pensamento de Marx.

europeus do século XIX. Aliam-se estudos históricos, numa pesquisa monumental com lócus privilegiado no Museu Britânico, que rompe fronteiras disciplinares.

Da leitura das obras de Marx – e das polêmicas nelas tratadas – apreende-se *sua* noção de crítica. Ela envolve rigoroso conhecimento das obras de seus interlocutores, o reconhecimento de sua inserção histórica, assim como o desvendamento e elucidação dos supostos e dos compromissos de classe que soldam e veiculam atribuindo-lhes transparência. Identifica os avanços que trazem as elaborações de seus interlocutores os quais incorpora ao seu universo analítico e as artimanhas e fetiches que distorcem as análises – seus vieses ideológicos –, os quais, uma vez elucidados, adquirem transparência. Por vezes não são poupados de comentários irônicos e, por vezes, ferinos. Assim não existe qualquer opacidade ou *disfarces* na noção de crítica em Marx.

Assim, a crítica não se resume à simples negação do diferente ou no desconhecimento do opositor, não dispondo de qualquer dimensão dogmática e/ou vulgar voltada à destruição do interlocutor. Mas ela não se resolve exclusivamente na esfera epistemológica: nem no relativismo nem no “marxismo acadêmico” aprisionado nos muros dos debates teóricos. A crítica só se conclui e se materializa na *prática social ou na práxis* –, visto que o conhecimento que se propõe construir tem uma *dimensão prático-crítica*. Marx anuncia nas *Teses sobre Feuerbach*: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo” (MARX, 1977a, p. 128). Ou nos termos na *Introdução à Filosofia do Direito de Hegel*: “A crítica não arranca as flores imaginárias dos grilhões para que o homem suporte os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livre delas e possam brotar flores vivas”(MARX,1977b, p. 4).

A crítica assim compreendida, tem uma sólida base histórica – uma base materialista – a qual é o ponto de partida da abstração analítica. E a ela retorna após a explicação teórica do objeto de estudo – como concreto pensado –, apreendido nas suas múltiplas relações e determinações no âmbito da totalidade histórica.

O livro IV de *O Capital – Teorias sobre a Mais Valia* (1980^a) – é exemplar na apreensão da crítica, ao construí-la com foco nos estudos realizados pelos economistas clássicos e vulgares. *A Ideologia Alemã* (1985^a) assim como a *Sagrada Família* (2015,) nos quais Marx realiza o debate com os neo-hegelianos, são outras fontes onde se pode apreender a noção de crítica e a forma de sua construção. Não se pode esquecer, na mesma direção, a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (2013).

Assim o arco da noção de crítica tem limites e fronteiras, não sendo identificado com quaisquer atitudes contestatórias do “passado”. Também não se apoia exclusivamente na autoproclamação dos intelectuais como críticos, cujas produções passam por diferentes correntes teórico-metodológicas: estruturalistas, estrutural-funcionalistas, compreensivas ou pós-modernas.

A noção de crítica aqui referida implica a incorporação da lógica dialética enraizada na história em seu vir a ser (para além de Aristóteles e de Hegel), que tem como contrapartida a concepção de totalidade na construção do conhecimento. Inclui, também, o desafio em retirar o véu místico que encobre as formulações ideológicas que se aprisionam nas superfícies da vida social. Procura apreender as relações sociais ocultas por detrás das aparências coisificadoras inerentes à sociedade mercantil. E é portadora de um ponto de vista de classe – que representa o trabalho e *personas* do capital – enquanto atividade criadora da riqueza para outros, negada aos seus produtores diretos

Um radical humanismo, historicamente fundado, informa a análise marxiana e perpassa todas as suas elaborações.

Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade é o conjunto das relações sociais. (MARX, 1977a, p. 127)

A teoria social busca capturar as transformações presentes na sociedade capitalista – “as leis de seu desenvolvimento de sua mudança” (MARX, 1985), leis tendenciais que se realizam por

meio de contratendências fruto da ação dos sujeitos na história, impulsionada por meio da prática coletiva. Daí a *vitalidade da teoria social em seu movimento de permanente autocrítica e auto-superação*. Ou seja, à medida que a teoria de Marx implica uma teoria da história, ela mostra-se aberta ao vir a ser, a capturar os processos sociais em suas prefigurações e em seu desenvolvimento – em suas tendências. Isto requer investigação permanente que, por sua vez, alimenta a *correlata renovação constante da teoria*, acompanhando a dinamicidade da vida em sociedade no estreito vínculo com as forças sociais comprometidas com as lutas emancipatórias.

Assim a teoria crítica reatualiza o fértil *estilo de trabalho de seus fundadores*: um amplo e rigoroso diálogo com o acervo intelectual de seu tempo e um estreito acompanhamento da organização e luta dos trabalhadores.

A teoria crítica encontra-se em permanente desenvolvimento sempre aberta a novas questões, ao contrário da *dogmática e da vulgata*. Ela exige pesquisa continuada e acompanhamento das conjunturas, da correlação de forças nelas presentes, da “questão social” e suas incidências na vida dos indivíduos sociais, expressando um desafio permanente aos pesquisadores. Esta é condição para se apreender as *tendências inscritas na realidade* de modo que, capturadas pela razão crítica, possam ser acionadas na *práxis*, uma vez delineadas as prioridades da ação. Inclui, portanto, uma *indissociável articulação entre teoria e prática social, entre desvelamento da realidade e identificação de estratégias para a ação extraídas da análise dessa mesma realidade* na contrapartida aos “modelos instrumentais para a ação”, caros ao pragmatismo positivista, reclamados como guias para a ação profissional.

A riqueza dessa tradição intelectual também se revela no seu desenvolvimento e no seu debate interno, com produções referenciais: a análise sobre o poder político com A. Gramsci, o debate sobre a ontologia do ser social e a estética com G. Lukács, a Escola de Frankfurt e a cultura, além de contribuições recentes como as de I. Meszáros, E. Hobsbawm, E. P. Thompson na leitura da

história e D. Harvey na geografia, Ernest Mandel no debate do capitalismo tardio, entre outros. Essas filiações teóricas diferenciadas no âmbito dessa tradição intelectual aguçam a análise da sociedade com ênfases diferenciadas e estimulam o profícuo e bem-vindo debate no universo profissional.

Como nos lembra Coutinho, o pluralismo como *fenômeno social e político* traz a marca do liberalismo, sendo típico do mundo moderno. Baseia-se na ideia dos direitos naturais inalienáveis do indivíduo em face da comunidade, cuja negação leva ao despotismo. A positividade do conflito assumida, envolve o reconhecimento da diferença e da competição; a tolerância é reconhecida assim como a divisão de poderes, na contrapartida do poder absoluto (COUTINHO, 1991). Ultrapassando o viés liberal, o autor defende o pluralismo com hegemonia, sob inspiração de Rousseau e Gramsci, no qual entram em cena não indivíduos isolados, mas sujeitos coletivos: uma vontade coletiva, que leva em conta os interesses nela representados.

Mas *no terreno do conhecimento*, o pluralismo *não pode ser identificado com a conciliação de pontos de vista inconciliáveis* (COUTINHO, 1991). Ele envolve a abertura ao diferente, que se reconhece como tal. Implica ainda o debate de concepções de mundo, nos termos de Gramsci: visões do real com normas de ação adequadas. Tem-se aí a disputa por hegemonia que funda uma unidade na diversidade.

Conclusão: desafios ao Serviço Social ante a crise do capital

Vive-se hoje momento histórico distinto daquele em que vige o movimento de reconceituação, marcado pela *crise do capital mundializado*, onde vicejam conservadorismos e os reacionarismos.

No século XXI, o Serviço Social latino-americano dispõe de outra reserva de forças acadêmico-profissionais acumuladas em meio século de desenvolvimento da profissão para responder aos desafios históricos do presente. No meu entender, hoje não se

trata de mera atualização da reconceituação: é outra etapa histórica, outro momento do desenvolvimento profissional e novos desafios históricos e profissionais.

Após os chamados trinta anos gloriosos de expansão capitalista desde o pós-guerra – que circunscreve a emergência da reconceituação –, a economia mundial ingressa em uma tendência de baixo crescimento – ou uma “onda longa depressiva”, nos termos de Mandel (1985, 1990) –, que vem alterando a distribuição do poder mundial. Nas épocas de crise, o capital (incluindo os governos, bancos centrais, Fundo Monetário Internacional, centros privados de centralização de poder e de capital) ficam emperrados em suas próprias contradições, enfrentando as barreiras por ele criadas, como alerta Chesnais (2013). Em outros termos, a crise é parte constitutiva do movimento do capital e não uma disfunção ou problema de regulação. (BEHRING, 2010).

A crise financeira atual desencadeada na Europa, em 2007, impulsionada pela falência do Banco Lehman, em 2008, espalha-se na zona do euro. Ela é a expressão, na esfera das finanças, da situação de estagnação da economia mundial. O substrato da crise reside no superpoder das instituições financeiras, na superprodução e na superacumulação de capacidades de produção especialmente elevadas em um contexto de intensa concorrência intercapitalista. Ela é acompanhada de uma acumulação de capital fictício sem precedentes, a que se alia a difícil situação dos trabalhadores em qualquer parte do mundo (CHESNAIS, 2013, p.2).

Na busca incessante de lucro, o capital incorpora inovações científicas e tecnológicas, aumentando a produtividade do trabalho. Simultaneamente, relativamente reduz o investimento em trabalho vivo, diminuindo a oferta de emprego em relação ao investimento realizado. Amplia-se a *super população relativa* – ou população “sobrante” para as necessidades médias de valorização do capital –, condição e resultado contraditório à acumulação. Assim, faz crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. Esta dinâmica conta com o suporte fundamental do *Estado e do fundo público* – e particularmente do crédito estatal – pressuposto e resultado da acumulação. (OLIVEIRA, 1998).

Como já indicou um clássico:

A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição do consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas, como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite (MARX, 1985, Livro III, p. 30)

As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um *projeto de classe* destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos, como alerta Harvey (2011). Alarga-se a distância entre ricos e pobres, radicalizando as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas.

A mundialização tem decisivas repercussões na órbita das políticas públicas, mediante as diretrizes de *focalização, privatização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho*.

Os investimentos em ações de empresas no mercado financeiro apostam em *expectativas de lucratividade futura dessas empresas*, interferindo silenciosamente: nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais. Estas metamorfoses do mercado e das condições de contratação do trabalho atingem o conjunto dos trabalhadores e também os assistentes sociais, enquanto assalariados. Cresce o *trabalho precário, temporário, a contratação por projetos*, que geram: *insegurança na vida dos profissionais* mediante a ausência de horizonte de largo prazo de emprego.

Reunimos retalhos de nossa história e alguns desafios atuais

É hora de acumular forças no campo teórico e político e soldar a organização dos trabalhadores para fazer frente à vigorosa reação conservadora das forças regressistas, na recusa à barbárie e na

defesa de um projeto societário emancipado e socialista, para além da ilusão saudosista de recuperação do *Welfare State*. Ela envolve alianças estratégicas e, também, a participação do profissional de Serviço Social.

1. Como nos lembra Gramsci (1981, 1979, 2001) a criação de uma nova cultura – *a filosofia da práxis* – implica a elaboração de um pensamento superior ao senso comum, coerente, com bases científicas sólidas que, permanecendo em contato com os simples, encontra aí a fonte dos problemas a serem pesquisados e resolvidos. Ela se apresenta como crítica do senso comum e da herança intelectual acumulada.

2. E voltar nossa atenção às lutas e movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos e aos *novos sujeitos coletivos presentes* na luta contra as desigualdades e disparidades sociais, na defesa dos direitos humanos apoiando o processo de sua transformação em protagonistas políticos: o movimento dos sem-teto e dos trabalhadores sem-terra; o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; as lutas das mulheres contra a opressão e o assédio e pela legalização do aborto; as manifestações contra o desmonte da previdência social; as reivindicações dos afrodescendentes por direitos e contra o preconceito; a ocupação das escolas por estudantes na defesa do ensino; a luta contra o genocídio de jovens, negros, pobres das periferias urbanas; a luta contra a fobia LGBTT.

Um caminho fértil para acumular forças políticas e forjar a resistência é o retorno ao trabalho de base com os sujeitos coletivos – ou seja, aliar trabalho de educação política apoiando seus processos de organização, capacitação e educação política e decifrando suas expressões socioculturais.

4. Faz-se necessário qualificar no exercício profissional a dupla dimensão presente no trabalho profissional, imprimindo-lhe plenitude de sentido: por um lado a contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais previstos nas políticas públicas; por outro lado *a dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas suas maneiras*

de ver, viver e sentir a vida, que dispõem de uma dimensão coletiva na construção de uma contra hegemonia, nos termos gramscianos.

Para terminar ficam as sugestões de Eduardo Galeano:

É tempo de viver sem medo. Ter um olho no microscópio para ser capaz de olhar o que não se vê, mas merece ser visto; e outro no telescópio para contemplar o universo, os mistérios da vida. E insistir na inexplicável mania de lutar por um mundo que seja a casa de todos, não a casa de poucos e o inferno da maioria.

Diz ele: A utopia é inalcançável. Então para que serve? Para caminhar... Vamos caminhar juntos no horizonte do alvorecer de novos tempos....

Referências

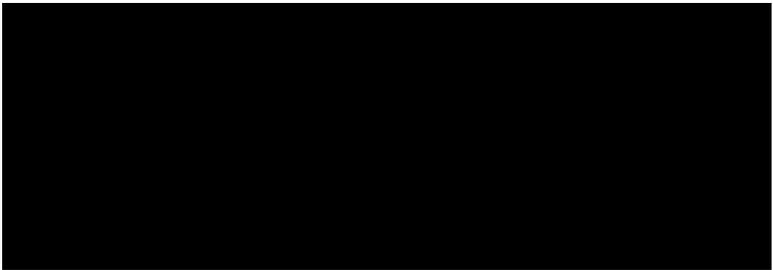
- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.
- ALAYÓN, N. (Org.). *Desafío al Servicio Social. Está en crisis la reconceptualización?* Buenos Aires: Humanitas, 1975.
- _____. *Trabajo social latinoamericano. A 40 años de la reconceptualización*. Buenos Aires: Espaço Ed., 2005.
- ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- AQUIN, N. Reconceptualización: untrabajo social alternativo o una alternativa al Trabajo Social? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 84, p. 48-65, 2005.
- BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Sigilo XXI, 1974.
- BEHRING, E. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M.; MIOTO, R. C. T. *Capitalismo em crise. Política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010, p.13-34.

- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- CELATS. Política social: algunos problemas levantados en el Simposio de Playas. *Acción Crítica*, n. 5. Lima: Celats/Alaets, 1979.
- CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21-37, 2013.
- COUTINHO, C. N. *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas*. Cadernos ABESS, nº4. São Paulo: Cortez, 1991, p. 5-12.
- _____. Gramsci e as Ciências Sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 11, n. 34, p. 21-40, dez. 1990.
- _____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- DOS SANTOS, T. A. *Teoria da Dependência*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Portugal: Estampa, 1974.
- FRANK, A. G. La sociología del desarrollo y el subdesarrollo de la sociología. In: FRANK, A.G. (Org.). *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Era, 1973.
- _____. *El desarrollo del subdesarrollo: un ensayo autobiográfico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HARVEY, D. *A Condição Pós Moderna*. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Ed. Labor do Brasil SA, 1976.
- IAMAMOTO, M. V. et al. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes teóricos, interlocuções internacionais e memória. *Em Pauta*, n.40, UERJ/CNPQ, 2016.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social*. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998a.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IANNI, O. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- _____. Enigmas do pensamento latino-americano. In: IAMAMOTO, M. V. e BEHRING, E. R. *O pensamento de Octavio Ianni. Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, CEOI-UERJ, 2009, p.195-244.
- _____. *A Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LIMA, L. Una parte de la historia del Trabajo Social. Seis años en el CELATS. *Nuevos Cuadernos CELATS*, nº 2. Peru: CELATS, 1984.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ed. Ensaio/ ed. UNICAMP, 1990
- MARCUSE, H. *Razão e revolução*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia. México: Ediciones Era, 1991.*
- MARTINS, A. M. de C. Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura em Portugal. *Comunicação* apresentada no I Congresso Nacional de Serviço Social. Aveiro, 23-24 maio de 2002. Disponível em: <http://www.cpihts.com/1%BA%20Congresso%20Nac.%20SS.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.
- MARX, K. *Miséria de la Filosofía*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 5v, 1985b.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Política (Grundrisse)*. 1857-1858, 12. ed. México: Siglo XXI, 2 v, 1980b.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Introdução. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 2, 1977b.
- _____. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos 1*. São Paulo: Sociais, 3v, 1977a. p. 118-120.
- _____. *Teorias sobre la Plus Valia*. México: Fondo de Cultura Económica, 3v 1980a.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 3ªed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença; Livraria Martins Fontes, 2 v, 1985a.
- _____. *A Sagrada Família*. São Paulo; Boitempo, 2015.
- MATUS, T. *Punto de fuga*. *Imagines dialéticas de la crítica em el Trabajo Social contemporáneo*. Tese (doutorado). Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, UFRJ, 2012.
- _____. *Una crítica travestida para enfrentar al Capital*. In: VIDAL, P. (Coord.) *Las Caras del Trabajo Social en el mundo Per(e) sistencias bajo el capitalismo tardio*. Santiago de Chile: RIL Editores, 2017.

- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2013.
- MOLJO, C. *Trabajadores Sociales em la História: una perspectiva transformadora*. Buenos Aires: Espacio, 2005.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2012.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- QUIROGA, C. *Invasão Positivista no Marxismo: Manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.
- SILVA, L. M. M. R. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese (doutorado). PU-C-SP, 2 v., 1991.



Conferência de Andrea Oliva

Perspectiva del Trabajo Social histórico-crítico en Argentina: Luchas sociales y procesos de intervención

Esta conferencia, a la que he sido convocada, en el marco de la Jornada Internacional de Pesquisa de la Universidade Federal de Rio de Janeiro, para abordar los distintos aspectos de las "*Luchas y Resistencias al conservadurismo reaccionario*", es una nueva oportunidad para estar aquí junto a ustedes y compartir los análisis sobre la situación en distintos países. En particular trataremos en el este panel el tema del evento poniendo el eje en la profesión de Trabajo Social. En ese sentido, mi exposición se ubica a partir de lo que denominamos perspectiva histórico-crítica del Trabajo Social argentino.

Para conversar sobre los procesos de intervención y su vinculación con las luchas sociales, en esta conferencia voy a referirme en primer lugar a un eje transversal histórico de nuestra profesión, para comprender la relación de las demandas colectivas y las respuestas institucionalizadas, para situar las disputas al interior de los procesos de intervención, así como las reivindicaciones y la praxis política.

El papel de las demandas colectivas es central desde el mismo origen de nuestra profesión, develar estos procesos es una tarea

que tiene implicancias en la actualidad. Lamentablemente sigue estando bastante oculto el movimiento concreto de la organización colectiva vinculado al Trabajo Social. La hegemonía dentro de los relatos sobre la historia del trabajo social no la tiene, justamente, la vinculación con las luchas sociales y las demandas colectivas. Inclusive aún se insiste con el surgimiento del “caso” social individual como método, desconociendo los procesos concretos y derivando en un ocultamiento del significado histórico que han tenido las luchas para que aparezcan los servicios sociales, así como la profesión.

En Argentina, en la década de 1920 se crean los primeros servicios sociales -denominados de esa manera- y en consecuencia el inicio de la formación profesional y el otorgamiento de títulos universitarios. Cabe aclarar que, ya en la primera década del siglo XX había distintas expresiones sobre la asistencia social y política social, pero denominado servicio social, las fuentes de la época indican que es en la segunda década del siglo XX.

El análisis que proponemos apunta a explicar por qué aparecen esos espacios en nuestra historia particular. Ese espacio socio-ocupacional en Argentina responde a un momento histórico, cuando se está cerrando la primer etapa de la clase trabajadora en Argentina, que según Nicolás Iñigo Carrera, se desarrolló entre las décadas de 1870 y 1920.

Algunos elementos que podemos brindar sintéticamente, requieren tener en cuenta que a mediados del siglo XIX, en las disputas por la instauración de la economía capitalista se produjo un avance militar ocupando territorios (que se denominó Campaña del Desierto) de las tierras fértiles de gran parte de la actual provincia de Buenos Aires y la zona patagónica. El resultado fue el genocidio de pueblos originarios que ocupaban esos territorios y la apropiación de miles de hectáreas para ponerlas al servicio de la producción capitalista. La población que en ese momento ocupaba los territorios no le servía el capital como mano de obra, por su forma de vida, su forma de producción y de ocupar las tierras. Si bien, hubo resistencias, enfrentamientos armados, los

pueblos originarios fueron derrotados frente este avance armado del capitalismo.

Esto ha sido bastante ocultado por la historia oficial, justamente lo que significó el reparto de miles y miles de hectáreas en pocas manos. Se pone énfasis en comenzar la historia la conformación del Estado moderno, y se menciona inmigración europea, como si eso no tuviera nada que ver con el exterminio de los habitantes milenarios para convertir en propiedad privada las tierras apropiadas.

Hubo una política de atracción de mano de obra europea, apuntando a quienes ya habían incorporado a su práctica de subsistencia la venta de la fuerza de trabajo. Esa población se instala masivamente en los centros urbanos. Hay un autor que nos da algunos elementos para entender la urbanización capitalista, en tanto proceso contradictorio entre capital y trabajo. Me refiero a Christian Topalov, de quien he tomado esas referencias. Ha habido también en América Latina distintos autores que han trabajado en particular este tema, pero aquí me parece importante señalar la contradicción la urbanización capitalista como proceso en el cual el interés del capital es concentrar mano de obra, generando los aglomerados urbanos, y contradictoriamente esa misma población concentrada es la que se organiza contra los intereses del capital en pos de cambios estructurales.

Esa mano de obra, esa población que estaba viniendo de España, de Francia, de Alemania, de Italia y otros países, vino a mejorar sus condiciones vida. Porque la migración, es la historia de la humanidad. La migración, de ayer y de hoy, siempre tiene que ver con mejorar condiciones de vida. En ese momento histórico se encuentra ante los problemas de la falta de cobertura de sus necesidades en la lógica del modo de producción capitalista. Esta población europea, que venía con sus experiencias de organización, de lucha, de derrotas y persecuciones, encuentra condiciones deplorables en estos nuevos centros urbanos, y en una primera instancia se organiza por colectividades en asociaciones de auto-protección. En sus acciones constituyen las primeras formas de

atención de la salud, de la educación, los asilos, socorros mutuos, cooperativas que son a su vez embriones de la organización autónoma de la clase trabajadora, es decir, por fuera de las instituciones de caridad de la iglesia y de lo que eran las organizaciones de la élite que se conformaban como sociedades de beneficencia.

Y quiero señalar, porque muchas veces se pierde el sentido de un momento en el que los derechos no existían. Tenemos que remontarnos y pensar que a mediados del siglo XIX no había hospitales y escuelas públicas, mucho menos derechos laborales. Entonces estas organizaciones, lo primero que empiezan a hacer es buscar la forma de resolver sus necesidades elementales de salud, la educación y protección de la niñez.

Esto tiene un correlato con el surgimiento de otra forma de organizarse, que se constituye como organizaciones de lucha. Se ubica en la década de 1870, por ello se considera el inicio de la primera etapa de la clase trabajadora en Argentina. Las huelgas se multiplican, es el enfrentamiento colectivo sobre los mecanismos de la compra-venta individual de la fuerza de trabajo. Se van superando las barreras por idioma, colectividad, oficio, y se va organizando el reclamo hacia las patronales como clase, lo que va generando la constitución de la clase trabajadora. Con las particularidades de esta constitución tan diversa culturalmente, se va conformando un primer momento reivindicaciones que son las que generan un horizonte. La reivindicación lo que plantea es hacia dónde vamos, qué estamos reclamando, qué es lo queremos, es lo que vamos poniendo como horizonte. Las primeras huelgas registradas son en la década de 1870. Las corrientes de izquierda promovieron esta práctica para enfrentar colectivamente. La huelga sigue siendo, hasta hoy, el elemento decisivo que mueve el tablero en los conflictos de la clase trabajadora, y por eso tiene tantos ataques cada vez que se decide como medida. Hay cuestionamientos de todo tipo que apuntan a desvirtuar lo que es el sentido colectivo de una huelga, y en ello, el conservadurismo reaccionario reactualiza argumentos en su contra.

En Argentina según las investigaciones sobre el movimiento

obrero, en 1878 se produce el primer hecho definido huelga triunfante organizada por un sindicato, llevada a cabo en los talleres gráficos de Buenos Aires, logrando sus reivindicaciones. A veces se mira más la historia de Estados Unidos o Europa que la propia y tenemos mucha historia de lucha en América Latina.

En esas últimas dos décadas del siglo XIX y comienzos del siglo XX, hubo un papel muy activo de las mujeres en los reclamos de la clase trabajadora, que crean sus propias organizaciones de lucha. También podemos mencionar experiencias individuales en el reclamos del acceso a la educación universitaria. No sé cómo ha sido en Brasil, pero el código civil dictado en 1869 en Argentina, declaraba que las mujeres eran incapaces y por lo tanto, para estudiar o para manejar dinero debían tener el consentimiento del padre o del marido, ya que, estaban bajo su tutela.

Las mujeres del siglo XIX dieron esa batalla para ingresar en las dos universidades existentes en la época, primero fue en facultades de ciencias médicas en la década de 1880 las parteras en Córdoba, farmacéuticas y médicas en la Universidad de Buenos Aires (UBA). Luego desde 1896 la naciente Facultad Filosofía y Letras de la UBA ya surge sin la restricción para el acceso a las mujeres.

Las primeras médicas dieron batallas personales primero y luego promovieron la organización, como Cecilia Grierson que fue la primera que obtuvo el título de doctora. Cumplió un papel decisivo durante los últimos años del siglo XIX y en la primera década del siglo XX en su trabajo como asalariada de la asistencia pública de Buenos Aires, así como en su militancia en el impulso de diversas organizaciones de mujeres, como el Consejo de mujeres, Universitarias argentinas, así como, en la realización del primer congreso internacional femenino en 1910 y el primer congreso del niño en 1913, realizados en Buenos Aires.

Asimismo, una actividad inherente al Trabajo Social como es la descripción de la vida cotidiana, también la estaban haciendo las mujeres, las escritoras, autodidactas o maestras, entre quienes hubo participantes activas en las luchas y en sus organizaciones sindicales, partidarias.

Hubo un abanico de organizaciones socialistas y anarquistas, que participaron en huelgas en distintos puntos del país. Tuviron medios difusión de ideas mediante folletos y periódicos; publicaciones de y para las mujeres. Todo eso va posicionando a la mujer en mercado de trabajo, y son antecedentes de la aparición de la carreras de visitadoras en 1924 en la Facultad de Ciencias Médicas y luego de Asistentes Sociales en 1930, ambas de la Universidad de Buenos Aires. En ese proceso se va perfilando la profesión en permanente tensión por el reclamo, las reivindicaciones sobre salud y educación pública, la protección de la niñez, el acceso a la vivienda y el establecimiento derechos garantizados con financiamiento público.

Si no consideramos estas luchas, el financiamiento público queda vaciado de una parte de la historia y asimilado a una dádiva por gracia divina, o del político de turno que inauguró el hospital, la escuela o las instituciones donde se crean las áreas de Servicio Social.

Es decir, los hospitales, las maternidades, los dispensarios de salud nacen empujados por la lucha para mejorar condiciones de vida y de trabajo, el financiamiento público es una respuesta a esas luchas.

Entonces desde nuestra perspectiva del Trabajo Social histórico-crítico, la lucha de clases es una relación que requiere comprender y actuar. Es fundamental en cada contexto analizar qué hace una clase, qué hace otra clase, y en esa confrontación cuales son las respuestas que aparecen.

Históricamente las respuestas a las acciones de la clase trabajadora contienen el elemento represivo hasta el día de hoy. Frente a cualquier reivindicación, reclamo colectivo, demanda colectiva, la primera respuesta siempre es acallar el reclamos. La continuidad en la organización y la búsqueda de distintas formas de lucha en ese enfrentamiento, llevan a que se generen otras respuestas.

Se ha mencionado aquí las epidemias que atravesaban a distintas clases, y la política tiene relación con el avance de la ciencia, por supuesto, pero también sabemos que el financiamiento público no

lo regala la burguesía, entonces nunca tenemos que perder de vista esta cuestión: cuales son la luchas y los reclamos que están por detrás de ese financiamiento público. Desde el siglo XIX hasta hoy, sigue siendo el mismo proceso. El Trabajo Social no puede desconocer los reclamos y solo quedarse con las apariencias en cuanto a las respuestas en forma de recursos.

En esas respuestas, entonces, que la otra clase genera, siempre apunta a fragmentar esas luchas, y por lo tanto, la respuesta no fue pleno empleo, ni cobertura universal. Lo que hicieron fue brindar ciertos recursos, que llamamos prestaciones, en cuanto a los bienes y servicios que son otorgados a una determinada población usuaria. Entonces, en esas instituciones: en los hospitales, en las maternidades, en las escuelas, aparecen las llamadas prestaciones - que no es lo mismo que referirse a política social en general- sino que son aquellos bienes y servicios que se entregan a la población usuaria, y son centrales en la apertura del espacio ocupacional.

Esa fragmentación de respuestas toma distintas vías por una parte como dijimos son prestaciones y por otra el camino de la legislación laboral. Intento sintetizar en esta exposición un trabajo extenso de investigación sobre las fuentes de principio de siglo, y quiero apenas enunciar un aspecto del papel de Gabriela de Laperrière de Coni, designada en 1901 en el municipio de la ciudad de Buenos Aires en un cargo no rentado, denominado de inspectora.

En lo que respecta a la legislación laboral, Gabriela elabora en 1902 el primer proyecto de ley laboral global, no por rama, sino apuntando a establecer derechos a la clase trabajadora, contemplando diferencias de protección para mujeres y niños. Previo a ese proyecto, recabó información en las fábricas, talleres y los barrios de Buenos Aires, relevando las condiciones de vida, dando cuenta de cómo eran las formas de trabajo, centralmente, de las mujeres y los niños.

El ministro dos años después, y luego de muchos reclamos, ingresa en 1904 el proyecto al congreso, pero ya con numerosas modificaciones. Las respuestas desde el poder ejecutivo y el parla-

mento, tenían un elemento central de interés para la burguesía, si iban a instaurar derechos laborales sería a costa de la prohibición de las huelgas y de la organización sindical autónoma. Por eso, hubo una fuerte oposición de sindicatos movilizados, y la misma Gabriela de Laperrière dirigente del Partido Socialista se opone a ese proyecto, que finalmente no obtuvo la aprobación. En sus escritos advierte sobre la inutilidad de la lucha parlamentaria (aunque hacia poco tiempo había hecho campaña por el socialista Alfredo Palacios, que fuera electo en 1904 primer diputado socialista en América Latina) y se posiciona hacia una corriente política que se llamó el sindicalismo revolucionario.

Luego, no fue una ley laboral global, sino que la primer legislación, fue para establecer el derecho apenas al domingo no laborable, aprobado en 1905. Luego continuó en cascada la legislación por rama, derechos otorgados a quienes trabajaban en bancos, o en los ferrocarriles o en comercios, con diferencias por provincias, siendo de esta manera derechos establecidos que fragmentan la clase trabajadora.

Entonces, se refuerza en este panorama esa fragmentación de las luchas a través del tipo de respuestas, de lo que diría Mandel, en esta dialéctica de las conquistas parciales. Las organizaciones van aceptando lo poquito que se obtiene y se pierde de vista lo que en ese momento la clase trabajadora tenía como horizonte que era el cambio radical del orden capitalista, eso se va perdiendo en esas conquistas parciales – en un proceso más complejo de coyuntura internacional - y esto tiene que ver directamente con las modalidades en las que nos vamos encontrando hasta la actualidad: la diferencia por ramas laborales.

Esta fragmentación en el ámbito laboral se vincula a otro orden de fragmentación de las necesidades de la vida cotidiana mediante las prestaciones. Y ahí vemos cómo hay una escisión de la vida, lo que se trata de hacer es esa escisión de la vida en estas respuestas.

La clase trabajadora entra en lo que se llama un movimiento más institucional, los sindicatos dejan de tener esa perspectiva, hegemónicamente, no digo que la pierdan en su totalidad, pero

hegemonicamente la pierden. Es toda la historia del siglo XX, en cómo se fue constituyendo las burocracias sindicales y como se las fue enfrentando.

Esta lógica de entender la historia nos lleva a comprender los procesos de intervención, primero, en cuanto a no vernos en forma aislada de la intervención, porque si bien se ha analizado – y el trabajo de Marilda ha sido clave - para explicar la profesión como trabajo asalariado al interior de los servicios sociales, aún resta mucho para avanzar sobre la lógica binaria profesional frente a usuario/a. Ahí hay una disputa clara dentro del espacio ocupacional con el conservadurismo reaccionario.

No me voy a extender en tiempo, porque hay muchos elementos desde la reconceptualización y de la posdictadura en Argentina, en los años 80 y cómo aparecen todos los sindicatos de servicios, nuevos sindicatos y nuevas organizaciones del trabajo social, las primeras leyes de ejercicio profesional, y en el embate de lo que es la burocratización de esos procesos. Se van perdiendo las luchas que generaron esas asociaciones profesionales, los colegios y los sindicatos, y va quedando una elite que es la que va conduciendo esos espacios.

Esto ha sido muy claro durante toda la década del 1990 en Argentina, de luchas que habían sido por la democratización en los años 80, luego hubo todo un retroceso y una nueva burocratización y ahí, entonces, esto lleva al punto de ver cómo esos discursos que fueron apareciendo en esas organizaciones van perdiendo sentido porque se van amarrando a las políticas del banco mundial y de los organismos internacionales.

En relación al tema de la lucha por las condiciones de trabajo en Argentina podemos situar un punto de inflexión con las rebeliones del 2001. No quiere decir que antes no las haya habido, hay escritos de la década del 1920 que las visitadoras reclamaban cargos rentados y determinadas condiciones, no es que no lo hubo, pero resaltamos que las organizaciones del trabajo social tomaron este tema recién en este nuevo siglo, y a raíz de los procesos desatados en las luchas del 2001.

Aparecen nuevas organizaciones dentro del trabajo social, nuevas articulaciones políticas que surgen de la calle, que surgen de esa necesidad de transformación. Las respuestas del momento político en cuanto a la caída del gobierno, nuevos gobiernos y el tema de la falta de articulación de la izquierda, eso es otro tema.

Nos referimos aquí a una convicción en el Trabajo Social histórico-crítico, que toma una nueva fuerza desde el ejercicio profesional, y que empalma con lo que se estaba debatiendo a nivel teórico. Un impulso desde los lugares de trabajo y la lucha por las condiciones laborales contra la precarización laboral defendiendo la estabilidad y contra la tercerización.

En estas luchas por las condiciones laborales, aparece una nueva articulación entre sectores de la academia y sectores del ejercicio profesional, con distintos grupos que se van conformando en varias provincias. En particular me voy a referir a Buenos Aires donde conformamos una articulación que emerge entre 2003 – 2004, con distintos nombres, pero se presenta como Lista Roja primero en el colegio del distrito La Plata, donde realmente se genera una nueva perspectiva instalando reivindicaciones que con anterioridad la institución no abordaba. A partir del 2010, asume la lista roja la conducción del colegio de la provincia de Buenos Aires (donde se encuentra la mayor matrícula del país) las luchas por las condiciones de trabajo pasan a ser parte del pliego de reivindicaciones y se articulan muchas luchas con los sindicatos estatales, con sindicatos de docentes.

Se asume la perspectiva de defender la estabilidad y actuar contra la precarización resignificando los procesos de intervención. Se plantea que la estabilidad y la forma de contratación está determinando el proceso de intervención. No tener continuidad, un contrato que se renueva cada tres meses ¿Qué puede proyectar?, ¿Cómo proyectar la intervención sin estabilidad laboral?, entonces la preocupación por los procesos de intervención, entre otros aspectos implica darle continuidad. A la vez ello se articula con las luchas junto al conjunto sectores estatales y a la clase trabajadora contra la precarización, por la estabilidad laboral, por mejorar las

condiciones en los lugares de trabajo, vinculando estos aspectos a la llamada jerarquización del ejercicio profesional enunciada desde los Colegios. Cuando se habla de las condiciones en los lugares de trabajo, se plantea el acceso a la comunicación, se problematizan los lugares para entrevistar, la privacidad, la movilidad para ir a los domicilios, revalorizando desde un papel muy activo de encuentro con la población en otros espacios, donde son otras conversaciones que pueden establecerse. Es notable la insistencia por parte de la población hacia profesionales del Trabajo Social para que vayan a su casa, para poder tener estos espacios y para otra comprensión de lo cotidiano.

En ese proceso se produce el femicidio de una integrante del colegio, la TS Laura Iglesias en 2013. Por quien estamos en esta campaña por verdad y justicia. Como decimos por toda la verdad sobre lo que fue el femicidio de Laura Iglesias sucedido en su horario de trabajo. Laura Iglesias era una delegada sindical y era una integrante del colegio profesional, había sido participe activa en la organización en su lugar de trabajo por condiciones de trabajo y por un proceso de intervención no controlador, dentro de una institución controladora como lo es el Patronato de Liberados. Laura Iglesias trató de coordinar con organizaciones barriales, grupos y distintas formas de articulación.

En esta campaña por el esclarecimiento se organizó y participó en toda la movilización conjunta con estudiantes, sindicatos, agrupaciones políticas, familiares y organizaciones feministas, como la campaña nacional contra la violencia hacia las mujeres. Hubo presencia en la calle, en los tribunales y se dio visibilidad en los medios de comunicación. Se logra un primer fallo, que establece el concepto de "femicidio" - Laura Iglesias fue violada, torturada y asesinada- lo que implicó tratar el caso desde la perspectiva de género. Por otra parte, el fallo judicial establece que son las propias condiciones de trabajo las que facilitaron el ambiente en el cual ella fue asesinada y le encomienda a la institución empleadora revisar esas condiciones. Y este es un proceso que continua en la actualidad.

En el ejercicio profesional, al interior de los procesos de intervención, se dan numerosas luchas - y como intelectuales no es una cuestión secundaria, me parece que tenemos que recuperar-, por ejemplo, las luchas en torno a las prestaciones, porque ahí se ponen en juego las condiciones materiales de existencia, el uso del presupuesto público y las disputas ideológicas contra el conservadurismo, la moralización, - que explicaba también otro compañero de mesa. Entonces desde quienes promovemos el Trabajo Social histórico-crítico, estamos en esta tarea de recuperar cuáles han sido y son esas luchas, qué se pone en tensión, por ejemplo, en la fragmentación de esas prestaciones; y encontramos numerosas experiencias que no trascendían el ámbito institucional, no se difundían, quedaban en lo verbal en las prácticas de ese mismo proceso, luego fácilmente modificadas y olvidadas.

Entonces, no es secundario analizar y poner en tema los modos de gestión de esas prestaciones, las formas en las que muchas compañeras se han organizado en los lugares de trabajo para enfrentar esas formas de gestión de las prestaciones; es necesario dar relevancia a esa disputa cotidiana contra esa fragmentación. A profesionales de trabajo social se le aparece la persona entera con sus necesidades, sin embargo tienen que dar respuestas con prestaciones pre establecidas, estandarizadas, parcializadas para el otorgamiento de recursos. En cada entrevista aparecen las expresiones de la heterogeneidad de la vida cotidiana, que se enfrentan a las respuestas institucionales que pretenden homogeneizar con bienes y servicios para ser otorgados.

Esto es necesario relacionarlo a una respuesta clara hacia una clase social, porque tienen muy claro que la exclusividad es parte de su vida burguesa. Lograr los mayores niveles de exclusividad da mejores respuestas a la vida cotidiana, esto es verdad, pero esto en la sociedad burguesa solo es válido para una clase, los productos exclusivos (sean vestimenta o automóviles) dan muestras de calidad y del nivel alcanzado dentro de la elite. Aquí hay que dar el debate ideológico para mostrar la desigualdad, expresada en las formas de asumir la heterogeneidad de la vida cotidiana.

Esto también sirve para la problematización del trabajo cotidiano, que es necesaria también frente a graves problemas de salud mental en colegas que cargan con la culpa de no poder resolver situaciones. Comprender teóricamente que se tienen que enfrentar a esto, está sirviendo para resignificar también esa pelea por las prestaciones más colectivamente, no como una carga personal de cada profesional.

Los puntos que fui mencionando, aunque muy resumidamente, tienen que ver con nuestra praxis política, que tratamos de considerar con las nuevas formas de hacer política y cómo están enraizadas en los procesos de intervención.

Y tenemos muchos ejemplos para dar, esto que les comentaba de la organización en los lugares de trabajo, es parte de un movimiento histórico. Organizar en los lugares de trabajo debatir reivindicaciones, problematizar las condiciones de trabajo y esto se pone también en relación al proceso de intervención. Entonces, los reclamos implican, por ejemplo, modalidades para hacer visitas o para hacer entrevistas, que se arman colectivamente o se plantean duplas profesionales que es promover una organización del trabajo en el sentido opuesto a la política de empleo neoliberal. La otra cuestión tiene que ver con la gestión colectiva de las prestaciones, que también surge del ejercicio profesional, y hay una enorme cantidad de experiencias, cada vez nos vamos enterando de más modalidades en ciudades muy pequeñas del interior, donde aunque sean dos o tres trabajadoras sociales llegan a un acuerdo y hacen reclamos determinados frente a un intendente, un secretario, y esas son cuestiones que hay que recuperar.

Y la otra faceta, quizás que es la más visiblemente política, es la articulación con las distintas campañas, varias de ellas surgidas de los encuentros nacionales de mujeres, que en Argentina desde 1986 se realizan anualmente en distintos puntos del país. Entre las reivindicaciones que allí se abordan la legalización del aborto toma un impulso nuevo con la creación de la “Campaña Nacional por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito”, instalando una modalidad que articula a un abanico amplio de sectores parti-

darios, de diversas organizaciones o de quienes no venían participando en ningún espacio. Es importante en estas disputas que tenemos que dar, involucrar a quienes se encuentran mas reacios a la participación para que se sumen a reivindicaciones comunes.

También surge la Campaña nacional contra la violencia hacia las mujeres, que como la campaña por el derecho al aborto, tiene mucha participación del trabajo social que se suma a dar la disputa, salir a las calles, plantear en todos los espacios, y generar dentro de las instituciones el debate y se han sumado quienes no estaban participando absolutamente en nada, con ello se va logrando articular transversalmente a diversos sectores rompiendo algunos cercos de las modalidades tradicionales del clientelismo político y las prácticas burocráticas.

Esto también lo ve la burguesía, y claramente en días pasados, después de una marcha multitudinaria el 8 de marzo, el presidente de la nación anuncia que va a entrar en debate la ley por el derecho al aborto, queriendo desarticular los movimientos, fragmentarlos, generar peleas internas, lo mismo con todos los espacios. Otro espacio que ha surgido también es la campaña "No a la baja de la edad de punibilidad", aunque con otras modalidades, pero gran involucramiento de profesionales del Trabajo Social.

Pero tenemos que recuperar, así como están estas campañas, qué es lo nuevo que va apareciendo en la sociedad, cuáles son esas nuevas formas de sociabilidad. El feminismo, el movimiento de mujeres viene instalando reivindicaciones contra la violencia que implican otro tipo de conciencia y de organización. Además, en cuanto a otras formas de nueva socialidad hay un espectro amplio desde la búsqueda de cómo alimentarnos, con nuevas formas de producción agroecológica que enfrentan a las grandes corporaciones, así como la producción sin patrones con el movimiento de fábricas recuperadas, al que se suman también servicios, como hospitales, clínicas privadas que están gestionadas por trabajadoras y trabajadores. Asimismo, en esta modalidad de ocupar espacios; se crearon centros culturales puestos en manos de organizaciones populares.

Sobre eso tenemos que prestar atención, porque esas organizaciones son las que van planteando elementos claves para tener en cuenta en los procesos de intervención. Tener siempre en claro que provocan las luchas, y que esas luchas por períodos largos no suelen ser masivas, por ello es necesario despejar la ilusión que si no estamos todos y todas no tiene incidencia, no sirve. Por el contrario, suelen ser minorías las que sostienen. Y son esos pequeños grupos, a veces pocas personas, las que llevan a cabo reclamos, con permanencia y constancia logran instalar reivindicaciones, problematizan y ponen nuevas cuestiones en el horizonte.

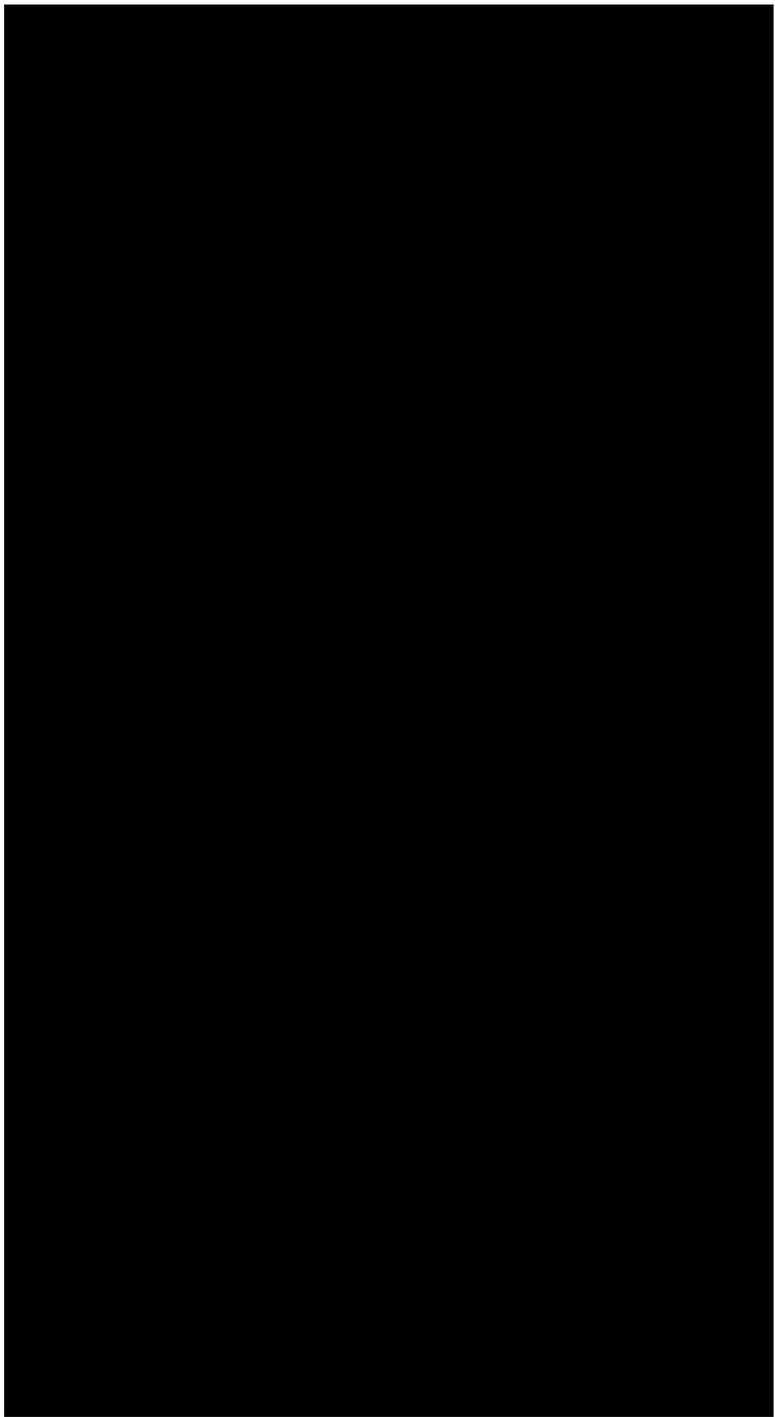
Hay que promover la radicalidad democrática que se va esbozando en la crítica a las organizaciones, que va surgiendo con planteos diversos y modalidades, en todas las que he mencionado y otras articulaciones entre profesionales donde se ve claramente.

Nos tiene que interpelar la pregunta de cómo no seguir perdiendo frente a mecanismos que instaló la burguesía. Esos mecanismos que entre otros aspectos tiene características de fragmentación, clientelismo, burocratización. Y además estamos frente a los asesinatos, al genocidio de líderes, como ayer enunció el compañero de Colombia, pero ya cuántos genocidios ha habido! Recientemente aquí con Mariele, estamos aún en estado shock.

Como decía esto no es nuevo, y también los más jóvenes vislumbran una respuesta mas decisiva. La respuesta es el colectivo, la respuesta es la radicalidad democrática, superar que sea una sola persona referente o líder a quien pueden matar, la muerte puede terminar la vida de una persona, a cualquiera pueden matarnos, pero si quedó el colectivo queda la organización quedan los principios básicos, los objetivos, el liderazgo debe ser más colectivo. Eso está hoy con nuevas fuerzas, en esas nuevas formas de esta socialidad que interpela todo, y entró en una nueva fase la crítica a las prácticas machistas en los partidos de izquierda, en las organizaciones sindicales y populares desde el anti-patriarcado. Y eso me parece que no se puede ignorar, apuntando a analizar de raíz y también el significado en el contexto actual. Hay que tomar el desafío de comprender y promover nuevas formas de

organización que están en juego. Como siempre se ha hecho, en todos los momentos de la humanidad ha habido quienes lucharon. Nos toca en este momento histórico, con estas particularidades y en el lugar que tenemos desde nuestra profesión de Trabajo Social, en cada situación, en cada proceso, es donde tenemos estar, buscar los elementos y aportar para transformar esta sociedad capitalista patriarcal.

Conferencistas



Francisco Louçã

Formado em Economia, natural de Lisboa (Portugal), é atualmente Professor Catedrático do Departamento de Economia do ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Foi Deputado por diversos anos, pelo Círculo de Lisboa. Deixou o Parlamento em 25 de Outubro de 2012. É membro da American Association of Economists e de outras associações internacionais. Entre suas publicações destacam-se: em 2012, "Histories on Econometrics" ; em 2013, "Isto é um Assalto", com Mariana Mortágua. Em 2014 publicou, com outros autores, "Os Donos Angolanos de Portugal", "Os Burgueses" e "A Solução Novo Escudo".

Oscar Guardiola-Rivera

Natural de Bogotá (Colômbia), formado em Direito, é atualmente Professor de Filosofia Política, Estudos Latino-Americanos, Política e Direito Internacional na Universidade de Londres, Birkbeck College - Inglaterra. Em 2010 o Financial Times recomendou seu livro : *What if Latin America Ruled the World? (¿Y si Latinoamérica gobernase el mundo?)* como um dos melhores do gênero de não ficção do ano. O livro foi agraciado com o Prêmio Frantz Fanon compartilhado com Gabriel García Márquez. Em outubro de 2014 o jornal The Guardian incluiu Óscar Guardiola Rivera entre os autores mais vendidos do país. Dentre suas publicações destacam-se : "Story of a Death Foretold: The Coup against Salvador Allende, 11 September 1973" (2013) e "Cómo construir sociedades. Diez cosas que nunca nos dicen sobre la paz y la guerra" (2015).

Javier Calderón Castillo

Pesquisador do Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica na Colômbia (CELAG); Mestre em Sociologia e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires-UBA. Entre suas publicações destacam-se: "Ecuador: un Gobierno sin libreto propio" (2018) e "Representación de mujeres y jóvenes en los Parlamentos de la región"(2018).

José Paulo Netto

Professor Emérito da ESS/UFRJ e docente da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF/MST). Doutor *honoris causa* pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN). Tem experiência docente na área do Serviço Social (Brasil, Portugal, América Latina), tematizando os fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, suas relações com as ciências sociais e o marxismo. Marxista, tem ensaios publicados no Brasil e no exterior. Entre suas inúmeras publicações destacam-se: “Lenin e a revolução de outubro. Textos no calor da hora (1917-1923)” (2017) ; “Capitalismo e reificação” (2015) ; “Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” (17. ed., 2015).

Henry Veltmeyer

Formado em Linguística com Doutorado em Ciência Política pela Universidade de McMaster. É atualmente Professor da faculdade de Sociologia da Universidade Saint Mary's (SMU), Canadá e fundador , em 1985, do programa: International Development Studies da SMU. Tem desenvolvido pesquisas sobre Globalização e Desenvolvimento e sobre Novos Movimentos Sociais, dentre outros. Em 2009/2010 foi presidente da: Canadian Association for the Study of International Development. Entre suas publicações destacam-se: “Poverty and Development in Latin America: Ideas, Policies and Pathways. Kumarian Press” (2011); “Social Movements in Latin America: Neoliberalism and Popular Resistance”; “Beyond Neoliberalism: A World to Win” e “The Cuban Revolution as Socialist Human Development. Leiden: Brill”.

José María Gómez

Professor Titular (Aposentado) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com pós-doutorado em Direito no Centre de Recherches et d'Etudes sur les Droits Fondamentaux (CREDOF), Université Paris X Nanterre, França (2012) e em Ciência Política - Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Buenos Aires, Argentina (1990). Os principais temas pesquisados são: globalização, direitos humanos, movimentos sociais transnacionais, democracia, cidadania e relações Estado-sociedade na América Latina. Entre suas publicações destacam-se : “Direitos Humanos: Justiça, Verdade e Memória” (2012); “O potencial de cooperação energética entre os BRICS e seus entraves geopolíticos” (2012); “Lugares de Memória. Ditadura militar e resistências” (2018).

Angelina Peralva

Professora emérita de Sociologia da Université Toulouse Jean Jaurès, pesquisadora do Laboratoire Interdisciplinaire Solidarités, Sociétés, Territoires - LISST, com uma carreira universitária que se desenvolveu em um espaço franco-brasileiro. Tem pesquisado principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, racismo, violência juvenil e urbana; sociologia dos mercados da droga e outros mercados ilícitos na globalização - sempre com uma interrogação transversal relativa à questão da democracia, que se traduziu em várias publicações sobre o tema. O livro mais recente foi publicado com Vera da Silva Telles: “Ilegalismos na Globalização. Migrações, Trabalho, Mercados” (2015).

Qelli Viviane Dias Rocha

Tem Graduação e Mestrado em Serviço Social e é doutoranda do Programa Interinstitucional UNB/UFMT. Atualmente é professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre a organização da mulher e Relações de Gênero (NUEPOM) e Coordenadora do grupo de Estudos Identidade de Gênero e Sexualidades. Membro do Grupo de Trabalho de Políticas para Classe, Gênero, Etnia, Raça e Diversidade Sexual (GTPCGERDS/ANDES-SN). Militante do Coletivo feminista classista Ana Montenegro - CFCAM. Dentre suas publicações destacam-se: “A discussão da (não) neutralidade da ética no processo de formação” (2013) e “Políticas Sociais para Mulheres vítimas de violência” (2010).

Kelli Mafort

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, Araraquara, SP; Mestre em Ciências Sociais pela UNESP. Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dentre suas publicações desatacam-se: “A Hegemonia do Agronegócio e o Sentido da Reforma Agrária na Atualidade” (2015) e “A construção de novas relações de gênero no MST e a luta pela emancipação humana” (2017).

Juan Marco Vaggione

Pesquisador do Conselho Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e Professor da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Tem Pós-Graduação em Direito (Doutorado da Universidade Nacional de Córdoba) e Sociologia (Ph.D. pela New School for Social Research, de Nova Iorque). Sua principal área de investigação centra-se sobre : Sexualidade e Religião em Política Contemporânea na Argentina. Dentre suas publicações destacam-se : “El activismo religioso conservador en Latinoamérica” (2010) e “Ciencia y religión (hétero)sexuadas: el discurso científico del activismo católico conservador sobre la sexualidad en Argentina y Chile” (2012).

Flávia Biroli

Professora Associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). Pesquisadora do CNPq. Sua produção está concentrada na área de gênero, política e democracia, com ênfase para o estudo das teorias políticas feministas, e na área de mídia e política, tratando especialmente das relações entre imprensa e democracia no Brasil. Publicou dentre outros: “Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia (2011); “Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática” (2013); “Família: novos conceitos” (2014) e “Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil” (2018).

Marilda Vilela Iamamoto

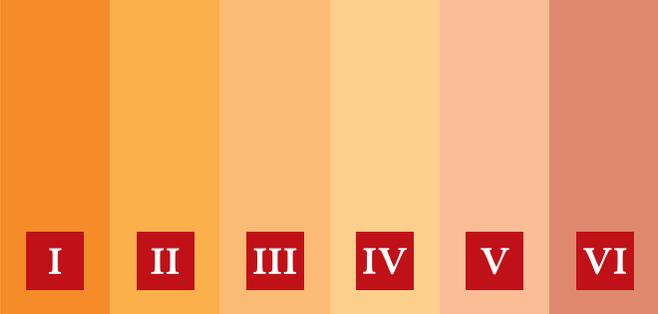
Tem Graduação em Serviço Social pela UFJF, mestrado em Sociologia Rural pela USP e doutorado em Ciências Sociais pela PUC/SP. É professora Titular (aposentada) da Escola de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social - NECLATSS. Autora de livros com várias edições, dentre eles, um dos livros de maior influência para a discussão crítica do Serviço Social, em co-autoria com Raul de Carvalho: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica” (1982); e, mais recentemente, “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão” (2017); “Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social” (9ª. ed., 2015) e “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional” (26ª. ed., 2015).

Andrea Oliva

Professora titular do Departamento de Trabalho Social da Universidade Nacional do Centro da Provincia de Buenos Aires, Tandil - Argentina (UNICEN). Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora do Grupo de pesquisas da Maestría en Trabajo Social de la UNICEN. Dentre suas publicações se destacam: “Los recursos en la intervención del Trabajo Social” (2003) e “Trabajo Social y lucha de clases. Análisis de las modalidades de intervención en Argentina “ (2007) e co-autora no livro “De Burdeos a Buenos Aires (2016).



A Coleção Carlos Nelson Coutinho foi projetada e diagramada entre julho e setembro de 2018 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ para impressão *offset* em papel Pólen Soft 80g/m², com tiragem de 500 exemplares por volume, em outubro de 2018. Esta edição foi adaptada para o suporte digital entre outubro e novembro de 2020. A charge, originalmente no verso das orelhas, é de Mauro Iasi. A fonte utilizada é a Adobe Jenson Pro 12/15,2pt.

**I****II****III****IV****V****VI**

A **Coleção Carlos Nelson Coutinho**, organizada pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, cumpre dois principais objetivos: homenageá-lo como Professor Emérito e Titular da Escola de Serviço Social, por sua profunda e extensa contribuição ao pensamento crítico na sociedade brasileira; e divulgar o conhecimento produzido por docentes e discentes vinculados ao Programa, bem como pelos pesquisadores nacionais e internacionais que participaram de nossa Jornada Internacional - JIPA, realizada em março de 2018.

Esta coleção é composta por seis volumes com textos de autorias diversas, compilados na seguinte ordem: ensaios de Carlos Nelson Coutinho (v. I); conferências dos participantes da JIPA (v. II); artigos de discentes que concluíram suas dissertações e teses (v. III); artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social* (v. IV); artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social* (v. V); e artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Cultura e Serviço Social* (v. VI).

Destacamos a importância do financiamento da CAPES para a publicação desta coleção e desejamos a tod@s uma excelente leitura.

Rosana Morgado

COORDENADORA DO PPGSS-UFRJ